

Memorando 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 31/07/2023 às 11:33:49

Setores envolvidos:

GAB, PGM

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Exmo. Sr. Prefeito em Exercício **Daniel Zanesco - GAB**;

Solicita-se autorização para abertura de processo licitatório para contratação de serviços de capacitação "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS". Data: 03, 04 e 05 de outubro de 2023.

Faço juntada

Atenciosamente,

—

Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

JUSTIFICATIVA_CURSO.docx

JUSTIFICATIVA_CURSO.pdf

SOLICITACAO.doc

SOLICITACAO.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

JUSTIFICATIVA

Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

Pois toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que pagam. Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência...!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência. Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão. Essa previsão está nos parágrafos 2º e 7º, do art. 39, que determinam o seguinte:

"Art. 39 ...

... § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade."

Da leitura do §2º, pode-se verificar que, a respeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais entes. Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Considerando a Lei n.º 14.133/2023, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz novas normas e alterações significativas, considerando que a Lei que regulamentava as Licitações e Contratos Administrativos era do ano de 1993.

Se faz necessária a atualização e capacitação dos servidores que diariamente lidam com os processos de licitações e contratos administrativos, para que assim, o serviço seja eficiente, e contínuo, sem maiores adversidades no momento que essa lei tornar-se obrigatória, considerando que sua aplicação foi prorrogada pelo Governo Federal visando a capacitação dos servidores para a melhor aplicação dessa legislação.

O “III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos” contemplará o **Planejamento das Contratações** – 1. Planejamento em Licitações Públicas, 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias, 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato, 4. Falhas de planejamento, 5. Plano anual de contratação, 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência, 7. Edital, 8. Medidas de eficiência, 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21, 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos, 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação, 12. Consequencialismo decisional e planejamento; **Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações** – 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias, 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos, 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade, 4. O Siafic no processo de compras e licitações, 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras, 6. O papel do controle interno na lei de licitações, 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis, 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações; 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações; **Oficina Prática do Pregão Eletrônico** – 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, 2. Configuração da sessão pública, 3. Divulgação de





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

esclarecimento/impugnação, 4. Envio da proposta inicial, 5. Sessão pública, 6. Etapa de julgamento, 7. Habilitação, 8. Fase recursal; 9. Adjudicação e homologação, 10. Ata de licitação; **Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios** – 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer?, 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar, 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio, 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos, 5. Linha de defesa; **Contratação Direta** – 1. Interpretação das normas sobre contratação direta, 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta, 2. Responsabilização por contratação direta ilegal, 3. Formalização do processo de contratação direta, 3.1. Instrução de um processo de contratação direta, 4. Competência para autorizar uma contratação direta, 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta, 5. Publicidade da contratação direta, 6. Licitação inexigível, 7. Licitação dispensável; e **Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas** – 1. Princípios e objetivos da contratação, 2. Espécies de contratação, 3. Atores da contratação, 4. Regime jurídico, 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes, 6. Duração, 7. Execução, 8. Gestão e fiscalização, 9. Responsabilidade, 10. Extinção, 11. Pagamento, 12. Nulidade, 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias, 14. Infrações e Sanções administrativas.

Diante do exposto, a referida contratação justifica-se pela relevância do tema e porque vem de encontro com as necessidades do Município.

Os servidores que participarão do Curso serão o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvio Alves da Rosa, CPF: 032.805.189-62.

Chopinzinho, 31 de julho de 2023.

Maria Antonia Schizzi
Gestora do Contrato
Assessora Jurídica
Decreto n.º 102/2023



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

SOLICITAÇÃO

Senhor Prefeito:

A Procuradoria Geral do Município, tendo em vista a necessidade de Contratação de Serviços de Capacitação para servidores públicos, solicita a Vossa Excelência, autorização para Contratação, através de procedimento licitatório, na modalidade em que se enquadrar, do item relacionado no termo de referência.

A responsabilidade técnica pelo acompanhamento e fiscalização fica a cargo da Procuradoria Geral do Município.

A Gestão do Contrato fica a cargo da Assessora Jurídica, Maria Antonia Schizzi, a fiscal titular do contrato será a Assessora Jurídica Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Geral, Márcio Stringari.

Nestes termos pede deferimento.

Chopinzinho, 27 de julho de 2023.

Maria Antonia Schizzi
Assessora Jurídica
Decreto n.º 102/2023





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 24A5-D0E2-0795-1779

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 31/07/2023 11:35:34 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/24A5-D0E2-0795-1779>

Memorando 1- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 31/07/2023 às 11:36:03

Setores envolvidos:

GAB, PGM

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Segue anexo e-mail com todos os dados referentes ao Simpósio.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

Webmail____legisla_chopinzinho_pr.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 1D26-8A79-49E6-488B

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 31/07/2023 11:36:18 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/1D26-8A79-49E6-488B>

III SIMPÓSIO sobre a Lei Federal Nº 14.133/2021 - Com DR. JACOBY FERNANDES - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - 3 a 5/10



De IGAM PR <igam.parana@gmail.com>
Data 25/07/2023 14:25

Olá, espero que esteja bem.

Segue convite para a participação no **III Simpósio do IGAM PR, sobre a Lei Federal nº 14.133/2021, os Desafios Práticos na Aplicação da nova lei de licitações e contratos administrativos**, que acontecerá em Curitiba, nos dias 3, 4 e 5 de Outubro. Nesta edição, em especial, contaremos com seis renomados consultores de nível nacional e internacional, o objetivo do III Simpósio é trazer os principais desafios encontrados pelos órgãos públicos na aplicação da Lei Federal nº 14.133.

Segue programação abaixo. Agende esta data!

3º SIMPÓSIO DO IGAM-PR

SOBRE A LEI FEDERAL Nº 14.133

OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS

3, 4 E 5 DE OUTUBRO DE 2023
RADISSON HOTEL, CURITIBA - PR

GARANTA SUA VAGA
(46) 99970-8582



VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ

Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora Titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos.

03/10/2023 - Terça-feira

08h30

TEMA: PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

1. Planejamento em Licitações Públicas.
2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias.
3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato.
4. Falhas de planejamento.
5. Plano anual de contratação.
6. Estudo técnico preliminar e termo de referência.
7. Edital.
8. Medidas de eficiência.
9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21.
10. Relatório de Riscos e matriz de riscos.



10. Relatório de riscos e matriz de riscos.

11. Nulidades da fase de planejamento da contratação.

12. Consequencialismo decisional e planejamento.

PAULO CÉSAR FLORES

Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA em Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS. Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autor de artigos e livros.

 **03/10/2023** - Terça-feira

 **13h30**

TEMA: ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E DE CONTROLE INTERNO NA LEI DE LICITAÇÕES

- 1- A elaboração do PCA - Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias
- 2 - O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoques e orçamentos
- 3 - A necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade
- 4 - O Siafic no processo de compras e licitações
- 5 - Gestão do Almoxarifado e controle de materiais no processo de compras
- 6 - O papel do controle interno na lei de licitações
- 7 - A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis
- 8 - A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações
- 9 - Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações



EVALDO RAMOS

Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor do Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros.

 **04/10/2023** - Quarta-feira

 **08h30**

TEMA: OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO ELETRÔNICO

2. Configuração da sessão pública
3. Divulgação de esclarecimento/impugnação
4. Envio da proposta inicial
5. Sessão pública
6. Etapa de julgamento
7. Habilitação
8. Fase recursal
9. Adjudicação e homologação
10. Ata da licitação

Obs: com prática no ComprasGOV



JACOBY FERNANDES

Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.



04/10/2023 - Quarta-feira



13h30

TEMA: PROCURADOR, ADVOGADO E ASSESSOR JURÍDICO – NOVAS FUNÇÕES E NOVOS DESAFIOS CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021

Art. 10, caput, § 1º, inc. I, II, § 2º

- 1 - Princípio da segregação das funções: o que o jurídico deve fazer?
- 2 - Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar.
- 3 - Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio.
- 4 - Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos.
- 5 - Linha de Defesa.



EDGAR GUIMARÃES

Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação.



05/10/2023 - Quinta-feira



08h30

TEMA: CONTRATAÇÃO DIRETA

1. Interpretação das normas sobre contratação direta
 - 1.1. Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta.
2. Responsabilização por contratação direta ilegal
 - 2.1. Elementos a serem considerados para fins de responsabilização em razão de uma contratação direta ilegal.
3. Formalização do processo de contratação direta
 - 3.1. Instrução de um processo de contratação direta.
4. Competência para autorizar a contratação direta
 - 4.1. Competência para autorizar uma contratação direta.
5. Publicidade da contratação direta
6. Licitação inexigível
7. Licitação dispensável.



CHRISTIANNE STOPPA

Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais"; "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?"

 **05/10/2023** - Quinta-feira

 **13h30**

TEMA: GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Princípios e objetivos da contratação.
2. Espécies de contratação.
3. Atores da contratação.
4. Regime jurídico.
5. Cláusulas necessárias X cláusulas exorbitantes.
6. Duração.
7. Execução.
8. Gestão e Fiscalização.
9. Responsabilidade.
10. Extinção.
11. Pagamento.
12. Nulidade.
13. Meios alternativos de resolução de controvérsias.
14. Infrações e Sanções administrativas.

3, 4 E 5 DE OUTUBRO DE 2023

RADISSON HOTEL CURITIBA - PR

GARANTA SUA VAGA

(46) 99970-8582





Cronograma

Data: 3 a 5 de Outubro de 2023

03/10/23- 08h30 as 17h00

04/10/23 - 08h30 as 17h00

05/10/23 - 08h30 as 17h00

Local: Curitiba -PR

Radisson Hotel Curitiba -Av. Sete de Setembro, 5190 - Batel,

Investimento

Para órgãos e entidades não assinantes dos informativos do IGAM
R\$ 2.590,00 cada inscrição.

Para órgãos e entidades assinantes dos informativos do IGAM
R\$ 2.490,00 cada inscrição.

Estamos trabalhando com valores diferenciados para grupos de participantes do mesmo órgão. Solicite uma proposta. Consulte-nos.

Observações

- O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85.

Segue o link do site para Inscrições e para maiores informações: <https://www.igam.com.br/iii-simposio-do-igam-pr-sobre-a-lei-n-141332021-os-principais-desafios-para-aplicacao-da-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-administrativos-3528>

Dúvidas, permanecemos à disposição!

Atenciosamente,

Michella M. Moreira

Administrativo

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

(46) 99970 8582

(46) 2601 1977

Nos acompanhe na rede social!

<https://www.instagram.com/igamparana/>

Memorando 2- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: GAB - Gabinete do Prefeito

Data: 31/07/2023 às 11:36:44

Setores envolvidos:

GAB, PGM

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Termo de referência em anexo.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA_ANEXO_I_DESCRICAO_2_.doc

TERMO_DE_REFERENCIA_ANEXO_I_DESCRICAO_2_.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ITEM	QTD.	UNID	ANEXO I - DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	2		III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação	2.490,00	4.980,00

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE-29D2





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

			com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE1-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE1-29D2





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.idoc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE1-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE1-29D2





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade 10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA m		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE-29D2





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.	

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE-29D2





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais". "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?". DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. Os servidores que participarão do Curso serão, o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF:		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.tdoc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE-29D2





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

			248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e Silvio Alves da Rosa, CPF 032.805.189-62. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL DE PESQUISA				R\$ 4.980,00	

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEEE1-29D2> e informe o código B730-AC44-EEEE1-29D2





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B730-AC44-EEE1-29D2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 31/07/2023 11:37:05 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B730-AC44-EEE1-29D2>

Memorando 3- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: SMA - Secretaria de Administração

Data: 31/07/2023 às 11:37:26

Setores envolvidos:

SMA, GAB, PGM

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Encaminhado para ciência.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F67A-2E19-9361-8F2F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 31/07/2023 11:37:47 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F67A-2E19-9361-8F2F>

Memorando 4- 3.582/2023

De: Daniel Z. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 31/07/2023 às 13:10:51

Setores envolvidos:

SMA, GAB, PGM, SMA-LC

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Fica autorizado a abertura de processo administrativo licitatório na modalidade em que se enquadrar.

Atenciosamente,

—

Daniel Zanesco
VICE PREFEITO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4B78-3561-CBB1-AA18

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



DANIEL ZANESCO (CPF 044.XXX.XXX-92) em 31/07/2023 13:11:03 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/4B78-3561-CBB1-AA18>

Memorando 5- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 31/07/2023 às 14:15:46

Setores envolvidos:

SMA, GAB, PGM, SMA-LC

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Faço juntada de Ofício 746/2023 - III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. (Igam Pr), com os documentos encaminhados pela Empresa.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

certidao_de_falencia_e_concordata_venc_30_09.pdf

Certidao_Negativa_CGU.pdf

certidao_negativa_TCEPR.pdf

Certidao_negativa_TCU.pdf

certidao_simplificada.pdf

CND_Estadual_venc_03_11_23.pdf

CND_Federal_venc_02_01_24.pdf

CND_Municipal_venc_02_01_24.pdf

CND_Trabalhista_venc_02_01_24.pdf

CNPJ_IAGP_IGAM_PARANA.pdf

Contrato_Social_Ltda_2020.pdf

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Christianne_de_Carvalho_Stroppa_.pdf

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Edgar_Antonio_Chioratto_Guimaraes_.pdf

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Jorge_Ulisses_Jacoby_Fernandes_.pdf

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Paulo_Cesar_Flores_.pdf

Curriculo_do_Sistema_de_Curriculos_Lattes_Vivian_Lopez_Valle_.pdf

DECLARACAO_PM_Chopinzinho_julho2023_.pdf

Evaldo_Araujo_Ramos_Curriculo_2021_3_.pdf
FGTS_VENC_08_08.pdf
III_SIMPOSIO_LEI_N_14_133_Proposta_PM_Chopinzinho.pdf
RG_EDUARDO.pdf

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/17E9-1C2A-6430-0225>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 17E9-1C2A-6430-0225

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 31/07/2023 14:16:31 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/17E9-1C2A-6430-0225>



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Secretaria do Ofício Distribuidor e Anexos de FRANCISCO BELTRÃO

CERTIDÃO DE DISTRIBUIÇÃO – FINS GERAIS – CÍVEIS – FALÊNCIA – NEGATIVA

Certifico que revendo os livros, sistemas e arquivos de distribuição CÍVEIS, especificamente: FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL, RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL desta Secretaria, verifiquei NÃO CONSTAR nenhum registro em andamento contra:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Local da Sede: Francisco Beltrão - PR

Orientações:

Esta certidão NÃO APONTA ordinariamente os processos em que a pessoa cujo nome pesquisado figura como Autor(a). São apontados os feitos em tramitação cadastrados no Sistema Informatizado referente à comarca de FRANCISCO BELTRÃO

Não existe qualquer conexão com qualquer outra base de dados de instituição pública ou com a Receita Federal que verifique a identidade do NOME/RAZÃO SOCIAL com o CPF/CNPJ. A conferência dos dados pessoais fornecidos pelo pesquisado é de responsabilidade exclusiva do destinatário da certidão.

A certidão em nome de pessoa jurídica considera os processos referentes à matriz e às filiais.

Considera-se NEGATIVA a certidão que aponta somente homônimos não qualificados, nos termos do art. 8º, §2º da Resolução CNJ 121/2010.

A presente certidão menciona somente o registro de distribuição, para dados complementares do procedimento, deve-se dirigir até a Secretaria para onde foi distribuído e solicitar uma CERTIDÃO DE OBJETO E PÉ.

A Busca de MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL e EMPRESÁRIO INDIVIDUAL abrange também a pessoa física.

FRANCISCO BELTRÃO, 29 de junho de 2023



Jean Michel Signor
Técnico Judiciário/Matrícula 16010



CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO

Certidão negativa correccional (CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM)

Consultado: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

Certifica-se que, em consulta aos cadastros CGU-PJ, CEIS, CNEP e CEPIM mantidos pela Corregedoria-Geral da União, **NÃO CONSTAM** registros de penalidades vigentes relativas ao CNPJ/CPF consultado.

Destaca-se que, nos termos da legislação vigente, os referidos cadastros consolidam informações prestadas pelos entes públicos, de todos os Poderes e esferas de governo.

O Sistema CGU-PJ consolida os dados sobre o andamento dos processos administrativos de responsabilização de entes privados no Poder Executivo Federal.

O Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) apresenta a relação de empresas e pessoas físicas que sofreram sanções que implicaram a restrição de participar de licitações ou de celebrar contratos com a Administração Pública.

O Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP) apresenta a relação de empresas que sofreram qualquer das punições previstas na Lei nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção).

O Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas (CEPIM) apresenta a relação de entidades privadas sem fins lucrativos que estão impedidas de celebrar novos convênios, contratos de repasse ou termos de parceria com a Administração Pública Federal, em função de irregularidades não resolvidas em convênios, contratos de repasse ou termos de parceria firmados anteriormente.

Certidão emitida às 16:32:09 do dia 05/07/2023 , com validade até o dia 04/08/2023.

Link para consulta da verificação da certidão <https://certidoes.cgu.gov.br/>

Código de controle da certidão: T8wEysXNq91TkQCnRupB

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

Certidão Negativa de Pendências

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Requerente: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

O Tribunal de Contas do Estado do Paraná **CERTIFICA**, em consulta ao banco de dados da Coordenadoria de Monitoramento e Execuções - CMEX, que, nesta data, não consta registro de pendências, referentes a contas julgadas irregulares nos últimos 8 (oito) anos e sanções ou determinações, de responsabilidade do requerente.

Esta certidão não se aplica aos seguintes casos:

- a) aos registros para obtenção de certidão liberatória pelas entidades e suas vinculadas, conforme Instrução Normativa nº 68/2012;**
- b) aos registros constantes da apreciação pelo Tribunal, mediante emissão de parecer prévio, das contas anuais prestadas pelos chefes dos poderes executivo estadual e municipais, conforme inciso I, do art. 1º, da Lei Complementar nº 113/2005.**

Certidão emitida em 05/07/2023 16:36:51, com validade de 30 (trinta) dias, a contar da emissão.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada no site www.tce.pr.gov.br mediante digitação do código de controle.

Código de controle desta certidão: 245065956

Certidão emitida nos termos da Instrução de Serviço nº 92, de 15/12/2014.



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO
CERTIDÃO NEGATIVA
DE
LICITANTES INIDÔNEOS

Nome completo: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**

CPF/CNPJ: **32.651.451/0001-85**

O Tribunal de Contas da União CERTIFICA que, na presente data, o (a) requerente acima identificado(a) NÃO CONSTA da relação de responsáveis inidôneos para participar de licitação na administração pública federal, por decisão deste Tribunal, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.443/92 (Lei Orgânica do TCU).

Não constam da relação consultada para emissão desta certidão os responsáveis ainda não notificados do teor dos acórdãos condenatórios, aqueles cujas condenações tenham tido seu prazo de vigência expirado, bem como aqueles cujas apreciações estejam suspensas em razão de interposição de recurso com efeito suspensivo ou de decisão judicial.

Certidão emitida às 16:34:00 do dia 05/07/2023, com validade de trinta dias a contar da emissão.

A veracidade das informações aqui prestadas podem ser confirmadas no sítio <https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=INABILITADO:5>

Código de controle da certidão: 6GUC050723163400

Atenção: qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

CERTIDÃO SIMPLIFICADA

Sistema Nacional de Registro de Empresas Mercantis - SINREM

Certificamos que as informações abaixo constam dos documentos arquivados
nesta Junta Comercial e são vigentes na data da sua expedição.

Nome Empresarial: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA			Protocolo: PRC2315117115		
Natureza Jurídica: Sociedade Empresária Limitada					
NIRE (Sede) 41209261297		CNPJ 32.651.451/0001-85		Data de Ato Constitutivo 04/02/2019	
Início de Atividade 08/02/2019					
Endereço Completo Rua Minas Gerais, Nº 1391, SALA 502; ANDAR 5.; EDIF ELLON ;, Nossa Senhora Aparecida - Francisco Beltrão/PR - CEP 85601-060					
Objeto Social PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TREINAMENTO EM DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E GERENCIAL EM GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ASSESSORIA NAS ÁREAS CONTÁBEIS, JURÍDICAS E DE GESTÃO A ÓRGÃOS PÚBLICOS E PRIVADOS.					
Capital Social R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) Capital Integralizado R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)			Porte ME (Microempresa)		Prazo de Duração Indeterminado
Dados do Sócio					
Nome EDUARDO ANZILIERO		CPF/CNPJ 062.856.909-28	Participação no capital R\$ 60.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Nome MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA		CPF/CNPJ 055.263.609-62	Participação no capital R\$ 60.000,00	Espécie de sócio Sócio	Administrador S
Dados do Administrador					
Nome EDUARDO ANZILIERO		CPF 062.856.909-28	Término do mandato Indeterminado		
Nome MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA		CPF 055.263.609-62	Término do mandato Indeterminado		
Último Arquivamento Data 29/01/2020		Número 41209261297	Ato/eventos 002 / 022 - ALTERAÇÃO DE DADOS E DE NOME EMPRESARIAL		Situação ATIVA Status SEM STATUS

Esta certidão foi emitida automaticamente em 07/03/2023, às 14:09:51 (horário de Brasília).
Se impressa, verificar sua autenticidade no <https://www.empresafacil.pr.gov.br>, com o código JSG3GRGK.



PRC2315117115

LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
Secretário(a) Geral



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030997234-88

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **32.651.451/0001-85**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 03/11/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS FEDERAIS E À DÍVIDA
ATIVA DA UNIÃO**

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA
CNPJ: 32.651.451/0001-85

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que não constam pendências em seu nome, relativas a créditos tributários administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e a inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) junto à Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 17:33:15 do dia 06/07/2023 <hora e data de Brasília>.

Válida até 02/01/2024.

Código de controle da certidão: **5261.CEE5.2896.D50D**

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO
ESTADO DO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA

CERTIDÃO NEGATIVA
Nº 24453/2023

RAZÃO SOCIAL: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

CNPJ: 32.651.451/0001-85

INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 309103

INSCRIÇÃO ESTADUAL:

ALVARÁ: 20190114

ENDEREÇO: RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA CEP: 85601060 Francisco Beltrão - PR

ATIVIDADE: Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial, Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

Certificamos que não existem pendências em nome do contribuinte supramencionado relativas aos tributos administrados pela Secretaria Municipal da Fazenda. Fica ressalvado o direito de a Fazenda Pública do Município de Francisco Beltrão cobrar quaisquer dívidas provenientes de tributos que venham a ser apurados ou que se verifiquem a qualquer tempo, inclusive em relação ao período abrangido por esta certidão.

DATA	DE	EMISSÃO:	06/07/2023
DATA	DE	VALIDADE:	02/01/2024
FINALIDADE:			VERIFICAÇÃO
CÓDIGO DE AUTENTICAÇÃO: 9ZTMHBUFFHJMXX28UMQA			

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada na Internet, no endereço www.franciscobeltrao.pr.gov.br

Certidão emitida gratuitamente pela internet em: 06/07/2023 - 17:06:14

Qualquer rasura invalidará este documento.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 32.651.451/0001-85

Certidão nº: 33127366/2023

Expedição: 06/07/2023, às 17:04:35

Validade: 02/01/2024 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **32.651.451/0001-85**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 32.651.451/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/02/2019

NOME EMPRESARIAL
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
IGAM PARANA

PORTE
ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R MINAS GERAIS

NÚMERO
1391

COMPLEMENTO
SALA 502 ANDAR 5. EDIF ELLON

CEP
85.601-060

BAIRRO/DISTRITO
NOSSA SENHORA APARECIDA

MUNICÍPIO
FRANCISCO BELTRAO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
IGAMPARANA@IGAM.COM.BR

TELEFONE
(46) 9970-8582/ (46) 2601-1978

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
04/02/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 04/01/2023 às 18:45:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 1/5

Eduardo
Jo
EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080, TITULAR DA EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA – EIRELI**, com sede na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, fazendo uso do que permite o parágrafo 3.º do artigo 968 da Lei n.º 10.406/2002, com a redação alterada pelo artigo 10 da Lei Complementar n.º 128/2008, RESOLVE, transformar a EMPRESA INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LTDA em SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, uma vez que admitiu a sócia **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010, passando a constituir o tipo jurídico de SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA, a qual será regida nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedade Anônimas (Lei 6.404/1976) e pelo presente CONTRATO SOCIAL, ao qual os sócios se obrigam mutuamente e RESOLVEM alterar e consolidar os dados constantes do Ato Constitutivo, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, irá girar sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**,

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterado o endereço da sede da empresa que era na Travessa dos Estudantes n.º 84, Centro, CEP 85.605-080 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, passará a ser na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade passará a ter por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), fica elevado para R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais) dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, o qual será integralizado pelos sócios na seguinte maneira:

a) – O sócio **EDUARDO ANZILIERO**, subscreve 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e os integraliza com

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 2/5

a incorporação do Capital Social da Empresa Individual de Responsabilidade Limitada, ora transformada; e,

b) – A sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, subscreve 20.000 (vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e os integraliza em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA QUINTA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	100.000	100.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	20.000	20.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA SEXTA: O sócio EDUARDO ANZILIERO, que possui na sociedade 100.000 (cem mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma totalizando R\$ 100.000,00 (cem mil reais), vende e transfere de forma onerosa para a sócia MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, 40.000 (quarenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalizando R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), pelo valor nominal e recebe a referida importância em moeda corrente do país neste ato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Em virtude da alteração ocorrida o Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, fica assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA OITAVA: A administração da sociedade será exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO** e **MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio

CLÁUSULA NONA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL

POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 3/5

CLÁUSULA DÉCIMA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que não colidiram direta ou indiretamente com as disposições decorrentes do presente instrumento.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Tendo em vistas as alterações ora ajustadas e em consonância com o que determina o artigo 2031 da Lei 10406/2002, os sócios, RESOLVEM por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, tornado assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contidas no Ato Constitutivo que, adequado às disposições da referida Lei n.º 10.406/2002 aplicáveis a este tipo societário passa a ter a seguinte redação:

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

EDUARDO ANZILIERO, brasileiro, solteiro, maior e capaz, nascido em 03.11.1986, natural de Francisco Beltrão, PR., empresário, portador da Cédula de Identidade Civil n.º 9.392.204-2, expedida pela SSP/PR em 14.09.2015 e portador do CPF MF n.º 062.856.909-28, residente e domiciliado na Travessa dos Estudantes n.º 84, Bairro Presidente Kennedy em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.605-080; e,

MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA, brasileira, solteira, maior e capaz, nascida em 25.02.1987, natural de Capanema PR., empresária, portadora da Cédula de Identidade Civil n.º 9.621.201-1, expedida pela SSP/PR em 29.01.2018 e portadora do CPF MF n.º 055.263.609-62, residente e domiciliada na Rua São Paulo n.º 1234, Apto 105, Edifício Gaia, Centro, em Francisco Beltrão, Paraná, CEP 85.601-010;

Sócios componentes da sociedade empresária limitada que gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ MF sob n.º 32.651.451/0001-85, com Ato Constitutivo arquivado na MM Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE n.º 41600821173 em 04.02.2019, a qual é regida sob a forma de sociedade empresária limitada nos termos dos artigos 1.052 a 1.087 do Código Civil (Lei n.º 10.406/2002), tendo como regência supletiva as Normas Regimentais das Sociedades Anônimas (Lei n.º 6.404/76), **RESOLVEM**, por este instrumento atualizar e consolidar o Contrato Social, conforme as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, gira sob o nome empresarial de **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA**, com sede na Rua Minas Gerais n.º 1391, Sala 502, 5.º Andar, Edifício

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 4/5

Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, CEP 85.601-060 em Francisco Beltrão, Estado do Paraná.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social o ramo de atividade de Prestação de serviços de treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial em gestão pública e privada. Prestação de serviços de assessoria nas áreas contábeis, jurídicas e de gestão, a órgãos públicos e privados.

CLÁUSULA TERCEIRA: A sociedade iniciou as atividades em 08 de fevereiro de 2019, considerando a EIRELI e seu prazo de duração é indeterminado.

CLÁUSULA QUARTA: O Capital Social no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), dividido em 120.000 (cento e vinte mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado na forma prevista, é assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	VALORES
EDUARDO ANZILIERO	60.000	60.000,00
MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA	60.000	60.000,00
TOTAL	120.000	120.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do Capital Social.

CLÁUSULA SEXTA: As quotas de capital são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser cedidas, transferidas, oneradas, caucionadas ou empenhadas a terceiros sem o consentimento dos demais sócios, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço o direito para a sua aquisição se postas à venda, com prazo de trinta (30) dias para ser exercido o direito de preferência.

CLÁUSULA SÉTIMA: A administração da sociedade é exercida pelos sócios **EDUARDO ANZILIERO e MICHELLA KARINA MASSONI MOREIRA**, com poderes e atribuições de Administrar, autorizado o uso do nome empresarial individualmente, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer dos quotistas ou de terceiros, bem como onerar bens imóveis da sociedade, sem autorização do outro sócio.

CLÁUSULA OITAVA: Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção das quotas, os lucros ou perdas apurados.

CLÁUSULA NONA: Nos quatro primeiros meses ao término do exercício social, os sócios deliberarão sobre as contas e designarão administradores quando for o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade poderá a qualquer tempo, abrir ou fechar filial ou outra dependência, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de pró-labore observadas às disposições regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possí-

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

CONTRATO SOCIAL
POR TRANSFORMAÇÃO DE EMPRESÁ INDIVIDUAL DE RESPONSABILIDADE
LIMITADA PARA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA.

IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA

CNPJ MF N.º 32.651.451/0001-85

Folha 5/5

vel ou inexistindo interesse deste(s) ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seus sócios.

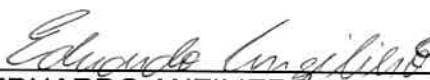
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Os Administradores declaram, sob as penas da lei, de que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: A sociedade poderá distribuir lucros aos sócios, lucros acumulados ou lucros apurados em balanços intermediários, que serão partilhados na proporção da participação de cada sócio no Capital Social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: Os sócios declaram, sob as penas da Lei que a presente empresa se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar n.º 123, de 14.12.2006.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Fica eleito o foro da comarca de Francisco Beltrão PR., para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato. E, por estarem em tudo justos e contratados, firmam o presente instrumento em uma via, para que valha na melhor forma de direito.

Francisco Beltrão, 22 de janeiro de 2020


EDUARDO ANZILIERO


MICHELLA KARINA MASSOMI MOREIRA

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
12000413429. NIRE: 41209261297.
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
SECRETÁRIO-GERAL
CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br

2º TABELIONATO DE NOTAS Jader Luiz Ribeiro - Tabelião
 Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-510 - Telefax: (46) 3055-6200

Reconheço por Verdadeira a(s) firma(s) de:

EDUARDO ANZILIERO
 MICHELL KARINA MASSINI MOREIRA

Em test. da Verdade de Jader Luiz Ribeiro - PR 27 de
 Janeiro de 2020

ESCREVENTE: KARINE SARTORI APATAN WALTER
 R\$22,28 + R\$0,80
 4hQT9 . sUHx2 . j5qTy - zrAra . eycNA - Confira em:
<http://finarpen.com.br>

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

CERTIFICO O REGISTRO EM 29/01/2020 16:24 SOB Nº 41209261297.
 PROTOCOLO: 200577247 DE 29/01/2020. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO:
 12000413429. NIRE: 41209261297.
 IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA



LEANDRO MARCOS RAYSEL BISCAIA
 SECRETÁRIO-GERAL
 CURITIBA, 29/01/2020
www.empresafacil.pr.gov.br



Christianne de Carvalho Stroppa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3679219004491225>

ID Lattes: **3679219004491225**

Última atualização do currículo em 27/06/2023

Professora Doutora e Mestre pela PUC/SP. Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professora de cursos de Especialização no COGEAE/PUCSP, na Faculdade Damásio de Jesus, na Faculdade CERS e na Faculdade Baiana de Direito. Ex-Assessora de Gabinete no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Procuradora na Universidade de São Paulo. Advogada especialista em Licitações e Contratos Administrativos. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo IASP e do Instituto Nacional de Contratação Pública - INCP. Autora de diversos artigos e palestrante na área da contratação pública. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Christianne de Carvalho Stroppa
Nome em citações bibliográficas	STROPPIA, Christianne de Carvalho;STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/3679219004491225
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0002-0923-5012

Endereço

Endereço Profissional	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito. Rua Ministro Godói 969 - 2º andar - sala 201 Perdizes 01060970 - São Paulo, SP - Brasil Telefone: (11) 36708127 URL da Homepage: http://portal.pucsp.br

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2019	Doutorado em Direito (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O regime jurídico dos contratos de empresas estatais de serviços públicos na lei de responsabilidade das estatais - Lei n. 13.303/2016, Ano de obtenção: 2020. Orientador: José Roberto Oliveira Pimenta. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo. Setores de atividade: Educação.
2000 - 2013	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: As Micros e Pequenas Empresas (MPE's) e a Função Social da Licitação, Ano de Obtenção: 2013. Orientador:  Clóvis Beznos. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral; Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas; Educação Superior.
1987 - 1990	Graduação em Direito. Centro Universitário Eurípedes de Marília, UNIVEM, Brasil.

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1991 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Ensino

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Professor Assistente, Enquadramento Funcional: Professor Assistente
Professora Assistente da disciplina Teoria Geral do Direito, do programa de Pós-Graduação em Direito, da PUC/SP, no segundo semestre de 2014

Outras informações

Vínculo institucional

2002 - 2005

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 4

Atividades

05/2014 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Faculdade de Direito, Departamento de Direito Público.
Linhas de pesquisa

Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

2/1997 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

08/2005 - 07/2013

Direção e administração, Faculdade de Direito.

Cargo ou função

Coordenadora do Curso de Estágio Profissional Supervisionado.

9/2002 - 12/2005

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

8/1991 - 12/1999

Ensino, Administração de Empresas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

2/1992 - 12/1996

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Fundamentos de Direito Público

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

Atividades

09/2013 - 05/2015

Direção e administração, Secretaria Municipal da Saúde do Estado de São Paulo.

Cargo ou função

Assessora Jurídica.

Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ECTCMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora de Controle Externo

Faculdade de Direito Prof Damásio de Jesus, FDDJ, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - 2018

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Atividades

2/2005 - 8/2018

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Professor titular

Atividades

2/2005 - Atual

Extensão universitária, Sociedade Brasileira de Direito Público.

Atividade de extensão realizada

Membro do Corpo Docente.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2011 - 2013
Vínculo institucional
1999 - 2000
Atividades
3/2001 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessoria Jurídica

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 8

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Teoria Geral de Direito Público
Direito Administrativo
Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo
Instituições de Direito Público

2/1999 - 1/2000

Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP, Brasil.

Vínculo institucional
2016 - Atual
Atividades
02/2017 - Atual

Vínculo: sócio, Enquadramento Funcional: membro

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Direito Administrativo.
Cargo ou função
Membro.

06/2016 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudos da Lei de Licitações.
Cargo ou função
Integrante.

Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Brasil.

Vínculo institucional
2010 - 2011

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40

Instituto de Desenvolvimento de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Cultura, IDEJUR, Brasil.

Vínculo institucional
2002 - 2003
Atividades
4/2002 - 12/2003

Vínculo: Professor autônomo, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 3, Regime: Dedicção exclusiva.

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Aperfeiçoamento
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2007

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 30

Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, OAB/SP, Brasil.

Vínculo institucional
1998 - 2000
Atividades
1/1998 - 12/2000

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão do Meio Ambiente.
Cargo ou função
Membro de comissão.

Conselho Regional de Economia - 2a Região, CRE, Brasil.

Vínculo institucional
1999 - 1999

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL S/C LTDA., CONAM, Brasil.

Vínculo institucional
1993 - 1996

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada

EDITORA NDJ LTDA, NDJ, Brasil.

Vínculo institucional
1992 - 1993

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada Plena

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, SEBRAE/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1996 - 1998
Outras informações

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultora Especialista I
Elaboração de pareceres e orientação técnica-jurídica às Agências que compõem a Entidade, principalmente na área de licitação e contratos administrativos. Coordenadora de Agência.

Universidade Bandeirante de São Paulo, UNIBAN, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2000

Atividades

2/1999 - 1/2000

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2002

Atividades

2/2001 - 2/2002

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Direito Constitucional

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2007

Outras informações

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professora

Curso de Pós-Graduação em Direito Militar, tendo ministrado aulas com o tema "Direito Administrativo Disciplinar".

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2010

Vínculo institucional

1999 - 2001

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador I, Carga horária: 40

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 40

São Paulo Turismo S/A, SPTURIS, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Atividades

09/2014 - 01/2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro

Direção e administração, São Paulo Turismo S/A.

Cargo ou função

Membro do Conselho de Administração.

Tribunal de Contas do Município de São Paulo, TCM/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Outras informações

Atividades

02/2021 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessora de Gabinete I

Análise e manifestação nos processos internos do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, bem como, nos processos instaurados em face do exercício do controle externo nos órgãos e entes municipais

Serviços técnicos especializados , Grupo de Trabalho.

Serviço realizado

Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.

Serviços técnicos especializados , Grupo de Trabalho.

Serviço realizado

Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.

Rede Governança Brasil, RGB, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Atividades

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Integrante

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comitê de Governança das Contratações.

Linhas de pesquisa

1.	Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Projetos de pesquisa

2020 - Atual	Governança. Controle interno e externo. Novos instrumentos no processo de contratação Pública. Lei n. 14.133/2021 Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
2020 - Atual	Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador. Direito e Combate à Corrupção - Grupo de Pesquisa Descrição: O Grupo de Pesquisa visa o estudo e pesquisa sistemática do fenômeno da Corrupção, em sentido amplo, sob o prisma central da Ciência do Direito Público, em especial, o Direito Administrativo, devendo proceder à investigação do tema sob o prisma jurídico-dogmático, incluindo estudos multidisciplinares e interdisciplinares.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (6) .
2014 - Atual	Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Integrante / Jose Roberto Pimenta Oliveira - Coordenador / Luis Manuel Fonseca Pires - Integrante. Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas Descrição: Postula-se a organização de Projeto de Pesquisa destinado a congregiar docentes, pesquisadores e discentes em torno do tema comum, Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto e efetividade nas atividades administrativas , o qual pretende abrigar projetos individuais de pesquisa Dissertações e Teses - relacionados à pretensa liberdade de formas de agir da Administração que a permitiria substituir os meios tradicionais de ação por meios comuns ao direito privado, o que daria origem ao que alguns denominam como Administração Pública Consensual , bem como a participação do particular na gestão do interesse público por meio das contratações públicas e respectivas consequências nas atividades administrativas de fomento, serviço público, intervenção e controle.. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
2010 - 2011	Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador / Silvio Luis Ferreira da Rocha - Integrante. Transporte terrestre internacional de passageiros Descrição: Realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros, tendo atuado especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros?. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
2006 - 2007	Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador. Como possibilitar a participação das MPE's nas Compras Governamentais Descrição: Análise do Capítulo V da Lei complementar nº 123/2006, auxílio na redação do Decreto federal de proteção às micro e pequenas empresas, bem como estudo sobre a constitucionalidade do tratamento privilegiado dado à tais empresas nas licitações. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
	Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador. Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Remuneração.

Projetos de desenvolvimento

2009 - 2011	Reestruturação Administrativa Descrição: Projeto de Reestruturação dos servidores do Município de Botucatu - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projetos de Lei de Reestruturação Administrativa e Estatuto dos Servidores Municipais. Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual

Periódico: Revista Lex de Direito Administrativo

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Italiano

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Outras

Total de trabalhos:1Total de citações:2

Carlos Pinto Coelho Motta Data: 03/10/2005

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPA, Christianne de Carvalho** . A vedação à aquisição dos bens de luxo ? dificuldades à vista. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. I, p. 1, 2022.
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O papel dos Órgãos de Controle nas Contratações Públicas. Campos de Públicas: conexões e experiências, v. 1, p. 76-88, 2022.
3. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . A atuação dos tribunais de contas em tempos de pandemia. Revista Lex de Direito Administrativo, v. 1, p. 47-64, 2021.
4. **STROPPA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, R. S. . O contrato de facilities da Lei nº 14.011/2020. Revista digital da ESA OABRJ, v. 3, p. 1, 2021.
5. **STROPPA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, ARTUR GIOLITO . Controle Preventivo dos Tribunais de Contas como forma de combate a irregularidades na Administração Pública. Direitos Democráticos & Estado Moderno, v. 1, p. 52-73, 2021.
6. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. Quanto ao critério de desempate para as microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações públicas dos serviços sociais autônomos. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 33-34, 2019.
7. **STROPPA, Christianne de Carvalho**. O Futuro Da Lei Nº 8.666/93. Soluções em Licitações e Contratos, v. 12, p. 103-114, 2019.

8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Impacto Da Alteração Dos Valores Das Modalidades Da Lei Nº 8.666/1993. Solução em Licitações e Contratos, v. 1, p. 27-32, 2018.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Decreto Federal Nº 8.538/2015: A Nova Regulamentação Do Tratamento Favorecido, Diferenciado E Simplificado Para As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte. BLC (São Paulo), v. ano 29, p. 32-46, 2016.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Nova Regulamentação Do Sistema De Registro De Preços ? Decreto Federal Nº 7.892/2013. BLC (São Paulo), v. 1, p. 179-203, 2013.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos Licitatórios No Regime Diferenciado De Contratações Públicas. BLC (São Paulo), v. 1, p. 895-912, 2013.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE's) NAS Compras Governamentais. BLC (São Paulo), v. 1, p. 103, 2013.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Atribuições Do Gestor/Fiscal Do Contrato Administrativo. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 1, p. 103-119, 2012.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comentários as alterações inseridas na Lei nº 8.666/93 pela Medida Provisória nº 495/10. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 69, p. 29-33, 2011.
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Punição Eleitoral como Impedimento à participação em Licitações. Interesse Público (Impresso), Porto Alegre, v. 28, p. 91-103, 2004.

Capítulos de livros publicados

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O controle na Lei nº 14.133/2021. In: Paulo Alves , Rogério Corrêa.. (Org.). Governança das contratações e seus instrumentos de implementação. 1ed.São José dos Pinhais, PR: Editora Negócios Públicos, 2022, v. 1, p. 113-124.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; BORDIN, N. A. P. .** A prescrição no âmbito dos tribunais de contas: uma proposta de solução trazida pela nova lei de improbidade. In: Fabricio Mota, Ismar Viana. (Org.). Improbidade administrativa e Tribunal de Contas: as inovações da Lei n. 14230/2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 1-.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Artigos 151.152,153 e 154 - Dos meios alternativos de resolução de controvérsias. In: Cristiana Fortini (Autor), Rafael Sérgio Lima de Oliveira (Autor), Tatiana Camarão. (Org.). Comentários à Lei de Licitações e contratos administrativos : Lei 14.133, de 1º abril de 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 2, p. 270-.
4. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO; MELISSOPOULOS, A. G. .** O impacto do 'Princípio da moralidade de tarifária' nas concessões rodoviárias. In: augusto Neves Dal Pozo; José Virgílio Lopes Enei. (Org.). Tratado sobre o setor de rodovias no direito brasileiro. 1ed.São Paulo: Contracorrente, 2022, v. 2, p. 181-198.
5. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO; PERCIO, G. V. .** A terceirização de serviços e o contrato de facilites da lei n. 14.011/2020. In: Cristina Fortini; Flaviana Vieira Paim. (Org.). Terceirização na Administração Pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 209-224.
6. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O relacionamento entre o controle interno e controle externo na lei n. 14.133/2021. In: Thiago Marrara , Sabrina Nunes Iocken , José Maurício Conti , André Castro Carvalho. (Org.). Responsabilidade do gestor na administração pública - Improbidade e temas especiais. 1ed.São Paulo: Fórum, 2022, v. 3, p. 331-342.
7. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Comentário Específico - Os atores do processo de contratação na Lei n. 14.133/21. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Silvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Lei de licitações e contratos - Comentada Lei n. 14133/2021. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2022, v. 1, p. 359-370.
8. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO; FORTINI, C. .** Artigos 94 a 123. In: Cristina Fortini; Rafael Sérgio Lima de Oliveira; Tatiana Camarão. (Org.). Comentários a Lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2022, v. 1, p. 287-370.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; PERCIO, G. V. .** O processo de padronização e o instituto do carona. In: OLIVEIRA, Rafael Carvalho Rezende. MARÇAL, Thaís. (Org.). Estudos sobre a Lei 14.133/2021 ? Nova lei de licitações e contratos administrativos. 1ed.JusPodvim: São Paulo, 2021, v. 1, p. 79-98.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a Lei 14.133/21. In: ELIAS, Aline de Oliveira. SILVA, Araune Cordeiro da. (Org.). Todas as respostas sobre a nova lei de licitações e contratos.. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2021, v. 1, p. 1-.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comentários aos arts. 1º a 4º. In: POZZO, Augusto Neves. CAMMAROSANO, Márcio. ZOCKUN, Maurício. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada; Lei 14.133/21. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 25-37.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Algumas questões relevantes sobre os contratos administrativos na Nova Lei de Licitações. In: Cristiana Fortini Rafael Sérgio Lima de Oliveira Tatiana Camarão. (Org.). NOVA LEI DE LICITAÇÕES: DESTAQUES IMPORTANTES LEI Nº 14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 44-47.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comentários ao artigos do 189. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Márcio Cammarosano, Maurício Zockun. (Org.). Lei de licitações e contratos administrativos comentada. 1ed.São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, v. 1, p. 782-787.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; BRAGAGNOLI, R. L. .** A ordem cronologica de pagamento na Lei 13.303/2016 - Lei de Responsabilidade das Estatais (LRE). In: Gilberto Bernardino de Oliveira Filho; Nathalia Leone Marco. (Org.). A boa gestão pública e o novo direito administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas. 1ed.São Paulo: SGP, 2021, v. 1, p. 84-99.
15. **VIANA, I. S. ; STROPPIA, Christianne de Carvalho .** LGPD: o que muda no controle da Administração Pública?. In: Rodrigo Pironi. (Org.). Lei Geral de Proteção de Dados no Setor Público. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 239-258.
16. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O pagamento antecipado nos contratos administrativos. In: Maurício Zockun; Emerson Gabardo. (Org.). O direito administrativo do pós-crise. 1ed.Curitiba: Íthala, 2021, v. 1, p. 137-150.

17. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Pregão na lei Nº 14.133/2021 ? Possibilidade de contratação de projetos e outros serviços de engenharia consultiva. In: Marcos Nóbrega Daniela Bonato B. Zambelli. (Org.). Novos rumos das licitações e contratos administrativos. 1ed.Osasco: Daniela Zambelli, 2021, v. 1, p. 64-78.
18. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**. O contrato de Facilities da Lei nº 14.011/2020. In: Gabriela Verona Pércio, Cristiana Fortini. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 243-252.
19. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; BONATTO, H. . A adoção do Building Information Modeling - BIM e sua repercussão nas obras públicas: um novo tempo. In: Aldem Johnnton Barbosa ARAújo e Leonardo Saraiva. (Org.). Obras públicas e serviço de engenharia na Nova Lei de Licitações e Contratos. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021, v. 1, p. 29-52.
20. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . Concessão da zonal azul: um exemplo prático da importância do controle pelo Tribunal de Contas do Município de São Paulo. In: Diego Jacome Valois Tafur, Guilherme Jardim Jurksaitis, Rafael Hamze Issa. (Org.). Experiências Práticas em Concessões e PPP. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. II, p. 91-103.
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Despesas Públicas. In: FAIM FILHO, Eurípides Gomes e SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. (Org.). Direito Financeiro e Direito Econômico: À luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 1ed.São Paulo: IPAM, 2020, v. 1, p. 151-159.
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais. In: Augusto Dal Pozzo, Márcio Cammarosano. (Org.). As Implicações da Covid-19 no Direito Administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 563-586.
23. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. O Princípio da Moralidade Tarifária. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. ARRUDA, Carmen Sílvia L. de. SCHWIND, Rafael Wallbach. ISSA, Rafael Hamze. (Org.). Direito em Tempos de Crise ? Covid-19. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 4, p. 1-.
24. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico. In: DAL POZZO, Augusto Neves. (Org.). O novo marco regulatório do saneamento básico. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 461-478.
25. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; MELISSOPOULOS, A. G. . As prerrogativas das MPES no Projeto de Lei 1.292/1995. Revista do IBEDAFT. 1ed.Salvador: Paginea, 2020, v. 1, p. 257-284.
26. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO**; MELISSOPOULOS, A. G. . A teoria da imprevisão na lei n. 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da COVID/-19. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmen Sílvia L. de Arruda; Roberto Ricomini Piccelli. (Org.). Direitos em tempos de crise - COVID -19 Contratos Administrativos - Controle. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. IV, p. 51-60.
27. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Responsabilidade do Parecerista. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Rafael Hamze Issa e Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Lei de introdução às normas do direito brasileiro ? anotada. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. II, p. 0-.
28. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. O Instituto do ?Carona? (Adesão) no Sistema de Registro de Preços segundo Toshio Mukai. In: HIGA, Alberto Shinji e SOUZA JUNIOR, Arthur Bezerra de. (Org.). Temas atuais de direito público: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai.. 1ed.Paraná: Thoth, 2019, v. 1, p. 9-.
29. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; BORDIN, N. A. P. . Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Limites do controle da administração pública no Estado de direito. 1ed.Curitiba: Íthala, 2019, v. 1, p. 65-78.
30. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Hospital do Subúrbio (Salvador/BA) ? Primeira unidade hospitalar pública viabilizada por meio de Parceria Público-Privada. In: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano e BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro. (Org.). O Regime Jurídico nos hospitais. 1ed.São Paulo: Verbatim, 2019, v. 1, p. 21-40.
31. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; STROPPIA, Y. M. C. E. S. . Suspensão preventiva de contratos administrativos sem observância dos princípios norteadores do Direito Sancionados ? O caso do Decreto nº 20.381/2018 do Município de São Bernardo do Campo. In: José Roberto Pimenta Oliveira. (Org.). Direito administrativo sancionador : estudos em homenagem ao professor emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2019, v. 1, p. 499-512.
32. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. A Revogação da Licitação na Lei das Estatais ? Lei nº 13.303/2016.. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Crise e reformas legislativas na agenda do Direito Administrativo XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 1, p. 47-57.
33. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. In: DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella e NOHARA, Irene. (Org.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. III, p. 717-728.
34. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Fase externa da licitação nas Parcerias Público-Privadas: fase de saneamento. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim, Bruno Aurélio, André Luiz Freire. (Org.). Parcerias Público-Privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2014, v. 1, p. 225-241.
35. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. O Sistema de Registro de Preços no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). Regime Diferenciado de Contratações Públicas ? RDC (Lei nº 12.462/11; Decreto nº 7.581/11): aspectos fundamentais. 3ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 179-194.
36. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPES) e a Função Social da Licitação.. In: Celso Antonio Bandeira de Mello, Sérgio Ferraz, Sílvia Luis Ferreira da Rocha, Amauri Feres Saad. (Org.). Direito Administrativo e Liberdade ? Estudos em Homenagem a Lúcia Valle Figueiredo. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2014, v. 1, p. 199-222.
37. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Regime Jurídico das Empresas Estatais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 109-115.

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; QUEIROZ, A. P. A. .** Orçamento sigiloso na obtenção da proposta mais vantajosa. Solicita, 20 jan. 2023.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações públicas e o pagamento do auxílio-alimentação. Solicita, 19 out. 2022.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Processo de Contratação Direta na Lei nº 14.133/21. Observatório da nova lei de licitações, 19 ago. 2022.
4. SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO .** A vedação à aquisição dos bens de luxo: difi culdades à vista. CONJUR, 11 ago. 2022.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Como ME/EPPs comprovam a situação financeira da empresa?. Solicita, 03 mar. 2022.
6. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Extinção unilateral do contrato pelo contratado. Revista do Advogado, São Paulo, p. 110 - 116, 01 mar. 2022.
7. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** A duração dos contratos na Lei nº 14.133/2021: o que muda, por que muda e a polêmica em torno dos contratos de prestação/fornecimento. Solução em Licitações e contratos, São Paulo, p. 51 - 54, 01 mar. 2022.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Certame exclusivo sem três ME/EPPs deve continuar?. Solicita, 24 fev. 2022.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A administração poderá alterar unilateralmente os contratos?: segundo a lei 14.133/21. Solicita, 17 out. 2021.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos abertos ou incompletos: quando usá-los?.. Solicita, 01 out. 2021.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Os 10 cuidados iniciais do fornecedor Para participar das contratações fundamentadas na Lei nº 14.133/2021. Solicita, 09 set. 2021.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS Quando usá-los?. Solicita, 07 jun. 2021.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; SOUSA, G. C. E. .** Da negação à ousadia: o WhatsApp como ferramenta válida nas licitações públicas. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 37 - 40, 01 set. 2020.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** As prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas contratações públicas em face da covid-19. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 47 - 50, 01 jul. 2020.
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; MOREIRA, E. B. .** O impacto da covid-19 nos concursos públicos. SAM ? Solução em Direito Administrativo e Municipal, São Paulo, p. 49 - 52, 01 jul. 2020.
16. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A preferência das microempresas e empresas de pequeno porte, em face do projeto de lei nº 1.292/1995. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 9 - 22, 21 dez. 2019.
17. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aproveitamento - a possibilidade da adoção do instituto do carona nos concursos públicos. Revista Colunistas de Direito do Estado,, São Paulo, 27 ago. 2018.
18. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A nova regulamentação do sistema de registro de preços ? decreto federal nº 7.892/2013. www.novo.licitacao.com.br, 04 fev. 2013.
19. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ministro reforça impasse. Jornal Agência de Notícias, 28 ago. 2009.
20. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O impasse dos guinchos. Jornal Zero Hora, 21 jun. 2009.
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reembolso da inspeção exclui quem não licenciou o carro. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 mar. 2009.
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Justiça manda por placas nas ruas do rodízio. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 dez. 2008.

Apresentações de Trabalho

1. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
2. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
4. **STROPPIA, CHRISTIANNE DE CARVALHO.** O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** RDC COMO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O RDC É UM BOM REFERENCIAL PARA UM NOVO CÓDIGO DE LICITAÇÕES?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** TEMAS POLÊMICOS E ESTRATÉGIAS EM LICITAÇÕES. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** COMENTÁRIOS AS ALTERAÇÕES INSERIDAS NA LEI Nº 8.666/93 PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 495/10 2010 (Licitação).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCURSO PÚBLICO 2010 (Licitação).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES 2009 (Licitação).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Extensão da Expressão 'Representante Legal' 2003 (Licitação).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnação, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003.

Processos ou técnicas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001.

Trabalhos técnicos

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Integrante do Grupo de Trabalho encarregado da elaboração de estudos visando ao desenvolvimento de programas de integridade e compliance no âmbito dos Tribunais de Contas ? Portaria Conjunta ATRICON/IRB nº 02/2021.. 2021.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Integrante do Grupo de Trabalho encarregado de analisar o teor da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, bem como propor orientações ao Sistema Tribunais de Contas ? Portaria ATRICON nº 07/2021.. 2021.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Integrante da Rede Governança Brasil - Comitê de Governança das Contratações.. 2021.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02 -. 2019.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I, no XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2018.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada por Werner Kraus Junior. 2017.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Prefeitura Municipal da Estância de Praia Grande, Estado de São Paulo. 2016.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos. 2015.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo. 2014.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parecer pelo Departamento nos Projetos de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pelo IPPLAN ? Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. 2014.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Contrato nº 006/2012). 2013.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010), para a prestação de serviços para realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros. 2010.

Demais tipos de produção técnica

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES PARA AS ESTATAIS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, curso de especialização em Direito Contratual. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE, curso de especialização em Direito Administrativo. 2023. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SANÇÕES NAS LICITAÇÕES, curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 9.

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso de Pós-Graduação especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PROCEDIMENTOS AUXILIARES À LICITAÇÃO, Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Licitações e Contratos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, no curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME JURÍDICO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. VIGÊNCIA, ALTERAÇÕES E RESCISÃO CONTRATUAL, no curso Licitações e Contratações Públicas. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: LICITAÇÃO. ASPECTOS GERAIS. LEI Nº 14.133/2021, no curso de Especialização em Direito Público. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESFAZIMENTO DO PROCESSO LICITATÓRIO, RESPONSABILIZAÇÃO E SANCIONAMENTO, no de Pós-Graduação em Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Corrupção nas contratações públicas e os tribunais de contas, curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei geral de licitações Lei n. 8.666/1993, no curso curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso ONLINE de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos gerais do objeto da licitação, curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A fase preparatória das licitações na lei 14.133/2021: ETP, anteprojeto, projeto básico e projeto executivo, curso de especialização em Direito do Estado. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
24. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Nova Lei De Licitações (Panorama Geral), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
25. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Alteração dos contratos administrativos na nova lei de licitações, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões, permissões e parceria público-privada, curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Debatedora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, tendo abordado o tema ?CONTROLE DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
28. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação no regime jurídico da estatais, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
29. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
30. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
31. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'. 2021. .
32. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Gerais do objeto da licitação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos,. 2021. .
33. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Esclarecimentos, Recursos e Respostas no Curso Online ?Pregão Eletrônico: Teórico E Prático. 2021. .
34. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Os Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso ONLINE sobra a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
35. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
36. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso In Company ?A Aplicação Da Nova Lei De Licitações E Contratações Nas Obras Públicas. 2021. .
37. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Sistema De Registro De Preços no Curso Online Sobre ?As Principais Mudanças Da Nova Lei De Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
38. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
39. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** As Contratações Diretas e a Importância Dos Procedimentos Auxiliares no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
40. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
41. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica. 2021. .
42. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (fornecedor). 2021. .
43. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
44. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
- 45.

46. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Nova Lei De Licitações'. 2021. .
47. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online Nova Lei De Licitações. 2021. .
48. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Nova Lei De Licitações'. 2021. .
49. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Nova Lei De Licitações'. 2021. .
50. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
51. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
52. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Serviços em Geral, no Curso Online 'Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos. 2021. .
53. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico'(fornecedor). 2021. .
54. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações no Curso Premium Online 'Nova Lei De Licitações E Contratos?'. 2021. .
55. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
56. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CORRUPÇÃO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E OS TRIBUNAIS DE CONTAS,curso de Pós-Graduação ONLINE Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
57. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
58. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO I, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
59. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
60. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO II, Pós-Graduação em Direito Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
61. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO, especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
62. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
64. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO DE CONTRATAÇÃO, Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
65. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações,Curso Premium ONLINE 'NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
66. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, no curso de Pós-Graduação em Licitações e Contratações Públicas. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
67. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** FASE EXTERNA DA LICITAÇÃO: PROCEDIMENTOS AUXILIARES,curso ONLINE de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
68. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
69. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTROLE DOS CONTRATOS ? Aula 21, curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
70. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO NO REGIME JURÍDICO DAS ESTATAIS, curso de especialização em Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
71. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** AS MODALIDADES DE LICITAÇÃO: O QUE MUDA? ? Aula 3, no curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
72. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ASPECTOS GERAIS DO OBJETO DA LICITAÇÃO,curso ONLINE de especialização de Licitações, Contratos Administrativos e Orçamento Público. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
73. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES NA LEI 14.133/2021: ETP, ANTEPROJETO, PROJETO BÁSICO E PROJETO EXECUTIVO, curso de especialização em Direito do Estado,. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
74. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVA LEI DE LICITAÇÕES (PANORAMA GERAL), no curso de especialização em Direito Administrativo. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
75. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA, do curso ONLINE de especialização em Direito Contratual. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
76. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Relatora do curso de extensão online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, promovido pela Fundação Arcadas, tendo abordado o tema 'EXTINÇÃO DOS CONTRATOS. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
77. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
78. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico?'. 2021. .
79. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
80. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online 'Impactos Da Nova Lei De Licitações Na Indústria Farmacêutica?'. 2021. .
81. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Gerais do objeto da licitação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
- 82.

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** OS Recursos Administrativos, A Impugnação E Os Esclarecimentos Na Nova Lei De Licitações no Curso Online sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
- 83. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 84. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Importância Do PNCP E As Inovações No Regramento Quanto Às Irregularidades ?Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
- 85. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** As Contratações Diretas E A Importância Dos Procedimentos Auxiliares, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações. 2021. .
- 86. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 87. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
- 88. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação? no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
- 89. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 90. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Planejamento E Fiscalização De Compras Em Empresa Pública?. 2021. .
- 91. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 92. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 93. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 94. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Nova Lei De Licitações?. 2021. .
- 95. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
- 96. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor),. 2021. .
- 97. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Serviços em Geral?, no Curso Online ?Atualização Em Licitações E Contratos Administrativos?. 2021. .
- 98. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico? (fornecedor). 2021. .
- 99. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ?Questões polêmicas sobre habilitação na Nova Lei de Licitações?, no Curso Premium Online ?Nova Lei De Licitações E Contratos?. 2021. .
- 100. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Planejamento De Contratação?, no Curso ONLINE sobre a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2021. .
- 101. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 102. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Servidores E Empregados Públicos: Regime Estatutário E Celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 103. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 104. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, curso de especialização em Direito Contratual. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 105. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 106. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Corrupção Nas Contratações Públicas E Os Tribunais De Contas, curso de Pós-Graduação Licitações e Contratações Públicas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 107. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 108. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor) ? ONLINE. 2020. .
- 109. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo pregão eletrônico e a contratação emergencial sob a ótica da lei Nº 13.979/2020. 2020. .
- 110. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico e lei nº 13.979/2020. 2020. .
- 111. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
- 112. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
- 113. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (1ª parte). 2020. .
- 114. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (2ª parte). 2020. .
- 115. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online gestão de contratos. 2020. .
- 116. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 117. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, urso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 118. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Lei Das Estatais (1ª Parte). 2020. .
- 119. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Lei Das Estatais (2ª Parte). 2020. .
- 120. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? Lei Nº 12.846/2013. 2020. .
- 121. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO, curso de Pós-Graduação em Direito Público. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 122. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LEI DAS ESTATAIS (1ª PARTE). 2020. .
- 123. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Online ?Estratégias Ilegais Em Licitações E A Lei Anticorrupção ? LEI Nº 12.846/2013?. 2020. .
- 124. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Bens públicos: classificação, regime jurídico, formas de aquisição e alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 125. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo regime jurídico das empresas estatais: licitação, no de especialização em Direito do Estado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 126.**

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regimes especiais de contratações públicas : noções gerais, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
127. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de extensão em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
128. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões e permissões, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
129. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados públicos: regime estatutário e celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
130. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Convênio, consórcio e parceria público-privada, no curso de especialização em Direito Contratual,. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
131. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime diferenciado de contratações públicas e lei complementar nº 123/06, curso de especialização em Direito Público Municipal, na Disciplina Direito Administrativo ? Licitações e Contratos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
132. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
133. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ME, EPP, COOPERATIVA, MEI, EIRELLIs nas licitações públicas. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
134. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
135. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Classificação e Julgamento Das Propostas Comerciais Nas Licitações & Recursos Administrativos, Impugnações Ao Edital E Pedidos De Esclarecimentos. 2019. .
136. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Das Estatais: Lei Nº 13.303/2016 Licitações e Contratos de Acordo com o Regulamento da SABESP. 2019. .
137. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
138. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema De Registro De Preços. 2019. .
139. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Jurídicos Da Licitação. 2019. .
140. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
141. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
142. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Bens Públicos: Classificação, Regime Jurídico, Formas De Aquisição E Alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
143. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, no curso de especialização em Direito Contratual. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
144. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
145. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parcerias Na Administração Pública, no 10º Curso de Pós-Graduação ?Lato Sensu? - Especialização em Direito Público. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
146. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
147. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB, promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
148. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
149. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
150. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
151. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? DECRETO Nº 10.024/2019. 2019. .
152. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
153. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Atualização na lei de licitações e mudanças no pregão eletrônico. 2019. .
154. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
155. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
156. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Organização administrativa: panorama geral ? administração direta e administração indireta. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
157. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Exceções ao dever de licitar, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
158. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
159. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
160. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
161. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
162. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
163. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .
164. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de registro de preços e regime diferenciado de contratações públicas - RDC, curso de especialização em Direito Municipal da Escola Paulista de Direito. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
165. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Infração e sanção administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
166. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
167. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratações públicas : aspectos fundamentais, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
168. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
169. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

170. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados Públicos, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
171. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O futuro da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
172. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
173. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
174. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
175. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Despesas, Curso Direito Financeiro e Econômico à luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 2018. .
176. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso 'PREPARATÓRIO PARA A OAB', promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
177. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Das Estatais. 2018. .
178. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LINDB E Novidades Na Lei Das Estatais. 2018. .
179. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
180. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
181. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Agentes públicos: conceito. Classificação. Regime jurídico: estatutário e contratual, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
182. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Sindicância e processo administrativo, no curso de especialização em direito administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
183. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I no curso de extensão em Gestão Pública. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
184. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Atos administrativos e o princípio da confiança legítima, curso de especialização em Direito Público na Disciplina Temas Atuais de Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
185. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação: princípios e modalidades, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
186. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação: fases ? interna e externa. Edital, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
187. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Processo administrativo, no curso de especialização em direito Municipal. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
188. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie, no curso de especialização Direito Contratual. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
189. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso regime diferenciado de contratações públicas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
190. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
191. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dase interna da licitação (pregão). 2017. .
192. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
193. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
194. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
195. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
196. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
197. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
198. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
199. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
200. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2017. .
201. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Processo de Contratação - Módulo II. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
202. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Entidades da Administração Pública Municipal. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
203. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
204. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
205. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
206. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
207. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
208. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
209. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
210. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
211. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
212. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
213. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratações Públicas. 2016. .
214. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município III. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
215. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
216. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
217. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
218. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos e Convênios Com a Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
219. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
220. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .

221. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
222. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
223. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas E Empresas De Pequeno Porte ? Alteração Da Lei Complementar Nº 123/2006 Pela Lei Complementar Nº 147/2014. 2015. .
224. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Treinamento De Gestão De Contratos Administrativos. 2015. .
225. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fases, Procedimentos e Editais no curso de especialização em Direito Administrativo, promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão ? COGEAE. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
226. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
227. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
228. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
229. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
230. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
231. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
232. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação das Micros e Pequenas Empresas nas Licitações. 2015. .
233. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
234. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parceria Público-Privada. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
235. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Organização Administrativa do Estado. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
236. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões. 2015. .
237. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Dos Membros De Comissões De Licitações. 2015. .
238. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
239. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
240. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TRIBUNAL DE CONTAS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
241. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
242. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
243. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
244. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Poder Legislativo Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
245. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novos Instrumentos De Realização Do Interesse Público ? OS, OSCIPS E ONG'S. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
246. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo No Município I. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
247. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município II. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
248. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
249. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
250. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
251. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
252. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2014. .
253. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
254. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
255. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
256. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (19 de maio). 2014. (Reunião).
257. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (31 de março). 2014. (Reunião).
258. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (15 de maio). 2014. (Reunião).
259. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (13 de março). 2014. (Reunião).
260. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
261. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
262. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
263. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO II. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
264. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO I. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
265. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S?. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
266. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
267. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de agosto). 2013. (Reunião).
268. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (09 de setembro). 2013. (Reunião).
- 269.

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (01 de outubro). 2013. (Reunião).
- 270. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de novembro). 2013. (Reunião).
- 271. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (04 de dezembro). 2013. (Reunião).
- 272. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 273. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. 2012. .
- 274. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 275. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 276. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 277. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 278. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
- 279. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
- 280. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
- 281. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2012. .
- 282. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. .
- 283. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
- 284. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
- 285. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
- 286. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO (fornecedor). 2012. .
- 287. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2012. .
- 288. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2011. .
- 289. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS. 2011. .
- 290. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
- 291. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLÁUSULAS EXTRAVAGANTES. 2011. .
- 292. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
- 293. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÃO, PREGÃO, CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. .
- 294. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REQUISICÃO, LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SERVIDÃO E TOMBAMENTO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 295. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 296. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 297. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 298. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SANÇÕES PENAS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 299. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** RESPONSABILIDADE CIVIL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 300. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
- 301. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .
- 302. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .
- 303. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
- 304. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .
- 305. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 306. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
- 307. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011. .
- 308. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .
- 309. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
- 310. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2011. .
- 311. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .
- 312. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO E SANÇÕES. 2011. .
- 313. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .
- 314. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .
- 315. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .
- 316. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
- 317. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
- 318. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .
- 319. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .
- 320. ★ STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 321. STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .

322. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
323. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
324. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2010. .
325. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos. 2010. .
326. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
327. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
328. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
329. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta. 2010. .
330. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações, Pregão e MPE's. 2010. .
331. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2010. .
332. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO SOBRE EDITAIS. 2010. .
333. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2010. .
334. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2010. .
335. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
336. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
337. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
338. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
339. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação, Pregão, Registro de Preços, Contratos e Convênios. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
340. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão Presencial e Eletrônico. 2009. .
341. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta. 2009. .
342. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão Presencial. 2009. .
343. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação para Gestor Público. 2009. .
344. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2009. .
345. ★ **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** AGENTES E SERVIÇOS PÚBLICOS. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
346. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
347. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2009. .
348. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Complementar 123/06. 2008. .
349. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação para Gestor Público. 2008. .
350. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2008. .
351. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
352. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dispensa e Inexigibilidade. 2008. .
353. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos. 2008. .
354. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitações. 2008. .
355. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação e Pregão Presencial. 2008. .
356. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
357. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos. 2008. .
358. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitações. 2008. .
359. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico. 2008. .
360. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
361. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
362. ★ **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** COMO POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DAS MPE'S NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS. 2008. (Manual desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
363. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
364. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
365. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
366. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
367. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2006. .
368. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2006. .
369. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2005. .
370. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
371. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2005. .
372. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
373. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2005. .
374. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005. .
375. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2005. .
376. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005. .
377. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2004. .
378. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
379. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2004. .

380. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2004. .
381. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Recursos Administrativos e Vias Judiciais. 2004. .
382. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
383. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta sem Licitação. 2004. .
384. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2004. .
385. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
386. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Análise de Editais. 2003. .
387. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. .
388. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
389. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
390. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
391. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
392. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. .
393. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
394. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
395. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
396. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
397. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Prático de Licitações e Contratos. 2002. .
398. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Conceitos e Práticas Avançadas de Licitação. 2002. .
399. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2002. .
400. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
401. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
402. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
403. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
404. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2002. .
405. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Editais. 2002. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
406. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática. 1998. .
407. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/84. 1997. .
408. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na Prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/94. 1997. .

Patentes e registros

Patente

A Confirmação do status de um pedido de patentes poderá ser solicitada à Diretoria de Patentes (DIRPA) por meio de uma Certidão de atos relativos aos processos

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001, Brasil.
Patente: Outro. Número do registro: 274.578, título: "Elementos de Direito Administrativo" Concessão: 27/11/2002

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. CAMMAROSANO, M.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; SILVA, C. M. F. P. E.. Participação em banca de Gilvan Carneiro de Andrade Filho. A responsabilidade do agente público em face do artigo 37 E6º da Constituição federal : uma análise principiológica. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. CAMMAROSANO, M.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; PEREIRA, F. H. U.. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. O controle exercido pelo Tribunal de contas da União em matéria de contratações públicas e a Lei n. 14133/2021. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Qualificações de Mestrado

1. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; OLIVEIRA, J. R. P.. Participação em banca de Felipe Miranda Ferrari Pícolo. Prorrogação antecipada dos contratos de concessão de serviço público. 2022. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. ZOCKUN, M. G. P.; CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcel Volponi Xavier de Sá Santos. Procedimento administrativo para identificação de parcerias em oportunidades de negócio. 2022.

3. CAMARA, J. S. D. A.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; PELEGRINI, M.. Participação em banca de Gabriela Duque Poggi de Carvalho. O controle dos contratos administrativos pelo tribunal de contas da união. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. OLIVEIRA, J. R. P.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ana Luiza Queiroz Melo Jacoby Fernandes. Efetividade dos direitos constitucionais no processo de controle das contratações públicas. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. CAMMAROSANO, M.; **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; CAMARA, J. S. D. A.. Participação em banca de Ana Cristina Fecuri. Lei geral de licitações. Falhas em projetos básicos e as alterações qualitativas em contratos de obras de infraestrutura. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Adriana Ramos Dos Santos. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Antonio Carlos Mingrone. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Nájela Cristina Pedro Targhetta. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paulo de Tarso Augusto Junior. Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de aperfeiçoamento de Oficiais I) - Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Eduino Orione Borges. O processo licitatório da lei nº 13.303/2016 ? Lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; GROTTI, D. A. M.. Participação em banca de Victor Silveira Martins. Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**; DAL POZO, A. N.. Participação em banca de Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Isabela De Fátima Lhano. A Excessão Do Contrato Não Cumprido Pela Administração. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Sueli Lefort. Responsabilidade Do Estado Para Com Os Recém-Nascidos De Mães Usuárias De Drogas Ilícitas. 2011 - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Franciano Fabricio de Araujo. Eutanásia ? Quando A Morte É Um Passaporte Para A Liberdade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Juliana Dos Santos Melo. Concessão De Uso Especial Para Fins De Moradia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Paola Piva Lorca. Projeto De Lei Complementar Nº 92/2007 E As Organizações Sociais - A Hipertrofia Da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Lucila De Almeida Magalhães Lobo. O Regime Democrático Nas Relações De Poder: Legalidade, Legitimidade E O Mercado Político. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Marcelo Geraldo da Silva. Licitações - Pregão. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de João Batista De Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários E Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Nivia Cristina Fonseca. Direito Eleitoral. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Oswaldo Turina Junior. Controle de Constitucionalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho**. Participação em banca de Ronaldo Rapini Barbosa. Lei De Improbidade Administrativa: Dos Atos Que atentam Contra Os Princípios Da Administração Pública. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.

16. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniel Dias Peres.A Modalidade De Licitação Pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
17. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Vania Bernadete Maschi.Processo Legislativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
18. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniele Garavello Martinez.Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
19. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Carlos Eduardo Donadelli Grechi.O Equilíbrio Econômico-Financeiro Dos Contratos Administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
20. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Lílian Cristina Zocaratto.O Poder De Polícia Das Comissões De Especialistas Do MEC. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Marcos Antônio da Silva.Concurso Público: Aspectos Jurídicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho; BITTAR, Marcelo Buczek; SANTOS, Aloísio dos.** Participação em banca de Fernando.Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Cidade de São Paulo.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comissão do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio ?Sergio de Andréa Ferreira, no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Julgamento de uma Concorrência Pública. 2000. Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 18º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. CARREIRA DE COMPRADOR PÚBLICO E ESTRATÉGIAS DE REMUNERAÇÃO: O QUE É POSSÍVEL??, ?TALK SHOW? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2023. (Congresso).
2. 4º CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A INDICAÇÃO DE MARCA E O PROCESSO DE VEDAÇÃO. 2023. (Congresso).
3. 17º CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. PREGÃO E CONCORRÊNCIA NA NLL: FACES DA MESMA MOEDA?? e OFICINA: APLICAÇÃO DOS BENEFÍCIOS PARA ME/EPP: LC Nº 123/2006 X ART. 4º DA NLL. 2022. (Congresso).
4. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2022. (Congresso).
5. 3º CONGRESSO BRASILEIRO DE COMPRAS PÚBLICAS. IDENTIFICAÇÃO DE FALHAS PRÁTICO-OPERACIONAIS NA FASE INTERNA DAS LICITAÇÕES? e PALESTRA: O NOVO PERFIL DO COMPRADOR PÚBLICO. 2022. (Congresso).
6. II Congresso rondoniense de direito administrativo. Impressões sobre a nova lei de licitação. 2022. (Congresso).
7. XXIII Congresso paranaense de direito administrativo. Extinção dos contratos administrativos. 2022. (Congresso).
8. XXXVI Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Participação popular em licitações e contratações públicas. 2022. (Congresso).
9. 1º Congresso brasileiro para pregoeiros e agentes públicos envolvidos em licitações e contratos. O papel dos agentes responsáveis pelo controle na NLLC. 2021. (Congresso).
10. 1º CONGRESSO BRASILEIRO PARA PREGOEIROS E AGENTES PÚBLICOS ENVOLVIDOS EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PAPEL DOS AGENTES RESPONSÁVEIS PELO CONTROLE NA NLLC. 2021. (Congresso).
11. A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.A FASE DE HABILITAÇÃO. PROCEDIMENTO E ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO. RECURSOS ADMINISTRATIVOS. 2021. (Outra).
12. Diálogo a nova lei de licitações e contratos, promovida pela Escola de Contas e Gestão do TCE/RJ.A nova lei de licitações e contratos ? planejamento das contratações públicas e as novidades trazidas pela nova lei. 2021. (Seminário).
13. Evento Elas Na Licitação - BLL Compras.Contratação de facilities. 2021. (Seminário).
14. EVENTO - NOVA LEI DE LICITAÇÕES.MODALIDADES E TIPOS DE LICITAÇÃO. 2021. (Outra).
15. Evento Nova Lei De Licitações, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA.Modalidades e Tipos de Licitação. 2021. (Seminário).
16. III Seminário De Governança E Gestão De Contratações No Poder Judiciário.Painel 2: Gestão de riscos e controle na nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
17. III SEMINÁRIO DE GOVERNANÇA E GESTÃO DE CONTRATAÇÕES NO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL 2: GESTÃO DE RISCOS E CONTROLE NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Seminário).

18. Live ? Conversando com o gestor - Escola de Contas do TCE/AL.Os tribunais de contas e os impasses mais identificados nos municípios. 2021. (Seminário).
19. Palestra no evento Nova lei de licitações - IBDA.Modalidades E Tipos De Licitação. 2021. (Outra).
20. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Concessão da zona azul: um exemplo prático da importância do controle externo. 2021. (Seminário).
21. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.CONCESSÃO DA ZONA AZUL: UM EXEMPLO PRÁTICO DA IMPORTÂNCIA DO CONTROLE EXTERNO. 2021. (Outra).
22. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PAPEL DA ASSESSORIA JURÍDICA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2021. (Outra).
23. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.PLANEJAMENTO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LEI Nº 14.133/2021)?,. 2021. (Outra).
24. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Planejamento na administração pública (lei nº 14.133/2021). 2021. (Outra).
25. Palestra online promovida Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Papel da assessoria jurídica nas contratações públicas. 2021. (Outra).
26. Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O ÓRGÃO DE ASSESSORAMENTO JURÍDICO. 2021. (Outra).
27. Palestra online promovida pela Comissão de Direito Administrativo da OAB/SP.O órgão de assessoramento jurídico. 2021. (Outra).
28. palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.RECURSOS, IMPUGNÇÃO E ESCLARECIMENTOS. 2021. (Outra).
29. Palestra online promovida pela Escola de Contas do TCE/AL.Recursos, impugnação e esclarecimentos. 2021. (Outra).
30. Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
31. Palestra online promovida pela IMED Passo Fundo, Porto Alegre.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
32. palestra online promovida pela Negócios Públicos.CONTRATOS ABERTOS OU INCOMPLETOS. 2021. (Outra).
33. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.OS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA JURISPRUDÊNCIA DO TCU. 2021. (Outra).
34. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Contratos abertos ou incompletos. 2021. (Outra).
35. Palestra online promovida pela Negócios Públicos.Os contratos administrativos na jurisprudência do TCU. 2021. (Outra).
36. Palestra online promovida pela OAB/BA.Pontos críticos da nova lei de licitações. 2021. (Outra).
37. Palestra online promovida Pela OAB/BA.?PONTOS CRÍTICOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
38. Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A FASE DE HABILITAÇÃO: O QUE MUDA? (Debate 7). 2021. (Outra).
39. Palestra online promovida pela Prefeitura Municipal de Salvador/BA.A fase de habilitação: o que muda? (debate 7),. 2021. (Outra).
40. palestra ONLINE promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O PAPEL DO ASSESSOR JURÍDICO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
41. Palestra online promovida pela Universidade Municipal de São Caetano do Sul ? USCS.O papel do assessor jurídico na nova lei de licitações. 2021. (Outra).
42. Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.Discussão sobre a nova lei de licitações. 2021. (Seminário).
43. Palestra online promovida pelo Centro de Estudos da PGE/PE.DISSCUSSÃO SOBRE A NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Outra).
44. Palestra online promovida pelo CONSAD/MG.Agente de contratação. 2021. (Outra).
45. Palestra online promovida pelo Portal L&C.ASPECTOS RELEVANTES SOBRE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NO PL 4253/2020. 2021. (Outra).
46. Palestra online promovida pelo Portal L&C.Aspectos relevantes sobre contratos administrativos no PL 4253/2020. 2021. (Outra).
47. Palestra online realizada no evento A nova lei de licitações e contratos administrativos TRF4.A fase de habilitação. Procedimento e encerramento da licitação. Recursos administrativos. 2021. (Outra).
48. Palestra online realizada no evento DIÁLOGO ?A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS.A NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ? PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS E AS NOVIDADES TRAZIDAS PELA NOVA LEI. 2021. (Outra).
49. SÉRIE DE LIVES ? CONVERSANDO COM O GESTOR.?OS TRIBUNAIS DE CONTAS E OS IMPASSES MAIS IDENTIFICADOS NOS MUNICÍPIOS. 2021. (Outra).
50. SIAUD-JUD Fórum permanente de auditoria do poder judiciário.Painel: desafios da nova lei de licitações e contratos. 2021. (Outra).
51. SIAUD-JUD FÓRUM PERMANENTE DE AUDITORIA DO PODER JUDICIÁRIO.PAINEL: DESAFIOS DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2021. (Outra).
52. WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES (Prof. Marcus Alcantara), promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.mediadora e organizadora. 2021. (Seminário).
53. XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA ? AASP: Direito Administrativo e Inovação: crise e soluções. Inovações da nova Lei de Licitações (Lei n. 14.133/2021) Parte I. 2021. (Congresso).
54. 10º Encontro do Webinar: Adesão do Brasil ao GPA/OMC: Compras Governamentais e Reforma das Licitações.Debatedora - Reforma do sistema brasileiro de licitações e compras governamentais. 2020. (Encontro).
55. Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA/AASP. O ?compliance? nos Poderes públicos. 2020. (Congresso).
56. CURSO 1º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA NO COMBATE À PANDEMIA, promovido na modalidade à distância pela 3R Capacita. 2020. (Seminário).
57. CURSO 2º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO ? A CONFIANÇA COMO BEM PÚBLICO NACIONAL. 2020. (Seminário).

58. CURSO COMPLETO ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DO CORONAVÍRUS, promovido na modalidade à distância por Ronny Charles Lopes de Torres. 2020. (Outra).
59. CURSO COMPLETO ? LEI DO CORONAVÍRUS (LEI 13.979/20), promovido na modalidade à distância pela CP Iuris. 2020. (Outra).
60. Desafios do direito público econômico no Brasil, proferida pelo Prof. Carlos Ari Sundfeld, transmitida pelo YOUTUBE, promovida pelo curso de Pós-Graduação em Direito Econômico e Regulatório do Instituto de Direito da PUC-Rio. 2020. (Outra).
61. Diálogos Sobre Contratação Publica Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil.Sustentabilidade E Contratação Pública No Brasil. 2020. (Outra).
62. Diálogos Sobre Contratação Publica Na Época Pandêmica: Europa ? Brasil, Promovida Pela Associação Nacional Dos Procuradores Dos Estados E Do Distrito Federal.Sustentabilidade e Contratação Pública No Brasil. 2020. (Encontro).
63. Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
64. Direito Administrativo na visão Delas - IBDA.A REFORMA NOS MODELOS DE RELACIONAMENTO/EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS ART. 37-A. 2020. (Outra).
65. Direito administrativo sancionador ? processo administrativo sancionador dos órgãos reguladores palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Seminário).
66. Direito em pauta: direito administrativo e o desafio dos princípios da lindb (ONLINE), promovido pelo IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Outra).
67. Evento - Direito Administrativo Na Visão Delas, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA, com o apoio da UniBrasil, do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA) e da Comissão de Direito Administrativo da OAB-PR.A Reforma Nos Modelos De Relacionamento/Execução Das Atividades Administrativas ART. 37-A. 2020. (Seminário).
68. FACILITIES, promovido ONLINE pela InfraFM Centro-Oeste. 2020. (Outra).
69. I Congresso de Estudos em direito das licitações e contratos públicos. Estudos em direito das licitações e contratos públicos. 2020. (Congresso).
70. I Congresso Digital COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. 2020. (Congresso).
71. III Conferência dos Procuradores do Estado de Rondônia (ONLINE) - Administração pública em tempos de crise. 2020. (Simpósio).
72. Lei complementar 173: impactos nos municípios, promovido ONLINE pelo Curso de Especialização em Direito Municipal da FDRP-USP. 2020. (Outra).
73. Live - Conexão portal 14 - Solução de impasses no pregão: a visão delas Portal de Compras Públicas.Solução de impasses no pregão: a visão delas. 2020. (Outra).
74. Live - Estimativa de preços - IN73: repercussão no pregão. 2020. (Outra).
75. Live - IN 73/2020, promovido pela Negócios Públicos. 2020. (Outra).
76. O coronavírus e as obras públicas (ONLINE), promovido pela empresa Con Treinamentos. 2020. (Outra).
77. Palestra: Prestação de contas ? nova regulamentação da IN ? TCU 84/2020 (ONLINE), promovida pela Escola Superior do TCU. 2020. (Outra).
78. Palestra (ONLINE) - Licitação sustentável promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. 2020. (Outra).
79. Palestra - Direito administrativo sancionador ? desafios e perspectivas no direito administrativo sancionador palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
80. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IADA ? Instituto Amazonense de Direito Administrativo.- Os tribunais de contas e o controle da legitimidade dos atos administrativos. 2020. (Outra).
81. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo escritório Pironti Advogados.A importância da igualdade de gênero nos eventos e participações institucionais. 2020. (Outra).
82. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IDAMS ? Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul.- As novidades do pregão eletrônico ? decreto federal nº 10.024/2019. 2020. (Outra).
83. Palestra ONLINE em Comemoração aos 18 anos da modalidade de licitação pregão ? Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2020.A modalidade pregão na lei das estatais. 2020. (Outra).
84. Palestra ONLINE Promovida Pela Universidade Municipal De São Caetano Do Sul ? USCS.Contratações Públicas E A Covid-19. 2020. (Outra).
85. palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP.CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Outra).
86. Palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção da PUC/SP, palestra online promovida pelo Grupo Direito e Corrupção. 2020. (Outra).
87. Palestra Online Promovida Pelo Grupo Direito E Corrupção Da PUC-SP.Contratações Públicas. 2020. (Outra).
88. Palestra ONLINE promovida pelo Núcleo Discente de Direito Administrativo ? NUDDA da Universidade Federal do Paraná - UFPR.A atuação do controle externo em meio à pandemia. 2020. (Outra).
89. Palestra ONLINE promovida pelo Portal Licitações Municipais.Prerrogativas das MPes nas licitações públicas. 2020. (Outra).
90. Palestra ONLINE - Requisições administrativas durante a pandemia promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU/MG. 2020. (Outra).
91. Palestra promovida pela empresa Conceito.A Visão Do Tribunal De Contas Sobre A Nova Lei De Licitações. 2020. (Outra).
92. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Contratações públicas e o coronavírus. 2020. (Seminário).
93. Reequilíbrio econômico-financeiro: desafios e perspectivas palestram transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
94. Reforma administrativa na visão delas.A Reforma nos modelos de relacionamento/execução das atividades administrativas art 37-A. 2020. (Outra).
95. Seminário: Atualidade Das Contratações Públicas - Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU.Atualidade Das Contratações Públicas. 2020. (Seminário).
96. Simpósio: aspectos controversos da declaração de direitos de liberdade econômica ? MP 881/2019, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2020. (Simpósio).

97. Teoria da imprevisão nos contratos administrativos palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
98. Terceirização e responsabilidade dos agentes públicos em tempos de pandemia palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU da 3ª Região. 2020. (Outra).
99. V Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. 2020. (Congresso).
100. Webinar: A experiência do decreto 10.024/2019 e os desafios do pregão eletrônico, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
101. Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli).Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais. 2020. (Seminário).
102. Webinar: como elaborar um termo de referência com excelência, promovido pela Multiplica Conhecimento. 2020. (Outra).
103. WEBINAR: ETP E TR NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES.mediadora e organizadora. 2020. (Seminário).
104. Webinar: governança e planejamento nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
105. Webinar: o controle das contratações públicas em tempos de pandemia, promovido pelo Portal L&C.Debatedora - o controle das contratações públicas em tempos de pandemia. 2020. (Seminário).
106. Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC.Organizadora. 2020. (Seminário).
107. Webinar: pesquisa de preços nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
108. Webinar: Planilha de custos de serviços terceirizados, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
109. Webinário Letaci : Regulação Do Setor De Saneamento Básico Em Tempos De COVID-19, promovido pelo Laboratório de Estudos Institucionais ? LETACI, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ. 2020. (Seminário).
110. Webpalestra - Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas- IADA.Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas. 2020. (Outra).
111. Webseminário ? Contratos Administrativos De Terceirização.Debatedora Contratos Administrativos De Terceirização , promovido pela ESA OAB-RJ ? Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro. 2020. (Seminário).
112. Webseminário ? Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PL 2139/20 Do Senado Federal.Debatedora - Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PI 2139/20 Do Senado Federal?, promovido pelo Grupo de Estudos ? O Direito em Tempos de Covid-19, do IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Seminário).
113. XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O COMPLIANCE NOS PODERES PÚBLICOS. 2020. (Congresso).
114. XXXIV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo, promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. O Compliance Nos Poderes Públicos. 2020. (Congresso).
115. Café com Mediação.A Consensualidade Na Administração Pública Como Instrumento De Economia E Eficiência E A Importância Dos Órgãos De Controle. 2019. (Encontro).
116. Compreendendo Os Dispute Boards.Mediadora. 2019. (Outra).
117. Conferência: Sistema De Controle Externo No Estado Democrático De Direito?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2019. (Simpósio).
118. Desafio Da Política De Integridade Nas Empresas Públicas.Mediadora. 2019. (Outra).
119. I Jornada De Direito Administrativo.Professora Especialista - Comissão 1 ? Regime Jurídico Administrativo, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. 2019. (Outra).
120. Palestra no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública, pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
121. Palestra promovida no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública.O direito administrativo sancionador no âmbito do controle interno e externo. 2019. (Outra).
122. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Fórum Discussão De Licitações. 2019. (Outra).
123. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
124. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A nova lei de licitações ? PL Nº 1.292/1995. 2019. (Outra).
125. Palestra promovida pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.PAINEL ? Nova Lei De Licitações. 2019. (Outra).
126. Palestra promovida por RHS Licitações, para a empresa Roche Diagnóstica Brasil.Licitações Públicas ? Novidades (Lei Anti Trust). 2019. (Outra).
127. Seminário: Boas Práticas De Auditoria Dos Tribunais De Contas Do Brasil ? Análise De Dados: A Inteligência Artificial A Favor Dos Tribunais De Contas. 2019. (Seminário).
128. Seminário IASP e ABRADADE.Presidente de Mesa - O processo administrativo e a participação do administrado na formação das decisões administrativas. 2019. (Seminário).
129. XVII Semana Jurídica ? TCESP.Possível alterações na lei de licitações. 2019. (Outra).
130. XXXIII Congresso brasileiro de direito administrativo - IBDA. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02. 2019. (Congresso).
131. Curso internacional: estruturação, implementação e gestão de projetos de infraestrutura, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2018. (Outra).
132. Debate promovido por RHS Licitações, para a SABESP ? Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.Debatedora - Discussão Sobre Dúvidas Acerca Da Lei Das Estatais. 2018. (Outra).
133. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.Painel 1: Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Seminário).
134. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.palestrante, promovido pela Escola Pública de Trânsito ? EPT do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo. 2018. (Seminário).
135. Oficina Sobre a Lei 13.655/18.Lei 13.655/18. 2018. (Oficina).

136. Palestra promovida na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.A Importância Do Compliance Na Contratação Das MPEs. 2018. (Outra).
137. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Pregão, Contratos, Lei Anticorrupção E Novidades. 2018. (Outra).
138. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
139. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Compatibilização Das Políticas Públicas Na Licitação. 2018. (Outra).
140. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
141. Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE), promovido na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Correa ? Escola Superior do Tribunal de Contas da União.Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE). 2018. (Seminário).
142. Seminário - Diálogo público discussão do projeto de lei nº 7448/2017 ? altera a lei de introdução às normas do direito brasileiro e inui disposições sobre segurança e eficiência na criação e na aplicação do direito público. 2018. (Seminário).
143. Seminário Impacto Da Lei 13.655/18, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales.Seminário Impacto Da Lei 13.655/18. 2018. (Seminário).
144. Seminário internacional: 30 anos da Constituição de 1988?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2018. (Seminário).
145. Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões.Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões. 2018. (Outra).
146. XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I. 2018. (Congresso).
147. Conferências em Direito Público em Homenagem à Professora Dra. Maria Garcia: Questões Contemporâneas em Direito Constitucional e em Direito Administrativo. 2017. (Outra).
148. Conferência sobre governança e planejamento estratégico em tribunais de contas. 2017. (Outra).
149. Curso para gestores públicos em parcerias público-privadas e concessões. 2017. (Outra).
150. II Ciclo de Palestras - Tribunal de Contas do Município de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.A lei das estatais (lei federal nº 13.303/2016) e o controle: o que muda na atuação e no controle das empresas estatais. 2017. (Outra).
151. I Seminário de Direito Administrativo.Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Seminário).
152. Palestra IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo, Grupo Público da FGV Direito ? SP e SBDP ? Sociedade Brasileira de Direito Público.Direito administrativo e política na prevenção da corrupção. 2017. (Outra).
153. Palestra para Eurofarma.Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Outra).
154. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Outra).
155. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
156. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A Fase Interna Do Processo Licitatório No Regime Diferenciado De Contratações Públicas: Novidades. 2017. (Outra).
157. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
158. Simpósio de direito administrativo em homenagem ao professor dr. Márcio Cammarosano. 2017. (Simpósio).
159. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO,. Membro da Comissão de Concursos de artigos Jurídicos. 2017. (Congresso).
160. Ciclo De Palestras O Novo CPC e o Processo Administrativo Perante Os Tribunais De Contas, Promovido Pelo Tribunal De Contas Do Município De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Outra).
161. Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010). atuando especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Intern. 2016. (Congresso).
162. Debate sobre o Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013.Debatedor no Debate sobre o ?Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013?, a fim de debater e propor sugestões, promovido pela Comissão de Estudos da Lei de Licitações, instituída pelo Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. 2016. (Outra).
163. Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016, Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016. 2016. (Outra).
164. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Seminário).
165. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Outra).
166. Palestra - Novo Estatuto Das Empresas Estatais E Sociedade De Propósito Específico Nas Licitações E Contratos Administrativos, Palestras Proferidas Na XIV Semana Jurídica ? TCESP, promovida Pelo Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. 2016. (Outra).
- 167.

- Palestra Novo Sistema De Jurisprudência Do TCMSP, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas
Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
168. Palestra O Papel Estratégico Da Comunicação Social No Controle Externo, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
 169. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselho Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem normativa das parcerias em Saúde. 2016. (Outra).
 170. Seminário 'Revisão do marco legal de licitações e contratações públicas no Brasil', pela APDA - Associação Paulista de Direito Administrativo e pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo.A Revisão Na Legislação De Licitações E Contratações Públicas: O Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013. 2016. (Seminário).
 171. Seminário A Constitucionalização Do Direito Administrativo E Seu Reflexo Nas Licitações E Contratos Administrativos, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo,, 2016. (Seminário).
 172. Seminário A Nova Lei De Responsabilidade Das Estatais, promovido Pela Elo Consultoria Empresarial E Produção De Eventos. 2016. (Seminário).
 173. Seminário Concessão E Parcerias Público-Privadas, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Seminário).
 174. Seminário O Novo CPC e o Processo Administrativo, Promovido Pelo IASP ? Instituto Dos Advogados De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Seminário).
 175. Seminário Securitização De Dívida Ativa, promovido pela Inova Seminários. 2016. (Seminário).
 176. Workshop Lei Anticorrupção 'Regras Para O Setor Público E Privado', Promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselho Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
 177. XXX Congresso Brasileiro De Direito Administrativo - promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. 2016. (Congresso).
 178. 3º Ecosistema Público - Boas Práticas de Compras. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
 179. 3º Ecosistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura de Catanduva.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
 180. 3º Ecosistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura Municipal de Curitiba e Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná - HEMEPAR.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
 181. 3º Ecosistema Público - Boas Práticas de Compras - UNICAMP.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
 182. 3º Ecosistema Público - Boas Práticas de Compras - Universidade Estadual de Londrina - UEL.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
 183. 42º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas - SBAC. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
 184. IV Congresso Paulista De Direito Administrativo: Controle, Infração E Sanção No Direito Administrativo - Homenagem Ao Professor Geraldo Ataliba. Controle das Parcerias na Administração Pública ? Oss e OSCIPs. 2015. (Congresso).
 185. Licitações e Contratos - Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselho Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Licitações e Contratos. 2015. (Seminário).
 186. RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo - conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselho Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo. 2015. (Seminário).
 187. Seminário - Contratos de Gestão de Saúde: Visão Atual e Perspectivas.Debatedor - Aspectos Jurídicos dos Contratos de Gestão ? Legislação Vigente. 2015. (Seminário).
 188. Aspectos Relevantes sobre o RDC.Aspectos Relevantes sobre o RDC. 2014. (Outra).
 189. Palestrante - Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte.Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. 2014. (Outra).
 190. Temas Relevantes sobre o PLS 559/2013, para o Grupo CCR.Temas Relevantes sobre o PLS 559/2013. 2014. (Seminário).
 191. Temas Relevantes sobre o RDC, para o Grupo CCR.Temas Relevantes sobre o RDC. 2014. (Seminário).
 192. 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Debatedor - Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). 2013. (Congresso).
 193. 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Mediadora - Parcerias público-privadas (PPPs). 2013. (Congresso).
 194. O RDC (Regime Diferenciado De Contratações Públicas).LICITAÇÃO ? INTRODUÇÃO ATÉ O INSTITUTO DO RDC. 2013. (Outra).
 195. XIX Seminário de Atualização de Normas e Controle Externo.SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Seminário).
 196. XXVII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2013. (Congresso).
 197. Fase Interna Da Licitação.FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. 2012. (Outra).
 198. Jornada de Direito Administrativo.PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO RDC. 2012. (Outra).
 199. Pregão Eletrônico.Pregão Eletrônico. 2012. (Outra).
 200. Sistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional.SSistema De Registro De Preços, MPE? S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. 2012. (Encontro).
 201. XII Seminário Internacional De Compras Governamentais.RDC Como Garantir A Participação Dos Pequenos Negócios. 2012. (Seminário).
 202. IV Fomenta Nacional 2011.O RDC é Um Bom Referencial Para Um Novo Código De Licitações?. 2011. (Outra).
 203. Jornada De Estudos - NDJ, Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
 204. Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações.Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. 2011. (Encontro).
 205. Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
 206. Seminário promovido pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.Presidente da Mesa - O Novo Marco Legal Das Empresas Estatais: O Que Muda Com A Lei Federal Nº 13.303/2016. 2011. (Seminário).
 207. XXV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2011. (Congresso).
 208. 10º Fórum de Debates Sobre as Compras Governamentais & 1ª Mostra de Produtos Sustentáveis.LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2010. (Outra).
 209. Congresso Internacional De Contratações Públicas Sustentáveis. 2010. (Congresso).

210. LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S.LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S. 2010. (Encontro).
211. Sanções Administrativas.Sanções Administrativas. 2010. (Encontro).
212. Curso de Atualização em Direito Administrativo.Sistema de Registro de Preços. 2009. (Outra).
213. Curso de Licitação Sustentável. 2009. (Seminário).
214. V Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle dos Atos Administrativos.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. 2009. (Simpósio).
215. Fomenta - Encontro de Oportunidades Para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais.Temas Polêmicos e Estratégias em Licitações. 2008. (Encontro).
216. Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações.Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações. 2008. (Encontro).
217. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações.Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações. 2008. (Outra).
218. Licitações e Contratos Administrativos.Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Outra).
219. Seminário Nacional de Direito Público.Aspectos Controvertidos do Mandado de Segurança. 2007. (Seminário).
220. 7º Seminário Internacional de Compras Governamentais.Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Seminário).
221. Curso Anual de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
222. Congresso Brasileiro de Direito Público. 2003. (Congresso).
223. III Congresso Brasileiro de Direito do Estado. 2003. (Congresso).
224. V Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2003. (Simpósio).
225. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Simpósio).
226. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
227. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
228. XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2001. (Congresso).
229. I Congresso Brasileiro de Direito Público. 2000. (Congresso).
230. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
231. As Transformações Recentes do Direito Administrativo. 1999. (Seminário).
232. III Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
233. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
234. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
235. A Nova Organização Administrativa. 1998. (Seminário).
236. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornadas de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
237. Nova Lei Ambiental. 1998. (Seminário).
238. Comissão de Licitação - Tudo que os membros devem saber. 1996. (Seminário).
239. Atualização em Licitações. 1995. (Seminário).
240. Servidores Públicos e Reforma Constitucional. 1995. (Seminário).
241. A Nova Lei de Licitações. 1994. (Seminário).
242. VIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1994. (Congresso).
243. III Congresso Internacional de Direito Administrativo. 1993. (Congresso).
244. O Novo Estatuto das Licitações. 1993. (Seminário).
245. Perspectivas do Direito para o Terceiro Milênio. 1993. (Simpósio).
246. Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos. 1993. (Simpósio).
247. XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1993. (Congresso).
248. Contratos Administrativos. 1992. (Simpósio).
249. Encontro Nacional de Valorização da Advocacia Pública. 1992. (Encontro).
250. Licitações. 1992. (Simpósio).
251. Treinamento, Prática das Licitações e Casuísmo. 1992. (Simpósio).
252. Direito Administrativo. 1991. (Seminário).
253. O Processo Penal na Nova Constituição Federal. 1991. (Seminário).
254. Servidores Públicos e o Regime Único. 1991. (Seminário).
255. Temas de Direito Constitucional. 1991. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: ETP E TR Na Nova Lei De Licitações? (Prof. Marcus Alcantara). 2021. (Outro).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC. 2020. (Outro).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli). 2020. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

1. Adriane da Silva Martins. Participação Popular na Administração Pública. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
2. Carlos Eduardo N Montresol. Os meios de utilização de bens públicos pelos administrados. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
3. Eduardo Lins Zorzi. Infrações de Trânsito. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
4. Elton E Fernandes. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
5. Frank Adriane G de Assis. Validade do Ato Administrativo. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
6. Jennifer Gonzales Lopes. Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicação. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
7. João Batista de A Sobrinho. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
8. Marcelo Geraldo da Silva. Licitações. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Paulo de Tarso Augusto Junior. LICITAÇÃO INTERNACIONAL: APLICABILIDADE EFETIVA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Jorge Alberto Pupin. Processo Administrativo Disciplinar - Questionamento sobre o princípio da atipicidade. 2004. 83 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Ana Luiza Lazzarini. Estágio Probatório. 2004. 82 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Karina Claudia Sodré De Aquino. Controle Judicial Dos Atos Administrativos Praticados No Exercício De Competência Discricionária: Limites E Possibilidades. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Aline Emi Akiyoshi. Implica es da Lei de Responsabilidade Fiscal na Lei de Licita es. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
4. Daniela Hidemi Bando. O Poder de Polícia do Banco Central no Controle de Divisas e do Câmbio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
5. Juliana Marinho de Andrade. Título do trabalho Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós-Consumo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
6. Raphael Bittar Arruda. A inconstitucionalidade da Lei Anticorrup o: A responsabiliza o objetiva das pessoas jurídicas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
7. Sarah Ladeira Lucas. A Inaplicabilidade Dos Limites De Modifica o Contratual Previstos Na Lei Federal N.  8.666/93 Aos Contratos De Concessão Comum. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
8. Stephanie Pereira Ribeiro. Título do trabalho A Presta o De Serviços Públicos   Luz Do Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
9. Thalissa Nayara de Lima Terçariol. Título do trabalho Agências reguladoras e os limites do poder regulamentar: o exemplo da ANCINE. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
10. Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrup o (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
11. Victor Silveira Martins. Título do trabalho Atividade Econômica Do Estado - Licita es nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica   Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
12. Mariana Aquino Neves Coelho Silva. Os Limites Do Exercício Do Poder De Polícia Nas Atribui es Da Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
13. Tatiana F. Mendes. Consórcios Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
14. Felipe Akio De Souza Hirata. Súmula Vinculante N  13 ? Nepotismo Cruzado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Gradua o em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 15.

Mariana Salinas Serrano. Inaplicabilidade Do Instituto Do Perdão Tácito Aos Empregados Da Administração Pública?, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

16. Caio Teixeira de Carvalho. ALCANCE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FIGURA COMO CONSUMIDORA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
17. Eduardo Pimenta de Melo. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA COMO FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
18. Fernando Mollica Bedaque. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO: INSTRUMENTO JURÍDICO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
19. Joel Vilhete D'alva Teixeira. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
20. Luiza Andrade Correa. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.079/2004 (LEI DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
21. Mariana Landini Dias de Lima Carvalho. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
22. Marina Negro Capeto. FINANCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
23. Paula Maria Vieira Coelho. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
24. Pedro Ivo Vieira Silva. A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO VERDADEIROS AXIOMA DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
25. Raphael Molina. AS INOVAÇÕES EM DIREITO ADMINISTRATIVO NA UNIÃO EUROPÉIA E O QUE PODE SER TRAZIDO AO BRASIL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
26. Robson Ramos da Silva. O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPE'S E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ? UMA FORMA DE ISONOMIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
27. Tarsila Martinho Antunes de Carvalho. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
28. Thiago Maprelian. DESAPROPRIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, UMA LEITURA CONSTITUCIONAL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
29. Paola Piva Lorca. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2007 E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ? A Hipertrofia da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
30. Vanessa Emi Yamane. O DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO SOB A LUZ CONSTITUCIONAL. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
31. Lucila de Almeida Magalhães Lobo. O REGIME DEMOCRÁTICO NAS RELAÇÕES DE PODER: LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E O MERCADO POLÍTICO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
32. Olivio Albino Cantao. IMISSÃO NA POSSE DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
33. Maria Fernanda Politi Braha. A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO E USUCAPIÃO DISFARÇADA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
34. Ana Braga Nobre Correia. O DIREITO URBANÍSTICO E AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
35. Carolina Santo Pacini. A LICITAÇÃO E A PROPOSTA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC DE INVERSÃO DAS FASES DA LEI Nº 8666/93. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
36. Giovanna MArA Garcia Bello. AGÊNCIAS REGULADORAS - PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 333/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
37. Gabriel Turra Rizaffi. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
38. Marcelo Geraldo da Silva. LICITAÇÕES - PREGÃO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
39. Marcelo Ristow. DESVIO DE FINALIDADE EM LICITAÇÕES. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 40.

41. Anna Paula Nogueira. PERFIL CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 8º DA LEI 11.079/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
42. João Batista de Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários e Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
43. Daniel Peres. A Licitação na Modalidade Pregão. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
44. Cássio Daniel Viana. O Sistema de Registro de Preços como alternativa para a Administração Pública. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
45. Juliana Grangeiro Pereira. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
46. Renato Gagliardi Sabo. Parcerias Público-Privadas. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
47. Ronaldo Rapini Barbosa. Improbidade Administrativa. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
48. Cintia Helena dos Santos. Desapropriação. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
49. Cristiane dos Santos. Poder Normativo das Agências Reguladoras. 2004. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
50. Marcos Antônio da Silva. Concurso Público - Aspectos Jurídicos. 2003. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
51. Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
52. Carlos Eduzrdo Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2003. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
53. Lilian Cristina Zocarato. O Poder de Polícia das Comissões de Especialistas do MEC. 2003. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **STROPPA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .



Edgar Antonio Chiuratto Guimarães

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/4279678597567440>

ID Lattes: **4279678597567440**

Última atualização do currículo em 02/06/2022

Graduado em CIÊNCIAS ECONÔMICAS pela Fundação de Estudos Sociais do Paraná (1982) e em DIREITO pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (1984). É Doutor e Mestre em DIREITO DO ESTADO pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Possui experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direito Administrativo. Especialista em Licitações. É membro do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo desde 1996, é membro do Instituto dos Advogados do Paraná. É Presidente do Instituto Paranaense de Direito Administrativo desde agosto de 2014. Eleito Conselheiro da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Paraná. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Edgar Antonio Chiuratto Guimarães 
Nome em citações bibliográficas	GUIMARAES, Edgar
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/4279678597567440

Endereço

Endereço Profissional	EDGAR GUIMARÃES E ADVOGADOS ASSOCIADOS. Alameda Presidente Taunay - 1360 Mercês 80430042 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (041) 32322800 Fax: (041) 32322806 URL da Homepage: www.edgarguimaraes.com.br

Formação acadêmica/titulação

2008 - 2012	Doutorado em Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO, Ano de obtenção: 2012. Orientador: MÁRCIO CAMMAROSANO. Palavras-chave: DIREITO DO ESTADO; DIREITO ADMINISTRATIVO; LICITAÇÃO; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo. Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social.
1996 - 1998	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 5). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS, Ano de Obtenção: 2002. Orientador: ADILSON ABREU DALLARI. Bolsista do(a): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil. Palavras-chave: DIREITO DO ESTADO; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Internacional Público. Setores de atividade: Administração Pública, Defesa e Seguridade Social; Assessoria Ou Consultoria Jurídica, Contábil, de Opinião Pública e Na Gestão de Empresas; Educação Superior.

1987 - 1987	Especialização em ANÁLISE E GERÊNCIA DE SISTEMAS. Faculdade Católica de Administração e Economia, FAE, Brasil. Título: ANÁLISE DE SISTEMAS.
1980 - 1984	Graduação em DIREITO. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1979 - 1982	Graduação em CIÊNCIAS ECONÔMICAS. Fundação de Estudos Sociais do Paraná, FESP/PR, Brasil.

Pós-doutorado

2017 - 2017	Pós-Doutorado. CENTRO DIDATTICO EUROAMERICANO SULLE POLITICHE COSTITUZIONALI, CEDEUAM, Itália. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Formação Complementar

2000 - 2000	SEMINARIO PERMANENTI SUI CONTROLLI. (Carga horária: 30h). CORTE DEI CONTI - ROMA, CORTE DEI CONTI, Itália.
2000 - 2000	PROGRAMA DE COOPERAÇÃO. (Carga horária: 20h). TRIBUNAL DE CONTAS DE PORTUGAL, TC PT, Portugal.
1990 - 1990	ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO JURÍDICO. CURSO DE ATUALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO JURÍDICO, CA&AP, Brasil.
1986 - 1986	PROGRAMAÇÃO DE MICROCOMPUTADORES. SIGMA CONSULTORIA E PLANEJAMENTO S/C LTDA., SIGMA, Brasil.

Atuação Profissional

INSTITUTO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO, IPDA, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual	Vínculo: PRESIDENTE, Enquadramento Funcional: PRESIDENTE

ESTAÇÃO IBMEC BUSINESS SCHOOL, ESTAÇÃO IBEMEC, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2009	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

FAE BUSINESS SCHOOL, FAE, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - Atual	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, TCPR, Brasil.

Vínculo institucional

1982 - 2015	Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: CONSULTOR JURÍDICO, Carga horária: 20

Outras informações

Aposentado pela Portaria 395/15 - Publicada no Diário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná

EDGAR GUIMARÃES E ADVOGADOS ASSOCIADOS, EG&AA, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual	Vínculo: SÓCIO, Enquadramento Funcional: ADVOGADO
Outras informações	SOCIEDADE DE ADVOGADOS REGISTRADA NA OAB/PR SOB O No. 1394

INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR, IDRFB, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

GUIMARÃES E TABORDA ADVOGADOS ASSOCIADOS, GT&AA, Brasil.

Vínculo institucional

Universidade Positivo, POSITIVO, Brasil.

Vínculo institucional
2013 - Atual

Vínculo: PROFESSOR, Enquadramento Funcional: PROFESSOR

Áreas de atuação

1. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
3. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
4. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Processual Civil.
5. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
6. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Internacional Público.

Idiomas

Italiano	Compreende Razoavelmente, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.
Inglês	Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.
Espanhol	Compreende Bem, Fala Razoavelmente, Lê Bem, Escreve Pouco.

Prêmios e títulos

2019	CONSELHEIRO DA OAB - SECÇÃO PARANÁ, ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL.
2012	MENÇÃO HONROSA, ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ.
2012	MENÇÃO HONROSA, TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ.
1997	PRÊMIO MELHOR MONOGRAFIA PROFESSOR A. B. COTRIN NETO, INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIFERENCIADAS À LUZ DA LC Nº123/06 COM AS ALTERAÇÕES DA LC Nº 147/14. Revista Brasileira de Direito Público, v. 55, p. 9-25, 2016.
2. **GUIMARAES, Edgar.** CAUSAS EXTINTIVAS DO PROCESSO LICITATÓRIO. Revista Brasileira de Direito Público, v. 47, p. 103-123, 2015.
3. **GUIMARAES, Edgar.** DILIGÊNCIAS NAS LICITAÇÕES DAS ENTIDADES DO SISTEMA 'S'. JAM Jurídica (Salvador), v. 10, p. 09-14, 2012.
4. MONTE ALEGRE, José Sérgio ; FERRAZ, L. ; SUNDFELD, Carlos Ari ; CÂMARA, Jacintho Arruda ; MODESTO, P. ; **GUIMARAES, Edgar** ; YOSHINAGA, J. Y. ; TOURINHO, R. ; BORGES, Alice Gonzalez ; CARNEIRO NETO, Durval ; GASTALDO, Fábio T. . LICITAÇÕES - A NOVA LEI PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. Revista Brasileira de Direito Público, v. 30, p. 91-95, 2010.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **GUIMARAES, Edgar;** JOSE ANACLETO ABDUCH SANTOS . LEI DAS ESTATAIS - COMENTÁRIOS AO REGIME JURÍDICO LICITATÓRIO E CONTRATUAL DA LEI 13.303/2016 - LEI DAS ESTATAIS. 1. ed. BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2017. v. 1. 315p .
2. **GUIMARAES, Edgar;** SANTANA, Jair . LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA: REFLEXOS PRÁTICOS DA LC n. 123/06. 3a.. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014. v. 01. 142p .

3. **GUIMARAES, Edgar.** RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 1a.. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013. v. 01. 213p .
4. **GUIMARAES, Edgar;** NIEHBUR, Joel de Menezes . REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS. 2a.. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2013. v. 01. 193p .
5. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA: COMENTÁRIOS ÀS HIPÓTESES DE LICITAÇÃO DISPENSÁVEL E INEXIGÍVEL. 2a.. ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos do Brasil Ltda., 2013. v. 1. 176p .
6. SANTANA, Jair ; **GUIMARAES, Edgar** . LICITAÇÕES E O NOVO ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA - REFLEXOS PRÁTICOS DA LC no. 123/06 - 2a. edição revista e ampliada. 2a.. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009. v. 1. 159p .
7. **GUIMARAES, Edgar;** NIEHBUR, Joel de Menezes . REGISTRO DE PREÇOS - Aspectos práticos e jurídicos. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2008. v. 01. 177p .
8. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA - Comentários às hipóteses de licitação dispensável e inexigível. 1ª. ed. Curitiba: Editora Negócios Públicos, 2008. v. 01. 74p .
9. SANTANA, Jair ; **GUIMARAES, Edgar** . LICITAÇÕES E O NOVO ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA - Reflexos práticos da LC nº 123/06. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2007. v. 01. 133p .
10. ★ **GUIMARAES, Edgar;** BACELLAR, M. N. (Org.) ; FINGER, Ana Cláudia (Org.) ; GUIMARAES, Célio Heitor (Org.) ; SCHIER, Adriana da Costa R. (Org.) ; ANDRADE, R. C. A. (Org.) ; BITTENCOURT, M. V. C. (Org.) ; CLÈVE, Clèmerson Mérlin (Org.) ; COSTA, L. B. D. (Org.) ; FERRARI, R. M. N. (Org.) ; FREITAS, N. J. (Org.) ; GABARDO, Emerson (Org.) ; JUSTEN FILHO, M. (Org.) ; KNOERR, Cibele F. Dias (Org.) . CENÁRIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO. 1ª. ed. BELO HORIZONTE: FORUM, 2004. v. 01.
11. ★ **GUIMARAES, Edgar.** CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 1ª. ed. SÃO PAULO: DIALÉTICA, 2002. v. 01. 135p .

Capítulos de livros publicados

1. **GUIMARAES, Edgar;** MOTTA, Fabrício ; VALMIR PONTES FILHO ; GABARDO, Emerson . LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIFERENCIADAS À LUZ DA LC Nº123/06 COM AS ALTERAÇÕES DA LC Nº 147-14. ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - DESAFIOS PARA TRANSPARÊNCIAS, PROIBIDADE E DESENVOLVIMENTO. 1ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FORUM, 2017, v. , p. 99-115.
2. FREIRE, André Luiz ; MOTTA, Carlos P. Coelho ; FORTINI, Cristiana ; HACHEM, Daniel W. ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; FURTADO, J. R. Caldas ; SANTANA, Jair ; JACOBY, Jorge Ulisses ; NOGUEIRA, Jozélia ; MOURÃO, LICURGO ; FERRAZ, L. ; CORDEIRO, MARIANO ; SPINELLI, MÁRIO V. C. ; CASTRO, RODRIGO PIRONTI A. DE ; BACELLAR FILHO, R. F. ; CARRILLO, SANTIAGO ; OLIVEIRA, WEDER DE . IMPACTO DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL NA FASE PREPARATÓRIA DAS LICITAÇÕES. In: RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO. (Org.). LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL - ENSAIOS EM COMEMORAÇÃO AOS 10 ANOS DA LEI COMPLEMENTAR 101/00. 1ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FORUM, 2010, v. 1, p. 87-99.
3. ZYMLER, Benjamin ; MELLO, Celso Antonio Bandeira de ; ALMEIDA, Guilherme H de La Rocque ; MILESKI, Hélio ; FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; COSTA, L. B. D. ; FREITAS, N. J. ; FERRARI, R. M. N. ; RIBAS, S. ; FERRAZ, SERGIO ; **GUIMARAES, Edgar** . O CONTROLE DAS LICITAÇÕES COMO INSTRUMENTO DE COMBATE À CORRUPÇÃO. In: Ney José de Freitas. (Org.). TRIBUNAIS DE CONTAS - ASPECTOS POLÊMICOS Estudos em homenagem ao Conselheiro João Féder. Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. 73-86.
4. FERRAZ, L. ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; GASPARINI, Diogenes ; CAIRO, Alexandre ; GASPARINI, Audrey ; SANTANA, Jair ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ; FERREIRA, S. A. . ATOS DA FASE PREPARATÓRIA DO PREGÃO ELETRÔNICO. In: DIOGENES GASPARINI. (Org.). PREGÃO ELETRÔNICO E PRESENCIAL. 1ªed.BELO HORIZONTE: FORUM, 2006, v. , p. -.
5. DALLARI, Adilson ; GASPARINI, Diogenes ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; MOREIRA, João Batista Gomes ; FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; CAMMAROSANO, M. ; BACELLAR FILHO, R. F. ; ZANCANER, W. . O CONTROLE DOS ATOS ADMISSIONAIS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. In: FABRÍCIO MOTTA. (Org.). CONCURSO PÚBLICO E CONSTITUIÇÃO. 1ªed.BELO HORIZONTE: FORUM, 2006, v. , p. -.
6. FERRARI, R. M. N. ; SCHIER, Adriana da Costa R. ; FINGER, Ana Cláudia ; COSTALDELLO, Angela Cassia ; CLÈVE, Clèmerson Mérlin ; MOREIRA, Egon Bockman ; GABARDO, Emerson ; SALGADO, Eneida Desiree ; KNOERR, Fernando Gustavo ; KNOERR, Cibele F. Dias ; OLIVEIRA, Gustavo H. Justino ; COSTA, L. B. D. ; JUSTEN FILHO, M. ; BITTENCOURT, M. V. C. ; FREITAS, N. J. ; MOTTA, P. R. F. ; ANDRADE, R. C. A. ; VIOLIN, T. C. ; VALLE, V. C. L. L. ; **GUIMARAES, Edgar** . PREGÃO PRESENCIAL:ASPECTOS RELATIVOS À NATUREZA COMUM DO OBJETO, AO PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. In: EDGAR GUIMARÃES. (Org.). CENÁRIOS DO DIREITO ADMINISTRATIVO - ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR ROMEU FELIPE BACELLAR FILHO. 1a.ed.BELO HORIZONTE: FÓRUM, 2004, v. , p. 153-174.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES - A NOVA LEI PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. O ESTADO DO PARANÁ - CADERNO DIREITO E JUSTIÇA, CURITIBA, p. 4 - 4, 30 maio 2010.
2. **GUIMARAES, Edgar.** AFINAL, PARA QUE SERVE O TRIBUNAL DE CONTAS?. JORNAL O ESTADO DO PARANÁ - No. 17.727, CURITIBA, p. 2 - 2, 20 nov. 2009.
3. **GUIMARAES, Edgar.** AFINAL, PARA QUE SERVE O TRIBUNAL DE CONTAS?. JURID DIGITAL, 17 nov. 2009.

Apresentações de Trabalho

1. **GUIMARAES, Edgar.** A NOVA LEI DAS EMPRESAS ESTATAIS: AFINAL O QUE MUDOU?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **GUIMARAES, Edgar.** REGULAMENTAÇÃO DO SRP: POSSIBILIDADE E LIMITES. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **GUIMARAES, Edgar.** AS INOVAÇÕES DA LC 147/14 E SEUS REFLEXOS NO PREGÃO. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 4.

5. **GUIMARAES, Edgar.** CONTROLE DAS LICITAÇÕES E DOS CONTRATOS. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO II - AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. CURITIBA: CREA-PR, 2011 (CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).
2. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO I - CONTRATAÇÃO DIRETA. CURITIBA: CREA-PR, 2011 (CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).

Demais tipos de produção técnica

1. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA: DISPENSA E INEXIGIBILIDADE & SRP. 2015. .
2. **GUIMARAES, Edgar.** REGULAMENTO DE LICITAÇÃO CONTRATOS E CONVENIOS. 2015. .
3. **GUIMARAES, Edgar;** CAMMAROSANO, M. . REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2014. .
4. **GUIMARAES, Edgar.** NOÇÕES BÁSICAS DE LICITAÇÕES. 2014. .
5. **GUIMARAES, Edgar.** TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
6. **GUIMARAES, Edgar;** ZYMLER, Benjamin . IV NÚCLEO NACIONAL JML DE DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS. 2013. .
7. **GUIMARAES, Edgar.** RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2013. .
8. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. .
9. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DIRETA. 2013. .
10. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS POLÊMICOS. 2013. .
11. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE ACORDO COM O REGULAMENTO DO SENAC RIO. 2012. .
12. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS À LUZ DO REGULAMENTO DO SENAR E DOS POSICIONAMENTOS DO TCU. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
13. **GUIMARAES, Edgar.** VIII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ?S?. 2012. .
14. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS A LUZ DA IN No. 02/2008. 2012. .
15. **GUIMARAES, Edgar.** GESTÃO SEGURA E EFICIENTE DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2012. .
16. **GUIMARAES, Edgar;** PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres . SEMINÁRIO SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS: CONTRATAÇÕES PREFERENCIAIS E REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
17. **GUIMARAES, Edgar;** VARESCHINI, J. M. L. ; COSTA, L. B. D. . VII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES DO SISTEMA "S". 2011. .
18. **GUIMARAES, Edgar.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:. 2011. .
19. **GUIMARAES, Edgar;** VARESCHINI, J. M. L. ; COSTA, L. B. D. . VII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA S. 2011. .
20. **GUIMARAES, Edgar;** SANTANA, Jair ; ZYMLER, Benjamin . ENCONTRO DOS GRANDES MESTRES - CURSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2011. .
21. **GUIMARAES, Edgar.** COMPRAR SEM LICITAÇÃO, CUMPRINDO A LEI: LICITAÇÃO DISPENSADA, DISPENSÁVEL, INEXIGÍVEL E ROTEIRO PRÁTICO DA CONTRATAÇÃO DIRETA. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
22. **GUIMARAES, Edgar.** PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **GUIMARAES, Edgar.** SEMANA DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA. 2011. .
24. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
25. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
26. **GUIMARAES, Edgar.** DIREITO ADMINISTRATIVO - MÓDULO III - LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
27. **GUIMARAES, Edgar.** REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DO SENAR. 2011. .
28. **GUIMARAES, Edgar.** NORMAS DE PROCESSOS DO SENAC RIO E LICITAÇÕES. 2011. .
29. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
30. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO II - AQUISIÇÃO DE BENS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).
31. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO I - CONTRATAÇÃO DIRETA. 2011. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - CADERNOS TÉCNICOS DA AGENDA PARLAMENTAR).
32. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO, CONTRATAÇÃO DIRETA, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ACORDO COM A IN/02 ALTERADA PELA IN05/09. 2010. .
33. **GUIMARAES, Edgar.** OFICINA DE TRABALHO: BENEFÍCIOS ESPECIAIS, PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
34. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE EXTENSÃO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: INOVAÇÕES E ASPECTOS POLÊMICOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
35. **GUIMARAES, Edgar.** GESTÃO DE CONTRATOS. 2010. .
36. **GUIMARAES, Edgar.** FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE GESTOR DE CONTRATOS - PÚBLICOS E PRIVADOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
37. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU DIREITO ADMINISTRATIVO E GESTÃO PÚBLICA. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
38. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. .
39. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO - RECURSOS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (MÓD III DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU "DIREITO ADMINISTRATIVO". 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
40. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS DE LIMPEZA URBANA. 2010. .

41. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÕES DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. .
42. **GUIMARAES, Edgar.** A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
43. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. .
44. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO CONTRATAÇÕES DIRETAS. 2009. .
45. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
46. **GUIMARAES, Edgar.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO/ LICITAÇÕES E O ESTATUTO DA PEQUENA E MICROEMPRESA. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
47. **GUIMARAES, Edgar.** V NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA ?S? - CONTRATOS, CONVÊNIOS, INSTRUÇÃO NORMATIVA 02/08. 2009. .
48. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS: QUESTÕES POLÊMICAS. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
49. **GUIMARAES, Edgar.** PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
50. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. .
51. **GUIMARAES, Edgar.** ESTRUTURAÇÃO DO SETOR DE LICITAÇÕES NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS - COMPETÊNCIAS, PROCESSO, PROCEDIMENTOS DE CONTROLE. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
52. **GUIMARAES, Edgar.** SEMANA DE CAPACITAÇÃO DO SISTEMA "S": ASPECTOS PRÁTICOS E POLÊMICOS DAS CONTRATAÇÕES. 2009. .
53. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU TELEVIRTUAL EM DIREITO MUNICIPAL. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
54. **GUIMARAES, Edgar;** COSTA, L. B. D. ; JACOBY, Jorge Ulisses . I SEMINÁRIO ALAGOANO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. .
55. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO - RECURSO E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
56. **GUIMARAES, Edgar.** 2a. JORNADA JURÍDICA. 2008. .
57. **GUIMARAES, Edgar.** JORNADA JURÍDICA. 2008. .
58. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO. 2008. .
59. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÕES DE LICITAÇÃO. 2008. .
60. **GUIMARAES, Edgar;** JUSTEN FILHO, M. ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres . SEMINÁRIO QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2008. .
61. **GUIMARAES, Edgar.** COMO LICITAR COM EFICIÊNCIA. 2007. .
62. **GUIMARAES, Edgar.** PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. **GUIMARAES, Edgar.** II NÚCLEO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. 2007. .
64. **GUIMARAES, Edgar.** SEMINÁRIO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO DAS ENTIDADES PARAESTATAIS. 2007. .
65. **GUIMARAES, Edgar.** TEORIA GERAL DAS LICITAÇÕES. 2007. .
66. **GUIMARAES, Edgar.** I NÚCLEO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DE PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO. 2006. .
67. **GUIMARAES, Edgar.** NÚCLEO NACIONAL DE CAPACITAÇÃO DAS COMISSÕES DE LICITAÇÃO DAS ENTIDADES PARAESTATAIS. 2006. .
68. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2006. .
69. **GUIMARAES, Edgar.** CAPACITAÇÃO E FORMAÇÃO DE AGENTES PÚBLICOS PARA CONDUÇÃO E JULGAMENTO DAS LICITAÇÕES. 2006. .
70. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DIRETA. 2006. .
71. **GUIMARAES, Edgar.** COMO LICITAR E FISCALIZAR OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2006. .
72. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2006. .
73. **GUIMARAES, Edgar.** SEMINÁRIO NACIONAL DAS ENTIDADES PARAESTATAIS: PLANEJAMENTO E PROCESSAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA O EXERCÍCIO DE 2007. 2006. .
74. **GUIMARAES, Edgar.** DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E A FISCALIZAÇÃO PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 2006. .
75. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2006. .
76. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2005. .
77. **GUIMARAES, Edgar.** COMO LICITAR E FISCALIZAR OS CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2005. .
78. **GUIMARAES, Edgar.** CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO EM CONCORRÊNCIA, TOMADA DE PREÇOS E CONVITE; PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO; REGISTRO DE PREÇOS. 2005. .
79. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS. 2005. .
80. **GUIMARAES, Edgar.** MINICURSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
81. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES ASPECTOS POLÊMICOS - PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU EM DIREITO ADMINISTRATIVO APLICADO. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
82. **GUIMARAES, Edgar.** PLANEJAMENTO DAS LICITAÇÕES PARA 2005 E PROCEDIMENTO DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2004. .
83. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA. 2003. .
84. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2003. .
85. **GUIMARAES, Edgar.** O GERENCIAMENTO EFICIENTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E MONITORAMENTO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO. 2003. .
86. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES PÚBLICAS, MODALIDADE DA LEI Nº 8666/93 E PREGÃO. 2003. .
87. **GUIMARAES, Edgar.** ASPECTOS POLÊMICOS EM LICITAÇÕES PÚBLICAS LEI Nº 8666/93 E PREGÃO. 2003. .
88. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO PARA TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2003. .
89. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2003. .

90. **GUIMARAES, Edgar.** GERENCIAMENTO EFICIENTE DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO E MONITORAMENTO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO. 2003. .
91. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES PÚBLICAS (MODALIDADE DA LEI 8666/93 E PREGÃO). 2003. .
92. **GUIMARAES, Edgar.** MODALIDADES LICITATÓRIAS. 2003. .
93. **GUIMARAES, Edgar.** COMO EVITAR PROBLEMAS E SUPERAR OBSTÁCULOS SURTIDOS NO PROCESSAMENTO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2003. .
94. **GUIMARAES, Edgar.** CONTRATAÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (LICITAÇÃO, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2003. .
95. **GUIMARAES, Edgar.** PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS PREVISTOS NAS LEIS Nº 8.666/93 E 10.520/02. 2003. .
96. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA: MODALIDADE DA LEI Nº 8.666/93 E PREGÃO. 2003. .
97. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO DE LICITAÇÃO PÚBLICA:MODALIDADE DA LEI Nº 8.666/93 E PREGÃO. 2003. .
98. **GUIMARAES, Edgar.** AS LICITAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DA NOVA ORDEM JURÍDICA. 2003. .
99. **GUIMARAES, Edgar.** AS LICITAÇÕES PÚBLICAS À LUZ DA NOVA ORDEM JURÍDICA. 2003. .
100. **GUIMARAES, Edgar.** O PROCESSAMENTO EFICIENTE DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DIRETAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2002. .
101. **GUIMARAES, Edgar.** WORKSHOP DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2002. .
102. **GUIMARAES, Edgar.** A LEI Nº 8.666/93 E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS. 2002. .
103. **GUIMARAES, Edgar.** LEI Nº 8.666/93 E SEUS ASPECTOS POLÊMICOS. 2002. .
104. **GUIMARAES, Edgar.** PREGÃO, CONTRATO E CONVÊNIO. 2001. .
105. **GUIMARAES, Edgar.** ENCONTRO NACIONAL DE COMISSÕES DE LICITAÇÃO. 2001. .
106. **GUIMARAES, Edgar.** A CONDUÇÃO DO PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO NAS SUAS DIVERSAS FASES. 2001. .
107. **GUIMARAES, Edgar.** CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO TRIBUTÁRIO - RECEITA MARINGÁ. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
108. **GUIMARAES, Edgar.** DIREITO CONTEMPORÂNEO E SUAS INSTITUIÇÕES. 1997. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
109. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
110. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO BÁSICO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
111. **GUIMARAES, Edgar.** TREINAMENTO BÁSICO EM LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
112. **GUIMARAES, Edgar.** ENCONTRO NACIONAL DE COMISSÕES DE LICITAÇÕES. 1995. .
113. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
114. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1995. .
115. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES: TEORIA E PRÁTICA. 1995. .
116. **GUIMARAES, Edgar.** SEMINÁRIO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. 1995. .
117. **GUIMARAES, Edgar.** TEORIA E PRÁTICA DAS LICITAÇÕES. 1994. .
118. **GUIMARAES, Edgar.** TEORIA E PRÁTICA DAS LICITAÇÕES. 1994. .
119. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1994. .
120. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS: TÉCNICA E PROCEDIMENTO. 1994. .
121. **GUIMARAES, Edgar.** LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1994. .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **GUIMARAES, Edgar;** ILTON GARICA DA COSTA; GILBERTO GILCOIA. Participação em banca de BRUNO GOFMAN. RESPONSABILIDADE DO ESTADO PELAS PARCERIAS COM AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS. 2017. Dissertação (Mestrado em PÓS GRADUAÇÃO CIÊNCIAS JURÍDICAS) - Universidade Estadual do Norte do Paraná.
2. **GUIMARAES, Edgar;** CARMONA, P. A. C.; GICO JR., I. T.. Participação em banca de FRANCISCO SÉRGIO MAIA ALVES. CONTROLE CORRETIVO DE CONTRATOS DE OBRAS PÚBLICAS EFETUADO PELO TCU E PELO CONGRESSO NACIONAL MARCO JURIDICO E ANÁLISE EMPÍRICA DE SUA EFICÁCIA. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.
3. **GUIMARAES, Edgar;** CAROL PRONER; MELO, M. P.; RAMINA, L.. Participação em banca de ANA CAROLINA CORRÊA PETENATI. DIREITO FUNDAMENTAL UNIVERSAL À SAÚDE E OS DESAFIOS DE MODELO BRASILEIRO. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
4. **GUIMARAES, Edgar;** RAMOS, F.; VIEIRA, R. S.. Participação em banca de GABRIELA VERONA PÉRCIO. SUSTENTABILIDADE E PREFERÊNCIA EM LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica) - Universidade do Vale do Itajaí.

Teses de doutorado

1. **GUIMARAES, Edgar;** CLÈVE, Clèmerson Mérlin; PEDRO COSTA GONÇALVES; BACELLAR FILHO, R. F.; FERNANDO MENEZES DE ALMEIDA. Participação em banca de VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E UM NOVO REGIME JURÍDICO DE PRERROGATIVAS CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA CONTEMPORÂNEA. 2017. Tese (Doutorado em PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO) - Universidade Federal do Paraná.
2. **GUIMARAES, Edgar;** LUIZ ALBERTO BLANCHET; CYNARA MONTEIRO MARIANO; LUISA CISTINA PINTO E NETTO; SILVIO LUIS FERREIRA DA ROCHA. Participação em banca de ANA CLÁUDIA SANTANO. FEDERALISMO, DESCENTRALIZAÇÃO E GASTOS PUBLICOS. 2016. Tese (Doutorado em PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Qualificações de Doutorado

1. **GUIMARAES, Edgar**; BACELLAR FILHO, R. F.; SALGADO, Eneida Desiree. Participação em banca de VIVIAN CRISTINA LÓPEZ VALLE. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E REPOSICIONAMENTO DO REGIME JURIDICO DE PRERROGATIVAS CONTRATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO CONTEMPORÂNEA: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM DIREITO) - Universidade Federal do Paraná.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **GUIMARAES, Edgar**; BITTENCOURT, M. V. C.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de VANDERLEI LUIS KROMBAUER BONATTO. A CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS, POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.
2. **GUIMARAES, Edgar**; BITTENCOURT, M. V. C.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de WILLIAN GERALDO AZEVEDO. A OUTORGA DE CONCESSÃO POR CONSÓRCIOS PÚBLICOS: REQUISITOS OBJETIVOS A SEREM OBSERVADOS QUANDO DA CONTRATAÇÃO DE CONSÓRCIOS PARA ESTA FINALIDADE. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.
3. **GUIMARAES, Edgar**; VALLE, V. C. L. L.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de CAROLINE BORGES. DAS PREFERENCIAS EM PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.
4. **GUIMARAES, Edgar**; VALLE, V. C. L. L.; FERRARI, R. M. N.. Participação em banca de RAFAEL STALLMACH COSTA KADRI. PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA LICITAÇÃO E A SUJEIÇÃO DO INSTRUMENTO CONVOCATÓRIO A IMPUGNAÇÕES. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO ADMINISTRATIVO) - INSTITUTO DE DIREITO ROMEU FELIPE BACELLAR.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. EDINILSON DONISETE MACHADO; TIAGO CAPPI JANINI; **GUIMARAES, Edgar**. Participação em banca de RAQUEL DE NADAY DI CREDDO. CONSÓRCIOS PÚBLICOS DE DIREITO PRIVADO. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Estadual do Norte do Paraná.
2. **GUIMARAES, Edgar**. Participação em banca de MARCO AURÉLIO JACOB BRETAS. A COMPATIBILIDADE DA ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM A CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Faculdade de Ensino Superior Dom Bosco.
3. **GUIMARAES, Edgar**; COELHO, P.. Participação em banca de MEIRE RIBEIRO FAN KIN. CONTROLE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR NO ÂMBITO DA OAB/PR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
4. **GUIMARAES, Edgar**; LIMA NETO, Arnor. Participação em banca de EDUARDO COSTA SIQUEIRA. RESPONSABILIDADE CIVIL PÓS-CONSUMO NO DIREITO AMBIENTE. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
5. **GUIMARAES, Edgar**; LIMA NETO, Arnor. Participação em banca de DANIELLE BROTTTO. RESPONSABILIDADE CIVIL DO CIRURGIÃO PLÁSTICO - A CIRURGIA PLÁSTICA COMO OBRIGAÇÃO DE MEIO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
6. COELHO, P.; **GUIMARAES, Edgar**. Participação em banca de CLAUDENICE CALIXTO DE PAULA. ATUAÇÃO DAS AGÊNCIAS REGULADORAS NO SETOR DE TELECOMUNICAÇÕES. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
7. **GUIMARAES, Edgar**; BACELLAR, R. M. B.. Participação em banca de LUCIANO ROBERTO DA SILVA. PRINCÍPIO DA VEDAÇÃO (PROIBIÇÃO): RETROCESSO SOCIAL. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
8. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de DANIELE CRISTHIANE DE ALMEIDA GARRETT. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ADVOGADO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
9. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de FABIANI TESKE. ARBITRAGEM INTERNACIONAL E SEUS ASPECTOS IMPORTANTES. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
10. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de CARLA REGINA LEONCIO. CONTROLE E REPRESSÃO DA BIOPIRATARIA NO BRASIL. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
11. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de EMIZIAEL CORRÊA BUENO. VENDA POR AMOSTRA. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
12. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de FABRÍCIO FRAZZATO DOS SANTOS. PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO EM RELAÇÃO AOS TRANSGÊNICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
13. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de JULIANE LOPES OKABAIASSE. CRIMES AMBIENTAIS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
14. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de LUIZ FERNANDO RIBEIRO LIPINSKI. A TUTELA JURÍDICA NOS CONTRATOS ELETRÔNICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
15. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de NILVA AMALIA PASETTO. PRINCÍPIO DO POLUIDOR PAGADOR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
16. **GUIMARAES, Edgar**; MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de PAULA TULLER NUNES. CONTRATOS ELETRÔNICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.

17. **GUIMARAES, Edgar;** MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de REGIS MARCELINO CASTAMANN.A DESPERSONALIZAÇÃO DA PESSOA JURÍDICA E OS GRUPOS EMPRESARIAIS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
18. **GUIMARAES, Edgar;** MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de ROGÉRIO RODRIGUES MONTEIRO.PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
19. **GUIMARAES, Edgar;** MEIRELLES, Érica Marta G. Meirelles. Participação em banca de SUEMA CELI SANTOS.A CONFIGURAÇÃO DO ASSÉDIO MORAL NO AMBIENTE DO TRABALHO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
20. COSTA, L. B. D.; **GUIMARAES, Edgar.** Participação em banca de CAROLINE KUBRUSLY GUERRA.VANTAGENS DA NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO: PREGÃO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
21. **GUIMARAES, Edgar;** CORREA, Eliseu de Moraes. Participação em banca de PAULO SÉRGIO O. BUSATO.A ASCENSÃO FUNCIONAL NO FUNCIONALISMO. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.
22. **GUIMARAES, Edgar;** COSTA, L. B. D.. Participação em banca de MARIO TADEU SETIM.A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA E CONTROLE JURISDICIONAL. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO REVISORA DO EXAME DE ORDEM. 2001. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.
2. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO REVISORA DO EXAME DE ORDEM. 2000. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.
3. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM - 2o, EXAME DE ORDEM DE 1999. 1999. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.
4. **GUIMARAES, Edgar.** COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM - 3o, EXAME DE ORDEM DE 1998. 1998. ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DO PARANÁ.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 1º ENCONTRO DO CONSELHO DE PRESIDENTES DOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DO BRASIL - CONSSEPRE.A AUTONOMIA DO PODER JUDICIÁRIO. 2022. (Encontro).
2. ESCOLA DO LEGISLATIVO.REGULAMENTÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES PARA MUNICÍPIOS. 2022. (Encontro).
3. II CONGRESSO DE DIREITO DE ENERGIA. TEMAS RELEVANTES DO SETOR ELÉTRICO; AVANÇOS E PERSPECTIVAS. 2021. (Congresso).
4. II CONGRESSO INTERNACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. MODERNIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS NAS FISCALIZAÇÕES DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 2021. (Congresso).
5. VI ENCONTRO DE PREGOEIROS DO ESTADO DA BAHIA.PROCEDIMENTOS AUXILIARES DAS LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES. 2021. (Encontro).
6. V SEMINÁRIO EM COMEMORAÇÃO AO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO.INSTRUMENTOS DE COMBATE A CORRUPÇÃO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2021. (Seminário).
7. ESTADO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA -.CONTROLE INTERNO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2020. (Encontro).
8. I CONGRESSO DIGITAL COVID-19 REPERCUSSÕES JURÍDICAS E SOCIAIS DA PANDEMIA. 2020. (Congresso).
9. III FÓRUM DA ADVOCACIA PÚBLICA.A RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO NA EMISSÃO DE PARECERES. 2020. (Simpósio).
10. I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO COMISSÃO 2-ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA. 2020. (Encontro).
11. IV SEMINÁRIO DIA INTERNACIONAL DE COMBATE A CORRUPÇÃO.BOAS PRÁTICAS NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Seminário).
12. VII ENCONTRO NACIONAL DOS TRIBUNAIS DE CONTAS.PAINEL IRB: AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS PELOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2020. (Encontro).
13. XVII NÚCLEO NACIONAL DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA "S".O QUE ESPERAR DAS CONTRATAÇÕES NO MUNDO PÓS PANDEMIA. 2020. (Seminário).
14. XXXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. INOVAÇÕES NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2020. (Congresso).
15. ADVOCACIA PÚBLICA NA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA.RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO PELA EMISSÃO DE PARECERES. 2019. (Encontro).
16. ADVOCACIA PÚBLICA NA PRÁTICA CONTEMPORÂNEA.RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO PELA EMISSÃO DE PARECERES. 2019. (Encontro).
17. IX CONGRESSO INTERNACIONAL DE LA RED DOCENTE EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO. DIAGNÓSTICO Y PERSPECTIVAS DEL CONTROL DE LAS LICITACIONES Y CONTRATACIONES PÚBLICAS. 2019. (Congresso).

18. VI SEMANA ACADÊMICA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA DE GESTÃO PÚBLICA. CONTROLE DA GESTÃO PÚBLICA. 2019. (Seminário).
19. XI CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O FUTURO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2019. (Congresso).
20. XXXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES: PERSPECTIVAS DO NOVO MARCO REGULATÓRIO. 2019. (Congresso).
21. FÓRUM DE TRANSPARÊNCIA, COMBATE A CORRUPÇÃO E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO. COMBATE A CORRUPÇÃO. 2018. (Encontro).
22. IV SIMPÓSIO ESTADUAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA OAB/SC. A RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2018. (Simpósio).
23. SEMANA JURÍDICA - 30 ANOS DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. APONTAMENTOS SOBRE O PROJETO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES. 2018. (Seminário).
24. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITOS FUNDAMENTAIS NA NOVA ORDEM MUNDIAL. RUPTURAS INSTITUCIONAIS E ESTADO DE DIREITO. 2017. (Congresso).
25. II CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. REGIME JURÍDICO CONTRATUAL E SANCIONATÓRIO NO ÂMBITO DAS EMPRESAS ESTATAIS. 2017. (Congresso).
26. II FÓRUM DE CONTROLE EXTERNO - O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ E A SOCIEDADE. ALTERAÇÕES QUALITATIVAS E QUANTITATIVAS NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2017. (Exposição).
27. II FÓRUM DE CONTROLE EXTERNO - O TRIBUNAL DE CONTAS DO PARANÁ E A SOCIEDADE. ABRANGÊNCIA E VIGÊNCIA DAS CONTRATAÇÕES DIRETAS NA LEI DAS ESTATAIS. 2017. (Outra).
28. II JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO - CENÁRIOS ATUAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DO ADVOGADO PÚBLICO PELA EMISSÃO DE PARECERES. 2017. (Seminário).
29. II SEMINÁRIO INTERNACIONAL EFICIÊNCIA E ÉTICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2017. (Seminário).
30. NOVAS TÉCNICAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO DIREITO PÚBLICO. RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2017. (Seminário).
31. REGOLE COMUNI SU INVESTIMENTI E PARTENARIATO PUBBLICO PRIVATO PER LE INFRASTRUTTURE. 2017. (Congresso).
32. VII CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. MEIOS DE RESOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIA COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2017. (Congresso).
33. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AS REFORMAS NO REGIME DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: PERSPECTIVAS, AVANÇOS E RETROCESSOS. 2017. (Congresso).
34. ENCONTRO NACIONAL DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO. LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS. 2016. (Encontro).
35. ENCONTRO NACIONAL DE LOGÍSTICA E PATRIMÔNIO. ÉTICA NAS AQUISIÇÕES. 2016. (Encontro).
36. II CONGRESSO SUL BRASILEIRO DE VEREADORES E SERVIDORES DE CÂMARAS MUNICIPAIS. IMPROBIDADE E CORRUPÇÃO. 2016. (Congresso).
37. XV CONGRESSO INTERNACIONAL DE ARBITRAGEM. 2016. (Congresso).
38. XVII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. (IN)EFICIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O NOVO CPC. 2016. (Congresso).
39. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A REGENERAÇÃO MORAL E JURÍDICA DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. 2016. (Congresso).
40. I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LAVA-JATO, LICITAÇÃO, SANÇÃO E CONTROLE. 2015. (Seminário).
41. IX CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES CONTRATAÇÃO DIRETA, REGISTRO DE PREÇOS. 2015. (Congresso).
42. SEMANA JURÍDICA - TEMAS DE DIREITO CONTEMPORÂNEO. DIREITO ADMINISTRATIVO. 2015. (Seminário).
43. XIV CONGRESSO NACIONAL DE ARBITRAGEM. ARBITRAGEM ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. 2015. (Congresso).
44. XVI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NO SÉCULO XXI. 2015. (Congresso).
45. XXIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL E O REGIME DIFERENCIADO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE. 2015. (Congresso).
46. 12º FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. QUESTÕES POLÊMICAS EM LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES - PERGUNTAS E RESPOSTAS. 2014. (Outra).
47. I FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE ADMINISTRAÇÃO DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS DO PARANÁ. CONTRATAÇÃO DIRETA. 2014. (Outra).
48. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. BOAS PRÁTICAS NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS: DISPENSA E INEXIBILIDADE. 2014. (Congresso).
49. REUNIÃO TÉCNICA DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO - O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO. REUNIÃO TÉCNICA DA COMISSÃO DE GESTÃO PÚBLICA E CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO - O REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO. 2014. (Encontro).
50. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATOS ORIGINÁRIOS DE ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS. 2014. (Seminário).
51. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PRAZOS E ALTERAÇÕES DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2014. (Oficina).
52. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO DE FISCALIS DE CONTRATOS. 2014. (Oficina).
53. V ENCONTRO DOS ASSESSORES JURÍDICOS DO SISTEMA CFC/CRCs. A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES ADMINISTRATIVOS NAS LICITAÇÕES: PARECISTA JURÍDICO E O FISCAL DO CONTRATO. 2014. (Congresso).
54. V FÓRUM LATINO-AMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA. DIREITO DA INFRAESTRUTURA E DIREITO ECONÔMICO. LICITAÇÕES PÚBLICAS E SUAS IMPORTANTES MODIFICAÇÕES. 2014. (Outra).
55. VI CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A RESPONSABILIDADE DOS ADVOGADOS PELA EMISSÃO DE PARECERES JURÍDICOS. 2014. (Congresso).
56. X CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. CONTROLE NAS CONTRATAÇÕES DIRETAS E A SÚMULA 222 DO TCU. 2014. (Congresso).
- 57.

58. XV CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES DA LICITAÇÃO E COMO MEMBROS DA COMISSÃO CIENTÍFICA. 2014. (Congresso).
59. XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. POSIÇÕES DIVERGENTE E CONTROVÉRSIAS NO SISTEMA DE LICITAÇÕES, CONTRATOS, EMPENHO, PRECATÓRIOS E PAGAMENTOS NO BRASIL. 2014. (Congresso).
60. XXVIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PROBLEMAS EMERGENTES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA. 2014. (Congresso).
61. 11o. FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO E DO CONTRATO. 2013. (Congresso).
62. 2º FÓRUM NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. REGISTRO DE PREÇOS: QUESTÕES CONTROVERTIDAS E DESAFIOS FUTUROS. 2013. (Outra).
63. CONGRESSO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. REGISTRO DE PREÇOS- NOVO DECRETO VELHOS PROBLEMAS. 2013. (Congresso).
64. FÓRUM DE GESTÃO PÚBLICA NO MATO GROSSO. REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Outra).
65. IX CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS POR MEIO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2013. (Congresso).
66. SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. DECRETO 3.931/01 X DECRETO 7.892/13 - UM COMPARATIVO DE EVOLUÇÃO ENTRE AS NORMAS. 2013. (Seminário).
67. VI CONGRESSO JURÍDICO BENEFICENTE. O PROCESSO LICITATÓRIO COMO INSTRUMENTO PARA A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2013. (Congresso).
68. XII CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PERGUNTAS E RESPOSTAS: TEMAS POLÊMICOS NOS 20 ANOS DA LEI Nº 8.666/93. 2013. (Congresso).
69. XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. AS NOVAS FRONTEIRAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO E SUAS CATEGORIAS FUNDAMENTAIS. 2013. (Congresso).
70. 19o. CONGRESSO INTERNACIONAL DA FEDERAÇÃO MUNDIAL DE EMPRESAS DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO - WFBSC. DIREITOS DAS EMPRESAS NOS CONTRATOS COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Congresso).
71. 7o. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. Talk Show. 2012. (Congresso).
72. DISPENSA, INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DESAFIOS DE CONTRATAR SEM LICITAÇÃO CUMPRINDO A LEI. 2012. (Seminário).
73. FOMENTA MATO GROSSO 2012. Uso do poder de compra com base na Lei 123/06. 2012. (Seminário).
74. FOMENTA MATO GROSSO 2012. Uso do poder de compra com base na Lei 123/06. 2012. (Seminário).
75. I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. Gestão e Fiscalização de contratos firmados com recursos oriundos de convênios e transferências voluntárias. 2012. (Congresso).
76. I CONGRESSO BRASILEIRO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. A engrenagem administrativa: visão sistêmica do processo de contratação pública, participação dos atores na cadeia de procedimentos e comunicação ótima entre os setores envolvidos. 2012. (Congresso).
77. II FÓRUM BRASILEIRO DE DIREITO DISCIPLINÁRIO. Formação dos Profissionais da Administração Pública. 2012. (Congresso).
78. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E SUA GESTÃO: ASPECTOS PRÁTICOS. 2012. (Congresso).
79. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. PREGÃO ELETRÔNICO: ASPECTOS CONTROVERTIDOS - RECURSOS, USO DE ROBÔS, EXIGÊNCIA DE AMOSTRAS E OUTRAS QUESTÕES POLÊMICAS. 2012. (Congresso).
80. VI CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO MERCOSUL. LICITAÇÃO E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS NA ERA DIGITAL: É POSSÍVEL SER SUSTENTÁVEL, EFICAZ E ISONÔMICO AO MESMO TEMPO?. 2012. (Congresso).
81. VIII CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2012. (Congresso).
82. VIII FÓRUM BRASILEIRO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. REGIME DE LICITAÇÕES DAS ENTIDADES INTEGRANTES DO SISTEMA "S" E DOS CONSELHOS PROFISSIONAIS. 2012. (Congresso).
83. X FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. O regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. (Congresso).
84. XI CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. ILICITAÇÕES - QUESTÕES POLÊMICAS. 2012. (Congresso).
85. XIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÕES INTEGRADAS: CAUTELAS E BENEFÍCIOS. 2012. (Congresso).
86. XXVI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. TRIBUNAIS DE CONTAS. 2012. (Congresso).
87. 1o. WORKSHOP DE LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO DO SISTEMA ELETROBRAS. "Contratação para Empreendimentos de Transmissão Autorizados - Como Contratar?". 2011. (Outra).
88. 1o. WORKSHOP DE LOGÍSTICA DE SUPRIMENTO DO SISTEMA ELETROBRAS. "Terceirização de Atividades Administrativas e de Suprimento nas Empresas Estatais". 2011. (Outra).
89. 2o. CONGRESSO DE GESTÃO PÚBLICA. RESPONSABILIDADE PESSOAL DO GESTOR PÚBLICO. 2011. (Oficina).
90. 3o. SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS POLÊMICOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Seminário).
91. 3o. SEMINÁRIO MARANHENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 12232/2010. 2011. (Seminário).
92. 3o. SEMINÁRIO TOCANTINENSE DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 12.232/2010. 2011. (Seminário).
93. 6o. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. TALK SHOW. 2011. (Congresso).
94. 6o. CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. ENTRE PONTOS. 2011. (Congresso).
95. CICLO DE PALESTRAS TÉCNICAS DA AGENDA PARLAMENTAR DO CREA/PR. LICITAÇÕES E CONTRATOS: QUESTÕES POLÊMICAS. 2011. (Encontro).

96. CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. A LC 123 E OS BENEFÍCIOS PARA MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES. 2011. (Congresso).
97. FORUM DE DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO APLICADO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS. ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS PRÁTICOS E JURÍDICOS. 2011. (Congresso).
98. I CONGRESSO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA REGIÃO NORTE. RECURSO ADMINISTRATIVO. 2011. (Congresso).
99. II CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES. AS ALTERAÇÕES DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. O PROJETO DE LEI No. 32 E O REGIME DIFERENCIADO DAS CONTRATAÇÕES. 2011. (Congresso).
100. III FORUM LATINO-AMERICANO DE GESTÃO PÚBLICA OAB/PR. LEI no. 12349/2010 E SUA APLICAÇÃO PELOS TC's. 2011. (Congresso).
101. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE CONTROLE PÚBLICO. O NOVO REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÃO (RDC) PARA A COPA DO MUNDO DE 2014: OS PRIMEIROS PASSOS PARA O FIM DA LEI DE LICITAÇÕES 8.666/93. 2011. (Congresso).
102. IV CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. (Congresso).
103. SEMINARIO NACIONAL - LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES: EFICÁCIA NOS PROCEDIMENTOS.ASPECTOS POLÊMICOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Seminário).
104. SEMINARIO NACIONAL - LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES: EFICÁCIA NOS PROCEDIMENTOS.CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ACORDO COM A LEI 12232/2010. 2011. (Seminário).
105. VII CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. PREGÃO ELETRÔNICO: ASPECTOS CONTROVERTIDOS - RECURSOS, USO DE ROBÔS E OUTRAS QUESTÕES POLÊMICAS. 2011. (Congresso).
106. VII CONGRESSO MINEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. DISCUSSÕES SOBRE LICITAÇÃO E CONTRATAÇÃO DE PUBLICIDADE (LEI 12232/10). 2011. (Congresso).
107. X CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS - TEMAS POLÊMICOS. 2011. (Congresso).
108. XII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2011. (Congresso).
109. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Controle da Administração Pública. 2011. (Congresso).
110. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2011. (Congresso).
111. 5o. ENCONTRO DOS ADMINISTRADORES DE CONTRATO E FISCAIS DE SERVIÇO.ADMINISTRAÇÃO DE CONTRATOS SOB A ÓTICA DOS ÓRGÃOS DE CONTROLE EXTERNO. 2010. (Encontro).
112. CICLO DE PALESTRAS DANSEMANA DO ADVOGADO 2010 DA OAB DE JOINVILLE.RECENTES INOVAÇÕES EM MATÉRIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Outra).
113. I CONGRESSO BRASILEIRO LICITAÇÕES - GESTÃO, EFICIÊNCIA, TECNOLOGIA E SUSTENTABILIDADE. LEI COMPLEMENTAR 123 - OS RESULTADOS 'PRÁTICOS DA APLICABILIDADE DA LC 123 - OS RECURSOS E REPRESENTAÇÕES NO TCU DECORRENTES DAS FRAUDES - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DOS DIREITOS CONCEDIDOS PELA LC 123. 2010. (Congresso).
114. II CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. PREGÃO E REGISTRO DE PREÇOS: FERRAMENTAS PARA UMA GESTÃO PÚBLICA EFICIENTE. 2010. (Congresso).
115. II CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. 2010. (Congresso).
116. II FOMENTA NACIONAL.SAIBA COMO VENDER PARA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Seminário).
117. IX CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. DEBATE: LICITAÇÕES E CONTRATOS: TEMAS POLÊMICOS. FORMALISMO E FORMALIDADES NA LEI DE LICITAÇÕES.. 2010. (Congresso).
118. SEMINÁRIO DE DIREITO ADMINISTRATIVO - PROPOSTAS E EXPERIÊNCIAS POSITIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA."CREDENCIAMENTO COMO FORMA DE CONTRATAÇÃO DIRETA?". 2010. (Seminário).
119. SEMINÁRIO NACIONAL: ASPECTOS JURÍDICOS DA DISPENSA E DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.COMO DISPENSAR E INEXIGIR A LICITAÇÃO: PASSO A PASSO DAS PRINCIPAIS HIPÓTESES DE DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2010. (Seminário).
120. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA - APO - E AQUISIÇÃO DE BENS E A CONTRATAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS NECESSÁRIOS AOS JOGOS OLÍMPICOS DE 2016 E A COPA DO MUNDO 2014 - MP 489 DE 12 DE MAIO DE 2010. 2010. (Congresso).
121. VI CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS.BENEFÍCIOS ESPECIAIS, PROCEDIMENTOS ESPECIAIS E LICITAÇÕES EXCLUSIVAS PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA CONTRATAÇÃO COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2010. (Oficina).
122. XI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2010. (Congresso).
123. XXIV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Contratação pelo Sistema de Registro de Preços. 2010. (Congresso).
124. 2º SEMINÁRIO GOIANO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.IMPLANTAÇÃO E GERENCIAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2009. (Seminário).
125. A LEI 8666/93 E O TCEMG. BINÔMIO SINGULARIDADE DO OBJETO/NOTÓRIA ESPECIALIZAÇÃO: REFLEXÕES SOBRE O ENTENDIMENTO DO STF E DOS TRIBUNAIS DE CONTAS. 2009. (Congresso).
126. CICLO DE DEBATES OAB/PR.A PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS NAS LICITAÇÕES E O PRINCÍPIO DA ISONOMIA. 2009. (Outra).
127. I CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO RN. 2009. (Congresso).
128. I CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO RN. ASPECTOS POLÊMICOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PRAZOS, PRORROGAÇÃO, REAJUSTES, REEQUILÍBRIO, REAPATUAÇÃO E SANÇÕES CONTRATUAIS. 2009. (Congresso).
129. I CONGRESSO DE PREGOEIROS DA AMAZÔNIA. COTAÇÃO ELETRÔNICA E DISPENSA. 2009. (Congresso).
130. I ENCONTRO ESTADUAL DA ADVOCACIA PÚBLICA - O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO E ATUAÇÃO DOS ADVOGADOS. PERSPECTIVAS E AVANÇOS.RESPONSABILIDADE DOS ADVOGADOS POR POSICIONAMENTOS E PARECERES NO ÂMBITO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2009. (Encontro).
131. III ENCONTRO CAPIXABA DE DIREITO DO ESTADO.ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA LC 123 NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2009. (Encontro).
132. IV CONGRESSO BRASILEIRO DE PREGOEIROS. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2009. (Congresso).

133. SEMINÁRIO BRASILEIRO SOBRE AS NOVAS TENDÊNCIAS NAS LICITAÇÕES.ASPECTOS POLÊMICOS DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2009. (Seminário).
134. V CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS GOVERNAMENTAIS. DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR: SEU ALCANCE NA FEDERAÇÃO E NO TEMPO. 2009. (Congresso).
135. V CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE DIREITO PÚBLICO DO MERCOSUL E X CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: UMA FERRAMENTA DE GESTÃO PÚBLICA. 2009. (Congresso).
136. VII FORUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA. EMPRESAS ESTATAIS, APLICAÇÃO DA LEI 8666 E ESTATUTOS PRÓPRIOS (SISTEMA S). 2009. (Congresso).
137. VIII CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. QUETÕES CONTROVERTIDAS SOBRE O SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2009. (Congresso).
138. XXIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PARÂMETROS PARA O CONTROLE DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2009. (Congresso).
139. 3º ENCONTRO NACIONAL DE PREGOEIROS E MEMBROS DE EQUIPES DE APOIO.ANÁLISE E SOLUÇÃO DE QUESTÕES POLÊMICAS. 2008. (Encontro).
140. ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS.PROCEDIMENTO DA LICITAÇÃO E DO PREGÃO DE ACORDO COM A LEI COMPLEMENTAR Nº 123/06 E COM O DECRETO Nº 6.204/07. 2008. (Seminário).
141. IX CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. POLÍTICAS PÚBLICAS: ENTRE DIREITOS FUNDAMENTAIS E BEM COMUM. 2008. (Congresso).
142. PREGÃO WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS SOBRE PREGÃO.PREGÃO. 2008. (Outra).
143. QUESTÕES POLÊMICAS SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.PREGÃO. 2008. (Seminário).
144. VI FÓRUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.LICITAÇÕES E O NOVO ESTATUTO DA PEQUENA E MICRO EMPRESA - REFLEXOS PRÁTICOS. 2008. (Outra).
145. VII CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PARTICIPAÇÃO DAS PEQUENAS E MICRO-EMPRESAS NAS LICITAÇÕES. 2008. (Congresso).
146. XXII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PRINCÍPIO DA ISONOMIA E AS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. 2008. (Congresso).
147. 3º ENCONTRO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS.O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS À LUZ DAS DISPOSIÇÕES DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006. 2007. (Encontro).
148. 5ª SEMANA ACADÊMICA.ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E O PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE. 2007. (Outra).
149. 5º ENCONTRO NACIONAL DOS ADVOGADOS DO SESI/SENAI.LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2007. (Encontro).
150. A NOVA ORDEM JURÍDICA DAS LICITAÇÕES NO ESTADO DO PARANÁ.OS REFLEXOS DA LEI DAS MICROEMPRESAS E DAS EMPRESAS DE PEQUENO PORTE NAS LICITAÇÕES. 2007. (Seminário).
151. I ENCONTRO SOBRE ASPECTOS POLÊMICOS DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES DA CHESF.ASPECTOS POLÊMICOS DAS LICITAÇÕES. 2007. (Encontro).
152. II CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A APLICAÇÃO DA TEORIA DAS NULIDADES EM LICITAÇÃO PÚBLICA E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2007. (Congresso).
153. II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A RESPONSABILIDADE DO ESTADO PARA COM OS CIDADÃOS DA AMÉRICA LATINA. 2007. (Congresso).
154. I SIMPÓSIO PARANAENSE DE PRÁTICA LEGISLATIVA.O BE-A-BÁ DO LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2007. (Simpósio).
155. IV FORUM BRASILEIRO DE CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA/I FORUM BRASIL-ESPANHA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE DO SISTEMA "S". 2007. (Congresso).
156. V FORUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS. 2007. (Seminário).
157. VIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. PRIVILÉGIOS DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES. 2007. (Congresso).
158. XXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. SANÇÕES E DEVIDO PROCESSO NAS LICITAÇÕES. 2007. (Congresso).
159. 2º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS.PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DE RECURSOS EM LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. 2006. (Encontro).
160. CICLO DE PALESTRAS DA COMISSÃO DE ADVOGADOS DO SERVIÇO PÚBLICO.OS LIMITES DAS LICITAÇÕES NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS JURÍDICOS. 2006. (Outra).
161. ENCONTRO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO. 2006. (Encontro).
162. ENCONTRO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO.O PREGÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. 2006. (Encontro).
163. I CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2006. (Congresso).
164. III FORUM BRASILEIRO DE COMBATE À CORRUPÇÃO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.O CONTROLE DAS LICITAÇÕES PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 2006. (Encontro).
165. VII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. DESCLASSIFICAÇÃO/INABILITAÇÃO DE TODOS OS LICITANTES EM LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO. 2006. (Congresso).
166. XX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2006. (Congresso).
167. 3ª SEMANA ACADÊMICA DE DIREITO.ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO DENOMINADA PREGÃO. 2005. (Outra).
168. 7mo CONGRESO DE DERECHO PÚBLICO DEL MERCOSUR. ADQUISICIONES DE OBRAS, BIENES Y SERVICIOS POR LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA: NUEVAS ALTERNATIVAS. 2005. (Congresso).
169. SEMANA ACADÊMICA DO CURSO DE DIREITO.O CONTROLE DAS LICITAÇÕES. 2005. (Outra).
170. VI CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. O CONTROLE DOS ATOS ADMISSIONAIS PELO TRIBUNAL DE CONTAS. 2005. (Congresso).
171. XIX CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. COMISSÃO DE APRECIÇÃO DE COMUNICADOS CIENTÍFICOS. 2005. (Congresso).
172. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO POLÍTICO. SUBSTITUIÇÃO DO PAN-POLÍTICO PELO PAN-ECONÔMICO. 2004. (Congresso).
173. ENCONTRO NACIONAL DAS EMPRESAS DE ASSEIO E CONSERVAÇÃO.DIREITOS E PRERROGATIVAS DAS EMPRESAS PRIVADAS NAS LICITAÇÕES E NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2004. (Encontro).

174. I ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS. ASPECTOS POLÊMICOS DO PREGÃO COMUM E ELETRÔNICO. 2004. (Congresso).
175. I FORUM BRASILEIRO SOBRE AS AGÊNCIAS REGULADORAS. 2004. (Encontro).
176. III CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS. 2004. (Congresso).
177. SEMANA ACADÊMICA.CONTROLE DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2004. (Outra).
178. SEMANA ACADÊMICA.PRERROGATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E DIREITOS DOS LICITANTES NOS PROCEDIMENTOS LICITATÓRIOS. 2004. (Outra).
179. V CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CONTROLE DO ATO CONVOCATÓRIO. 2004. (Congresso).
180. VI CONGRESSO SUL-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. CARACTERÍSTICAS E INOVAÇÕES NA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL, BENS E SERVIÇOS: LIMITES E CONFRONTAÇÕES ENTRE O PÚBLICO E O PRIVADO. 2004. (Congresso).
181. CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. RESPONSABILIDADE CIVIL DOS ENTES PRIVADOS PRESTADORES DE SERVIÇOS PÚBLICOS. 2003. (Congresso).
182. II CONGRESSO GOIANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS PÚBLICOS. 2003. (Congresso).
183. XVII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2003. (Congresso).
184. CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO AMBIENTAL. 2002. (Congresso).
185. I ENCONTRO NACIONAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL.CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2002. (Encontro).
186. II CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO PÚBLICO. COMISSÃO JULGADORA DO CONCURSO DE MONOGRAFIAS. 2001. (Congresso).
187. PROGRAMA BRÁSILIA/MIAMI DE POLÍTICA, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, EDUCAÇÃO E SAÚDE. 1999. (Seminário).
188. XIII CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1999. (Congresso).
189. A EMENDA CONSTITUCIONAL DA REFORMA ADMINISTRATIVA. 1998. (Seminário).
190. CONCESSÕES E PERMISSÕES DE SERVIÇOS PÚBLICOS. 1997. (Seminário).
191. I CONGRESSO SUL-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1997. (Congresso).
192. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1997. (Congresso).
193. CIBE 96 - CONGRESSO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA DE EVENTOS. LICITAÇÕES. 1996. (Congresso).
194. X CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1996. (Congresso).
195. ATUALIZAÇÃO EM LICITAÇÕES. 1995. (Seminário).
196. I ENCONTRO INTERNACIONAL DE FISCALIZAÇÃO DO MERCOSUL. 1995. (Encontro).
197. I JORNADA DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1995. (Outra).
198. I JORNADA DE AUDITORIA GLOBAL PARA O SETOR PÚBLICO. 1995. (Outra).
199. SEMINÁRIO COM O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ. 1995. (Seminário).
200. CURSO DE LICITAÇÃO PÚBLICA. 1994. (Outra).
201. O QUE MUDOU NA LEI DAS LICITAÇÕES. 1994. (Outra).
202. SEMINÁRIO SOBRE O QUE MUDOU NA LEI DE LICITAÇÕES. 1994. (Seminário).
203. SIAF-UMA FERRAMENTA NO PLANEJAMENTO DE AUDITORIA. 1994. (Outra).
204. 1º ENCONTRO DE CONTADORES PÚBLICOS DO ESTADO DO PARANÁ.LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1993. (Encontro).
205. 1º ENCONTRO DOS TÉCNICOS DOS T.C. SOBRE A LEI Nº8666/93. 1993. (Encontro).
206. CURSO DE TREINAMENTO EM TÉCNICAS DE AUDITORIA. 1993. (Outra).
207. II CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1992. (Congresso).
208. ORÇAMENTO PÚBLICO. 1992. (Outra).
209. SEMINÁRIO SOBRE TECNOLOGIAS DE AUDITORIAS AVANÇADAS PARA EMPRÉSTIMOS INTERNACIONAIS: MODELO DO BANCO MUNDIAL. 1992. (Seminário).
210. SIMPÓSIO NACIONAL: O FORNECEDOR E O ESTADO NAS LICITAÇÕES E CONTRATOS. 1992. (Simpósio).
211. CURSO DE LICITAÇÃO E CONTRATO ADMINISTRATIVO. 1991. (Outra).
212. CURSO SOBRE REGIME JURÍDICO ÚNICO. 1991. (Outra).
213. I CONGRESSO INTERNACIONAL DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1991. (Congresso).
214. SEMINÁRIO REGULAMENTO ÚNICO DAS LICITAÇÕES E CONTRATOS (DECRETO 700/91/PR). 1991. (Seminário).
215. SIMPÓSIO MÓDULO 1 - LICITAÇÕES, CONTRATOS ADMINISTRATIVOS E REAJUSTES. 1989. (Simpósio).
216. CURSO DE PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA EM VÍDEO CASSETTE. 1987. (Outra).
217. SEMINÁRIO ADMINISTRAÇÃO DO TEMPO. 1987. (Seminário).
218. CURSO DE DESENVOLVIMENTO INTERPESSOAL E NOÇÕES DE O&M. 1986. (Outra).
219. I CURSO DE ORGANIZAÇÃO E MÉTODOS. 1986. (Outra).
220. I CURSO SOBRE PROCESSO CAUTELAR TRABALHISTA. 1986. (Outra).
221. I SEMINÁRIO SOBRE DIREITO E INFORMÁTICA. 1986. (Seminário).
222. I CONGRESSO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA. 1983. (Congresso).
223. SIMPÓSIO SOBRE ADMINISTRAÇÃO INDIRETA. 1983. (Simpósio).
224. CURSO DE DESENVOLVIMENTO FUNCIONAL. 1981. (Outra).
225. I CICLO DE ESTUDOS DE FILOSOFIA DO DIREITO. 1980. (Outra).
226. III ENCONTRO ARGENTINO-BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 1980. (Encontro).
227. I SEMANA DE CULTURA JURÍDICA DO PARANÁ. 1980. (Outra).
228. SEMANA DE PROCESSO CIVIL. 1980. (Outra).
229. V SEMANA DE DIREITO INTERNACIONAL. 1980. (Outra).
230. CICLO DE PALESTRAS DE DIREITO CONSTITUCIONAL. 1979. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. SCHIER, Adriana da Costa R. ; **GUIMARAES, Edgar** ; COSTA, L. B. D. ; MOTTA, P. R. F. . XIII CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2012. (Congresso).
2. **GUIMARAES, Edgar**. CONGRESSO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. 2011. (Congresso).
- 3.

- ★ **GUIMARAES, Edgar**; ZYMLER, Benjamin ; NIEHBUR, Joel de Menezes ; BEZNOS, Clóvis ; CAMMAROSANO, M. ; GASPARINI, Diogenes ; SANTANA, Jair ; FREITAS, Juarez ; BACELLAR FILHO, R. F. . 3º ENCONTRO BRASILEIRO DE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2007. (Congresso).
4. **GUIMARAES, Edgar**. II CONGRESSO IBERO-AMERICANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2007. (Congresso).
5. ★ FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; BACELLAR FILHO, R. F. ; GASPARINI, Diogenes ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ; NIEHBUR, Joel de Menezes ; COSTA, L. B. D. ; **GUIMARAES, Edgar** ; DALLARI, Adilson ; RIBAS, S. . 2º ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2006. (Congresso).
6. ★ FREITAS, Juarez ; FERRAZ, L. ; PEREIRA JUNIOR, Jessé Torres ; BACELLAR FILHO, R. F. ; CAMMAROSANO, M. ; **GUIMARAES, Edgar** ; MOTTA, Fabrício ; GASPARINI, Diogenes ; JUSTEN FILHO, M. ; MILESKI, Hélio . I ENCONTRO BRASILEIRO SOBRE LICITAÇÕES PÚBLICAS. 2004. (Congresso).
7. **GUIMARAES, Edgar**. V CONGRESSO PARANAENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2004. (Congresso).
8. **GUIMARAES, Edgar**. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2001. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. ADÃO NATALINO DA SILVA JÚNIOR. O PROCEDIMENTO RECURSAL NO PREGÃO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
2. DANTE ALBERTO ANNIBELLI JÚNIOR. COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO SOB ASPECTOS JURÍDICOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
3. FRANCISCO DONIZETE PEREIRA DE SOUZA. DA SINDICÂNCIA E O PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM FACE DE ATOS PRATICADOS NA VIDA PARTICULAR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
4. JOSÉ DANILO TAVARES. CONVALIDAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES QUANDO DA ESTATIZAÇÃO DE EMPRESAS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
5. RAFAELLA TIEPO BORGES. A FISCALIZAÇÃO NO ÂMBITO DA AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
6. ANDRÉA DE BRITO RÜPPEL. O PRINCÍPIO DA ISONOMIA E O PREGÃO ELETRÔNICO. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
7. DIEGO PAOLO BARAUSSE. ESTUDO CRÍTICO DOS FUNDAMENTOS DA TESE DA IRRESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATOS JUDICIAIS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
8. DIVONSIR DE SOUZA LIMA. ASPECTOS JURÍDICOS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
9. MANUELLA LUCIA ZANINI FADEL. AS PRERROGATIVAS DA FAZENDA PÚBLICA À LUZ DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
10. ANTÔNIO FABRÍCIO SANTANA. A INEXIGIBILIDADE NAS PROPOSTAS DE PREÇOS NAS LICITAÇÕES/LEI 8.666/93. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
11. CARLOS AUGUSTO CARLETO CONTE. SISTEMA DE CONTRATAÇÃO DIRETA NO ÂMBITO DO SEBRAE. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
12. IGOR BRUNO ROMERO MACHADO. POLÊMICAS NAS LICITAÇÕES - MODALIDADE CONVITE - QUESTÕES. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
13. FABIELLE SANSON. PREGÃO ELETRÔNICO - A NOVA MODALIDADE DE LICITAÇÃO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
14. MÁRCIA REGINA SAUTCHUK. LICITAÇÕES E TERCEIRO SETOR. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
15. SÉRGIO ROBERTO MALUF. O MONOPÓLIO NA CONCESSÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE TRANSPORTE: UMA GARANTIA DO ESTADO. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
16. TELMA RITA CASTANHO MENDES. LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS - LEI 8.666/93 E AS CPL'S - DEFEITOS E EFEITOS. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
17. VALDIR STREML. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA E A EFETIVIDADE DA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
18. SIMONE MARTINS. O REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.

19. FABIANO OVIEDO BITTENCOURT. EQUILÍBRIO ECONÔMICO E FINANCEIRO DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
20. JOSÉ ARI NUNES. O MUNICÍPIO E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.
21. RAFAELA IATAURO BUENO. O PRINCÍPIO DA TRANSPARÊNCIA E A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em DIREITO) - Universidade Tuiuti do Paraná. Orientador: Edgar Antonio Chiuratto Guimarães.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **GUIMARAES, Edgar;** ZYMLER, Benjamin . IV NÚCLEO NACIONAL JML DE DISCUSSÃO SOBRE QUESTÕES POLÊMICAS. 2013. .
2. **GUIMARAES, Edgar;** CAMMAROSANO, M. . REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2014. .
3. **GUIMARAES, Edgar.** A AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS ATRAVÉS DO PROCEDIMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. **GUIMARAES, Edgar.** RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PELO DESFAZIMENTO DA LICITAÇÃO. 2013. .
5. **GUIMARAES, Edgar.** NOÇÕES BÁSICAS DE LICITAÇÕES. 2014. .
6. **GUIMARAES, Edgar.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: ASPECTOS POLÊMICOS. 2013. .

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 27/07/2023 às 20:14:18



Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5889742384284891>

ID Lattes: **5889742384284891**

Última atualização do currículo em 18/05/2018

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, advogado, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista, palestrante de renome nacional e internacional e fundador da Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Desenvolveu uma longa e sólida carreira no serviço público ocupando vários cargos, dos quais se destacam: Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Membro do Conselho Interministerial de Desburocratização, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Advogado e Administrador Postal da ECT e, ainda, consultor cadastrado no Banco Mundial. Como conferencista e palestrante é um dos profissionais mais solicitados no ramo, onde ministra diversos cursos, congressos e seminários em todo o país. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Jorge Ulisses Jacoby Fernandes
Nome em citações bibliográficas	JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/5889742384284891

Endereço

Endereço Profissional	Jacoby Fernandes e Reolon Advogados Associados. SHIS QL 12 CONJUNTO 09 LOTES 19/20 LAGO SUL 71630295 - Brasília, DF - Brasil Telefone: (61) 33661206 Fax: (61) 33661974

Formação acadêmica/titulação

2001 - 2002	Mestrado em Direito Público. Universidade Federal de Pernambuco, UFPE, Brasil. Título:, Ano de Obtenção: 2002. Orientador: Coorientador:
1994 - 1994	Especialização em Curso de Didática. (Carga Horária: 44h). INSTITUTO DE COOPERAÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO DE ENSINO UNIFI, ICAT/AEUDF, Brasil. Título: Orientador:
1984 - 1984	Especialização em Direito Público. (Carga Horária: 120h). ? Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal, AEUDF, Brasil. Título: Orientador:
1984 - 1984	Especialização em Metodologia do Ensino Superior. (Carga Horária: 120h). Centro de Estudos Avançados em Pós Graduação e Pesquisa, CESAP/CEUB, Brasil. Título: Orientador:
1980 - 1984	Graduação em Direito. Associação e Ensino Unificado do Distrito Federal, AEUDF, Brasil.
1978 - 1980	

Graduação em Administração Postal.
Escola Superior de Administração Postal, ESAP, Brasil.
Graduação em Direito.
Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
Ensino Médio (2º grau).
Instituto Politécnico do Paraná, IPP, Brasil.
Ensino Fundamental (1º grau).
Ginásio Municipal Prefeito Omar Sabbag, GINÁSIO, Brasil.
Ensino Fundamental (1º grau).
Casa Escolar Israelita Brasileira - Salomão Guelmann, CEIB, Brasil.

1978 - 1980

1975 - 1977

1972 - 1974

1967 - 1971

Atuação Profissional

Jacoby Fernandes e Reolon Advogados Associados, JFR/AA, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Diretor Presidente, Regime: Dedicção exclusiva.

Tribunal de Contas do Distrito Federal, TCDF, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2006

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Conselheiro, Carga horária: 40

Ministério Público, MP, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2001

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador-Geral, Carga horária: 40
Junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, empossado em 16 de maio de 2001, por indicação do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Joaquim Domingos Roriz.

Vínculo institucional

1997 - 2001

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador-Geral, Carga horária: 40
Junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, empossado em 13 de maio de 1997, por indicação do Excelentíssimo Senhor Governador do Distrito Federal, Cristovam Buarque.

Vínculo institucional

1990 - 1997

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 40
Junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, empossado em 30 de abril de 1990, após aprovação em concurso público de provas e títulos.

Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, TRT 10, Brasil.

Vínculo institucional

1989 - 1990

Outras informações

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Juiz do Trabalho Substituto, Carga horária: 40
Juiz Substituto na 10ª Região, empossado em 19 de dezembro de 1989, após aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo presidido a 1ª e 5ª Juntas de Conciliação e Julgamento - JCJ de Brasília e 2ª JCJ de Cuiabá, onde foi também Diretor do Foro.

Fundação de Assistência Judiciária da OAB, FAJ OAB, Brasil.

Vínculo institucional

1987 - 1989

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado voluntário, Carga horária: 40

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ADM Central, ECT/DF, Brasil.

Vínculo institucional

1989 - 1990

Outras informações

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico, Carga horária: 40
Assessor Jurídico do Chefe de Departamento de Administração de Recursos Humanos da ECT

Vínculo institucional

1986 - 1990

Vínculo institucional

1989 - 1989

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 40

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Chefe da Divisão de Cargos e Salários, Carga horária: 40

Outras informações
Vínculo institucional
1986 - 1989

Vínculo institucional
1981 - 1986

Vínculo institucional
1980 - 1981

Departamento de Administração de Pessoal da ECT.

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assitante de Chefe do Departamento, Carga horária: 40

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Chefe da Seção de Promoção e Reclassificação, Carga horária: 40

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Aministrador Postal, Carga horária: 40, Regime: Dedicção exclusiva.

Prêmios e títulos

2015	Diploma al Mérito y Medalla Miguel de Cervantes ? diplomado no XII Encontro Internacional de Juristas, realizado em Granada, Espanha entre os dias 19 e 22 de janeiro, Consejo Consultivo de Andalucía, organizado pela Red Internacional de Excelencia Jurídica..
2015	Membro Vitalício ? por força de sua expressão científica ? Jurídicas, empossando-a na Cadeira nº VII, sendo patroneada pelo Dr. Hely Lopes Meirelles, na condição de Acadêmico Efetivo ? Imortal, Academia Brasileira de Ciência, Artes, História e Literatura ? ABRASCI em Brasília no dia 28 de fev..
2015	Medalha da Inconfidência - em Belo Horizonte no dia 21 de abril, O Governador do Estado de Minas Gerais de acordo com a proposta do Conselho Permanente da Medalha.
2015	Medalha ?Serzedelo Corrêa Classe A, Tribunal de Contas de ao Estado do Pará.
2014	Diploma de Excelência Jurídica - diplomado no XI Encontro Internacional de Juristas, na Itália, Associação Interparlamentar de Amizade Itália - Brasil e Ordem dos Advogados de Roma.
2014	Cavaleiresco de Comendador - diplomado pela Ordem dos Nobres Cavaleiros de Brasília - confere a Medalha Cívica Nobres Cavaleiros de Brasília., Academia Brasileira de Ciências, Artes, História e Literatura, no dia 19 de dezembro.
2012	Homenagem Especial - Agradecimento pela valorosa participação nas 10 edições do Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum de Contratação e Gestão Pública.
2012	Ordem do Mérito Aeronáutico, por haver prestados serviços assinalados a Aeronáutica Brasileira em 23 de outubro.
2011	Ordem ao Mérito Judiciário do Trabalho " Djalma Aranha Marinho" - Condecoração no grau Grã-Cruz por indicação da Excelentíssima Desembargadora Maria de Lourdes Alves Leite do TRT 21º Região, Tribunal Regional do Trabalho 21º Região - TRT/RN.
2010	V Prémio 19 de março - Categoria publicações - Melhor Obra Literária sobre Pregão, eleita para o ano de 2009, Negócios Públicos.
2010	Agradecimento pela palestra proferida - por ministrar Aula Inaugural da Escola de Contas Públicas do Amazonas em sua Sessão de Instalação, registrando nossos agradecimentos pela valiosa colaboração, Tribunal de Contas do Estado do Amazonas - em 15 de março.
2009	Medalha "Colar do Mérito de Contas" Conferida aos cidadãos que por sua realização e seus mérito tenham se tornado merecedores do especial reconhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.
2008	Agradecimento pela palestra proferida - pela presença ao VI Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum - Evento de Edição especial de 15 anos da Lei nº 8.866/1993.
2007	Agradecimento pela palestra proferida - pela excelente palestra proferida sobre o tema ?A terceirização de atividade na administração pública? durante o XIII Seminário de atualização de normas e proc, Conselheiro Presidente Paulo César de Ávila e Silva, em 13 de junho.
2006	Agradecimento pela palestra proferida - pelos relevantes serviços prestados à TREIDE nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, TREIDE.
2006	Agradecimento pela palestra proferida - pelo seu reconhecido compromisso com a qualificação do servidor público e com a efetividade da gestão dos recursos públicos e seu controle, em 09 de fevereiro, Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gera.
2005	Medalha Mérito Segurança Pública e Defesa Social - por meritórios serviços prestados ao Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.
2005	Medalha "Tiradentes" - Alferes Joaquim José da Silva Xavier - criada pelo Decreto nº 5.272 de 06 de junho de 1980, Polícia Militar do Distrito Federal.
2005	Medalha Alvorada - pela contribuição, de modo relvante, para o progresso do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal.
2005	Medalha da Ordem do Mérito Judiciário, Tribunal Superior do Trabalho.
2005	Medalha da Defesa Civil do Distrito Federal - pelos relevantes serviços prestados ao Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal.
2004	Agradecimento pela palestra proferida - sobre o tema ?Meios de defesa e recursos nos tribunais de contas, durante o X Seminário de atualização de normas e procedimentos do

controle externo ? SEMAT, Conselheiro Presidente Manoel Paulo de Andrade N em 24 de junho. **2003**

Medalha do Mérito Policial Civil Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Polícia Civil do Distrito Federal. **2003**

Agradecimento pela palestra proferida - sobre o tema ?Tribunais de Contas no Brasil?, integrante do ciclo de palestras do Controle Externo deste Tribunal, Conselheiro Presidente Manoel Paulo de Andrade Neto em 27 de agosto. **2003**

Agradecimento pela palestra proferida - com a palestra ?Repensando as Licitações Públicas nos 10 anos da Lei nº 8.666/1993, I Fórum Brasileiro de Contratação e gestão Pública, Editora Fórum, em junho. **2003**

Companheiro Paul Harris -em reconhecimento à prestação de tangíveis e significantes serviços com o objetivo de fomentar a compreensão e as relações amistosas entre os povos do mundo, Fundação Rotaria do Rotary Internacional. **2003**

Homenagem ao Notável Mestre, TCM ? SP. **2002**

Ordem do Mérito Judiciário Militar - promovido ao grau de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar. **2002**

Ordem do Mérito de Brasília - promovido ao grau de Grande Oficial, Governo do Distrito Federal. **2002**

Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alckmin, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais. **2002**

Colar Mérito Institucional do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará - pelos relevantes serviços prestados em benefício da Instituição, em 13 de dezembro, Colégio de Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará. **2002**

Padrinho dos formandos de Direito da AEUDF - pela inestimável contribuição a nossa formação, o reconhecimento, o respeito e a amizade, agosto, Formandos de Direito da AEUDF. **2001**

Ordem do Mérito Judiciário Militar, Superior Tribunal Militar. **2001**

Medalha "Imperador Dom Pedro II", Corpo de Bombeiros Militar do DF. **2001**

Agradecimento pela palestra proferida ? pela palestra proferida, em Brasília, no dia 15 agosto de 2001, no Seminário ?Lei de Responsabilidade Fiscal?., Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal. **2001**

Homenagem ao Mestre pela brilhante conferência proferida - grande contribuição prestada a esta Corte de Contas, pelas palestras sobre ?Lei de responsabilidade fiscal na prática? no dia 27 de junho, O Tribunal de Contas do Amapá. **2000**

Homenagem ao Mestre pela brilhante conferência proferida - pela brilhante conferência proferida no VI Congresso de Estudos Jurídicos do Estado de Tocantins e IV Encontro de Advogados Tocantinenses, Estado do Tocantins. **2000**

Homenagem ao Mestre pela brilhante participação no Seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, Escola Superior de Advocacia da OAB/MG. **1999**

Gratidão pelos relevantes serviços prestados, Associação Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. **1999**

Diploma ? como reconhecimento pelos 06 anos de competente atuação nos seus quadros, como pesquisador e conferencista, com trabalhos no Brasil, Argentina e Portugal, Administração Pública Federal. **1998**

Professor do ano de 1997 - profissional que mais se destacou por sua dinâmica e dedicação à cultura e contribuição para o progresso social e desenvolvimento do Distrito Federal, Associação de Imprensa de Brasília - AIB. **1998**

Nomeado Comendador - Grau Comendador, Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro De Jerusalém. **1997**

Parainfo dos Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?A certeza de ser notável o exemplo que nos lega; nela resplandecem a força e o caráter do homem? 1º Semestre, Formandos de Direito da AEUDF. **1996**

Ordem do Mérito Santos Dumont - pelos relevantes serviços prestados por iniciativa do Ministério da Aeronáutica, Ministério da Aeronáutica. **1996**

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre que nos méritos desta conquista há muito de sua presença, 2º Semestre, Formandos de Direito da AEUDF. **1996**

Parainfo dos formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?ter êxito é conseguir o que desejamos. Ser feliz é desejar o que conseguimos? 2º Semestre, Formandos de Direito da AEUDF. **1995**

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?Os sábios educam pelo exemplo, e não há nada que avassale o espírito humano mais suave e profundamente do que o exemplo?, Turma de Direito Administrativo, 1º Semestre. **1995**

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?Os sábios educam pelo exemplo, e não há nada que avassale o espírito humano mais suave e profundamente do que o exemplo?, Turma de Direito Administrativo, 1º Semestre. **1995**

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre que elaborou aulas que foram momentos de êxtases porque soube arrebatar para a maravilha do Direito e para o ideal da Justiça, Turma Sobral Pinto, 1º Semestre. **1994**

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?Mais que Professor, nosso Mestre, mais que mestre, nosso amigo, jamais o esqueceremos?, Turma de Direito Administrativo, 1º Semestre. **1992**

Homenagem ao Mestre pela participação no Simpósio de Licitação e Contratos ? pela **1991**
palestra proferida sobre a ?A análise das peculiaridades das concorrências? no Simpósio de
Licitação e Contratos, O Departamento Geral de Serviços ? DGS.
Ordem do Mérito de Brasília - Grau Comendador - pelos relevantes serviços prestados por **1990**
iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Contas do Distrito
Federal.
Medalha Cultural Jornalista Hipólito José da Costa - condecoração literária pelos relevantes **1983**
serviços prestados às Letras Nacionais e participação nas iniciativas culturais
desenvolvidas, Grupo Brasília de Comunicação - GBC.
Diploma Honra ao Mérito pela participação na Comissão Interna de Prevenção de
Acidentes (C.I.P.A) criada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Empresa
Brasileira de Correios e Telégrafos ? CIPA/AC.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; REIS, L. . Planejamento regula normas relativas a convênios e instrumentos de repasse. Governet. Boletim de Transferências Voluntárias (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-588X Governet. Boletim de Convênios e Parcerias), v. Ano 13, p. 221-222, 2017.
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Locação sob demanda - construção de um instituto com o auxílio dos Tribunais de Contas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. Ano XXIV, p. 137, 2017.
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Recebimento de horas extras por servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios, v. n, p. 117, 2017.
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. As amarras ao desenvolvimento do Brasil: comentários sobre a burocracia estatal.. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 17, p. 93, 2017.
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Exigência de certidão eleitoral em licitações. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, v. VI, p. 1670, 2016.
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Cidadania e Direito Administrativo: Parceria Público-Privada popular. Negócios Públicos, v. 126, p. 20-25, 2015.
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Cidadania e Direito Administrativo: Parceria Público-Privada popular. LICICON - Revista de Licitações e Contratos, v. 85, p. 249-257, 2015.
8. SCHOLZE, V. M. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . A solução consensual de conflitos na Administração Pública promovidas pelo novo Código de Processo Civil.. Fórum Administrativo, v. 15, p. 75-79, 2015.
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Aspectos financeiros, orçamentários e jurídicos da contratação de cursos, congressos e eventos abertos. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 4, p. 347-352, 2014.
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Cobrança e execução judicial de débitos imputados pelos Tribunais de Contas - Março. Fórum Administrativo, v. 157, p. 14-23, 2014.
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; VELOSO. Mailson. . Atuação do controle na esfera administrativa do Sistema 'S'. Licicon - Revista de Licitações e Contratos, v. 74, p. 102-109, 2014.
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Novas estatais federais - Aplicabilidade da Lei nº 8.666/93 às contratações pertinentes à atividade-fim das empresas estatais exploradas de atividade econômica por via de inexigibilidade de licitação. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 244, p. 540-550, 2014.
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Concessão de serviços públicos - Avaliação pelo usuário - setembro de 2014. O Pregoeiro, v. 118, p. 11-12, 2014.
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Escritórios mais admirados do país em 2009. Revista Análise, v. 18, p. 29,90-104, 2010.
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Educação para controle público efetivo. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 79-80, 2010.
16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Encerrando o exercício financeiro e iniciando novos paradigmas de gestão mais eficaz. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 127-130, 2010.
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Pregão sem participação do licitante. Revista Capital Público, v. 10, p. 55-55, 2010.
18. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Convite: a participação de quem não foi convidado. Revista Capital Público, v. 11, p. 54-55, 2010.
19. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Qualificação e capacitação do pregoeiro. Revista Capital Público, v. 12, p. 54-55, 2010.

20. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle da Administração pública em ano eleitoral. Revista Capital Público, v. 13, p. 59-60, 2010.
21. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Considerações quanto à equipe de apoio. Revista Capital Público, v. 2, p. 50-51, 2010.
22. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Informática e automação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 7-12, 2010.
23. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta de Artista. Negócios Públicos, v. 6, p. 13-17, 2010.
24. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Da Constitucionalidade da Medida Provisória nº 495, de 19 de junho de 2010. Revista Capital Público, v. 2, p. 50-51, 2010.
25. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Treinamento: serviço essencial ao desenvolvimento da gestão pública. Aspectos relativos à legislação. Fórum Administrativo, v. 115, p. 16-23, 2010.
26. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Medida Provisória nº 495/2010 - Alterações nas Licitações e Contratos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 105, p. 7-11, 2010.
27. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial - Externa. Revista Capital Público, v. 17, p. 54-55, 2010.
28. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle da discricionariedade dos pagamentos. Revista Capital Público, v. 18, p. 54-55, 2010.
29. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comissão de Licitação e Pregoeiro. O Pregoeiro, v. 1, p. 7-21, 2010.
30. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da lei. O Pregoeiro, v. 1, p. 22-24, 2010.
31. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações com menos burocracia. O Pregoeiro, v. 1, p. 25-26, 2010.
32. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Carona em Sistema de Registro de Preços. O Pregoeiro, v. 1, p. 27-32, 2010.
33. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parcerias Públicos-Privadas, Controle e Eficiência. O Pregoeiro, v. 1, p. 33-40, 2010.
34. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Ação dos Tribunais de Contas sobre os Contratos. O Pregoeiro, v. 1, p. 40-43, 2010.
35. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** II Congresso de Pregoeiros do Brasil - Reflexões para guardar. O Pregoeiro, v. 1, p. 44-46, 2010.
36. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregoeiro(a) - Remuneração. O Pregoeiro, v. 1, p. 47-48, 2010.
37. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte, a lei de licitações e contratos e a lei do Pregão. O Pregoeiro, v. 1, p. 49-60, 2010.
38. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Medida Provisória nº 495/2010 - Alterações nas licitações e contratos. O Pregoeiro, v. 1, p. 60-64, 2010.
39. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Treinamento: serviço essencial ao desenvolvimento da gestão pública. Aspectos relativos à legislação. O Pregoeiro, v. 1, p. 65-72, 2010.
40. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Preço na Contratação Direta. O Pregoeiro, v. 1, p. 73-81, 2010.
41. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Uso do imóvel como objeto acessório de outro contrato - Estudo de caso. O Pregoeiro, v. 1, p. 82-84, 2010.
42. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sem Licitação - Mas com quem?. O Pregoeiro, v. 1, p. 84-85, 2010.
43. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regras de habilitação em pregão eletrônico e presencial. O Pregoeiro, v. 1, p. 86-92, 2010.
44. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços, carona de outras esferas de Governo. O Pregoeiro, v. 1, p. 93-94, 2010.
45. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** As peculiaridades da fase recursal do Pregão. O Pregoeiro, v. 1, p. 96-101, 2010.
46. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Publicação de Contratos e Atualização Monetária. O Pregoeiro, v. 1, p. 102-106, 2010.
47. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Obras e serviços de engenharia pela modalidade. O Pregoeiro, v. 1, p. 107-112, 2010.
48. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de consultoria para levantamento de ativos fiscais: ausência de singularidade. O Pregoeiro, v. 1, p. 113-119, 2010.
49. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Declaração de Elaboração Independente de Proposta. O Pregoeiro, v. 1, p. 120-122, 2010.
50. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação integrada de serviços de lavanderia hospitalar. Revista Capital Público, v. 19, p. 48-51, 2010.
51. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Recurso de licitante no controle. Revista Capital Público, v. 19, p. 54-55, 2010.
52. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Publicação de Contratos e atualização monetária. Negócios Públicos, v. 5, p. 9-9, 2009.
53. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordem manifestamente ilegal. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 25, p. 22-22, 2009.
54. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Permuta de imóveis públicos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 7-7, 2009.
- 55.

56. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Credenciamento: uma solução para vários problemas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 67-67, 2009.
57. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ética e Direito - Cisão necessária e relação de complementaridade. Fórum Administrativo, v. 9, p. 20-20, 2009.
58. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações e contratos são coisas sérias!. Revista Capital Público, v. 1, p. 10-10, 2009.
59. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Micro e pequenas empresas - licitações do Governo. Revista Capital Público, v. 1, p. 63-63, 2009.
60. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O poder Legislativo, o Tribunal de Contas e a Responsabilidade Fiscal. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 7, p. 821-821, 2009.
61. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Penalidades aplicadas pelo TCU, um tema em evolução. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 41-41, 2009.
62. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Orçamento e Execução da Despesa - Contingenciamentos Imorais. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 186, p. 731-731, 2009.
63. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Periódicos - Jornais e revistas. Revista Capital Público, v. 1, p. 54-54, 2009.
64. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Periódicos - Jornais e revistas. Fórum Administrativo, v. 8, p. 39-39, 2009.
65. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parecer Técnico ou Jurídico. Revista Capital Público, v. 1, p. 50-50, 2009.
66. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Credenciamento para transporte de servidores. Revista Capital Público, v. 1, p. 46, 2009.
67. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Periódicos - Jornais e revistas. Negócios Públicos, v. 5, p. 35-35, 2009.
68. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelo de gestão pública eficaz- encerrando o exercício financeiro e iniciando novos paradigmas de gestão mais eficaz - transparência para o controle Público efetivo. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 127-130, 2009.
69. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regras de habilitação em Pregão Eletrônico e Presencial. Negócios Públicos, v. 4, p. 24-24, 2008.
70. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A visão do contratado nas contratações públicas sem licitação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 7-11, 2008.
71. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Da segurança jurídica e a decadência do direito da Administração anular seus atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, face à Emenda Constitucional nº 45. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 7-7, 2008.
72. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Da competência para legislar sobre licitações e contratos e o poder de regulamentar conferido pela Federal de Licitações e Contratos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 39-39, 2008.
73. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Desconsideração da personalidade jurídica - Ato administrativo - Possibilidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 122-122, 2008.
74. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Cartilha de compra para micro e pequena empresa do Município - APRESE e SEBRAE/CE. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 125-125, 2008.
75. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público - Preenchimento de vagas - Terceirização - Preterização - Direito à nomeação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 135-135, 2008.
76. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia pela Modalidade Pregão. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 28-18, 2008.
77. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Importância da Parceria entre Pregoeiro e Equipe de Apoio. Negócios Públicos, v. 4, p. 19-19, 2008.
78. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parcerias público-privada, controle e eficiência. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 7-7, 2008.
79. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Da segurança jurídica e a decadência do direito e a administração anular seus atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, face à Emenda Constitucional. Fórum Administrativo, v. 8, p. 7-7, 2008.
80. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Obras e Serviços de Engenharia pela Modalidade Pregão. Negócios Públicos, v. 4, p. 5-5, 2008.
81. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sem licitação, mas com quem?. Negócios Públicos, v. 4, p. 37-37, 2008.
82. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sem licitação, mas com quem?. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 28-28, 2008.
83. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Justificativa de preço na contratação direta. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 36-36, 2008.
84. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pauta de julgamento e a participação de Advogados. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 12-12, 2008.
85. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O devido processo legal e a TCE. Fórum Administrativo, v. 8, p. 21-21, 2008.

86. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Declaração de idoneidade - ilegalidade do efeito "dominó". Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 7-7, 2008.
87. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações com menos burocracia. Boletim de Direito Administrativo DNJ, v. 7, p. 36-36, 2008.
88. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordenador de Despesas - Uma Função Relevante. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 10, p. 1115-1112, 2008.
89. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordenador de Despesas - Uma Função Relevante. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 8, p. 115-121, 2008.
90. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar Além da Lei. Negócios Públicos, v. 4, p. 16-19, 2008.
91. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O devido processo legal e a TCE. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 87, p. 231-231, 2008.
92. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregado. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 8, p. 231-231, 2008.
93. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregado. Fórum Administrativo, v. 8, p. 27-27, 2008.
94. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comissão de licitação e pregoeiro. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 40-40, 2008.
95. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A importância de o Município comprar da micro e pequena empresa. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 24-24, 2008.
96. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunal de Contas Municipal e dos Municípios. Revista controle, v. 18, p. 86-86, 2008.
97. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O preposto na relação contratual de terceirização. Fórum Administrativo, v. 7, p. 39-39, 2007.
98. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** As peculiaridades da fase recursal do pregão. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 3, p. 22-22, 2007.
99. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Lei de Licitações e Contratos e a Lei do Pregão. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 14, p. 559-559, 2007.
100. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Capacitação no Serviço Público - direitos, deveres e processo de contratação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 56-58, 2007.
101. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a Lei de Licitações e Contratos e a Lei do Pregão. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 20, p. 775-786, 2007.
102. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Despesas - princípios da legalidade estrita (bufê, jantares e congêneres). Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 49-51, 2007.
103. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** As peculiaridades da fase recursal do Pregão. Negócios Públicos, v. 3, p. 30-31, 2007.
104. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contrato de gestão com organizações sociais - observações e sua implementação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 7-9, 2007.
105. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Membros do Ministério Público - Cargos ou funções no Poder Executivo. Fórum Administrativo, v. 7, p. 64-65, 2007.
106. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Capacitação no Serviço Público- direitos, deveres e processo de contratação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 56-63, 2007.
107. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regulamento do Estatuto da Pequena e Microempresa Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007. Fórum Administrativo, v. 7, p. 7-7, 2007.
108. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Carona em sistema de registro de preços - uma opção inteligente para a redução de custos e controle. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 7-7, 2007.
109. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Informativo Direito de Preferência. Negócios Públicos, v. 3, p. 21-21, 2007.
110. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comentários a Lei Distrital nº 3.978, de 29 de março de 2007. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 23-23, 2007.
111. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Cronograma físico-financeiro do contrato. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 24-24, 2007.
112. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A aposentadoria e os desdobramentos de competência dos Tribunais de Contas. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 5, p. 405-421, 2006.
113. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Padronização de Produtos e Marcas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6722-6722, 2006.
114. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** As peculiaridades da fase recursal do pregão. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 13, p. 239-239, 2006.
115. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregoeiro e qualificação. Negócios Públicos, v. 2, p. 18-19, 2006.
116. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Informática - direito de preferência. Negócios Públicos, v. 2, p. 11-11, 2006.
117. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A aposentadoria e os desdobramentos da competência dos Tribunais de Contas. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 22, p. 405-421, 2006.
- 118.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas e o controle dos atos administrativos. BLC (São Paulo), v. 19, p. 309-315, 2006.

119. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convalidação - uma célere visão da prática. Fórum Administrativo, v. 6, p. 6806-6806, 2006.
120. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Acordos Administrativos e Judiciais. Fórum Administrativo, v. 6, p. 6680-6680, 2006.
121. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Representação em pregão. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7433-7433, 2006.
122. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços - carona de outras esferas do governo. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6571-6571, 2006.
123. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sucinta análise das regras punitivas da Lei de Licitações e Contratos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6859-6859, 2006.
124. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Terceirização e parentes de servidores. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7199, 2006.
125. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle Interno - Dever de Estrutura. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7297-7297, 2006.
126. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Delegação de serviços públicos impróprios. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7718-7718, 2006.
127. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Remuneração - efeitos da instituição do novo regime jurídico. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 7811-7813, 2006.
128. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - Distinção entre pronta entrega e entrega imediata - Substituição do contrato de empenho - Prazo de garantia. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7903-7904, 2006.
129. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Qualificação econômico-financeira. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 8023-8024, 2006.
130. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Final de exercício - licitação, contratos e restos a pagar. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 8105-8106, 2006.
131. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O estado Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Acre, v. 5, p. 17-30, 2006.
132. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parceria Público-Privada. Uma Visão de Controle. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 12, p. 755-762, 2005.
133. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reflexões sobre o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5720-5726, 2005.
134. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O gestor do contrato e as alterações das cláusulas contratuais. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 6.152-6.157, 2005.
135. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A contratação de Remanescente de obra, serviço ou fornecimento. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6314-6317, 2005.
136. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concessão de Subvenção Social a Clubes de Futebol. Revista brasileira de direito municipal, v. 18, p. 63-65, 2005.
137. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação Deserta/Fracassada que não pode ser repetida. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 6445-6449, 2005.
138. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunais de contas - Enquadramento na estrutura tripartite dos poderes. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6526-6530, 2005.
139. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A aposentadoria e os desdobramentos da competência dos Tribunais de contas. Revista da Procuradoria-Geral do estado do Pará, v. 12, p. 15-44, 2005.
140. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação e Treinamento. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5297-5304, 2005.
141. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Inelegibilidade e contas públicas. Fórum Administrativo, v. 57, p. 6367-6371, 2005.
142. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A qualidade na Lei de Licitações. O equívoco de comprar pelo menor preço sem garantir a qualidade. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 12, p. 207-215, 2005.
143. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregados. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 3, p. 46-47, 2005.
144. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas para apreciar a legalidade das aposentadorias. Fórum Administrativo, v. 5, p. 4971-4986, 2005.
145. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Acidentes de veículos pertencentes à Administração Pública. L&C (Brasília), v. 8, p. 20-23, 2005.
146. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A comissão de Tomada de Contas Especial. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5007-5011, 2005.
147. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Constitucionalidade do Pregão. Revista Negócios Públicos, v. 1, p. 31-31, 2005.
148. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Assinatura de periódicos - procedimentos e jurisprudência. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 12, p. 297-303, 2005.
149. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O ônus da prova nos Tribunais de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5447-5464, 2005.

150. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso Público - o valor da taxa de inscrição. Fórum Administrativo, v. 5, p. 5505-5006, 2005.
151. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica - Regulamentação - Decreto nº 5.450. maio de 2005. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 42-42, 2005.
152. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica - Regulamentação - Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Negócios Públicos, v. 4, p. 30-33, 2005.
153. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A legalidade da despesa fundada em Acordo Coletivo de Trabalho. Fórum Administrativo, v. 4, p. 52-52, 2005.
154. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Treinamento. Revista Jurídica Consulex, v. 69, p. 24-30, 2004.
155. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Publicação de contratos e atualização monetária. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 26, p. 3315-3319, 2004.
156. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle das Admissões pelos Tribunais de Contas. Techne : Revista de Tecnologia da Construção (São Paulo), v. 16, p. 102-114, 2004.
157. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A ampla defesa e a retirada de autos nos Tribunais. Fórum Administrativo, v. 37, p. 3513-3516, 2004.
158. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A ampla defesa e a retirada de autos nos Tribunais. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 30, p. 39-48, 2004.
159. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A ação dos Tribunais de Contas sobre contratos. Fórum Administrativo, v. 38, p. 3686-3689, 2004.
160. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A ação dos Tribunais de Contas sobre contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 30, p. 29-38, 2004.
161. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contas públicas: novo paradigma. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v. 26, p. 12-21, 2004.
162. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Redução no Volume das Licitações. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 3, p. 3666-3666, 2004.
163. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Denúncia Anônima - responsabilidade da Calunidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 27, p. 3435-3435, 2004.
164. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A qualidade na Lei de Licitações. O equívoco de comprar pelo menor preço sem garantir a qualidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 30, p. 3879-3890, 2004.
165. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Dever de pagar o contratado - mecanismo de controle para reduzir a corrupção. L&C (Brasília), v. 74, p. 11-13, 2004.
166. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregados. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 34, p. 4463-4465, 2004.
167. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Um final feliz para os Contratos de Serviços Contínuos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 128, p. 907-908, 2004.
168. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Um final feliz para os Contratos de Serviços Contínuos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 3, p. 4730-4731, 2004.
169. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sustação de Contratos Administrativos pelo Tribunal de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 30, p. 49-57, 2004.
170. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle das Licitações pelo Tribunal de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 46, p. 11-15, 2004.
171. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle das Licitações pelo Tribunal de Contas. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 23, p. 23-23, 2004.
172. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Queremos Fiscalizar a Receita. Revista do Tribunal de Contas. Estado do Mato Grosso do Sul, v. 2, p. 12-15, 2004.
173. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pauta de Julgamento e a participação de advogado. Revista Jurídica Consulex, v. 12, p. 15-15, 2003.
174. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgamento das Contas do chefe de poder executivo. Fórum Administrativo, v. 19, p. 1-7, 2003.
175. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comissão e Licitação. BLC (São Paulo), v. 17, p. 109-111, 2003.
176. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Princípios do contraditório e da ampla defesa - Especificidades na ação do controle externo. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 10, p. 57-69, 2003.
177. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Como Consultar o Tribunal de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 2, p. 1667-1669, 2003.
178. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle pelo Tribunal de Contas das ações Judiciais. Revista Jurídica Consulex, v. 17, p. 3-7, 2003.
179. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle pelo Tribunal de Contas das ações judiciais. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 201-206, 2003.
180. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão: Credenciamento do representante. Revista Jurídica Consulex, v. 10, p. 201-206, 2003.
- 181.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Execução forçada das decisões dos Tribunais de Contas que imputam débito. Revista Jurídica Consulex, v. 17, p. 21-21, 2003.

182. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório nos Tribunais de Contas: Uma visão prática. Fórum Administrativo, v. 3, p. 26-26, 2003.
183. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório nos Tribunais de Contas: Uma visão prática. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 29, p. 25-38, 2003.
184. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lances e Lançadores no Pregão. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 2, p. 16-16, 2003.
185. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Especificidades na defesa do mérito nos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 61, p. 6-6, 2003.
186. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Credenciamento no Pregão - Aspectos práticos do procedimento. BLC (São Paulo), v. 8, p. 526-530, 2003.
187. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas em razão da pessoa. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 8, p. 615-625, 2003.
188. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O ordenador de despesas e a ordem ilegal. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 24, p. 1086-1103, 2003.
189. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregoeiro e equipe de apoio - Aspectos jurídicos e a prática das novas funções gerenciais do processo licitatório. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 113, p. 569-576, 2003.
190. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Principais argumentos de defesa nos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 29, p. 9-29, 2003.
191. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Treinamento. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 21, p. 2565-2572, 2003.
192. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Defesa do ato que impõe multa. Revista Jurídica Consulex, v. 63, p. 15-21, 2003.
193. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Limpeza Pública - Terceirizar ou não?. Fórum de Direito Urbano e Ambiental (Impresso), v. 11, p. 1079-1088, 2003.
194. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Direito de ser nomeado. Fórum Administrativo, v. 12, p. 945-951, 2003.
195. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle das Admissões pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 96, p. 19-25, 2003.
196. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Inelegibilidade e contas públicas. BDM (São Paulo. Impresso), v. 15, p. 864-868, 2003.
197. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Eficácia e eficiência dos Tribunais de Contas. REDAE (Salvador), v. 17, p. 11-11, 2002.
198. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Eficácia e Eficiência dos Tribunais de Contas. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 15, p. 662-664, 2002.
199. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso dos recursos públicos pelo ministério público e os poderes Legislativo e Judiciário. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 5, p. 155-155, 2002.
200. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Responsabilidade fiscal. Justilex (Brasília), v. 1, p. 78-78, 2002.
201. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Responsabilidade do órgão jurídico. Fórum Administrativo, v. 2, p. 468-468, 2002.
202. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regulamentos próprios da licitação. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 5, p. 32-37, 2002.
203. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A função de ordenar despesas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 5-9, 2002.
204. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A função de ordenar despesas. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 2, p. 138-144, 2002.
205. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação direta via instituição sem fins lucrativos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 1, p. 13-19, 2002.
206. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aspectos Jurídicos do concurso público e o direito de ser nomeado. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 1, p. 29-31, 2002.
207. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Responsabilidade objetiva da administração e controle sobre indenização. Fórum Administrativo, v. 2, p. 141-143, 2002.
208. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Contratação urgente na Lei de Licitações e Contratos. Fórum Administrativo, v. 1, p. 383-2002, 2002.
209. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lixo: problema ambiental com solução jurídica. Fórum Administrativo, v. 5, p. 28-34, 2002.
210. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 5, p. 39-43, 2002.
211. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Fórum Administrativo, v. 2, p. 16-16, 2002.
212. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, p. 20-20, 2002.
213. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comentários ao Decreto nº 3.931/2001. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 98, p. 242-242, 2002.

214. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunais de Contas - Denúncia e divulgação de Informações. Fórum Administrativo, v. 2, p. 15-15, 2002.
215. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pauta de julgamento e participação de advogado. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 47-47, 2002.
216. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A competência dos Tribunais de Contas em razão da pessoa e a intervenção de terceiros. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 48-48, 2002.
217. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência para normatizar o sistema de registro de preços. Fórum Administrativo, v. 1, p. 6-6, 2002.
218. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênios Administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 9, p. 99-99, 2002.
219. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênios Administrativos. Fórum Administrativo, v. 2, p. 17-17, 2002.
220. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Princípios de Controle. Fórum Administrativo, v. 2, p. 7-7, 2002.
221. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Garantindo a qualidade no Sistema de Registro de Preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 9, p. 101-101, 2002.
222. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso Público - As frustrações diante da conduta arbitrária da Administração. Revista Jurídica Consulex, v. 6, p. 14-19, 2002.
223. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta de Artistas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 1, p. 891-893, 2002.
224. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle de indenizações pagas à Administração Pública pelos Tribunais de Contas. BDM (São Paulo. Impresso), v. 9, p. 637-641, 2002.
225. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle de indenizações pagas à Administração Pública pelos Contratos Administrativos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, p. 27-34, 2002.
226. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Credenciamento: Uma Solução para vários Problemas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 1014-1016, 2002.
227. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A apreciação da Constitucionalidade das normas pelos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 16-21, 2002.
228. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aquisição de periódicos e a declaração de inexigibilidade. BLC (São Paulo), v. 156, p. 746-752, 2002.
229. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aquisição de periódicos e a declaração de inexigibilidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5149-5154, 2002.
230. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle como direito fundamental do cidadão frente ao Estado. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 10, p. 1164-1165, 2002.
231. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A função dos Tribunais de Contas em relação às contas anuais - emitir parecer e julgar privativamente o auxílio ao poder Legislativo e o exercício da jurisdição própria. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 9, p. 28-28, 2002.
232. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Alternativas Jurídicas para a gestão de resíduos sólidos. Revista de Direito Administrativo, v. 18, p. 891-892, 2002.
233. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Alternativas Jurídicas para a gestão de resíduos sólidos. Revista Jurídica Consulex, v. 16, p. 11-12, 2002.
234. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Auditorias Independentes ou Tribunais de Contas? Enron e Banco Nacional: Lições para guardar na memória. Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 5, p. 109-111, 2002.
235. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Princípios do Contraditório e da ampla defesa - Especialidades na ação do controle externo. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 22-25, 2002.
236. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Roteiro Prático para Reequilíbrio Econômico-Financeiro pelos Contratos Administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 9, p. 646-651, 2002.
237. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Brasília: Tombamento ou autonomia?. Revista Jurídica Virtual. Presidência da República (Cessou em 2005. Cont. 1808-2807 Revista Jurídica (Brasília. Online)), v. 5, p. 62-62, 2001.
238. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Eficácia e eficiência dos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Virtual. Presidência da República (Cessou em 2005. Cont. 1808-2807 Revista Jurídica (Brasília. Online)), v. 31, p. 57-57, 2001.
239. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação Eletrônica. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 23, p. 4-4, 2001.
240. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Uma reflexão sobre a eficiência dos Tribunais de contas. Série Antropologia (Brasília. Online), v. 4, p. 58-60, 2001.
241. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações e Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 14-17, 2001.
242. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A idade limite para conselheiro e ministros dos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 66-66, 2001.
243. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso dos recursos públicos pelo ministério público e os poderes Legislativo e Judiciário. Fórum Administrativo, v. 1, p. 21-21, 2001.
244. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O sigilo fiscal e bancário e a competência dos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 155-155, 2001.
- 245.

246. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Responsabilidade fiscal: declaração do ordenador de despesas. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 6-9, 2001.
247. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunais de Contas ou faz de contas?. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 16-16, 2001.
248. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 49-49, 2001.
249. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 39-39, 2001.
250. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 13-13, 2001.
251. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 32-33, 2001.
252. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 103-103, 2001.
253. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 117-117, 2001.
254. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 41-41, 2001.
255. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 50-51, 2001.
256. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 53-53, 2001.
257. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Lei de Responsabilidade Fiscal e os novos desafios do ordenador de despesas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 373-373, 2001.
258. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Requerimento econômico-financeiro de contrato após o plano real. Fórum Administrativo, v. 1, p. 539-539, 2001.
259. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O poder Legislativo, o Tribunal de Contas e o controle da Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 19, p. 3-3, 2001.
260. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Empenho da despesa pública: o que mudou com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 724-724, 2001.
261. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O controle da dívida pública sob a óptica da Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 916-916, 2001.
262. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Multa administrativa na Lei de Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 1017-1017, 2001.
263. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização de serviços no âmbito da Administração Pública. Fórum Administrativo, v. 1, p. 1168-1168, 2001.
264. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Senatus (Senado Federal), v. 38, p. 151-151, 2001.
265. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Limpeza pública urbana. Série Antropologia (Brasília. Online), v. 4, p. 34-36, 2001.
266. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A limitação de empenho das despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 1326-1326, 2001.
267. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comissão de Licitação. Fórum Administrativo, v. 1, p. 223-223, 2001.
268. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reequilíbrio e reajuste de contratos: principais causas de multas e ressarcimento em Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 687-387, 2001.
269. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, p. 19-26, 2001.
270. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordem manifestamente ilegal. Revista Jurídica Consulex, v. 106, p. 30-30, 2001.
271. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no Serviço Público. Revista Jurídica Consulex, v. 3, p. 12-15, 2000.
272. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A ação e o controle. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso) **JCR**, v. 4, p. 205-205, 2000.
273. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público e direito dos candidatos. Boletim Jurídico (Uberaba. Online), v. 1, p. 44-45, 2000.
274. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Acordo judicial e extrajudicial. Fórum Administrativo, v. 2, p. 110-112, 2000.
275. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Alienação de Bens móveis - Licitação dispensada. Revista de Direito Municipal (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1808-5628 Revista Brasileira de Direito Municipal (Impresso)), v. 16, p. 135-143, 2000.
276. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sem licitação - mas com quem?. Revista Jurídica Consulex, v. 20, p. 4-5, 2000.
277. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Maquiavel e a implicação de suas ideias no mundo contemporâneo. XIV Antologia de Poetas e Escritores do Brasil, v. 36, p. 56-65, 2000.
- 278.

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Brasil: 500 anos de contas públicas. Revista Jurídica Consulex, v. 22, p. 34-39, 2000.
279. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Brasil: 500 anos de compras Públicas. Revista Jurídica Virtual. Presidência da República (Cessou em 2005. Cont. 1808-2807 Revista Jurídica (Brasília. Online)), v. 29, p. 46-47, 2000.
280. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Eficácia e eficiência dos Tribunais de Contas. Revista de Administração Pública (Impresso) **JCR**, v. 27, p. 21-24, 2000.
281. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ética e direito - cisão necessária e relação de complementaridade. Revista Acadêmica (Cessou em 1947), v. 5, p. 30-30, 2000.
282. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. Revista Jurídica Consulex, v. 38, p. 01-01, 2000.
283. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Procedimento para a contratação direta (art.26). Revista de Informação Legislativa, v. 129, p. 213-222, 1999.
284. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Procedimento para a contratação direta (art.26). Revista Jurídica Consulex, v. 7, p. 16-24, 1999.
285. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Da função jurisdicional pelos Tribunais de Contas. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 36-57, 1999.
286. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A qualidade na Lei de Licitações. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 16, p. 31-62, 1999.
287. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A qualidade na Lei de Licitações. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 13, p. 71-83, 1999.
288. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Admissão sem concurso após 1988. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 15, p. 437-439, 1999.
289. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A moratória de minas e as questões Jurídicas. Revista Jurídica Consulex, v. 13, p. 8-9, 1999.
290. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Um ano de Reforma Administrativa. O que mudou?. Revista de Direito Administrativo, v. 14, p. 711-719, 1999.
291. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Um ano de Reforma Administrativa. O que Mudou?. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 17, p. 61-75, 1999.
292. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de advogados. Revista Jurídica Consulex, v. 2, p. 18-23, 1999.
293. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os limites do poder fiscalizador dos TC'S. Senatus (Senado Federal), v. 36, p. 167-189, 1999.
294. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas - desvio de dinheiro, bens e valores públicos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 2, p. 16-18, 1999.
295. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Revista controle, v. 4, p. 04-05, 1998.
296. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no Serviço Público. JTB. Jornal Trabalhista Consulex, v. 734, p. 1210-1212, 1998.
297. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Limite à reversibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 10, p. 69-98, 1998.
298. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação com menos burocracia. Revista Jurídica Consulex, v. 2, p. 23-23, 1998.
299. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação com menos burocracia. Revista Jurídica Consulex, v. 20, p. 58-59, 1998.
300. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Conceitos e distinções do sistema de registro de preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 5, p. 1036-1047, 1998.
301. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Remuneração dos cargos da carreira de polícia civil. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 24, p. 379-386, 1998.
302. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. Revista Jurídica Consulex, v. 21, p. 01-01, 1998.
303. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Revista Jurídica Consulex, v. 42, p. 1126-1127, 1997.
304. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Boletim Informativo - SBCPD, v. 1, p. 799-801, 1997.
305. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Revista Jurídica Consulex, v. 09, p. 50-51, 1997.
306. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 03, p. 75-81, 1997.
307. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O leão fora de controle. BLA Boletim Legislativo, v. 26, p. 857-858, 1997.
308. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Revista do tribunal de Contas da Paraíba, v. 1, p. 14-15, 1997.
309. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Síntese: Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v. 15, p. 251-253, 1997.
310. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 21-22, 1997.
311. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O leão fora de controle. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 9-11, 1997.
312. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei nº 8.666/1993, Mudar é a solução?. Revista Jurídica Consulex, v. 41, p. 1087-1088, 1997.
313. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei nº 8.666/1993, Mudar é a solução?. Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 23, p. 51-55, 1997.

314. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Desconto nos vencimentos e salários determinados pelos Tribunais de Contas. Revista do Superior Tribunal de Justiça, v. 1, p. 26-27, 1997.
315. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Desconto nos vencimentos e salários determinados pelos Tribunais de Contas. Revista Eletrônica Jus Vigilantibus, v. 1, p. 275-277, 1997.
316. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Desconto nos vencimentos e salários determinados pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal, v. 23, p. 45-49, 1997.
317. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Impugnação ao Edital de Licitação. Boletim Clubjus, v. 6, p. 58-59, 1997.
318. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Impugnação ao Edital de Licitação. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 4, p. 282-285, 1997.
319. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênio Administrativo. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 23, p. 41-43, 1997.
320. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 1, p. 255-256, 1997.
321. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 1, p. 3-4, 1997.
322. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A ação e o controle. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 4, p. 442-447, 1997.
323. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Proposta de alteração da Lei nº 8.666/1993 - anteprojeto de nova Lei de Licitação. Linhas Críticas (UnB), v. 1, p. 1-13, 1997.
- Citações: WEB OF SCIENCE™ 1**
324. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Proposta de alteração da Lei nº 8.666/1993 - anteprojeto de nova Lei de Licitação. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 85-87, 1997.
325. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Limites à reversibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Revista da Procuradoria Geral do INSS, v. 4, p. 7-42, 1997.
326. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público e direito dos candidatos. Revista Jurídica Consulex, v. 11, p. 1348-1348, 1997.
327. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público e direito dos candidatos. JTB. Jornal Trabalhista Consulex, v. 14, p. 1315-1315, 1997.
328. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Multas contra à Administração Pública. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 43, p. 679-684, 1997.
329. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Devido processo legal e a TCE. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 22, p. 21-23, 1996.
330. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 22, p. 25-28, 1996.
331. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 1, p. 13-15, 1996.
332. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A inexigibilidade de Licitação e a Notória Especialização. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 387-396, 1996.
333. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. Síntese Trabalhista, v. 79, p. 132-139, 1996.
334. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. Revista de Informação Legislativa, v. 130, p. 115-120, 1996.
335. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de registro de Preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 3, p. 131-131, 1996.
336. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços. Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 22, p. 29-37, 1996.
337. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 24, p. 99-107, 1996.
338. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços. Revista Jurídica Consulex, v. 11, p. 297-298, 1996.
339. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 68, p. 55-59, 1996.
340. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 02, p. 75-79, 1996.
341. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 69, p. 41-47, 1996.
342. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/1993. Revista de Informação Legislativa, v. 127, p. 127-133, 1996.
343. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Citação e a resposta em Tomada de Contas. Revista da Procuradoria Geral do INSS, v. 03, p. 11-14, 1996.
344. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 65-69, 1995.
345. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 108/389, 26, p. 251-259, 1995.

346. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 37-43, 1995.
347. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Projeto básico nas licitações. Revista Jurídica Consulex, v. 46, p. 1340-1339, 1995.
348. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Projeto básico nas licitações. Revista Brasileira de Ortopedia (Impresso), v. 150, p. 05-05, 1995.
349. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A nova dimensão do projeto básico nas licitações. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 61-64, 1995.
350. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A nova dimensão do projeto básico nas licitações. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 12, p. 604-606, 1995.
351. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Requisitos para Ministro e Conselheiro do Tribunal de Contas. Revista de Informação Legislativa, v. 126, p. 113-114, 1995.
352. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Requisitos para Ministro e Conselheiro do Tribunal de Contas. BDA (São Paulo), v. 10, p. 682, 1995.
353. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Desconto em Licitação de passagem aérea. Jornal Panrotas, v. 128, p. 10-10, 1995.
354. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - passagem aérea. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 01, p. 19-23, 1995.
355. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - passagem aérea. Revista Jurídica Consulex, v. 10, p. 52-54, 1995.
356. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Apostila sobre sindicância e processo administrativo disciplinar. Cadernos ANPAE, v. 1, p. 1-1, 1995.

Citações: SCOPUS 2

357. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A notória especialização e a contratação direta sem licitação. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 45-60, 1995.
358. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Revista Trimestral do Tribunal de Contas, v. 20, p. 37-44, 1994.
359. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Verdades e Inverdades sobre licitação. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 65-68, 1994.
360. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - passagem aérea. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 49-55, 1994.
361. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A responsabilidade civil dos dirigentes de órgãos sindicais. Boletim de Direito Administrativo, v. 8, p. 469-470, 1994.
362. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A responsabilidade civil dos dirigentes de órgãos sindicais. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 19, p. 61-63, 1994.
363. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8.666/1993. Boletim de Licitações e Contratos, v. 06, p. 248-252, 1994.
364. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8.666/1993. Revista de Informação Legislativa, v. 123, p. 201-205, 1994.
365. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8.666/1993. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 37-44, 1994.
366. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parcelamento e a nova Lei de Licitações. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 10, p. 47-49, 1994.
367. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Normas gerais de licitação e contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 19, p. 51-54, 1994.
368. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Normas gerais de licitação e contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 57-60, 1994.
369. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 61-63, 1994.
370. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Justificação como meio de prova. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 45-47, 1994.
371. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas sobre terceiros sem vínculo com a Administração. Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, v. 2, p. 129-139, 1994.
372. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Citação e a resposta em Tomada de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 22, p. 17-19, 1993.
373. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Citação e a resposta em Tomada de Contas. Jurisprudência em Revista, v. 2, p. 3-3, 1993.
374. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Citação e a resposta em Tomada de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 19, p. 47-49, 1993.
375. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Revista de Informação Legislativa, v. 119, p. 233-244, 1993.
376. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunal de Contas sobre terceiros sem vínculo com a Administração. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 10, p. 586-592, 1992.

377. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Fundos Especiais. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 09, p. 529-533, 1992.
378. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 161, p. 14-16, 1992.
379. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os cartéis e a licitação. Revista de Direito Administrativo, v. 07, p. 386-392, 1991.
380. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os cartéis e a licitação. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 8, p. 303-310, 1991.
381. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os cartéis e a licitação. Anais 16º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, v. 2, p. 93-99, 1991.
382. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reabilitação Profissional. Revista de Jurisprudência ADCOAS, v. 34, p. 1107-1108, 1987.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Lei nº 12.462 de 5 de agosto de 2011. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 200p .
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações e Contratos - Lei nº 8.666/93 e Outras Normas Pertinentes. 17. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 505p .
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial: processo e procedimento na Administração Pública e nos tribunais de contas. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 603p .
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Terceirização. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017. v. 1. 444p .
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Vade-Mécum de Licitações e Contratos - Legislação Seleccionada e Organizada com Jurisprudência, Notas e Índices. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 2353p .
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta sem Licitação. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 697p .
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 2000. 638p .
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 436p .
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regime Jurídico dos Servidores Públicos - Lei nº 8.112/90. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 246p .
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 464p .
11. REOLON, J. F. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** ; COSTA, K. A. S. ; NASCIMENTO, M. D. ; CAPANEMA, R. O. . Lei Anticorrupção Empresarial - Aspectos Críticos à Lei nº 12.846/2013. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 192p .
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Denúncia Contra Agentes Públicos - Coletânea de Normas para Obras e Serviços de Engenharia. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2014. 137p .
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Treinamento - Doutrina e Prática - Coletânea de Normas para Obras e Serviços de Engenharia. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2014. 215p .
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Coletânea de Normas Para Obras e Serviços de Engenharia - COEN - Legislação Seleccionada e Organizada. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2014. 874p .
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Vade-Mécum de Recursos Humanos. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 1988p .
16. FERNANDES, R. ; ALVES, T. M. S. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** ; REOLON, J. F. . O Novo Regime Diferenciado para Contratação de Infraestrutura para Jogos Olímpicos e a Copa de Futebol - O RDC. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 480p .
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; ZYMLER, B. . 101 dicas sobre pregão. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2013. 280p .
18. BICALHO, A. P. N. ; DIAS, M. T. F. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Contratações Públicas. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, Instituto Mineiro de Direito Administrativo, Del Rey, 2013. 608p .
19. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Governo contratando com os Pequenos Negócios: o estatuto da Micro e Pequena Empresa fomentando a economia do país. 1. ed. Brasília: SEBRAE, 2013. 106p .
20. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunais de Contas do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 1004p .
21. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Responsabilidade Fiscal: na função do ordenador de despesas, na tercerização de mão-de-obra, na função do controle - Questões Práticas. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 228p .
22. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Constituição da República Federativa do Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 743p .
23. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comentando as Licitações Públicas - Série grandes nomes. 3. ed. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 2006. 393p .
24. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Manual de Gestão de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 174p .
25. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; MACRUZ, J. C. ; QUINTIERE, M. M. R. . Responsabilidade Fiscal: pessoal, renúncia de receita, dívida, controle.. 1. ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002. 297p .
26. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lixo - Limpeza Pública Urbana - Gestão de Resíduos Sólidos sob o Enfoque do Direito Administrativo. 01. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 284p .
27. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; MOTTA, C. P. C. . Responsabilidade Fiscal. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.
28. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; MUKAI, T. . Curso Avançado de Licitações e Contratos Públicos. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 264p .
29. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**; RIGOLIN, I. B. ; TOLOSA FILHO, B. . Temas Controvertidos sobre Licitações & Contratos Administrativos. 1. ed. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 1999. 299p .
30. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Compras pelo Sistema de Registro de Preços. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1998. 295p .

Capítulos de livros publicados

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contas Anuais - Sucessão no Poder Executivo. Juristas do Mundo - Série Excelência Jurídica. 3ed.Brasília: Editora Rede, 2015, v. 3, p. 221-234.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Legalidade e Execução de Despesa. Correio Brasileiro, Sessão: Direito & Justiça, 03 fev. 2017.
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Termo inicial do impedimento de licitar no pregão. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba/PR, p. 1046 - 1048, 01 nov. 2015.
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Cadastro Técnico de fornecedores do Comando da Aeronáutica ? CADTEC ? Governança e novas boas práticas: uma inovação. Revista da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Brasília, p. 26 - 31, 01 out. 2015.
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Congresso e o Protagonismo na Revisão da Lei nº 8.666. Correio Brasileiro, Brasília/DF, 28 set. 2015.
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É competência do TCU fiscalizar fundos de pensão públicos? Leia mais: <http://jus.com.br/artigos/41324/e-competencia-do-tcu-fiscalizar-fundos-de-pensao-publicos#ixzz3hDMiOG7b>. Canal R7 - Jus Navigandi, Página Web, p. 1 - 1, 28 jul. 2015.
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Impugnação de edital em Pregão. O Pregoeiro, Curitiba, p. 35 - 37, 01 jul. 2014.
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comentários acerca da decisão do TCU sobre o aeroporto de Vitória. Negócios Públicos, Curitiba/PR, p. 44 - 44, 01 jul. 2014.
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Consolidações das Leis de Licitação e Contratos - Um desafio possível.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba, p. 650 - 656, 01 jul. 2014.
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; GUEDES, S. R. S. .** TCS se omitem na fiscalização da política dos resíduos sólidos. Correio Brasileiro, Caderno Direito & Justiça, Brasília, p. 2 - 2, 07 abr. 2014.
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A moratória de minas e questões jurídicas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Brasileiro, p. 3 - 3, 02 abr. 2014.
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aspectos financeiros, orçamentários e jurídicos da contratação de cursos, congressos e eventos abertos.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba, p. 216 - 223, 01 mar. 2014.
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Atuação do controle na esfera administrativa do Sistema S.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, ano XXI, p. 145 - 148, 01 fev. 2014.
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Atuação do controle na esfera administrativa do Sistema S.. O Pregoeiro, ano X, Curitiba/PR, p. 15 - 17, 01 jan. 2014.
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Adesão à ata de Registro de Preços entre estados federados na aplicação de recursos da União, decorrentes de financiamento do BNDES. O Pregoeiro, ano X, Curitiba/PR, p. 12 - 14, 01 jan. 2014.
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Comentário à PEC nº 45/2009. Fórum Administrativo - FA, ano 14, Belo Horizonte, p. 71 - 72, 01 jan. 2014.
16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aspectos financeiros, orçamentários e jurídicos da contratação de cursos, congressos e eventos abertos. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 31 - 36, 01 jan. 2014.
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Breves comentários à Lei da Responsabilidade da Pessoa Jurídica por atos lesivos à Administração Pública.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba, p. 21 - 28, 01 jan. 2014.
18. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Denúncia contra agentes público. Juristas do Mundo. Brasília: Editora Rede, p. 151 - 162, 01 jan. 2014.
19. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Congresso sobre contratações públicas capacita gestores na área de desenvolvimento sustentável.. Negócios Públicos, p. 42 - 43, 01 jan. 2014.
20. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Lei nº 8.666 e suas peculiaridades. Revista Seiva, ano IV - Entrevista concedida a edição da Revista Seiva., p. 10 - 14, 01 out. 2013.
21. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Breves comentários à Lei da Responsabilidade da Pessoa Jurídica por atos lesivos à Administração Pública. Negócios Públicos, ano IX, Curitiba/PR, p. 9 - 14, 01 set. 2013.
22. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A possibilidade de adesão a Atas de Registro de Preços por órgãos não participantes. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 40 - 42, 01 ago. 2013.
23. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Terceirização no serviço público.. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ano XXX, Belo Horizonte, p. 4 - 8, 01 maio 2013.
24. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Entrevista concedida à edição da revista O Pregoeiro. Pregão Presencial. Curitiba, 2012. O Pregoeiro, ano VIII 91, p. 6 - 7, 01 jun. 2012.
25. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Inviabilidade de Licitação e a figura da Pré-Qualificação. O Pregoeiro. ano VIII, Curitiba/PR, p. 11 - 12, 01 maio 2012.
26. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ficha Limpa. Correio Brasileiro, Direito & Justiça, Brasília, p. 0 - 0, 01 abr. 2012.
27. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Elaboração do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão. Medida Provisória nº 117, p. 0 - 0, 03 fev. 2012.
28. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Imprevisibilidade e Contingenciamento do Orçamento. Capital Público, ano III, p. 50 - 51, 01 dez. 2011.
29. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Princípio da Aderência a Diretrizes e Normas no âmbito do Controle Administrativo. Capital Público, ano III, p. 50 - 51, 01 nov. 2011.
30. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regime Diferenciado de Contratações ? Conformidade ou não com a Constituição Federal. Capital Público, ano III, Vitória, p. 50 - 51, 01 out. 2011.
31. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Fórum de Contratação e Gestão Pública ? FCGP, Belo Horizonte, p. 20 - 43, 01 set. 2011.
32. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Influência do RDC na Lei nº 8.666/93 ? mudar é a solução?. Capital Público, ano III, Vitória/ES, p. 50 - 51, 01 ago. 2011.
- 33.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entidades do Sistema ?S? e suas Particularidades. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, p. 22 - 23, 01 ago. 2011.

34. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A importância do Projeto Básico nas Licitações. Capital Público, ano III, Vitória/ES, p. 58 - 59, 01 jun. 2011.
35. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial na Prática. Capital Público. Ano III, p. 54 - 55, 01 maio 2011.
36. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência Legislativa do DF e dos Municípios. Capital Público, Vitória/ES, p. 54 - 55, 01 abr. 2011.
37. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Duração dos contratos administrativos: Novos paradigmas. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, p. 23 - 28, 01 abr. 2011.
38. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratações Diretas sem licitação: análise dos preços. Capital Público. Ano III, p. 51 - 51, 01 mar. 2011.
39. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênios com entidades privadas. Convênios com entidades privadas, Jornal Correio Braziliense, p. 03 - 03, 07 fev. 2011.
40. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênios com Entidades Privadas.. Correio Braziliense - . Direito & Justiça, Brasília, p. 3 - 3, 07 fev. 2011.
41. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordenador de despesas em 2011. Revista Capital Público, Revista Capital Público, p. 50 - 51, 01 fev. 2011.
42. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordenador de Despesas em 2011. Capital Público. Vitória, ano III, p. 50 - 51, 01 fev. 2011.
43. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de Consultoria para Levantamento de Ativos Fiscais: Ausência de singularidade. Revista Capital Público, Revista Capital Público, p. 50 - 51, 01 jan. 2011.
44. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de consultoria para levantamento de ativos fiscais: ausência de singularidade. Capital Público. Vitória, ano III, p. 50 - 51, 01 jan. 2011.
45. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão Eletrônico ? Quebrando Paradigmas. O Pregoeiro, ano 6, p. 116 - 116, 01 nov. 2010.
46. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Educação Para o Controle Público Efetivo. O Pregoeiro, ano 6, p. 117 - 117, 01 nov. 2010.
47. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas ? Externas. Capital Público, p. 55 - 56, 01 out. 2010.
48. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** As novidades da LDO para 2011 mais relevantes para o gestor público!. Fórum de Contratação e Gestão Pública FCGP, p. 7 - 8, 01 ago. 2010.
49. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Encerrando o Exercício financeiro e iniciando novos paradigmas de gestão mais eficaz. Batendo a Inflação, Capital Público, p. 55 - 55, 10 mar. 2010.
50. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Melhores Práticas em Gestão Pública - Pregão eletrônico ? Habilitação de licitantes remanescentes. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 67 - 67, 01 set. 2009.
51. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Registro de Preços ? Mato Grosso: um exemplo de boa gestão. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte/MG, p. 129 - 129, 01 ago. 2009.
52. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelo de Gestão Pública Eficaz ? Registro de Preços ? Mato Grosso: um exemplo de boa gestão. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 129 - 129, 01 ago. 2009.
53. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Execução de Despesas - Procedimentos. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 133 - 133, 01 jul. 2009.
54. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelo de Gestão Pública Eficaz ? Micro e pequenas empresas têm direito de preferência em licitação do Governo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 135 - 135, 01 jul. 2009.
55. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelo de Gestão Pública Eficaz ? Companhia de Energética de Minas Gerais comemora a realização de mais de 1.000 pregões eletrônicos. O sistema já economizou 93 milhões com compras e serviços. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 136 - 136, 01 jul. 2009.
56. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ?BDI ? Com ou sem CSLL e IRPJ?. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 93 - 93, 01 jan. 2009.
57. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelo de Gestão Pública Eficaz - Pregão eletrônico ? Aquisição de solução de balanceamento de carga. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 107 - 107, 01 jan. 2009.
58. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações com menos burocracia. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, p. 36 - 36, 01 ago. 2008.
59. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Licitação ? Documentos de habilitação ? Formalismo excessivo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jun. 2008.
60. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Licitação ? Documentos de habilitação ? Formalismo excessivo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jun. 2008.
61. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Tribunal de Contas da União ? Recursos ? Efeitos suspensivos. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 8, Belo Horizonte, p. 130 - 130, 01 maio 2008.
62. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Contratos contínuos ? Manutenção dos empregados ? Vedada a restrição. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 maio 2008.
63. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Microempresa de pequeno porte ? Participação em licitação ? Valor supera patamar de renda bruta. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 132 - 132, 01 maio 2008.
64. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Bens Patrimoniais ? Detentor ? Responsabilidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, p. 125 - 125, 01 abr. 2008.
65. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Compras ? Serviço. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 126 - 126, 01 abr. 2008.
66. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 129. Jurisprudência Anotada ? Responsabilidade do TCU ? Subjetiva ? Dolo ou culpa. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 8, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 abr. 2008.

67. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Compras ? Serviço. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, p. 126 - 126, 01 abr. 2008.
68. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Bens patrimoniais ? Detentor ? Responsabilidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 abr. 2008.
69. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Passagens aéreas ? Compras ? Serviço. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 126 - 126, 01 abr. 2008.
70. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Proposta comercial ? Exequibilidade ? Exame de viabilidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 134 - 134, 01 mar. 2008.
71. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Contrato Administrativo- Fiscalização ? Responsabilidade solidária. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 135 - 135, 01 mar. 2008.
72. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Concurso Público ? Aprovação dentro do número de vagas ? Direito à nomeação. Revista Fórum Administrativo ? FA ? Direito Público, Editora Fórum, ano 8, p. 129 - 129, 01 mar. 2008.
73. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Concurso Público ? Vagas destinadas a portador de deficiência ? Classificação. Revista Fórum Administrativo ? FA ? Direito Público, Editora Fórum, ano 8, p. 129 - 129, 01 mar. 2008.
74. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Exigências de Habilitação ? Legalidade estrita. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, p. 122 - 122, 01 jan. 2008.
75. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelos de Gestão Pública Eficaz ? Justificativa de preços. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jan. 2008.
76. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência Anotada ? Administração Pública ? Terceirização ? Atividades ? meio. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 8, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jan. 2008.
77. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Capacitação no serviço público - Direitos, deveres e processo de contratação. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 56 - 63, 01 jul. 2007.
78. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Obras - padronização. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jul. 2007.
79. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** As Peculiaridades da Fase Recursal do Pregão. Revista O Pregoeiro, Editora Negócios Público, Curitiba/PR, p. 18 - 22, 01 maio 2007.
80. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Imprensa e Tribunal de Contas. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 129 - 129, 01 maio 2007.
81. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei nº 8.666 - Convite - 3 propostas válidas. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 maio 2007.
82. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei nº 8.666 - Consulta de preços - Registro de preços. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 maio 2007.
83. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Imprensa e Tribunal de Contas. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 129 - 129, 01 maio 2007.
84. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Software ? pregão. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 abr. 2007.
85. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênio e parentes. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 abr. 2007.
86. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** II Congresso de pregoeiros do Brasil. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, nº 64, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 abr. 2007.
87. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Fluxograma simplificado do procedimento do pregão presencial (de acordo com a LC nº 123/06). FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 134 - 134, 01 abr. 2007.
88. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Anistia e acumulação de cargos. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 abr. 2007.
89. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso e controle da comprovação de escolaridade. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, p. 126 - 126, 01 abr. 2007.
90. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei nº 10.520 - pregão - amostra ? impossibilidade. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 mar. 2007.
91. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordenador de despesas - medicamentos - direito à saúde. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, p. 127 - 127, 01 mar. 2007.
92. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordenador de despesas - medicamentos - direito à saúde. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 mar. 2007.
93. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Três propostas - por item ou no convite. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública ? ano 6, Belo Horizonte, p. 111 - 111, 01 fev. 2007.
94. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Texto abusivo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 123 - 123, 01 fev. 2007.
95. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Cartilhas do TCU. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 fev. 2007.
96. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência selecionada ? Treinamento ? Fiscalização ? Resultados. Revista Fórum Administrativo ? FA ? Direito Público, Editora Fórum, ano 7, p. 129 - 129, 01 fev. 2007.
97. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 100. Confraternização e festas de final de ano: quem paga a conta?. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 jan. 2007.
98. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Planejamento das despesas ? fracionamento. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 jan. 2007.
99. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Terceirização ? informática. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 jan. 2007.
100. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Treinamento e qualificação de pregoeiros. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 126 - 126, 01 jan. 2007.
101. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Maranhão caminha para aprovar o primeiro Código de Licitações e Contratos do Brasil. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 jan. 2007.

102. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Mobiliário padronizado. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 132 - 132, 01 jan. 2007.
103. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Final de exercício: licitação, contratos e restos a pagar. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 8196 - 8196, 01 dez. 2006.
104. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Execução judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Revista Fórum Administrativo - FA Direito Público, Belo Horizonte/MG, p. 8105 - 8105, 01 nov. 2006.
105. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Representação em pregão. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte/MG, p. 7433 - 7433, 01 jul. 2006.
106. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ética - recomendações do TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 7635 - 7635, 01 jul. 2006.
107. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 7636 - 7636, 01 jul. 2006.
108. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ordem de serviço ? requisitos. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 7549 - 7549, 01 jul. 2006.
109. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Terceirização e qualidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 7550 - 7550, 01 jul. 2006.
110. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão nº 19/2006 do TCU - Orquídeas, jardins e pinturas - humanizando o serviço público. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 7551 - 7551, 01 jul. 2006.
111. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** SRP - Ajuste de remuneração. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6906 - 6906, 01 maio 2006.
112. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Impessoalidade da distribuição. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6906 - 6906, 01 maio 2006.
113. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Boa prática de gestão: As built. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6907 - 6907, 01 maio 2006.
114. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunal de Contas - Julgados - Desconstituição - Mandado de segurança. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6908 - 6908, 01 maio 2006.
115. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Redução no volume das licitações. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, p. 3666 - 3666, 01 abr. 2006.
116. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de contas especial - Empresa estatal - Ato de gestão. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6967 - 6967, 01 mar. 2006.
117. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Princípio da publicidade - Homepage com erros. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6967 - 6967, 01 mar. 2006.
118. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** LRF - Declaração do ordenador de despesas. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, p. 6765 - 6765, 01 fev. 2006.
119. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação direta - Justificativa de preços ? Forma. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6765 - 6765, 01 fev. 2006.
120. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial - Confissão ficta. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6766 - 6766, 01 fev. 2006.
121. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de contas especial - Sociedade de economia mista. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 6825 - 6825, 01 fev. 2006.
122. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Agente público - Teto constitucional - Acumulação proventos e remuneração. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 6826 - 6826, 01 fev. 2006.
123. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contrato administrativo - Manual de orientação para a contratação de serviços da Universidade Federal Santa Catarina ? UFSC. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 6826 - 6826, 01 fev. 2006.
124. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Servidor público - Redistribuição - Ausência de interesse público. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6905 - 6905, 01 fev. 2006.
125. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Servidor Público - Promoção entre cargos da mesma carreira. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6907 - 6907, 01 fev. 2006.
126. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Servidor público - Afastamento para estudo no exterior - Lei nº 8.112/90, art. 95 - Ato antieconômico: ausência de vínculo entre as atribuições do cargo e a finalidade do curso - Outras irregularidades.. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6916 - 6916, 01 fev. 2006.
127. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Prestação de contas anual - Reabertura após julgamento pelo TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6806 - 6806, 01 fev. 2006.
128. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aposentadoria - Laudo médico pose ensejar contraditório. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6773 - 6773, 01 jan. 2006.
129. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aposentadoria especial de policial - Exceção à regra constitucional - Lei complementar - Ausência - Inaplicabilidade da legislação anterior. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6773 - 6773, 01 jan. 2006.
130. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público simplificado - ?Sistema S? - orientações do TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6774 - 6774, 01 jan. 2006.
131. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público simplificado - ?Sistema S? - orientações do TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6774 - 6774, 01 jan. 2006.
132. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunal de contas - exame da legalidade dos atos de aposentadoria - Presunção de legitimidade do ato administrativo - Decurso de prazo. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6774 - 6774, 01 jan. 2006.
133. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei de Responsabilidade Fiscal - Terceirização de mão-de-obra ? contabilização. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6775 - 6775, 01 jan. 2006.
134. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Cadastro único de convênios - CAUC - Suspensão cautelar das inscrições - Liminar do STF. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6776 - 6776, 01 jan. 2006.
135. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ato de subordinado. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6618 - 6618, 01 jan. 2006.
- 136.

137. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial após o julgamento de contas anuais. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6619 - 6619, 01 jan. 2006.
138. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Patrocínio de livro ? Impessoalidade. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6485 - 6485, 01 nov. 2005.
139. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Agente Público - restituição de parcelas vencimentais recebidas indevidamente - boa-fé. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6485 - 6485, 01 nov. 2005.
140. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Agente Público- utilização de veículos de repartição - contas irregulares e multa. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6485 - 6485, 01 nov. 2005.
141. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços - Preço do 'Carona? com Frete. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6182 - 6182, 01 out. 2005.
142. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Dispensa de Licitação - Fracionamento de despesa. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6183 - 6183, 01 out. 2005.
143. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Termo Aditivo - Recusa na Assinatura. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6184 - 6184, 01 out. 2005.
144. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6289 - 6289, 01 out. 2005.
145. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial Decorrente de Acidente de Veículos - Ressarcimento Integral do Dano ou Imposição de Multa. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 0 - 0, 01 set. 2005.
146. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ética e Controle. Revista Fórum Administrativo de Direito Público, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 0 - 0, 01 set. 2005.
147. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reflexões sobre o Parcelamento de Multas Impostas pelo Controle Externo. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 5720 - 5726, 01 ago. 2005.
148. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Inovações do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Revista ILC - Informativo de Licitações e Contratos, Editora Zênite, Curitiba, PR, p. 709 - 714, 01 ago. 2005.
149. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É legal a Doação com encargos de terrenos públicos para construção de templos religiosos?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, p. 5910 - 5910, 01 ago. 2005.
150. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É livre o exercício de inspeções ou auditorias pelos Tribunais de Contas em entidades privadas gestoras de recursos públicos?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5911 - 5911, 01 ago. 2005.
151. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Você está cumprindo o item XXV do Código de Ética?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum,, p. 5912 - 5912, 01 ago. 2005.
152. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** PPP - Parceria Público-Privada. Uma Visão de Controle. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 0 - 0, 01 jul. 2005.
153. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É possível conceder subvenção social a clubes de futebol?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora fórum, p. 5760 - 5760, 01 jul. 2005.
154. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - momento para solicitar amostra. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora fórum, p. 5828 - 5828, 01 jul. 2005.
155. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei n. 10.520 - serviços de engenharia contratados por pregão, antes da vigência do decreto n.5450, de 31 de maio de 2005.. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora fórum, p. 5829 - 5829, 01 jul. 2005.
156. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Criatividade no serviço público - um bom exemplo do Tribunal de Justiça e do Distrito Federal e Territórios - TJDF. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5837 - 5837, 01 jul. 2005.
157. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Na decretação de estado de calamidade pública, as contratações poderão ser dispensadas da licitação?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5491 - 5491, 01 maio 2005.
158. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ao projetar o preço do objeto pretendido, encontra-se determinada faixa de valores correspondente a uma modalidade de licitação (por exemplo o convite); entretanto, ao abrir os envelopes de proposta, constata-se que os preços ofertados situam-se na modalidade superior(por exemplo, a Tomada de preços). O que fazer?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5491 - 5491, 01 maio 2005.
159. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Qual o alcance da comprovação da regularidade fiscal para com a fazenda determinada no Inciso III do art. 29 da lei n.8666/93?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5492 - 5492, 01 maio 2005.
160. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Gestor do Contrato - órgão ou pessoa. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5826 - 5826, 01 maio 2005.
161. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É juridicamente possível prorrogar um contrato de serviço contínuo, decorrente de licitação, com determinada empresa em que um dos sócios é o atual prefeito eleito?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5340 - 5341, 01 abr. 2005.
162. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Suprimento de fundos. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5342 - 5342, 01 abr. 2005.
163. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Um final feliz para os contratos de serviços contínuos.. Revista SESVESP, p. 44 - 44, 01 fev. 2005.
164. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Modelo de Gestão Pública Eficaz ? STF entende que servidores de outras instituições não podem representar MP junto aos Tribunais de Contas. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 135 - 135, 01 fev. 2005.
165. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei n. 8666/93, art.30, §1º. É legal a exigência de número definido de atestados de qualificação técnica?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4921 - 4921, 01 jan. 2005.
166. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É possível a fiscalização e execução do contrato pela mesma empresa?. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4922 - 4922, 01 jan. 2005.

167. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regulamentação das Contas Anuais do Poder Judiciário do Distrito Federal. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4931 - 4932, 01 jan. 2005.
168. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - Súmula n.2471 do Tribunal de Contas da União aprovada em novembro de 2004. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4932 - 4932, 01 jan. 2005.
169. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reforma e ampliação de aeroportos e a regra do parcelamento do objeto. Gestão e Contratação Pública, Editora Fórum de, ano 4, p. 4933 - 4935, 01 jan. 2005.
170. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É constitucional a exigência de dois anos de bacharelado em direito para ingresso na carreira do Ministério Público - atr. 187 da Lei Complementar n.75/93?. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum,, ano 3, p. 4764 - 4764, 08 dez. 2004.
171. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pode ser utilizado o Pregão para aquisição de veículos especiais para uso do Corpo de Bombeiros Militar.. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4360 - 4363, 01 dez. 2004.
172. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Advogado de empresa pública tem direito à jornada de quatro horas?. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4764 - 4764, 01 dez. 2004.
173. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A interpretação do TCU para expressão ?Desenvolvimento Institucional?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4774 - 4779, 01 dez. 2004.
174. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Determinações do Tribunal de Contas da União. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4780 - 4780, 01 dez. 2004.
175. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pensão Civil Estatutária - Prescrevem as Prestações Exigíveis há mais de cinco anos na habilitação tardia dos filhos de menores. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4622 - 4622, 01 nov. 2004.
176. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso público - Menor de Idade - Direito à Posse. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4622 - 4622, 01 nov. 2004.
177. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso Público - Sociedade de Economia Mista - Mandado de Segurança. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, , ano 3, p. 4622 - 4622, 01 nov. 2004.
178. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É Regular o Pagamento, pelo Poder Judiciário, de Diária para Magistrado participar do Encontro de Associação de Juízes?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4623 - 4623, 01 nov. 2004.
179. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O sistema LRF Cidadão do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4631 - 4631, 01 nov. 2004.
180. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Queremos Fiscalizar as Receitas. Jornal 'Correio do Estado', Campo Grande, MS, Entrevista, p. 0 - 0, 31 out. 2004.
181. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Queremos fiscalizar as receitas.. Correio do Estado, Campo Grande, MS, p. 0 - 0, 31 out. 2004.
182. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É possível a abertura de novo concurso antes de expirar a validade anterior?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4487 - 4491, 01 out. 2004.
183. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pode ser utilizada a taxa judiciária para treinamento. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4492 - 4492, 01 out. 2004.
184. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Justiça Estaduais e os Tribunais de Contas - depósito judicial com contrapartida. Revista Fórum de Gestão e Contratação Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4492 - 4495, 01 out. 2004.
185. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contas Públicas em final de mandato. Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul. Revista Fórum de Contratação Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4509 - 4509, 01 out. 2004.
186. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Capacitação de servidores - Tribunal de Contas do DF. Revista Fórum de Contratação Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4509 - 4509, 01 out. 2004.
187. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação para aquisição de cartuchos de impressoras. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4358 - 4358, 01 set. 2004.
188. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso Público - Entrada em exercício extemporânea garantida à gestante. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4359 - 4359, 01 set. 2004.
189. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Concurso Público - Exame Psicotécnico - Critério Objetivos de Avaliação. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4364 - 4364, 01 set. 2004.
190. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Exigência de quantidade de atestados para comprovar qualificação técnica - consórcio - exame pelo TCU - suspensão cautelar de licitação. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4364 - 4364, 01 set. 2004.
191. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Podem os conselhos de profissões regulamentadas pagar diárias em valor superior aos estabelecidos pela Administração Federal?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4373 - 4377, 01 set. 2004.
192. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Multas - Fiscalização. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4378 - 4378, 01 set. 2004.
193. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei nº 8666/1993, artigo 29, inciso III - filial e matriz- regularidade fiscal. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4379 - 4379, 01 set. 2004.
194. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** É reconhecido o direito à aposentadoria estatutária aos servidores públicos federais comissionados não detentores de cargos efetivos na Administração Pública Federal?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4380 - 4380, 01 set. 2004.
195. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Prestar contas fora do prazo: regularidade com ressalvas ou irregularidade?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, , ano 3, p. 4194 - 4194, 01 ago. 2004.
196. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Inelegibilidade decorrente de contas irregulares. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4195 - 4196, 01 ago. 2004.
197. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Nas licitações, cuidado com os preços unitários e o BDI. ILC Informativo de Licitações e Contratos, Editora Zênite, ano 11, p. 607 - 608, 01 jul. 2004.
198. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Qual o preço de mercado? O preço praticado no âmbito da Administração Pública exatamente como determina o art. 15, V da Lei nº 8.666/93.. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3,, p. 4085 - 4091, 01 jul. 2004.
- 199.

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na sociedade de economia mista e na empresa pública. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3936 - 3938, 01 jun. 2004.
200. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Processo Licitatório. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3939 - 3939, 01 jun. 2004.
201. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Organizações Sociais - Contratação Direta. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3943 - 3943, 01 jun. 2004.
202. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão - Bens e Serviços Comuns. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3944 - 3946, 01 jun. 2004.
203. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contrato - Inclusão de Novos Serviços - Informática. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3947 - 3947, 01 jun. 2004.
204. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contrato de Locação em que o Poder Público é o locatário. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4049 - 4049, 01 jun. 2004.
205. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação com Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Normas Aplicáveis. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4057 - 4075, 01 jun. 2004.
206. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle e transparência. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4076 - 4076, 01 jun. 2004.
207. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação de serviços de comunicação de dados, com rede nacional integrada e criptografia de alto nível. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, , ano 3, p. 4077 - 4077, 01 jun. 2004.
208. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Processo disciplinar antieconômico. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3767 - 3779, 01 maio 2004.
209. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Jurisprudência selecionada. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3,, p. 3781 - 3787, 01 maio 2004.
210. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Qual a responsabilidade que existe no ato de homologar a licitação?. Revista de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3788 - 3788, 01 maio 2004.
211. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Elaboração de edital - exigência abusiva (atestado execução de objeto similar em único contrato) - Inabilitação do responsável pela prática da ilegalidade para ocupar cargo público por oito anos. Revista Fórum de Contratação e Gestão Administrativa, Editora Fórum, p. 3669 - 3669, 01 abr. 2004.
212. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Compra de combustível. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4185 - 4185, 01 abr. 2004.
213. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Denúncia aos Tribunais de Contas. Revista de Direito e Administração L&C, Editora Consulex, p. 26 - 26, 27 nov. 2003.
214. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Denúncia aos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 1866 - 1872, 01 fev. 2003.
215. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sigilo e a competência dos Tribunais de Contas.. L&C Revista de Direito e Administração Pública, Editora Zênite, Brasília/DF, p. 28 - 34, 01 mar. 2002.
216. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Responsabilidade do órgão jurídico. Jornal ANPAF, Brasília/DF, p. 4 - 5, 01 fev. 2002.
217. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lixo: gestão de resíduos sólidos. Caderno de Direito & Justiça, Jornal Correio Braziliense, p. 3 - 3, 01 dez. 2001.
218. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Recurso públicos - Querelas na liberação e aplicação. Caderno de Direito & Justiça, Jornal Correio Braziliense, Brasília, p. 5 - 5, 01 jun. 2001.
219. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Conselheiros e Ministros-Substitutos dos Tribunais de Contas. Caderno de Direito & Justiça, Jornal Correio Braziliense, p. 5 - 5, 01 fev. 2001.
220. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ética e direito - cisão necessária e relação de complementaridade. Revista Acadêmica, p. 16 - 19, 01 dez. 2000.
221. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ética e direito - cisão necessária e relação de complementaridade. Revista Acadêmica, p. 16 - 19, 01 dez. 2000.
222. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Regulamento de licitações nos tribunais. Suplemento de Direito & Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 16 set. 2000.
223. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Lei de responsabilidade fiscal e o administrador público. Revista do Curso de Direito da AEUDF, p. 44 - 45, 01 jun. 2000.
224. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Alienação de bens móveis - licitação dispensada.. Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ, p. 0 - 0, 01 fev. 2000.
225. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os limites do poder fiscalizador dos TC`S.. Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, p. 0 - 0, 01 nov. 1999.
226. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Admissão sem concurso após 1988. Boletim de Direito Administrativo, Editora NDJ, p. 437 - 439, 01 out. 1999.
227. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - centralização ou descentralização?. Suplemento de Direito & Justiça, Correio Braziliense, p. 6 - 6, 06 set. 1999.
228. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A prestação de contas dos recursos de taxas de inscrição em concurso. Informações Jurídicas e Empresariais ? Doutrina, ADCOAS, p. 304 - 306, 01 set. 1999.
229. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Operacionalização do sistema de registro de preços à luz dos princípios administrativos. Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ, p. 368 - 376, 01 ago. 1999.
230. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle de gastos e equilíbrio das contas públicas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 6 - 6, 05 jul. 1999.
231. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle de gastos e equilíbrio das contas públicas. Revista de Licitações e Contratos. Editora Consulex, p. 18 - 21, 01 jul. 1999.
232. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reforma e teto salarial. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 28 jun. 1999.
233. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Equilíbrio econômico - financeiro no sistema de registro de preços. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 4 - 7, 01 jun. 1999.

234. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A marca como condição de garantia. Revista Licitar - Licitações, Contratos e gestão de suprimentos - Editora Teba, p. 74 - 80, 01 maio 1999.
235. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convite: um jogo de xadrez. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 18 - 23, 01 maio 1999.
236. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Denúncia aos Tribunais de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 2 - 2, 13 abr. 1999.
237. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A marca como condição de garantia. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 04 - 07, 01 mar. 1999.
238. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação direta: procedimentos finais. Parte II - Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 14 - 17, 01 fev. 1999.
239. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação direta: procedimentos finais. Parte I - Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 16 - 24, 01 jan. 1999.
240. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A moratória de minas e questões jurídicas. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, p. 189 - 195, 01 nov. 1998.
241. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Vantagens da licitação através do convite. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 0 - 0, 01 nov. 1998.
242. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Vantagens da licitação através do convite. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 0 - 0, 01 out. 1998.
243. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Vantagens da licitação através do convite. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 0 - 0, 01 set. 1998.
244. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle da administração pública em ano eleitoral. Revista L&C, Editora Zênite, p. 0 - 0, 01 jul. 1998.
245. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A moratória de minas e questões jurídicas. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, p. 128 - 130, 01 jul. 1998.
246. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Um Ano de Reforma Administrativa. O que mudou?. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região - São Luís, p. 72 - 79, 01 jul. 1998.
247. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação com menos burocracia. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 0 - 0, 09 fev. 1998.
248. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Limites à revisibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Anais do XIX Congresso do Tribunal de Contas do Brasil, p. 436 - 486, 24 out. 1997.
249. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Jornal Trabalhista, Brasília, p. 1088 - 1089, 20 out. 1997.
250. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Julgar além da Lei. Suplemento de Direito de Justiça, Correio Braziliense, Brasília, p. 4 - 4, 14 jul. 1997.
251. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O leão fora de controle. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 9 - 9, 12 maio 1997.
252. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei 8666/1993. Mudar é a solução?. Licitações e Contratos, Revista Informativo, p. 367 - 370, 01 maio 1997.
253. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Impugnação ao edital de licitação. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 07 abr. 1997.
254. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Impugnação ao edital de licitação. Licitações e Contratos, Revista Informativo, p. 282 - 285, 01 abr. 1997.
255. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênios administrativos. Correio Braziliense, Suplemento de Direito e Justiça, Brasília, p. 0 - 0, 09 dez. 1996.
256. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Devido processo legal e a TCE. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 30 jul. 1996.
257. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A terceirização no serviço público. - Manual do Profissional de Recursos Humanos no Serviço Público, Revista RH, p. 11 - 23, 01 jul. 1996.
258. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Projeto básico nas licitações. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 6 - 6, 09 out. 1995.
259. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Verdades e inverdades sobre licitação. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 0 - 0, 30 abr. 1995.
260. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Requisitos para ministro e conselheiro do Tribunal de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 06 fev. 1995.
261. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O preenchimento de cargos nos Tribunais de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 12 dez. 1994.
262. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitação - passagens aéreas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 4 - 5, 31 out. 1994.
263. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A responsabilidade civil dos dirigentes de órgãos sindicais. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 20 jun. 1994.
264. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8666/1993. Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ, p. 248 - 252, 01 jun. 1994.
265. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Competência dos Tribunais de Contas sobre terceiros sem vínculo com a administração. Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, p. 129 - 139, 01 jun. 1994.
266. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8666/1993. Boletim Fibra, CIBRA Notícias, p. 1 - 1, 06 jan. 1994.
267. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parcelamento e a nova lei de licitações. Boletim da FIBRA-CIBRA Notícias, p. 0 - 0, 05 jan. 1994.
268. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Parcelamento e a nova lei de licitações. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 08 - 08, 13 dez. 1993.
269. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A citação e a resposta em tomada de contas. Boletim de Direito Municipal, Editora NDJ, p. 679 - 681, 01 dez. 1993.

270. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Normas gerais de licitação e contratos. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 18 out. 1993.
271. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A citação e a resposta em tomada de contas. Informativo da OAB, A Voz do Advogado, p. 0 - 0, 01 set. 1993.
272. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Revista de Informação Legislativa, p. 233 - 244, 01 jul. 1993.
273. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A citação e a resposta em tomada de contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 19 jun. 1993.
274. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de contas especial. suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 7 - 7, 17 maio 1993.
275. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Justificação como meio de prova. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 2 - 2, 05 out. 1992.
276. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Boletim de Direito Administrativo. Editora NDJ. A30 Competência dos Tribunais de Contas sobre terceiros sem vínculo com a administração, p. 598 - 592, 01 out. 1992.
277. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Boletim do Tribunal de Contas da União, p. 16 - 16, 14 set. 1992.
278. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Fundos especiais. Boletim de Direito Administrativo, Editora NDJ, p. 529 - 533, 01 set. 1992.
279. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 5, 14 jul. 1992.
280. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os Cartéis e a Licitação. Boletim de Licitações e Contratos Editora NDJ, p. 303 - 310, 01 ago. 1991.
281. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os cartéis e a licitação. Boletim de Direito Administrativo, Editora NDJ, p. 386 - 392, 01 jul. 1991.
282. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reabilitação profissional. Boletim Legislativo Adcoas, p. 1107 - 1108, 01 dez. 1987.
283. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Exposição de motivos. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 123 - 123.

Apresentações de Trabalho

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Alinhamento conceitual sobre parcerias públicos - privadas e sua importância para o Setor Público' no dia 05 de abril. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Compras e Licitação' no dia 03 de abril. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Código de Conduta do Pregoeiro: 10 diretrizes para uma atuação moral, legal e segura' no dia 22 de março. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Compras Públicas no Brasil - Gestão e logística que está dando certo!?, no dia 09 de agosto. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Regime Diferenciado de Contratações nos Municípios?', no dia 19 de julho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Processo de Contratação de TI?', no dia 06 de julho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'O código de conduta do gestor e do fiscal de contratos: diretrizes para uma atuação moral, legal e segura', no dia 28 de junho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Ordenador de Despesas: Novos desafios', no dia 09 de junho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Boas Práticas nas Contratações Públicas: o país que está dando certo', no dia 01 de junho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Gestão de pessoas por competências: análise crítica da eficácia dos planos de capacitação executados pela administração pública', no dia 23 de maio. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Políticas públicas municipais em tempo de crise - novas soluções' no dia 10 de maio. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Controle e Riscos nas Aquisições Públicas' no dia 04 de maio. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Sustentabilidade na Administração Pública' no dia 16 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Corrupção e os desafios para o controle de preços das contratações públicas' no dia 06 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Os servidores do Tribunal de Contas e sua nobre missão constitucional' no dia 05 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Políticas Públicas em Período de Crise' no dia 1º de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Novas formas de contratação de edificações de prédios públicos: o uso da parceria público-privada, a locação de ativos e a locação sob medida' no dia 17 de novembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
18. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Ações do Pregoeiro: Negociação X valores abaixo do preço estimado' no dia 28 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Controle de preços nas contratações públicas' no dia 20 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Responsabilidade pela contratação direta de cursos e treinamentos: desmistificação a inexigibilidade de licitação' no dia 10 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Fiscalização de Contratos Administrativos' no dia 29 de setembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações Sustentáveis' no dia 16 de junho. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
23. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Consolidação das Leis de Licitação e Contratos' no dia 19 de maio. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Limites Normativos da Lei nº 8.666/1993' no dia 29 de abril. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'O mau uso do sistema de registro de preços e a perda da eficácia para a Administração' no dia 16 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Direito de Defesa do Servidor Público e do Advogado Público' no dia 07 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Normas relevantes sobre responsabilidade funcional?' no dia 10 de abril. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
28. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitação para Registro de Preços: Desafios para os responsáveis pela Licitação?' no dia 27 de março. 2015. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
29. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Preferência em Licitações Públicas?' no dia 17 de março. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
30. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação de Treinamento?' no dia 17 de março. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
31. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'A Lei de Licitações nº 8.666 e o Regime Diferenciado de Contratações ? RDC?', no dia 27 de agosto. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
32. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Controle das Contratações Públicas?', no dia 21 de agosto. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Regime Diferenciado de Contratação ? RDC?' no dia 08 de julho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Convênios e Tomadas de Contas Especiais?', no dia 25 de junho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Gestão e contratação pública: os desafios para uma matriz de responsabilidade?' no dia 28 de maio. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Recuperação de Crédito Tributário e Encargos Sociais pelas Entidades Públicas?' no dia 09 de outubro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
37. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'A nova Visão do Patrimônio Público: Eficiência da Gestão com foco no desenvolvimento das Políticas?' no dia 07 de outubro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
38. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Denúncia e apuração sumária: atuação do controle interno?', no dia 24 de setembro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Apuração sumária de atos de licitação e contratos tipificados na Lei Anticorrupção nº 12.846/13' no dia 12 de novembro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
40. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Decreto da Lei Complementar 147/2014?' no dia 09 de dezembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).
41. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações, Contratos e outros desafios para os servidores do DNIT?' no dia 22 de setembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
42. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Conselhos de Amigo para o Ordenador de Despesas?' no dia 15 de setembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Controle interno e externo dos contratos administrativos?' no dia 04 de setembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
44. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Compras públicas ? oportunidades e desafios para a administração pública?' no dia 19 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
45. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'O Regime Diferenciado de Contratações Públicas e a Renovação das Licitações?' no dia 14 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratos Administrativos?' no dia 12 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Como especificar sem direcionar?' no dia 12 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Conselhos de Amigo para o Ordenador de Despesas?' no dia 08 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
49. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratos de Eficientização: uma nova ferramenta para o Gestor Público?' no dia 25 de julho. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
50. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'A responsabilização dos agentes públicos (CPL, gestor, fiscal, ordenador, assessor e controlador) e a Lei Anticorrupção?' no dia 02 de junho. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
51. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Efeitos da Lei Anticorrupção Empresarial na Contratação e Gestão Pública?' no dia 29 de maio. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
52. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Normatização?' no dia 06 de maio. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
53. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação, com base no Código de Licitação do Estado do Maranhão?' no dia 11 de abril. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
54. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Decreto Federal 7.892/2013 e o seu Impacto nas Contratações Públicas?' ? dia 20 de março. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
55. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Talk Show' no dia 19 de março. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
56. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratos Sustentáveis?' no dia 19 de novembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
57. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Pregão e Registro de Preços: novas aplicações?' no dia 13 de novembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Governo contratando com a ME/EPP/MEI/COOP? no dia 31 de outubro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
59. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle Interno das Licitações e Contratos? no dia 17 de outubro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
60. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema Integrado de Controle Interno? no dia 14 de outubro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
61. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade da Pessoa Jurídica por Atos Lesivos à Administração Pública? no dia 26 de setembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
62. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Desburocratização da aquisição de bens e serviços no setor público? no dia 09 de setembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
63. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização dos Contratos? no dia 06 de setembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
64. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Limites à ação do controle sobre as licitações e contratos. Evolução da jurisprudência? no dia 22 de agosto. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
65. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Direito do Concursado?, no dia 15 de agosto. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
66. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 14 de junho. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
67. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Direito Administrativo ? Estado, Democracia e Cidadania? no dia 06 de junho. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
68. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços ? Inovações e Boas Práticas?. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
69. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Balço dos sete anos da Lei Geral. Implementação da Lei no Brasil. A posição do Mato Grosso no cenário nacional. Casos de sucesso.? no dia 23 de maio. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
70. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços: As Inovações do Decreto nº 7892/2013? no dia 24 de abril. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
71. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Código de Licitações do Estado do Maranhão: inversão de fases, SRP, serviços de fornecimento contínuo, preferências na contratação? no dia 15 de abril. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
72. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos ? Visão Geral? no dia 04 e 05 de abril. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
73. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Inovações Legislativas no Pregão? ? dia 20 de março. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
74. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Fraudes e aplicação de penalidades? ? dia 20 de março. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
75. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão? no dia 01 de março. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
76. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Decreto nº 7892/2013 ? Inovações? no dia 22 de fevereiro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
77. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Avanços, barreiras e desafios na implementação da Lei Geral sob a ótica jurídica? no dia 20 de novembro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
78. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Compras governamentais ? Direitos da ME/EPP/MEI? no dia 22 de outubro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
79. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Peculiaridades do Regime de Contratação Direta pelas Empresas Estatais e de Empresas Estatais? no dia 27 de setembro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
80. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Apresentação dos Decretos regulamentadores do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão?. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
81. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O tratamento diferenciado e favorecido das ME/EPP/MEI/COOP? no dia 11 de maio. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
82. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Valorização da Função Pública ? Contratação Direta de Treinamento?. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
83. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações: Mais Eficiência com Legalidade? no dia 07 de maio. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
84. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Talk Show do ?7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros? - dia 22 de março. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
85. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação integrada e empreitada integral: inovações, vantagens e riscos? no dia 15 de março. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
86. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Gestão Fiscal em fim de Mandato? no dia 14 de março. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
87. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Elaboração do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão? nos dias 26 e 27 de janeiro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
88. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A importância do tratamento favorecido às MPE nas Compras Governamentais como fator do Desenvolvimento Econômico?, no dia 23 de novembro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
89. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Normalização e Quarteirização: Novos Instrumentos na Gestão de Serviços Terceirizados? no dia 29 de setembro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
90. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Atuação estratégica na execução da despesa pública? no dia 23 de setembro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
91. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Improbidade Administrativa Controle Administrativo e Judicial?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
92. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Risco e Auditoria - Processo de Fiscalização em empreendimentos? no dia 18 de agosto. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

93. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Delação anônima: apuração à luz da Constituição Federal? no dia 11 de agosto. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
94. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de serviços jurídicos por meio de inexigibilidade de licitação pública? e ?Contratação Direta ? riscos evitáveis pelo gestor ? preço vantajoso e sua prova? no dia 02 junho. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
95. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços ? SRP ? Cabimento e limites à utilização - dia 30 de maio. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
96. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O desafio de contratar sem licitação cumprindo a lei e A responsabilidade do assessor jurídico e do gestor por atos no procedimento licitatório? dia 14 de abril. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
97. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Grandes Obras Públicas? dia 22 de março. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
98. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Repercussão do Julgamento de Licitações, Contratos e Convênios pelos Tribunais de Contas sobre a Aplicação da LC 135? - dia 17 de março. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
99. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Jurídicos, Evoluções e Perspectivas do Pregão Eletrônico? - dia 14 de dezembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
100. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A responsabilidade da Administração Municipal na Implementação da Lei Complementar 123/2006 ? Estatuto das Micro e Pequenas Empresas? - dia 26 de novembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
101. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Terceirização no Serviço Público? - dia 23 de novembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
102. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tribunais de contas e o controle ambiental? - dia 18 de novembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
103. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Concessão de Serviços Públicos e Instrução Normativa nº 01/2010 ? Sustentabilidade Ambiental nas Contratações Públicas? no dia 28 de outubro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
104. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Poder público como agente indutor do desenvolvimento ? Pequena e Micro Empresa e Licitação Sustentáveis? no dia 26 de julho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
105. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Alinhamento das diretrizes de licitação do Banco Mundial e a Lei Nacional? - dia 09 de junho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
106. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A legalidade da Instrução Normativa nº 01/2010 e a padronização como instrumento para implementar as CPS? - dia 08 de junho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
107. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras Públicas e Serviço de Engenharia? - dia 28 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
108. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Parceria Público-Privada, Sistema de Registro de Preço e Gestão e Fiscalização de Contratos? - dia 27 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
109. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Adesão à Ata de Registro de Preços? - dia 26 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
110. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Oficina de discussão ? Gestão de Contratos STJ? - nos dias 20 e 21 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
111. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Tribunais? - dia 06 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
112. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle sobre Licitações e Meios e Defesa de Pregoeiros e Membros de CPL perante os Tribunais de Contas? - dia 12 de abril. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
113. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Cenários de Mudanças ? Legislações, Regulamentações Complementares e Inovações Tecnológicas? no dia 17 de março. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
114. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tribunal de Contas ? Instrumento da Democracia? - dia 15 de março. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
115. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?11º Congresso Pregoeiros? no dia 16 de março. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
116. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Workshop de Renovação Organizacional do Corpo de Bombeiros? - dia 03 de dezembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
117. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle pelo Tribunal de Contas e Dispensa de Inexigibilidade? ?no dia 20 de novembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
118. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Cautelas necessárias ao ordenador de despesas? - dia 11 de novembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
119. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Temas polêmicos em face à Lei Geral da MPE? - dia 05 de outubro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
120. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** participação no ?Seminário de Obras e Serviços de Engenharia? - dia 30 de setembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
121. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - dia 14 de agosto. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
122. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Temas polêmicos de Licitações face à LC 123/06 e Avaliação de desempenho das empresas contratadas pela Administração Pública? - dia 20 de julho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
123. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?3º Seminário de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia? - dia 17 de julho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
124. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle das Licitações e Contratos? - dia 03 de julho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
125. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obrigações, Responsabilidade e Responsabilização do Pregoeiro (CO-Responsabilidade da Equipe de Apoio) e Reequilíbrio, Reajuste e Repactuação? - dia 04 de junho. 2009. (Apresentação de

Trabalho/Conferência ou palestra).

126. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Jurídicos relativos à Parceria Público Privada? - dia 03 de junho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
127. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Registro de Preços ? Uma Ferramenta em Evolução? no dia 21 de maio. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
128. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Temas polêmicos de Licitações face à LC 123/06? - dia 14 de abril. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
129. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Fórum dos Profissionais de Biblioteconomia? - dia 31 de março. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
130. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta? no dia 18 de março. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
131. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os Modelos de Contratação de Planos de Saúde na Administração Pública? - dia 05 de novembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
132. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Os Contratos decorrentes de Registro de Preço? - dia 11 de outubro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
133. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Natureza Jurídica dos Serviços Sociais Autônomos: independência, autonomia e competência fiscalizatória externa (TCU); possível equiparação mais benéfica com a OAB? - dia 30 de setembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
134. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Desafios da Legislação de Contratações Públicas num Cenário de Mudanças? - dia 26 de setembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
135. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Responsabilidade do Controle Interno e perspectivas de sistematização do funcionamento dos seus órgãos no Brasil? no dia 25 de setembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
136. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Uma visão de controle sobre a gestão do Tribunal ? Cautelas recomendáveis aos dirigentes de Tribunal na função de Ordenador de Despesas? - dia 27 de agosto. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
137. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?20 anos da Constituição Federal e as Transformações no Controle Externo sobre Licitações e Contratos? no dia 15 de agosto. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
138. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Projeto de Lei Orgânica Nacional para os Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal? - dia 13 de junho. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
139. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei Complementar nº 123/2006, Pregão e Sistema de Registro de Preços? nos dias 29 e 30 de maio. 2008. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
140. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de preços: a questão do carona e das atas? - dia 15 de maio. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
141. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O uso do Sistema de Registro de Preços como uma ferramenta da governança corporativa na Polícia Federal? - dia 15 de abril. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
142. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Atividade de Controle Externo e Interno sobre o Sistema S? - dia 09 de abril. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
143. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Recomendações ao ordenador de despesas em ano eleitoral? - dia 18 de março. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
144. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade e responsabilização de Pregoeiro e Equipe de Apoio? no dia 12 de março. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
145. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços Particularidades para o Sistema ?S? e Recursos - Aplicação de Penalidade para o Sistema ?S? - dia 28 de fevereiro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
146. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Instrução e Formalização dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação? - dia 27 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
147. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? e ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 23 e 24 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
148. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei Complementar nº 123/06 - a aplicação prática nas licitações e contratos administrativos? ? dia 08 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
149. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão Eletrônico? ? dia 05 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
150. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação sustentável? no dia 29 de outubro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
151. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Recursos Administrativos no Pregão? - dia 28 de setembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
152. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - dia 10 de setembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
153. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Estatuto da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar nº 123/2006 - Aspectos Jurídicos do Pregão e SRP? - dia 28 de agosto. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
154. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Estatuto da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar nº 123/2006 - Aspectos Jurídicos do Pregão e SRP? - dia 24 de agosto. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
155. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 10 de agosto. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
156. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Legais do Capítulo 5 da Lei Complementar nº 123/2006? - dia 12 de julho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
157. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Controle das Licitações Públicas? no dia 05 de julho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
158. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? no dia 14 de junho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 159.

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A terceirização de atividades na Administração Pública? - dia 13 de junho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
160. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? - dia 11 de maio. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
161. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? e ?Repercussões da Lei Complementar nº 123/2006 sobre as Licitações e Contratos Administrativos? nos dias 26 e 27 de abril. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
162. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Legais do Capítulo 5 da Lei Complementar nº 123/2006? - dia 03 de abril. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
163. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos - novas soluções para velhos problemas?. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
164. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Repercussões da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral das Microempresas) sobre as licitações e contratação da Administração Pública? - dia 28 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
165. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As peculiaridades do Pregão para Registro de Preços? no 2º Congresso Brasileiro de Pregoeiros no dia 19 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
166. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A interligação entre Impugnação Administrativa e a Representação junto aos Tribunais de Contas na Lei de Licitações? - dia 15 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
167. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contração Direta sem Licitação? - dia 12 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
168. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Elaboração de Projeto básico? - dia 18 de setembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
169. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O princípio da boa-fé e a aplicação de penalidade por inexecução de contratos administrativos? no dia 04 de dezembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
170. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Bens e Serviços de Informática no Pregão? - dia 27 de novembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
171. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos: pregão e pontos polêmicos? - dia 10 de novembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
172. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 06 e 07 de novembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
173. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Noções de Licitação para a Área de Saúde? - dia 30 de setembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
174. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? nos dias 11 e 12 de setembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
175. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Controle das Contratações diretas da Administração Pública? dia 07 de agosto. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
176. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços e Pregão - dia 24 de julho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
177. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** aspectos legais para a escolha alternativa - dia 14 de julho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
178. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões Polêmicas dos Contratos e Convênios e Processo e Procedimento dos Convênios - dia 13 de julho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
179. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 1º e 2 de junho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
180. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Parcerias Públicas/ Privadas? - dia 12 de maio. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
181. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços - dia 24 de abril. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
182. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Impugnação do Edital do Pregão? - dia 22 de março. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
183. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especiais? e ?Controle dos Contratos Administrativos? - dia 10 de fevereiro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
184. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Questões de Licitações e Contratos na Justiça Eleitoral - dia 07 de dezembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
185. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especiais - dia 1º de dezembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
186. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tribunais de Contas e o Controle dos Atos Administrativos - dia 28 de novembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
187. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Limitações e amplitude das ações do Controle Interno - dia 09 de novembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
188. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Processo de Contratação de Produtos e Serviços? - dia 31 de outubro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
189. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Gestão nas Contratações - desafios e inovações? - dia 17 de outubro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
190. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Controle Interno? no dia 09 de outubro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
191. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Negociação na Contratação de Serviços? - dia 26 de setembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
192. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Convênios e Consórcios - Instrumentos de Aprimoramento das Ações Administrativas Municipais, no dia 29 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
193. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 26 e 27 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

194. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Tribunal de Contas e o Poder Judiciário no exercício da função do controle - dia 19 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
195. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Futuro das Licitações no Brasil? no dia 12 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
196. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** III Encontro de Contas no TCE/ES ? entre os dias 7, 8 e 9 de julho. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
197. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Instrumentos jus administrativos do controle social? - dia 17 de junho. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
198. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle sobre licitações, Contratos e Admissões - resgatando a dimensão social do controle? - dia 07 de junho. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
199. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Suspensão dos Contratos Administrativos pelos Tribunais de Contas?. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
200. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Sistema de Registro de Preços? - dia 11 de maio. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
201. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Novidades e Aspectos Polêmicos da Lei de Licitações e Contratos? - dia 29 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
202. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão? - dia 27 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
203. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como lidar com os desafios em inexigibilidade de licitação. Acompanhe soluções praticas em casos de contratação por inexigibilidade? - no dia 12 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
204. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações Públicas - Pregão, Sistema de Registro de Preços e Novidades em Licitações? - dia 05 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
205. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Competência dos Tribunais de Contas e o Poder Judiciário? - dia 09 de dezembro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
206. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tribunais de Contas: jurisdição e competência? - dia 26 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
207. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os princípios Constitucionais da Licitação? - dia 25 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
208. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços: A mais eficaz forma de contratar e o Futuro das Licitações no Brasil? - dia 22 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
209. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Competência Legislativa para Alienação de Bens? - dia 21 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
210. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Medida Cautelar no Âmbito dos Tribunais de Contas? - dia 20 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
211. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações: Dez pontos polêmicos e os meios para otimizá-las? - dia 18 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
212. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Um balanço na Lei nº 8.666/1993? - dia 06 de agosto. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
213. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - Aspectos Fundamentais e Polêmicos/Análise de Preços na Licitação: valor orçado, preço máximo e inexequível? - dia 04 de agosto. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
214. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência? - dia 02 de agosto. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
215. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Integração dos Controles Externos e Internos - o papel de cada um? - dia 29 de julho. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
216. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle de Licitações pelos Tribunais de Contas? - dia 15 de junho. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
217. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços? no dia 14 de junho. 2004. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
218. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Pregão e Contratação Direta: Inexigibilidade de Licitação? nos os dias 24 e 25 de maio. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
219. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, nos procedimentos do Pregão e Aspectos fundamentais do Pregão presencial e eletrônico? - nos dias 25 e 26 de abril. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
220. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Despesa em Final de Mandato - restos a pagar e pessoal? - dia 26 de março. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
221. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 24 de março. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
222. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - dia 08 de março. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
223. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tribunais de Contas do Brasil: Jurisdição e Competência? - dia 17 de novembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
224. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Interesse Público? nos dias 11 a 15 de novembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
225. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O que muda na Administração Pública após 03 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 10 de novembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
226. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A competência dos Tribunais de Contas em prol da sociedade? ? dia 28 de maio. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
227. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A fiscalização dos Poderes exercidos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal? ? dia 17 de maio. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 228.

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A fiscalização dos Poderes exercida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal? ? dia 12 de maio. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 229. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?III Congresso Brasileiro de Direito do Estado? ? nos dias 23, 24 e 25 de abril. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 230. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tribunais de Contas: Jurisdição e Competência? - dia 04 de abril. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 231. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? ? dia 4 de dezembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 232. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Julgamento de Propostas no Pregão e Inexequibilidade de Propostas? ? dia 06 de dezembro. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 233. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão: a sessão do pregão e a fase recursal? ? dia 28 de novembro. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 234. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Relacionamento do Ministério Público com o Tribunal de Contas do DF? nos dias 08 de julho a 06 de agosto. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 235. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** III Mesa de Exposição e Debates sobre as questões apresentadas pelas Câmaras Temáticas? ? dia 12 de junho. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 236. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Exploração Econômica do Lixo,? ? dia 09 de abril. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 237. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta sem Licitação e Aspectos Pertinentes da LRF? ? dia 26 de março. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 238. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Contratação de Serviços e a Responsabilidade Fiscal? ? dia 15 de março. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 239. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Congresso Nacional de Profissionais da Área do Controle? ? nos dias 29 a 31 de janeiro. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 240. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?V Seminário Interno de Licitações e Contratos?, dia 10 de novembro. 2001. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 241. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?V Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação?- dia 23 de agosto. 2001. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 242. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal sob a visão do ordenador de despesa e controle da Administração Pública?- dia 15 de agosto. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 243. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 14 de agosto. 2001. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- 244. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário? ? dia 13 de junho. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 245. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal? em junho. 2001. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 246. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** VII Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo - VII SEMAT - dia 06 de abril. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 247. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 23 de março. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 248. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? ? dia 07 de dezembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 249. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Seminário Nacional de Direito Público sobre como organizar o novo governo do Município?- nos dias 05 e 06 de dezembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 250. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?VI Congresso de Estudos Jurídicos do Estado de Tocantins e IV Encontro de Advogados Tocantinenses?- nos dias 07 a 10 de novembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 251. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** sessão pública ?Brasil Transparente - As propostas do Governo Federal? 16 de outubro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- 252. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** IX Seminário Nacional de Direito ? nos dias 18,19 e 20 de setembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 253. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal? a ?A LRF e a fiscalização da Gestão Contábil exercida pelos Tribunais de Contas? - dia 06 de junho. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 254. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ministério Público junto aos TC's e o Processo Eleitoral?- dia 13 de abril. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 255. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Município? - dia 10 de abril. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 256. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratos Administrativos'- dia 22 de março. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 257. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Seminário Auditoria em Licitações?- nos dias 24 e 25 de fevereiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 258. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Direito Disciplinar no Regime CLT?- nos dias 10 e 11 de fevereiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 259. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Seminário Auditoria em Licitações?- nos dias 08 e 09 de fevereiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 260. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Seminário Nacional de Controle?- nos dias 22 a 24 de novembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 261. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Limites à Revisibilidade Judicial das Decisões dos Tribunais de Contas?- nos dias 8 a 12 de novembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 262. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle? no dia 08 de novembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Outra).
- 263. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? ? dia 27 de outubro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
- 264.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A CPI e o Tribunal de Contas - pontos de contato? - nos dias 9 e 10 de setembro.

1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

265. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Questões controvertidas nas licitações e contratos? ? dia 19 de agosto. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

266. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'III Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação' - nos dias 04 a 06 de agosto. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

267. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços? no dia 12 de julho. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

268. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle pelos Tribunais de Contas? no Simpósio de Licitações e Contratos ? dia 21 de junho. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

269. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?5º Ciclo Internacional de Conferências - Estado de Direito: Uma Realidade Possível? - nos dias 08 a 12 de junho. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

270. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e o Controle da Constitucionalidade? dia 29 de março. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

271. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema Jurisdicional e Controle? nos dias 24 a 26 de fevereiro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Outra).

272. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Dispensa e Inexigibilidade de Licitação? dia 22 de junho. 1998. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

273. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema Jurisdicional e Controle - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Unificação Institucional? nos dias 06 a 07 de maio. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).

274. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? dia 24 de março. 1998. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

275. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 13 de março. 1998. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

276. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle sobre as Licitações?no dia 11 de março. 1998. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

277. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Poder Legislativo Estadual e o Controle das Licitações Fraudulentas ? E os instrumentos de ação dos Tribunais de Contas em cooperação com as Assembleias Legislativas? no dia 17 de fevereiro. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).

278. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fórum de Especialização do Serviço Público - Módulo I? - nos dias 28 a 30 de janeiro. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).

279. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação? - nos dias 10 a 12 de dezembro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

280. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. conferencista no ?5º Seminário de Direito Administrativo? ? dia 17 de outubro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

281. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?- dia 10 de setembro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

282. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?- nos dias 08 e 09 de setembro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

283. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 28 de agosto. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

284. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços? ? dia 12 de agosto. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

285. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contração Direta sem Licitação? ? dia 11 de agosto. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

286. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Internacional de Direito e Administrativo Comparado? - nos dias 14 a 18 de julho. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

287. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?3º Encontro Nacional de Comissões de Licitações? - nos dias 22 e 23 de junho. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

288. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?- dia 26 de maio. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

289. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta, dispensa e inexigibilidade? ? dia 21 de maio. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

290. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Debate sobre o Anteprojeto de Nova Lei de Licitações? ? dia 18 de abril. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

291. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Congresso Nacional de Profissionais de Recursos Humanos no Serviço Público? - nos dias 16 e 17 de abril. 1997. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

292. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?II Seminário de Licitações e Contratos?, realizado no Hotel Glória ? dia 07 de abril. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

293. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Nacional para membros de Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 26 a 28 de fevereiro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

294. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?I Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação? - nos dias 11 a 13 de dezembro. 1996. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

295. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Nacional de Procuradores e Consultores Jurídicos? - nos dias 11 a 13 de setembro. 1996. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

296. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Conduzir um Processo de Tomada de Contas Especial? - nos dias 19 a 21 de junho. 1996. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

297. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos?- dia 04 de dezembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

298. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ciclo de Aperfeiçoamento para Procuradores e Consultores Jurídicos?- nos dias 22 a 24 de novembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

299.

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?1º Encontro sobre Estatuto de Licitações e Contratos? - nos dias 21 e 22 de novembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 300. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Ciclo de Treinamento em Controle das Despesas sob a ótica do Tribunal de Contas da União? ? dia 23 de novembr. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 301. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial' nos dias 06 e 07 de novembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 302. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação direta: Dispensa e Inexigibilidade? no dia 26 de outubro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 303. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta? no dia 20 de setembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 304. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 13 de setembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 305. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** palestrante no Seminário Nacional de Recursos Humanos ? nos dias 25 a 28 de abril. 1995. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 306. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** palestrante no Seminário Nacional de Controle Interno no 42º Ciclo de Treinamento, nos dias 29 a 31 de março. 1995. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 307. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os Tribunais de Contas do Brasil?nos dias 15 a 18 de março. 1995. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 308. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal? no dia 13 de março. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 309. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Tomada de Contas Especial?- dia 22 de fevereiro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 310. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Alteração e Duração dos Contratos Administrativos - Dispensa e Inexigibilidade - Padronização?. 1994. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 311. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os Cartéis e a Licitação? e ?As Inovações em Licitações e Contratos Administrativos?- dia 18 de agosto. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 312. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Principais dúvidas relativas aos Tribunais de Contas?no dia 08 de março. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 313. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Competência dos Tribunais de Contas; Eficácia de suas decisões; Medidas coercitivas da competência do controle externo; Principais irregularidades em atos e contratos administrativos; Concurso público? no dia 24 de maio. 1993. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 314. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Constituição Brasileira e os cargos de livre nomeação e exoneração? e ? Concurso público, contrato de trabalho e contagem de tempo de serviço? no dia 15 de maio. 1993. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 315. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas?. 1993. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 316. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Concurso público?nos dias 12 a 16 de abril. 1993. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 317. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A análise das peculiaridades das concorrências? em agosto. 1992. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).
- 318. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos?- em maio. 1991. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 319. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade na empresa?os dias 10 a 14 de abril. 1989. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 320. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Fatores restritivos ao desenvolvimento de recursos humanos impostos pelo Dec. 91.404/1985, manutenção e controle do Plano de Cargos e Salários? nos dias 23 a 27 de setembro. 1985. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 321. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Implantação do Plano de Cargos e Salários - formas, prazos e alterações de lotação decorrentes; Enquadramento de empregados - critérios; Sistema de correção salarial sob a égide das Leis nº 6.708/1979 e 6.886/1980? entre os dias 16 a 20 de agosto. 1982. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1. Célia Lima Negrão ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Compliance, controles internos e riscos: a importância da área de gestão de pessoas, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
2. Barbara Andrade ; Danielle Adão ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . 101 dicas para escrever Direito, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
3. Bruno Soeiro Vieira ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Direito Público Contemporâneo: Ensaios críticos, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
4. ZYMLER, B. ; Fabiano de Andrade Lima ; Karine Lílian de Sousa Costa Machado ; André Pachioni Baeta ; Luiz Felipe Bezerra Almeida Simões ; Erivan Pereira de Franca ; Weberson Silva ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Terceirização no Governo Federal, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Apresentação)>.
5. Hamilton Bonatto ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Governança e Gestão de Obras Públicas - Do Planejamento á Pós-Ocupação, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
6. Isaac Newton Carneiro ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Manual de Direito Municipal Brasileiro, 2016. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Contas Anuais - Sucessão no Poder Executivo_In: Juristas do Mundo, Série Excelência Jurídica, Vol. III. Brasília/DF: Editora Rede, 2015 (Manual).
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Juristas do Mundo. Editora Rede Publicações Jurídicas, 2014 (Manual).
9. Claudio Sarian Altounian ; Rafael Jardim Cavalcante ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . O RDC e a Contratação Integrada ? 250 Questões Fundamentais, 2014. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
- 10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; FERNANDES, R. V. ; ALVES, T. M. S. . Licitações, contratos e convênios administrativos: desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Fórum, 2013 (Manual).

11. AGUIAR, U. D. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . A Administração Pública sob a Perspectiva do Controle Externo, 2011. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
12. DAMASCENO, F. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Licitação e contratação direta perguntas e respostas, 2005. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
13. VIEIRA, L. S. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Pesquisa e Monografia Jurídica na Era da Informática, 2003. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
14. ARAUJO, G. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Licitações e Contratos Públicos, 2001. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Orçamento Impositivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Com a palavra: Especialista destaca riscos e vantagens da ampliação do RDC. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Conexão STJ: Entrevista sobre Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Revista Brasil: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Com a palavra: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Entrevista com Professor Jacoby Fernandes. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. A Lei nº 8.666/90 e suas peculiaridades.. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Reformulação da Lei nº 8.666/90. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Reformulação de Lei nº 8.666. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Poder Público pode descomplicar licitações e reduzir custos. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Entrevista com o Professor Jorge Jacoby. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Projeto do Deputado Federal Sebastião Bala Rocha (PDT/AP) que estende a aplicação do RDC à saúde. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Pregão presencial. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Entrevista com o Professor Jacoby Fernandes. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Manhã no Parlamento: Práticas ultrapassadas da Lei de Licitações. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Vantagens e desvantagens da aplicabilidade do Regime Diferenciado de Contratações - RDC às obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
18. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Programa Fórum: Três anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. ?Pontos polêmicos e controvertidos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NUCLEP?. 2018. .
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'Responsabilidade dos agentes públicos'. 2018. .
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'O Processo licitatórios e o planejamento de licitações'. 2018. .
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'Controle da Administração Pública pelos Vereadores'. 2018. .
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'Compras sustentáveis e desenvolvimento econômico municipal'. 2018. .
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. ?Governança pública e gestão de riscos na contratação pública - Proposições para uma Administração Pública mais ajustada à Constituição Federal?. 2018. .
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Habilitação - Ética e Compliance?. 2018. .
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'Tomada de Contas Especial' no dia 18 de abril. 2017. .
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'Contratação Direta de Artistas e Consagração Pública' no dia 31 de março. 2017. .
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'O processo licitatório e o planejamento da licitação' nos dias 17 e 18 de março. 2017. .
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'O Ordenador de despesas e a lei de responsabilidade fiscal - conforme entendimentos dos tribunais de contas e dos órgãos superiores do poder judiciário?', nos dias 24 e 25 de agosto. 2017. .
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. ?Como Evitar e Solucionar os 120 Grandes Problemas no Planejamento, Julgamento, e Fiscalização das Licitações e Contratos? , no dia 14 de agosto. 2017. .
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. ?IN 05/2017 estamos no caminho do aperfeiçoamento das contratações de serviços pela Administração Federal??, no dia 08 de agosto. 2017. .
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. 'Pregão e Sistema de Registro de Preço - Termo de Referência, Composição de Preços e Edital' no dia 23 de junho. 2017. .
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. ?As novas regras para contratação de serviços advindas da Instrução Normativa nº 5/2017, nos dias 14 e 15 de setembro. 2017. .

16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'A responsabilização do Ordenador de Despesas no controle processual das licitações e contratações públicas frente aos princípios da segregação de funções e moralidade administrativa', no dia 20 de setembro. 2017. .
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Aplicabilidade da IN 05/2017, com enfoque em definição de serviço continuado; e, Requisitos de Habilitação - exigências conforme a especificidade do objeto, no caso concreto, contratação de instituições para realização de serviços especializados de avaliação e exames em larga escala?'. 2017. .
18. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Como Evitar e Solucionar os 120 Grandes Problemas no Planejamento, Julgamento, e Fiscalização das Licitações e Contratos?'. 2017. .
19. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Políticas públicas em tempo de crise - Novas Soluções'. 2017. .
20. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Governança e Gestão das Cidades?'. 2017. .
21. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações Públicas - Com ênfase na Contratação Direta por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação'. 2017. .
22. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Desafios Públicos nas parcerias com o Terceiro Setor?'. 2017. .
23. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Denúncia anônima em Ouvidoria - limites do art. 5 inciso IV e V da Constituição Federal?'. 2017. .
24. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Gestão e Fiscalização de Contratos?'. 2017. .
25. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Compras Públicas Sustentáveis'. 2017. .
26. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Desafios, perspectivas, oportunidades e melhoria das Licitações e Contratos no cenário atual'. 2017. .
27. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Oficina para elaboração de normas infralegais?'. 2017. .
28. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Aplicabilidade da IN nº 05/17 na CLDF?'. 2017. .
29. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Governança das aquisições como requisito para a eficiência das contratações públicas?'. 2017. .
30. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Os principais aspectos do Controle Externo no Brasil' nos dias 10 e 11 de novembro. 2016. .
31. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Responsabilidades dos Agentes Públicos' nos dias 03 e 04 de novembro. 2016. .
32. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Lei das Estatais' nos dias 20 e 21 de setembro. 2016. .
33. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Fase interna das licitações públicas: projeto básico/termo de referencia, composição de preços e elaboração de edital' nos dias 14 e 15 de julho. 2016. .
34. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Programa de Regulamentação das Contratações Afetas às Atividades Comerciais' no dia 06 de maio. 2016. .
35. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Apuração de responsabilidade: programa de qualificação do agente público'. 2016. .
36. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação? no dia 08 de maio. 2015. .
37. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Sistema de Registro de Preços? nos dias 27 e 28 de abril. 2015. .
38. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Auditoria em Licitações na Modalidade Pregão? nos dias 23 e 24 de abril. 2015. .
39. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Tomada de Contas Especial ? TCE? nos dias 16 e 17 de abril. 2015. .
40. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? nos dias 25 e 27 de fevereiro. 2015. .
41. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Projeto Básico, Termo de Referência, Composição de Preços e Elaboração de Editais?, no dia 28 de agosto. 2015. .
42. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Execução de Despesa Pública?, no dia 13 de agosto. 2015. .
43. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos?, no dia 31 de julho. 2015. .
44. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Obras e Serviços de Engenharia', no dia 28 de julho. 2015. .
45. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Tomada de Contas Especial?', nos dias 16 e 17 de julho. 2015. .
46. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Tomadas de Contas Especial - TCE', nos dias 18 e 19 de junho. 2015. .
47. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação?', no dia 29 de maio. 2015. .
48. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 22 e 23 de outubro. 2015. .
49. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação ? 3ª Edição? no dia 21 de novembro. 2014. .
50. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Como otimizar o uso dos recursos e reduzir os prazos licitatórios com aprimoramento da qualidade do processo ? no dia 14 de novembro. 2014. .
51. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 07 de novembro. 2014. .
52. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação? no dia 31 de outubro. 2014. .
53. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 16 e 17 de outubro. 2014. .
54. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Dispensa e Inexigibilidade: Cuidados com a Formalização e com a Gestão dos Contratos? no dia 10 de outubro. 2014. .
55. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Sistema de Registro de Preços Permanente ? SRPP e a Receita do Sucesso do Código de Licitações e Contratos do Maranhão ? CLC/MA? no dia 23 de setembro. 2014. .
56. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Edital e Modalidades de Licitação? no dia 15 de setembro. 2014. .
57. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'A Visão do Contratado na Licitação? no dia 11 de setembro. 2014. .
58. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Novas regras do Regime Diferenciado de Contratação? no dia 1º de setembro. 2014. .
59. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 26 de agosto. 2014. .
60. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'RDC Regime Diferenciado de Contratação? no dia 08 de agosto. 2014. .
61. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação? no dia 29 de julho. 2014. .
62. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 05 de junho. 2014. .

63. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As Novas Regras do Regime Diferenciado de Contratação? no dia 26 de maio. 2014. .
64. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? no dia 22 de maio. 2014. .
65. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 07 de abril. 2014. .
66. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores da NUCLEP? no dia 04 de março. 2014. .
67. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 31 de março. 2014. .
68. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Novo Sistema de Registro de Preços em conformidade com o Decreto 7.892 de 23 de janeiro? no dia 14 de março. 2014. .
69. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 21 de fevereiro. 2014. .
70. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 17 e 18 de fevereiro. 2014. .
71. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Denúncias e Representações? para os servidores do Superior Tribunal Militar ? STM, no dia 13 de dezembro. 2013. .
72. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 11 de novembro. 2013. .
73. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 05 de novembro. 2013. .
74. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Novo Sistema de Registro de Preços? no dia 11 de outubro. 2013. .
75. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos ? Módulo I ? Licitações? no dia 20 de setembro. 2013. .
76. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Regimento Interno - Módulo II e sobre o Manual de Operação e Procedimento ? MOP ? Serviços Contínuos, SRP e RDC? nos dias 12 e 13 de setembro. 2013. .
77. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Atualização de preços no SRP, Questões gerais sobre SRP, Pontos Polêmicos? no dia 03 de setembro. 2013. .
78. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os novos procedimentos estabelecidos pelo RDC e aspectos polêmicos? no dia 27 de agosto. 2013. .
79. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 08 e 09 de agosto. 2013. .
80. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesas e A Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 19 de julho. 2013. .
81. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta Sem Licitação? nos dias 11 e 12 de julho. 2013. .
82. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 17 e 18 de junho. 2013. .
83. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 17 de maio. 2013. .
84. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aplicação de Penalidades? no dia 10 de maio. 2013. .
85. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os novos procedimentos estabelecidos pelo RDC e aspectos polêmicos? no dia 30 de abril. 2013. .
86. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos polêmicos e como otimizar os processos de contratação ? celeridade e eficiência? no dia 19 de abril. 2013. .
87. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta Sem Licitação? no dia 12 de abril. 2013. .
88. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 07 e 08 de março. 2013. .
89. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta Sem Licitação? no dia 14 de dezembro. 2012. .
90. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento? no dia 11 de dezembro. 2012. .
91. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesas e A Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 27 de novembro. 2012. .
92. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos, Aspectos Controvertidos da Aplicação das Leis nº8.666/1993 e 10.520/2002? no dia 19 de novembro. 2012. .
93. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Orçamento e Gestão Financeira-Orçamentária das Escolas à luz do disposto pelo CNJ? no dia 12 de novembro. 2012. .
94. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Questões Controvertidas do Pregão e Registro de Preços do Planejamento da Contratação e Condução do Certame à Gestão da Ata: Aspectos Polêmicos, Entendimentos do TCU e Boas Práticas? no dia 25 de outubro. 2012. .
95. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 18 de outubro. 2012. .
96. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 25 de setembro. 2012. .
97. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 24 de agosto. 2012. .
98. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os novos procedimentos estabelecidos pelo RDC e aspectos polêmicos? no dia 14 de setembro. 2012. .
99. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 03 de agosto. 2012. .
100. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Compras Públicas: Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços à Luz da Jurisprudência? no dia 31 de julho. 2012. .
101. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos? no dia 13 de julho. 2012. .
102. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Excelência e Qualidade no Serviço Público? no dia 29 de junho. 2012. .
103. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade dos Agentes Públicos e Sanções Administrativas nas Licitações e Contratos? no dia 28 de junho. 2012. .
104. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Qualidade e Celeridade nas Contratações da Fiocruz? no dia 15 de junho. 2012. .

105. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Inovações legislativas no Brasil compatíveis com World Bank e Manual de convergência? no dia 04 de junho. 2012. .
106. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Classificação da Informação nos Tribunais de Contas? no dia 31 de maio. 2012. .
107. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Fraudes em Licitações? no dia 29 de maio. 2012. .
108. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 24 de maio. 2012. .
109. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Capacitação e Aperfeiçoamento ? Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? dia 13 de maio. 2012. .
110. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Convênios, prestação de contas e Contratação Direta sem Licitação? no dia 27 de abril. 2012. .
111. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? nos dias 19 e 20 de abril. 2012. .
112. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pré-contrato previsto na Lei nº 9.074/1995 e Regulamento de Licitações e contratos: principais inovações voltadas para a gestão competitiva? no dia 30 de março. 2012. .
113. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação ? Pregão Presencial e Eletrônico, Registro de Preços e Carona? nos dias 08 e 09 de março. 2012. .
114. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 06 de março. 2012. .
115. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos com Foco em Obras Públicas? nos dias 09 e 10 de março. 2012. .
116. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 09 de dezembro. 2011. .
117. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Regime Diferenciado de Contratação- Aplicável às contratações necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016? no dia 25 de novembro. 2011. .
118. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Desafios na área de administração de contratos frente aos grandes empreendimentos de geração e transmissão oriundos de leilões? no dia 17 de novembro. 2011. .
119. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? nos dias 10 e 11 de novembro. 2011. .
120. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Excelência e Qualidade no Serviço Público? nos dias 07 e 08 de novembro. 2011. .
121. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? no dia 14 de outubro. 2011. .
122. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 07 de outubro. 2011. .
123. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia? no dia 30 de setembro. 2011. .
124. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia? no dia 21 de setembro. 2011. .
125. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Compatibilidade do RDC com os princípios que regem as licitações públicas? no dia 30 de agosto. 2011. .
126. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos segundo o Manual do STJ? nos dias 23 e 26 de agosto. 2011. .
127. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 19 de agosto. 2011. .
128. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? dia 09 e 10 de junho. 2011. .
129. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia ? - dia 25 de maio. 2011. .
130. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Alienação de Imóveis na Administração Pública? no dia 20 maio. 2011. .
131. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? dias 28 e 29 de março. 2011. .
132. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Atualização e aperfeiçoamento sobre licitações e contratos para servidores públicos? - dia 18 de março. 2011. .
133. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 24 e 25 de fevereiro. 2011. .
134. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Grandes Inovações Nas Compras Governamentais Para 2011? - nos dias 17 e 18 de fevereiro. 2011. .
135. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Processos nos tribunais de contas, com ênfase nos procedimentos do Tribunal de Contas da União - TCU? - dia 10 de dezembro. 2010. .
136. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? - dia 07 de dezembro. 2010. .
137. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contas Anuais e Receitas vinculadas? - dia 11 de novembro. 2010. .
138. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos relevantes de contratos de terceirização de mão-de-obra, projeto básico e termo de referencia?. 2010. .
139. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações: Atualizações legais e dilemas no âmbito estadual? - dia 25 de outubro. 2010. .
140. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? - dia 21 de outubro. 2010. .
141. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras Públicas: Licitação e Contratação na prática dos estudos preliminares ao recebimento do objeto? - dia 08 de outubro. 2010. .
142. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - dia 29 de setembro. 2010. .
143. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Polêmicos em Licitações e Contratos - Novos Problemas ? Novas Soluções? - dia 24 de setembro. 2010. .
144. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação direta sem Licitação: Modalidades, Dispensa e Inexigibilidade de licitação? - nos dias 16 e 17 de setembro. 2010. .
145. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os desafios e cautelas do ordenador de despesas na gestão administrativa? - dia 23 e 24 de agosto. 2010. .
146. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratações Sustentáveis? - dia 20 de agosto. 2010. .
147. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Novos e Polêmicos Aspectos das Licitações e Contratos Administrativos ? Os desafios das novas normas e como executá-las para atender a jurisprudência do Tribunal de Contas da União? - nos dias 29 e 30 de julho. 2010. .

148. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Polêmicos em Licitações e Contratos ? Novos Problemas ? Novas Soluções? - dia 23 de julho. 2010. .
149. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Sistema de Registro de Preços Permanente ? em conformidade com o Decreto Estadual/MG nº 44.787/2008? - nos dias 15 e 16 de julho. 2010. .
150. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos Polêmicos em Licitações e Contratos ? Novos Problemas ? Novas Soluções? - dia 06 de julho. 2010. .
151. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Concessão de Serviços Públicos e Instrução Normativa nº 01/2010 ? Sustentabilidade Ambiental nas Contratações Públicas? - dia 30 de junho. 2010. .
152. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços, Contratação Direta e Questões polêmicas sobre SRP? - dia 14 de junho. 2010. .
153. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Processos no Tribunal de Contas da União? - dia 30 de abril. 2010. .
154. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Questões Polêmicas na aplicação da Lei Complementar 123/2006 nas Licitações? - dia 16 de abril. 2010. .
155. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão ? A atuação do órgão jurídico nas licitações e contratos ? IN nº 01/2010? - dia 23 de março. 2010. .
156. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Regras Gerais de Licitação ? Compreensão das Súmulas 177 e 222 do Tribunal de Contas da União, aplicáveis à IN01? - dia 12 de março. 2010. .
157. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia? - dia 26 de fevereiro. 2010. .
158. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Elaboração e Especificação de Bens e Serviços na Administração Pública? - dia 22 de fevereiro. 2010. .
159. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos polêmicos em licitações e contratos ? novos problemas ? novas soluções? - dia 12 de novembro. 2010. .
160. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Eficiência nas Contratações ? Módulo I? - dia 11 de dezembro. 2009. .
161. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Ordenador de Despesas e Gestão Financeira de Contratos? - dia 04 de dezembro. 2009. .
162. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? no dia 30 de novembro. 2009. .
163. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos: Gerir, Fiscalizar e Punir? - dia 27 de novembro. 2009. .
164. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Cautelas na análise da situação concreta e configuração da hipótese de dispensa e inexigibilidade? - dia 09 de novembro. 2009. .
165. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão ? Recursos no Pregão (forma e prazo) ? Responsabilidade do Pregoeiro? - dia 06 de novembro. 2009. .
166. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - dia 09 de outubro. 2009. .
167. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 29 de setembro. 2009. .
168. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Penalidades na Administração Pública? - dia 29 de setembro. 2009. .
169. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão e Sistema de Registro de Preço? - dia 24 de setembro. 2009. .
170. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesas e O Gestor de Contratos? - dia 17 e 18 de setembro. 2009. .
171. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei nº 8.666/1993 e as diretrizes de aquisição do Banco Interamericano de Desenvolvimento? - dia 11 de setembro. 2009. .
172. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão e Sistema de Registro de Preço? - dia 27 de agosto. 2009. .
173. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Defesa e Recursos nos Tribunais de Contas? - dia 25 de agosto. 2009. .
174. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Parceria Público Privada - PPP? - dia 27 de julho. 2009. .
175. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - dia 13 de julho. 2009. .
176. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão ? Sistema de Registro de Preço ? Contratos ? Convênios? - nos dias 09 e 10 de julho. 2009. .
177. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - dia 29 de junho. 2009. .
178. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 25 e 26 de junho. 2009. .
179. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei nº 123/2006, as Pequenas e Microempresas e as Repercussões nas Licitações e nos Contratos? - nos dias 29 e 30 de maio. 2009. .
180. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras públicas ? licitações, contratação, fiscalização e utilização? - dia 27 de maio. 2009. .
181. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? - dia 22 de maio. 2009. .
182. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preço? - dia 15 de abril. 2009. .
183. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação direta Sem Licitação? - nos dias 03 e 04 de abril. 2009. .
184. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? - dia 27 de março. 2009. .
185. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pontos Polêmicos e Complexos no Âmbito das Licitações? - dia 10 de março. 2009. .
186. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Ordenador de Despesa, Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos? - nos dias 05 e 06 de março. 2009. .
187. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços - SRP ? A eficiência do Sistema de Registro de Preços, questões jurídicas e aspectos práticos, a implantação e adesão (carona) eficiente? no dia 16 de fevereiro. 2009. .
188. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Novos Desafios nas Licitações e Contratos ? Novas Normas, Novas Abordagens? - no dia 12 de fevereiro. 2009. .
189. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 12 de dezembro. 2008. .
190. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras e Serviços de Engenharia ? A licitação e o Contrato na Prática? - dia 10 de dezembro. 2008. .
191. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 05 de dezembro. 2008. .
192. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?IN 02/2008 A Nova Regulamentação para Contratação de Gestão de Serviços (Terceirização) para a Administração Pública? - dia 03 de dezembro. 2008. .
193. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial - TCE? no dia 28 de novembro. 2008. .
194. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preço? - dia 27 de novembro. 2008. .
195. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preço? - dia 26 de novembro. 2008. .

196. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Parceria Público ? Privada (PPP)? - dia 21 de novembro. 2008. .
197. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação ? Os novos desafios dos gestores públicos? - dia 18 de novembro. 2008. .
198. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As novas regras para as contratações de serviços pela administração pública? - dia 06 de novembro. 2008. .
199. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão ? Lei nº 123/06 ? SRP ? Pontos Polêmicos e Complexos no Âmbito das Licitações? - dia 31 de outubro. 2008. .
200. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As novas regras para as contratações de serviços pela administração pública? - dia 15 de outubro. 2008. .
201. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O gestor e o Ordenador de Despesas nos Tribunais de Contas? - nos dias 13 e 14 de outubro. 2008. .
202. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? no dia 1º de outubro. 2008. .
203. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras e Serviços de Engenharia? - dia 19 de setembro. 2008. .
204. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão Financeira na Administração Pública? - dia 18 de setembro. 2008. .
205. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As novas regras para as contratações de serviços pela administração pública? - dia 10 de setembro. 2008. .
206. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os Três temas mais importantes sobre Pregão Presencial e Eletrônico, impugnação de editais de pregão? - dia 01 de setembro. 2008. .
207. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação ? Os novos desafios dos gestores públicos? - nos dias 21 e 22 de agosto. 2008. .
208. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão, Convênios, Contratos e a Pequena Empresa nas Licitações? - dia 01 de agosto. 2008. .
209. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão, SRP e Lei nº 123/2006 As Micro e pequenas empresas e as licitações e os contratos? - nos dias 24 e 25 de julho. 2008. .
210. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Gestor e Ordenador de despesas nos Tribunais de Contas? - nos dias 14 e 15 de julho. 2008. .
211. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Mudanças da Lei de Licitações e Temas Correlatos? - nos dias 07 e 08 de julho. 2008. .
212. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de julho. 2008. .
213. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Obras e Serviços de Engenharia ? A licitação e o Contrato: A Legislação na Prática do Controle? - nos dias 25 e 27 de junho. 2008. .
214. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão, SRP e Lei nº 123/2006 As micro e pequenas empresas e as licitações e os contratos? - nos dias 16 e 17 de junho. 2008. .
215. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Eficácia nas Licitações e Contratos Administrativos ? Licitar corretamente para resguardar o interesse público? - dia 19 de maio. 2008. .
216. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei nº 8.666/1993 e as diretrizes de aquisição do Banco Mundial? - nos dias 12, 13 e 14 de maio. 2008. .
217. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei Complementar nº 123/2006, Pregão e Sistema de Registro de Preços? - nos dias 08 e 09 de maio. 2008. .
218. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Terceirização de mão-de-obra na administração pública e defesa perante os Tribunais de Contas? - dia 23 de abril. 2008. .
219. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 10 e 11 de abril. 2008. .
220. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei nº 123/2006, as Micro e Pequenas Empresas e as Repercussões nas Licitações e nos Contratos? - dia 04 de abril. 2008. .
221. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei nº 123/2006, as Micro e Pequenas Empresas e as Repercussões nas Licitações e nos Contratos? - dia 28 de março. 2008. .
222. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Contratação Direta sem Licitação? - dia 24 de março de 2008. 2008. .
223. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Ordenador de Despesa, Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de março. 2008. .
224. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Lei Complementar nº 123/2006? - nos dias 25 e 26 de fevereiro. 2008. .
225. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Novos Desafios na Gestão de Contratos - Reajuste, Reequilíbrio e Penalidades? - nos dias 18 e 19 de fevereiro. 2008. .
226. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei Complementar nº 123/2006, Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial Eletrônico? - nos dias 11 e 12 de fevereiro. 2008. .
227. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos administrativos? nos dias 22, 23 e 24 de janeiro. 2008. .
228. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 17 e 18 de dezembro. 2008. .
229. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Defesa e recursos nos Tribunais de Contas e Tomada de Contas Especial? - nos dias 13 e 14 de dezembro. 2008. .
230. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos - novas soluções para velhos problemas? - nos dias 03 e 04 de dezembro. 2007. .
231. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 29 e 30 de novembro. 2007. .
232. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Lei Complementar nº 123/06? ? nos dias 19 e 20 de novembro. 2007. .
233. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Efeitos da Lei Complementar nº 123/06 e da Lei nº 11.488 nas Licitações e Contratos Administrativos? - dia 09 de novembro. 2007. .
234. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. 2007. .
- 235.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ?

nos dias 24 e 25 de outubro. 2007. .

236. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste, Revisão e Alteração de Contratos Administrativos? ? nos dias 18 e 19 de outubro. 2007. .

237. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 1º a 10 de outubro. 2007. .

238. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 21 e 22 de setembro. 2007. .

239. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 24 e 25 de setembro. 2007. .

240. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 03 e 04 de setembro. 2007. .

241. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 31 de agosto e 1º de setembro. 2007. .

242. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesas e Recursos nos Tribunais de Contas? ? nos dias 20 e 21 de agosto. 2007. .

243. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesas e Recursos nos Tribunais de Contas? - nos dias 16 e 17 de agosto. 2007. .

244. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 09, 13, 14 e 15 de agosto. 2007. .

245. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pontos polêmicos no âmbito das Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 30 e 31 de julho. 2007. .

246. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 26 e 27 de julho. 2007. .

247. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 19 e 20 de julho. 2007. .

248. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 16 e 23 de julho. 2007. .

249. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 02 de julho. 2007. .

250. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos práticos e questões jurídicas do Pregão Presencial? - dia 29 de junho. 2007. .

251. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 25 e 26 de junho. 2007. .

252. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? nos dias 21 e 22 de junho. 2007. .

253. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? no Fórum da Justiça Federal sobre Eficiência na Aplicação de Recursos Públicos e Responsabilidade Ambiental? no dia 20 de junho. 2007. .

254. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Especialização em Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 11 e 12 de junho. 2007. .

255. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 04 e 05 de junho. 2007. .

256. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 28 de maio. 2007. .

257. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 31 de maio e 1º de junho. 2007. .

258. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste, Revisão e Alteração de Contratos Administrativos? ? nos dias 24 e 25 de maio. 2007. .

259. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 21 de maio. 2007. .

260. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 16 de maio. 2007. .

261. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como implantar e manter o Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07 e 08 de maio. 2007. .

262. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como prevenir e enfrentar problemas nas licitações com ênfase em pregão? ? nos dias 03 e 04 de maio. 2007. .

263. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 23 e 24 de abril. 2007. .

264. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? ? nos dias 19 e 20 de abril. 2007. .

265. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 11 e 12 de abril. 2007. .

266. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 09 de abril. 2007. .

267. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 02 de abril. 2007. .

268. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 26 de março. 2007. .

269. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contrato, Convênio e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07 e 08 de março. 2007. .

270. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa, a Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos? ? nos dias 27 e 28 de fevereiro. 2007. .

271. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 12 a 16 de fevereiro. 2007. .

272. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação direta sem licitação? - dia 09 de fevereiro. 2007. .

273. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Termo de Referência/Projeto Básico? ? nos dias 1 e 2 de fevereiro. 2007. .

274. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 25 e 26 de janeiro. 2007. .

275. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 14 e 15 de dezembro. 2006. .

276. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Jurídicos do Pregão Presencial e Eletrônico? - dia 13 de dezembro. 2006. .

277. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Exame de Edital e Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 11 e 12 de dezembro. 2006. .

278. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 05 e 06 de dezembro. 2006. .

279. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. 2006. .

280. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Reajuste e Revisão de Contratos Administrativos? ? nos dias 22 e 23 de novembro. 2006. .
281. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Defesa e Recursos nos Tribunais de Contas? ? nos dias 16 e 17 de novembro. 2006. .
282. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Compra na Administração Pública: aspectos gerais? ? nos dias 30 e 31 de outubro. 2006. .
283. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? ? nos dias 26 e 27 de outubro. 2006. .
284. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pontos Polêmicos nas Licitações? - dia 24 de outubro. 2006. .
285. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 19 e 20 de outubro. 2006. .
286. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pontos Polêmicos nas Licitações? - dia 17 de outubro. 2006. .
287. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? ? nos dias 05 e 06 de outubro. 2006. .
288. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Licitação e Gestão de Contratos de Serviços Terceirizados? ? nos dias 28 e 29 de setembro. 2006. .
289. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Reajuste, Revisão e Alteração de Contratos Administrativos? ? nos dias 21 e 22 de setembro. 2006. .
290. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços? - dia 06 de setembro. 2006. .
291. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Fórum em Contratação Direta? - dia 04 de setembro. 2006. .
292. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 31 de agosto e 01 de setembro. 2006. .
293. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 28 e 29 de agosto. 2006. .
294. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra? ? nos dias 21 a 25 de agosto. 2006. .
295. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 17 e 18 de agosto. 2006. .
296. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: Presencial e Eletrônico? ? nos dias 15 e 16 de agosto. 2006. .
297. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 10, 11 e 12 de agosto. 2006. .
298. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 03 e 04 de agosto. 2006. .
299. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta sem Licitação - nos dias 27 e 28 de julho. 2006. .
300. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços - nos dias 20 e 21 de julho. 2006. .
301. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 10 e 11 de julho. 2006. .
302. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 06 e 07 de julho. 2006. .
303. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Constas Especial - nos dias 19 e 20 de junho. 2006. .
304. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços ? nos dias 17 e 18 de junho. 2006. .
305. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 12, 13 e 14 de junho. 2006. .
306. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 29 e 30 de maio. 2006. .
307. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 22 e 23 de maio. 2006. .
308. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como implantar e manter o sistema de registro de preços? - nos dias 18 e 19 de maio. 2006. .
309. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão com formação de pregoeiro - nos dias 15 e 16 de maio. 2006. .
310. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações? nos dias 10 e 11 de maio. 2006. .
311. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação para Aquisição de bens e serviços de Informática? - nos dias 08 e 09 de maio. 2006. .
312. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 04 e 05 de maio. 2006. .
313. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico? - nos dias 02 e 03 de maio. 2006. .
314. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos de Terceirização? - nos dias 27 e 28 de abril. 2006. .
315. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especiais? - nos dias 25 e 26 de abril. 2006. .
316. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 19 e 20 de abril. 2006. .
317. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 17 e 18 de abril. 2006. .
318. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 12 e 13 de abril. 2006. .
319. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 10 e 11 de abril. 2006. .
320. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações? - nos dias 05 e 06 de abril. 2006. .
321. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de abril. 2006. .
322. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 30 e 31 de março. 2006. .
323. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 28 e 29 de março. 2006. .
324. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 23 e 24 de março. 2006. .
325. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 20 e 21 de março. 2006. .
326. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 13 a 17 de março. 2006. .
- 327.

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 13 a 16 de março. 2006. .
- 328. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 08 e 09 de março. 2006. .
- 329. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 06 e 07 de março. 2006. .
- 330. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 02 e 03 de março. 2006. .
- 331. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 20 a 23 de fevereiro. 2006. .
- 332. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 16 e 17 de Fevereiro. 2006. .
- 333. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro. 2006. .
- 334. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especiais? - dia 09 de fevereiro. 2006. .
- 335. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 06 e 07 de fevereiro. 2006. .
- 336. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos - novas questões polêmicas? - nos dias 15 e 16 de dezembro. 2005. .
- 337. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 12 e 13 de dezembro. 2005. .
- 338. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 09 e 10 de dezembro. 2005. .
- 339. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Gestão de Contratos Administrativos - nos dias 05 e 06 de dezembro. 2005. .
- 340. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão Eletrônico - dia 30 de novembro. 2005. .
- 341. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 25 e 26 de novembro. 2005. .
- 342. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 17 e 18 de novembro. 2005. .
- 343. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 11 e 12 de novembro. 2005. .
- 344. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especiais? ? nos dias 04 e 05 de novembro. 2005. .
- 345. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 26, 27 e 28 de outubro. 2005. .
- 346. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 21 e 22 de outubro. 2005. .
- 347. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão? - dia 14 de outubro. 2005. .
- 348. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07 e 08 de outubro. 2005. .
- 349. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Convênio, consórcio e contratos administrativos? - dia 03 de outubro. 2005. .
- 350. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 26 a 30 de setembro. 2005. .
- 351. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 22 e 23 de setembro. 2005. .
- 352. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - dia 21 de setembro. 2005. .
- 353. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 19 e 20 de setembro. 2005. .
- 354. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação e Contratos Administrativos? - nos dias 15 e 16 de setembro. 2005. .
- 355. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 12 e 13 de setembro. 2005. .
- 356. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? nos dias 08 e 09 de setembro. 2005. .
- 357. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Gestão de Contratos de Terceirização, nos dias 02 e 03 de setembro. 2005. .
- 358. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Gestão de Contratos Administrativos, nos dias 30 e 31 de agosto. 2005. .
- 359. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços - dia 22 de agosto. 2005. .
- 360. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 15, 16 e 17 de agosto. 2005. .
- 361. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 28 e 29 de julho. 2005. .
- 362. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na modalidade Pregão? - nos dias 25 e 26 de julho. 2005. .
- 363. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços e Inovações do Decreto nº 5.450/2005 - nos dias 21 e 22 de julho. 2005. .
- 364. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 18 e 19 de julho. 2005. .
- 365. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 11 e 12 de julho. 2005. .
- 366. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 04 e 05 de julho. 2005. .
- 367. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 27, 28 e 29 de junho. 2005. .
- 368. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 22, 23 e 24 de junho. 2005. .
- 369. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos para fornecedores da Administração Pública? - nos dias 10 e 11 de junho. 2005. .
- 370. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Questões Polêmicas Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002? - nos dias 30 e 31 de Maio. 2005. .
- 371. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 23 de maio. 2005. .
- 372. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 20 e 21 de maio. 2005. .
- 373. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Elaboração de Projeto Básico? - dia 19 de maio. 2005. .
- 374. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 16 de maio. 2005. .
- 375. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos e Terceirização? - nos dias 13 e 14 de maio. 2005. .
- 376. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 09 e 10 de maio. 2005. .
- 377.**

- JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 05 e 06 de maio. 2005. .
- 378. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 25 e 26 de abril. 2005. .
- 379. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Como Implantar e manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 18 e 19 de abril. 2005. .
- 380. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 15 de abril. 2005. .
- 381. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 07 e 08 de abril. 2005. .
- 382. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 28 a 31 de março e 1º de abril. 2005. .
- 383. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 21 e 22 de março. 2005. .
- 384. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 17 e 18 de março. 2005. .
- 385. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 14 e 15 de março. 2005. .
- 386. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle interno e licitações e contratos administrativos? - nos dias 11 e 12 de março. 2005. .
- 387. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 09 e 10 de março. 2005. .
- 388. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?LRF e Licitações? - dia 07 de março. 2005. .
- 389. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 03 e 04 de março. 2005. .
- 390. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 24 e 25 de fevereiro. 2005. .
- 391. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos para Fornecedores da Administração Pública? ? nos dias 28 e 29 de janeiro. 2005. .
- 392. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos para Fornecedores da Administração Pública? ? nos dias 24 e 27 de janeiro. 2005. .
- 393. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 27 e 28 de dezembro. 2004. .
- 394. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 20 e 21 de dezembro. 2004. .
- 395. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 16 e 17 de dezembro. 2004. .
- 396. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos sob a ótica do controle interno e externo? - dia 15 de dezembro. 2004. .
- 397. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 13 e 14 de dezembro. 2004. .
- 398. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 10 e 11 de dezembro. 2004. .
- 399. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - dia 08 de dezembro. 2004. .
- 400. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 06 e 07 de dezembro. 2004. .
- 401. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 dezembro. 2004. .
- 402. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 26 e 27 de novembro. 2004. .
- 403. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos e Convênios Administrativos? - nos dias 22, 24 e 25 de novembro. 2004. .
- 404. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 17 e 18 de novembro. 2004. .
- 405. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dias 04 e 05 de novembro. 2004. .
- 406. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - dias 14 e 15 de outubro. 2004. .
- 407. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - dias 30 de setembro e 01 e 02 de outubro. 2004. .
- 408. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: presencial e eletrônico? - dias 24 e 25 de setembro. 2004. .
- 409. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 20, 21 e 22 de setembro. 2004. .
- 410. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 16 e 17 de setembro. 2004. .
- 411. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: presencial e eletrônico? - nos dias 10 e 11 de setembro. 2004. .
- 412. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 23 a 31 de agosto e 01 a 03 de setembro. 2004. .
- 413. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 19 e 20 de agosto. 2004. .
- 414. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal - teoria e prática para gestores governamentais e ordenadores de despesas? - nos dias 13 e 14 de agosto. 2004. .
- 415. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 30 e 31 de julho. 2004. .
- 416. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 15 e 16 de julho. 2004. .
- 417. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 09 e 10 de julho. 2004. .
- 418. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Convênios? - nos dias 30 de junho a 1º de julho. 2004. .
- 419. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Licitações e seus conceitos e Gestão dos Contratos? - nos dias 21 e 23 de junho. 2004. .
- 420. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 07, 08 e 09 de junho. 2004. .
- 421. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Sistema de Registro de Preços? nos dias 04 e 05 de junho. 2004. .
- 422. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? nos dias 27 e 28 de maio. 2004. .
- 423. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? nos dias 13 e 14 de maio. 2004. .
- 424. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 07 e 08 de maio. 2004. .
- 425. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 04 e 05 de maio. 2004. .
- 426. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 29 e 30 de abril. 2004. .
- 427. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 19 e 20 de abril. 2004. .
- 428. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 16 e 17 de abril. 2004. .

429. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 12, 13 e 14 de abril. 2004. .
430. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos da Administração? - nos dias 02 e 04 de abril. 2004. .
431. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Parcerias Público - Privadas e as Licitações: teoria geral das licitações públicas? - dia 22 de março. 2004. .
432. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal: teoria e prática para gestores governamentais e ordenador de despesas? - nos dias 19 e 20 de março. 2004. .
433. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 11 e 12 de março. 2004. .
434. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 05 e 06 de março. 2004. .
435. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 27 e 28 de fevereiro. 2004. .
436. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 13 e 14 de fevereiro. 2004. .
437. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 18 e 19 de dezembro. 2003. .
438. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal: questões atuais? - dia 17 de dezembro. 2003. .
439. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 15 e 16 de dezembro. 2003. .
440. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - dia 10 de dezembro. 2003. .
441. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal na Prática: questões atuais? - dia 05 de dezembro. 2003. .
442. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 01, 02 e 03 de dezembro. 2003. .
443. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: Pregão Presencial? - nos dias 28 e 29 de novembro. 2003. .
444. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 25 e 26 de novembro. 2003. .
445. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 20 e 21 de novembro. 2003. .
446. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 07 e 08 de novembro. 2003. .
447. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão - capacitação de pregoeiros? - nos dias 24 e 25 de outubro. 2003. .
448. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 10 e 11 de outubro. 2003. .
449. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - dia 08 de outubro. 2003. .
450. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de outubro. 2003. .
451. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 29 e 30 de setembro. 2003. .
452. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 26 e 27 de setembro. 2003. .
453. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 19 e 20 de setembro. 2003. .
454. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 15, 16 e 17 de setembro. 2003. .
455. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 de setembro. 2003. .
456. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal na Prática - questões atuais? - dia 29 de agosto. 2003. .
457. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 18 e 19 de agosto. 2003. .
458. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 13,14 e 15 de agosto. 2003. .
459. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão Presencial? - dia 11 de agosto. 2003. .
460. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 08 de agosto. 2003. .
461. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 04 e 05 de agosto. 2003. .
462. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão? - dia 07 de julho. 2003. .
463. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e a contratação de serviços contínuos pela Administração Pública? - dia 30 de junho. 2003. .
464. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 27 e 28 de junho. 2003. .
465. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 20 e 21 de junho. 2003. .
466. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 17 e 18 de junho. 2003. .
467. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão e Contratos Administrativos? ? nos dias 12 e 13 de junho. 2003. .
468. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?I Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública? ? nos dias 09 e 10 de junho. 2003. .
469. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? ? nos dias 03 e 04 de junho. 2003. .
470. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei nº 8.666/1993 e seus aspectos polêmicos - novas questões? ? dia 19 de maio. 2003. .
471. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? dia 9 de maio. 2003. .
472. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - dia 28 de abril. 2003. .
473. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 25 e 26 de abril. 2003. .
474. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação?- nos dias 14 e 15 de abril. 2003. .
475. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão Presencial? ? dia 09 de abril. 2003. .
476. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão Presencial? ? dia 07 de abril. 2003. .
477. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? dia 11 de abril. 2003. .
478. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão: Capacitação de Pregoeiros? ? nos dias 01,02 e 03 de abril. 2003. .
479. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos e Sistema de Registro de Preços? ? dia 31 de março. 2003. .
480. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 26 de fevereiro. 2003. .
481. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? dia 21 de fevereiro. 2003. .
482. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? dia 17 de fevereiro. 2003. .
483. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 19 e 20 de dezembro. 2002. .

484. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 16 e 17 de dezembro. 2002. .
485. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação, Contratação, Gerenciamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia? ? nos dias 09,10 e 11 de dezembro. 2002. .
486. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 02 e 03 de dezembro. 2002. .
487. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 29 e 30 de novembro. 2002. .
488. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão: capacitação de pregoeiros? ? nos dias 25, 26 e 27, de novembro. 2002. .
489. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07, 08 e 09 de novembro. 2002. .
490. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Administração de Convênios e Tomada de Contas Especial? ? nos dias 04 e 05 de novembro. 2002. .
491. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 31 de outubro e 01 de novembro. 2002. .
492. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Modalidade Pregão? - dia 29 de outubro. 2002. .
493. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações, Contratos Administrativos e Pregão?- nos dias 24, 25 e 26 de outubro. 2002. .
494. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento? ? nos dias 21,22 e 23 de outubro. 2002. .
495. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Responsabilidade nos Contratos Públicos de Acordo com as exigências do Controle? ? dia 18 de outubro. 2002. .
496. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão e Responsabilidade nos Contratos Públicos de Acordo com as Exigências do Controle? ? dia 16 de outubro. 2002. .
497. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Reajuste e Revisão Contratual? ? nos dias 07, 09 e 11 de outubro. 2002. .
498. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro. 2002. .
499. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 27 e 28 de setembro. 2002. .
500. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos na Administração Pública? ? nos dias 23 a 26 de setembro. 2002. .
501. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Prática do Pregão?- dia 20 de setembro. 2002. .
502. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? dia 16 de setembro. 2002. .
503. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Prática do Pregão? ? dia 13 de setembro. 2002. .
504. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Modalidade Pregão de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000? ? nos dias 10 e 11 de setembro. 2002. .
505. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 04 e 05 de setembro. 2002. .
506. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 02 e 03 de setembro. 2002. .
507. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 21 de agosto. 2002. .
508. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 19 a 23 e 26 a 30 de agosto. 2002. .
509. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 13,14 e 16 de agosto. 2002. .
510. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 09 de agosto. 2002. .
511. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 25 e 26 de julho. 2002. .
512. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 22 e 23 de julho. 2002. .
513. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão?- nos dias 15,16 e 17 de julho. 2002. .
514. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Princípios Legais na Lei de Licitação e Contratos? ? dia 17 de julho. 2002. .
515. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações, Contratos e Convênios? ? dia 10 de julho. 2002. .
516. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - 27 e 28 de junho. 2002. .
517. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestores de Contratos Administrativos? ? nos dias 24, 25 e 28 de junho e 03 e 05 de julho. 2002. .
518. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 17 e 18 de junho. 2002. .
519. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal na Prática?- nos dias 14 e 15 de junho. 2002. .
520. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal com enfoque na Justiça Eleitoral? ? nos dias 27 e 28 de maio. 2002. .
521. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Empresa Pública e a Lei de Licitações e Contratos? ? dia 22 de maio. 2002. .
522. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 17 de maio. 2002. .
523. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de responsabilidade Fiscal?- nos dias 10 e 11 de maio. 2002. .
524. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle da Administração Pública - com tópicos de Danos ao Erário?- nos dias 15 e 16 de abril. 2002. .
525. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial?- nos dias 17 e 18 de abril. 2002. .
526. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Danos ao Erário? ? dia 24 de abril. 2002. .
527. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - 10, 11 e 12 de abril. 2002. .
528. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativo e o Sistema de Registro de Preços? ? dia 05 de abril. 2002. .
529. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Capacitação e Atualização: Pregão Presencial e Sistema de Registros de Preços? ? dia 03 de abril. 2002. .
530. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A contratação de serviços e a Responsabilidade Fiscal? ? dia 22 de março. 2002. .
531. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? dia 18 de março. 2002. .
532. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta Sem Licitação? ? nos dias 13 e 14 de março. 2002. .
533. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão Responsável na Terceirização? ? dia 11 de março. 2002. .
534. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão Responsável na Terceirização? ? nos dias 08 de fevereiro. 2002.
- 535.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Resolução de incidentes na Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 27 e 28 de Fevereiro. 2002. .

- 536. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Resolução de Incidentes na Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 22 de fevereiro. 2002. .
- 537. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Administração de Contratos de Prestação de Serviços com Fornecimento de Mão de obra? ? dia 21 de fevereiro. 2002. .
- 538. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? no dia 05 de dezembro. 2001. .
- 539. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Gestão Responsável na Terceirização? ? no dia 30 de novembro. 2001. .
- 540. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 28 de novembro. 2001. .
- 541. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contrato Administrativo Eficiente? ? nos dias 26 a 28 de novembro. 2001. .
- 542. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 26 de outubro. 2001. .
- 543. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 24 e 25 de outubro. 2001. .
- 544. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Contratação de Treinamento no Serviço Público? - dia 22 de outubro. 2001. .
- 545. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? ? no dia 15 de outubro. 2001. .
- 546. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 05 de outubro. 2001. .
- 547. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aspectos relevantes da dispensa, inexigência e contratos?- nos dias 03 e 04 de outubro. 2001. .
- 548. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 01 e 02 de outubro. 2001. .
- 549. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Gestão Responsável na Terceirização?- dia 28 de setembro. 2001. .
- 550. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? nos dias 17 a 21 de setembro. 2001. .
- 551. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 13 de setembro. 2001. .
- 552. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Convênios?- dia 29 de agosto. 2001. .
- 553. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal?- dia 28 de agosto. 2001. .
- 554. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Treinamento? ? nos dias 20, 22 e 24 de abril. 2001. .
- 555. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 06 a 09 de agosto. 2001. .
- 556. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Pregão?- dia 18 de julho. 2001. .
- 557. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de serviços contínuos?- dia 13 de julho. 2001. .
- 558. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal?- dia 30 de junho. 2001. .
- 559. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 25 e 26 de junho. 2001. .
- 560. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Sistema de Registro de Preços' ? dia 01 de junho. 2001. .
- 561. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 30 de maio. 2001. .
- 562. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 28 de maio. 2001. .
- 563. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 25 de maio. 2001. .
- 564. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O ordenador de despesa e a LRF? - dia 21 de maio. 2001. .
- 565. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos para empresa pública e Sociedade de Economia Mista?- nos dias 07 e 08 de maio. 2001. .
- 566. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas atividades de licitações?- nos dias 23, 25 e 26 de abril. 2001. .
- 567. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Serviços e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 20 abril. 2001. .
- 568. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação de Serviços e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 18 abril. 2001. .
- 569. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 09 e 10 de abril. 2001. .
- 570. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 06 de abril. 2001. .
- 571. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 02 e 03 de abril. 2001. .
- 572. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Licitações e Contratos para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista?- nos dias 26 e 27 de março. 2001. .
- 573. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista?- nos dias 19 e 20 de março. 2001. .
- 574. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 16 de março. 2001. .
- 575. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Responsabilidade Fiscal na prática? ? nos dias 12 e 13 de março. 2001. .
- 576. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Responsabilidade Fiscal na prática? ? nos dias 05 e 06 de março. 2001. .
- 577. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 20 de fevereiro. 2001. .
- 578. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal?- dia 19 de fevereiro. 2001. .
- 579. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 18 e 19 de dezembro. 2000. .
- 580. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 11 e 12 de dezembro. 2000. .
- 581. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 04 a 06 de dezembro. 2000. .
- 582. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações e Contratos - Incluindo as alterações constantes na LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 27 e 28 de novembro. 2000. .
- 583. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal?- no dia 20 de novembro. 2000. .
- 584. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações e Contratos - Incluindo as alterações constantes na LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal?- nos dias 13 e 14 de novembro. 2000. .
- 585. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Treinamento em Administração e Controle de Bens Públicos?- nos dias 07 e 08 de novembro. 2000. .
- 586. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? ? nos dias 30 e 31 de outubro. 2000. .
- 587. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? - dia 24 de outubro. 2000. .
- 588. JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 19 e 20 de outubro. 2000. .

589. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 09 e 10 de outubro. 2000. .
590. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? ? nos dias 28 e 29 de setembro e 05 e 06 de outubro. 2000. .
591. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 18 e 19 de setembro. 2000. .
592. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços?- nos dias 12 e 13 de setembro. 2000. .
593. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Noções Gerais de Licitação e Pregão?- nos dias 10 e 11 de setembro. 2000. .
594. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 31 de agosto. 2000. .
595. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 25 de agosto. 2000. .
596. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta sem Licitação? - dia 08 de agosto. 2000. .
597. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - dia 01 de agosto. 2000. .
598. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 21 de julho. 2000. .
599. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 19 e 20 de junho. 2000. .
600. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Responsabilidade Fiscal? - dia 16 de junho. 2000. .
601. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 05 a 09 de junho. 2000. .
602. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Enfrentar as Fraudes em Licitações? - dia 07 de junho. 2000. .
603. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 05 a 09 de junho. 2000. .
604. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Fraudes em Licitações?- nos dias 01 e 02 de junho. 2000. .
605. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e contratos Administrativos? ? nos dias 29 e 30 de maio. 2000. .
606. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como operacionalizar precatórios? - dia 24 de maio. 2000. .
607. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 15 e 16 de maio. 2000. .
608. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O controle de precatórios pelos Tribunais de Contas? - dia 11 de maio. 2000. .
609. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 04 a 09 de maio. 2000. .
610. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação com Qualidade? ? nos dias 25 e 26 de abril. 2000. .
611. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 17 e 18 de abril. 2000. .
612. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Sistema de Registro de Preços' - dia 30 de março. 2000. .
613. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações e Noções de Auditoria de Licitações e Contratos? ? nos dias 25 de março a 07 de abril. 2000. .
614. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Autotutela da Administração Pública? ? nos dias 15 a 17 de março. 2000. .
615. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? nos dias 21 e 22 de fevereiro. 2000. .
616. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?As consultoria Jurídicas em ano Eleitoral? no dia 28 de janeiro. 2000. .
617. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial?- nos dias 24 e 25 de janeiro. 2000. .
618. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública?- nos dias 20 e 21 de janeiro. 2000. .
619. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 20 a 22 de dezembro. 1999. .
620. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 14 e 15 de dezembro. 1999. .
621. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial?- nos dias 09 e 10 de dezembro. 1999. .
622. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Concessões e Permissões no Serviço Público? - nos dias 07 e 08 de dezembro. 1999. .
623. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 01 de dezembro. 1999. .
624. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como reduzir a despesa de pessoal sem gerar desemprego? nos dias 04 e 05 de novembro. 1999. .
625. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 28 de outubro. 1999. .
626. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 20 de outubro. 1999. .
627. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 18 e 19 de outubro. 1999. .
628. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 20 e 21 de setembro. 1999. .
629. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 16 e 17 de setembro. 1999. .
630. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 13 e 14 de setembro. 1999. .
631. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O Processo Administrativo Disciplinar como elemento de controle da Administração Pública? - nos dias 30 e 31 de agosto. 1999. .
632. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 18 de agosto. 1999. .
633. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 de agosto. 1999. .
634. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Compras pelo Sistema de Registro de Preços? - nos dias 13 e 14 de julho. 1999. .
635. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como implantar e manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 05 e 06 de julho. 1999. .
636. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 23 de junho. 1999. .
637. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Registro de Preços? - nos dias 12 e 13 de abril. 1999. .
638. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Dispensa e Inexigibilidade de Licitação? ? dia 25 de março. 1999. .
639. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações? no período de 05 a 15 de março. 1999. .
640. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Os Sistemas de Controle nas Despesas Públicas? - nos dias 03 a 05 de fevereiro. 1999. .
641. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 05 e 06 de janeiro. 1999. .
642. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Exames de Editais de Licitação?- nos dias 26 a 27 de outubro. 1998. .
643. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação e Terceirização na Área de RH?- nos dias 09 a 11 de setembro. 1998. .
644. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 24 e 25 de agosto. 1998. .
645. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial e Contratação Direta sem Licitação? ? dia 06 de agosto. 1998. .
646. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação e Terceirização na Área de RH? - nos dias 29 e 30 de junho. 1998. .
647. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Especialização de controle da Administração Pública - pós-graduação? - junho. 1998. .
648. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação e Terceirização no Serviço Público: Uma abordagem do Controle Interno? - nos dias 03 a 05 de Junho. 1998. .

649. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação e Terceirização na Área de RH? - nos dias 11 e 12 de maio. 1998. .
650. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 08 de maio. 1998. .
651. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 27 a 30 de abril. 1998. .
652. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 de abril. 1998. .
653. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? dia 01 de abril. 1998. .
654. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A regulamentação normativa do Sistema de Registro de Preços na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal? ? dia 18 de março. 1998. .
655. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 16 e 17 de março. 1998. .
656. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Auditoria em Processo Licitatório? - nos dias 09 a 10 de março. 1998. .
657. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Exame dos Editais de Licitação? - nos dias 02 a 05 de março. 1998. .
658. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Processo licitatório simplificado? ? dia 10 de fevereiro. 1998. .
659. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 27 e 28 de novembro. 1997. .
660. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 08 e 09 de dezembro. 1997. .
661. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? dia 21 de novembro. 1997. .
662. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Exame de Editais de Licitação? - nos dias 03 e 04 de novembro. 1997. .
663. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 30 e 31 outubro. 1997. .
664. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Tomada de Contas Especial ? no dia 21 de outubro. 1997. .
665. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 20 de outubro. 1997. .
666. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como examinar defesas e recursos no Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 16 e 17 de outubro. 1997. .
667. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? ? dia 15 de outubro. 1997. .
668. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 13 e 14 de outubro. 1997. .
669. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 08 e 09 de outubro. 1997. .
670. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 06 e 07 de outubro. 1997. .
671. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos? ? dia 30 de setembro e 01 de outubro. 1997. .
672. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Interrogatório de Prova Testemunhal? ? dia 25 de setembro. 1997. .
673. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Dispensa e Inexigibilidade em Licitação? ? dia 22 de setembro. 1997. .
674. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Legislação Aplicada à Licitações e Contratos? de 15 a 23 de setembro. 1997. .
675. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Execução Fiscal e a Fazenda Pública? - nos dias 17 a 19 de setembro. 1997. .
676. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Legislação Aplicada a Licitações e Contratos? - nos dias 18 a 22 de agosto. 1997. .
677. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Avaliação das Licitações e Contratos no Brasil? - nos dias 13 a 15 de agosto. 1997. .
678. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Perícia e Liquidação em Sentenças Judiciais? - nos dias 07 e 08 de agosto. 1997. .
679. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 04 e 05 de agosto. 1997. .
680. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Terceirização no Serviço Público? - nos dias 31 de julho e 01 de agosto. 1997. .
681. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como produzir a prova? - nos dias 28 e 29 de julho. 1997. .
682. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 07 a 09 de julho. 1997. .
683. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 25 e 26 de junho. 1997. .
684. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 23 e 24 de junho. 1997. .
685. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 20 de junho. 1997. .
686. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações? ? dia 18 de junho. 1997. .
687. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Financiamentos Internacionais para Projetos em Estados e Municípios? ? dia 10 de junho. 1997. .
688. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação?- nos dias 22 e 23 de maio. 1997. .
689. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como contratar diretamente sem licitação? - nos dias 14 e 15 de maio. 1997. .
690. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 09 a 11 de abril. 1997. .
691. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 24 e 25 de março. 1997. .
692. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 20 e 21 de março. 1997. .
693. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 10 e 11 de março. 1997. .
694. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 05 a 06 de março. 1997. .
695. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como Evitar Nulidade na Sindicância e no Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 30 a 31 de janeiro. 1997. .
696. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Treinamento sobre Tomada de Contas Especial? ? dia 24 de janeiro. 1997. .
697. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 16 a 18 de dezembro. 1996. .
698. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial?, - dia 06 de dezembro. 1996. .
699. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 22 a 24 de novembro. 1996. .
700. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Legislação Aplicada a Licitações e Contratos? - nos dias 18 a 22 de novembro. 1996. .
701. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Formação e Reciclagem em Matéria Disciplinar? - nos dias 08 a 10 de novembro. 1996. .
702. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contração Direta sem Licitação? ? dia 01 de novembro. 1996. .
703. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 30 a 31 de outubro. 1996. .
704. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Impugnações e Recursos nas Licitações? - nos dias 23 a 25 de outubro. 1996. .
705. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Direito Administrativo? - nos dias 29 de julho a 04 de outubro. 1996. .
706. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tópicos Avançados em Licitações e Contratos? e ?Análise de Licitações e Contratos? nos dias 17 a 22 de outubro. 1996. .
707. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Convênios e Contratos? e ?Legislação Aplicada a Licitações e Contratos? para as turmas 7 e 8 do curso de Aperfeiçoamento em Controle Externo do TCU entre os dias 23 de setembro a 04 de outubro. 1996. .
708. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Treinamento Especial sobre Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 19 e 20 de setembro. 1996. .
709. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 16 e 17 de setembro. 1996. .

710. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aperfeiçoamento em Licitações e Contratos? - nos dias 02 e 03 de setembro. 1996. .
711. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços - Comprando com eficiência? - nos dias 29 e 30 de agosto. 1996. .
712. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Defesas e Recursos em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 21 a 23 de agosto. 1996. .
713. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 14 e 15 de agosto. 1996. .
714. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Programa de Aperfeiçoamento em Atividades Administrativas - Legislação Aplicada à Licitações e Contratos ? nos dias 05 a 13 de agosto. 1996. .
715. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitação para Pequena Empresa? - nos dias 02 e 03 de agosto. 1996. .
716. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços - Como comprar com eficiência? ? dia 31 de julho. 1996. .
717. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Auditoria nas Licitações? - nos dias 03 a 05 de julho. 1996. .
718. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 24 a 26 de junho. 1996. .
719. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 17 a 21 de junho. 1996. .
720. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Terceirização no Serviço Público? ? dia 12 de junho. 1996. .
721. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Admissão de Pessoal no Serviço Público? - nos dias 29 a 31 de maio. 1996. .
722. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 20 a 31 de maio. 1996. .
723. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Prova de Processo Administrativo? - nos dias 24 a 26 de abril. 1996. .
724. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sistema de Registro de Preços e Dispensa e Inexigibilidade de Licitações? - no dia 18 de abril. 1996. .
725. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada e Prestação de Contas Anual, Convênios e Subvenções? - nos dias 16 e 17 de abril. 1996. .
726. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações? para o Programa de Formação para Analistas de Finanças e Controle Externo do TCU ? nos dias 15 a 29 de abril. 1996. .
727. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Auditoria em Processo de Licitações e Contratos? - nos dias 08 a 11 de abril. 1996. .
728. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Como elaborar editais e convites? - nos dias 20 a 22 de março. 1996. .
729. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Quando e como usar a mão de obra terceirizada no serviço público? no 57º Ciclo de Treinamento - nos dias 13 a 15 de março. 1996. .
730. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aperfeiçoamento na Prova de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 06 a 08 de março. 1996. .
731. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Terceirização de mão de obra no serviço público? - nos dias 07 a 09 de fevereiro. 1996. .
732. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aposentadoria no serviço público, Tomada de Contas Especial, Auditoria na área de Licitações e Auditoria em Contratos? no 54º Ciclo de Treinamento - 11 a 15 de dezembro. 1995. .
733. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 27 de novembro a 01 de dezembro. 1995. .
734. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Formação e Reciclagem em Matéria Disciplinar? ? dia 24 de novembro. 1995. .
735. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações?de 16 a 20 de novembro. 1995. .
736. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações? de 11 a 16 de novembro. 1995. .
737. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Contratos? - nos dias 21 a 28 de outubro. 1995. .
738. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações?de 10 a 20 de outubro. 1995. .
739. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Ciclo de Treinamento em Controle de Despesas sob a ótica do Tribunal de Contas da União ? entre os dias 09 a 11 de outubro. 1995. .
740. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Contratos? da Disciplina Legislação Aplicada ao Controle Externo? - nos dias 02 a 06 de outubro. 1995. .
741. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Fase de Habilitação na Licitação? ? dia 26 de setembro. 1995. .
742. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Aperfeiçoamento em Controle Externo - Legislação Aplicada a Licitações e Contratos ? de 18 a 25 de setembro. 1995. .
743. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 05 a 15 de setembro. 1995. .
744. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A Terceirização no Serviço Público? ? no dia 09 de setembro. 1995. .
745. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações?, para o Programa de Formação para Analistas de Finanças e Controle Externo do TCU, de 28 de agosto a 04 de setembro. 1995. .
746. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?A questão disciplinar na administração pública? - nos dias 23 a 25 de agosto. 1995. .
747. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? - nos dias 14 a 18 de agosto. 1995. .
748. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?O ordenador da despesa e a tomada de contas especial? - nos dias 09 a 11 de agosto. 1995. .
749. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos?- nos dias 26 de junho a 05 de julho. 1995. .
750. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 21 a 23 de junho. 1995. .
751. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e dos Contratos Administrativos? ? dia 12 de junho. 1995. .
752. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aperfeiçoamento em Prova na Sindicância e no Processo Administrativo Disciplinar? nos dias 07 a 09 de junho. 1995. .
753. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Revisão e Alteração dos Contratos?- nos dias 31 de maio a 02 de junho. 1995. .
754. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Aperfeiçoamento em Controle Interno? no 54º Ciclo de Treinamento, nos dias 24 a 26 de maio. 1995. .
755. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** curso sobre ?Licitações e Contratos? no III Curso de Atualização em Direito Administrativo e Constitucional ? no dia 16 de maio. 1995. .
756. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos e Revisão de Contratos Administrativos? - nos dias 09 e 10 de maio. 1995. .
757. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Revisão de Contratos Administrativos?- nos dias 04 e 05 de maio. 1995. .
758. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? ? dia 28 de março. 1995. .

759. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar?os dias 08 a 10 de março. 1995. .
760. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Treinamento no Controle das Despesas e da Execução dos Contratos? nos dias 15 a 17 de fevereiro. 1995. .
761. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? ? de 14 a 15 de dezembro. 1994. .
762. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? no 37º Ciclo de Treinamento em Análise de Licitações e Contratos, no dia 05 a 09 de dezembro. 1994. .
763. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar?- nos dias 22 a 23 de novembro. 1994. .
764. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações e Contratos? ? nos dias 12 a 27 de outubro. 1994. .
765. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos? ? nos dias 10 a 14 de outubro. 1994. .
766. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações na Administração Pública? ? entre os dias 22 a 26 de agosto. 1994. .
767. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Contratos Administrativos?nos dias 11 a 15 de julho. 1994. .
768. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações e Contratos? de 13 a 30 de junho. 1994. .
769. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Licitações e Contratos?no dia 17 de maio. 1994. .
770. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Tomada de Contas Especial?no dia 18 de maio. 1994. .
771. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Controle da Administração Pública?no dia 30 de abril. 1994. .
772. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Revisão e Alteração dos Contratos?- nos dias 18 a 20 de abril. 1994. .
773. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações e Contratos?- nos dias 12 e 13 de abril. 1994. .
774. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações e Contratos? ? nos dias 27 de setembro a 06 de outubro. 1993. .
775. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** ?Análise de Licitações e Contratos? ? nos dias 22 a 26 de novembro. 1993. .

Bancas

Participação em bancas de comissões julgadoras

Avaliação de cursos

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses;** Antônio Humberto Machado de Sousa. As vantagens de um projeto básico nas compras da Administração Pública Brasileira: Como otimizar a aplicação de recursos públicos. (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2004. UDF Centro Universitário.
2. AGUIAR, A. A.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Distração Social ? Função Estatal e Delegação de Atividades/Funções (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 2º semestre). 2004. UDF Centro Universitário.
3. BEIER, W. J. G.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Princípio da Impessoalidade nas Contratações Públicas (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 2º semestre). 2004. UDF Centro Universitário.
4. CONCEICAO, C. G. S.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Terceirização na Administração Pública (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.
5. SOARES, D. P.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Processo Administrativo no âmbito do Sistema de Concorrência (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.
6. LIMA, M. V. N.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Processo Administrativo Fiscal e as Inovações da Lei nº 9.784/1999 (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.
7. MIRANDA, T. A.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Despesas com Pessoal na Administração Pública (úcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.
8. PEREIRA, R. R.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Análise Custo-Efetividade na Gestão Econômica do Meio Ambiente (NEPAMA - Núcleo de Estudos e de Políticas de Desenvolvimento Agrícola e de Meio Ambiente ? Departamento de Economia, compôs a banca examinadora de defesa de dissertação de Mestrado Profissional, por designação do Professor Doutor Jorge Madeira Nogueira, Coordenador de Pesquisa Ensino e Extensão de NEPAMA, em 25 de fevereiro). 2000. Universidade de Brasília.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses;** REIS, L. . Planejamento regula normas relativas a convênios e instrumentos de repasse. Governet. Boletim de Transferências Voluntárias (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-588X Governet. Boletim de Convênios e Parcerias), v. Ano 13, p. 221-222, 2017.
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Locação sob demanda - construção de um instituto com o auxílio dos Tribunais de Contas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. Ano XXIV, p. 137, 2017.
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Recebimento de horas extras por servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios, v. n, p. 117, 2017.

Apresentações de Trabalho

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Apuração sumária de atos de licitação e contratos tipificados na Lei Anticorrupção nº 12.846/13' no dia 12 de novembro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Corrupção e os desafios para o controle de preços das contratações públicas' no dia 06 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Os servidores do Tribunal de Contas e sua nobre missão constitucional' no dia 05 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Políticas Públicas em Período de Crise' no dia 1º de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Novas formas de contratação de edificações de prédios públicos: o uso da parceria público-privada, a locação de ativos e a locação sob medida' no dia 17 de novembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Ações do Pregoeiro: Negociação X valores abaixo do preço estimado' no dia 28 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Controle de preços nas contratações públicas' no dia 20 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Responsabilidade pela contratação direta de cursos e treinamentos: desmistificação a inexigibilidade de licitação' no dia 10 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Fiscalização de Contratos Administrativos' no dia 29 de setembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Licitações Sustentáveis' no dia 16 de junho. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Consolidação das Leis de Licitação e Contratos' no dia 19 de maio. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Limites Normativos da Lei nº 8.666/1993' no dia 29 de abril. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'O mau uso do sistema de registro de preços e a perda da eficácia para a Administração' no dia 16 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Direito de Defesa do Servidor Público e do Advogado Público' no dia 07 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Alinhamento conceitual sobre parcerias públicos - privadas e sua importância para o Setor Público' no dia 05 de abril. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Código de Conduta do Pregoeiro: 10 diretrizes para uma atuação moral, legal e segura' no dia 22 de março. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Tomada de Contas Especial' no dia 18 de abril. 2017. .
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Contratação Direta de Artistas e Consagração Pública' no dia 31 de março. 2017. .
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'O processo licitatório e o planejamento da licitação' nos dias 17 e 18 de março. 2017. .
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Os principais aspectos do Controle Externo no Brasil' nos dias 10 e 11 de novembro. 2016. .
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Responsabilidades dos Agentes Públicos' nos dias 03 e 04 de novembro. 2016. .
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Lei das Estatais' nos dias 20 e 21 de setembro. 2016. .
7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Fase interna das licitações públicas: projeto básico/termo de referencia, composição de preços e elaboração de edital' nos dias 14 e 15 de julho. 2016. .
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** 'Programa de Regulamentação das Contratações Afetas às Atividades Comerciais' no dia 06 de maio. 2016. .

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Orçamento Impositivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Com a palavra: Especialista destaca riscos e vantagens da ampliação do RDC. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Conexão STJ: Entrevista sobre Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Revista Brasil: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Com a palavra: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
6. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

7. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Entrevista com Professor Jacoby Fernandes. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** A Lei nº 8.666/90 e suas peculiaridades.. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reformulação da Lei nº 8.666/90. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
10. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Reformulação de Lei nº 8.666. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
11. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Poder Público pode descomplicar licitações e reduzir custos. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
12. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Entrevista com o Professor Jorge Jacoby. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
13. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Projeto do Deputado Federal Sebastião Bala Rocha (PDT/AP) que estende a aplicação do RDC à saúde. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
14. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Pregão presencial. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
15. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Entrevista com o Professor Jacoby Fernandes. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
16. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Manhã no Parlamento: Práticas ultrapassadas da Lei de Licitações. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
17. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Programa Fórum: Três anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
18. **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Vantagens e desvantagens da aplicabilidade do Regime Diferenciado de Contratações - RDC às obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬



Paulo César Flores

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7026353095845931>

ID Lattes: **7026353095845931**

Última atualização do currículo em 06/09/2022

Possui graduação em Ciências Contábeis pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (1993). Atualmente é diretor - IGAM. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Contabilidade Aplicada ao Setor Público (**Texto informado pelo autor**)

Identificação

Nome	Paulo César Flores 
Nome em citações bibliográficas	FLORES, P. C.
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/7026353095845931

Endereço

Endereço Profissional	IGAM, Diretoria. Rua dos Andradas - de 1402 a 1580 - lado par Centro Histórico 90020010 - Porto Alegre, RS - Brasil Telefone: (51) 32111527 URL da Homepage: www.igam.com.br

Formação acadêmica/titulação

2001 - 2002	Especialização em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. (Carga Horária: 435h). Fundação de Apoio à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, FAURGS, Brasil. Título: Planejamento no Setor Público.
1986 - 1993	Graduação em Ciências Contábeis. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil. Título: Orçamento Público.

Formação Complementar

2005 - 2006	MBA em MBA em Controladoria. (Carga Horária: 362h). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.
2003 - 2003	Extensão universitária em Direito Tributário. (Carga horária: 36h). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, UNISINOS, Brasil.

Atuação Profissional

IGAM, IGAM, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual	Vínculo: Sócio, Enquadramento Funcional: Diretor, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Contabilidade Aplicada ao Setor Público.
2.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Planejamento Governamental.
3.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Controle Interno.

Produção bibliográfica

Apresentações de Trabalho

1. **FLORES, P. C.**. Como Elaborar o Cronograma de Implantação dos Procedimentos Contábeis da Portaria STN nº 548. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).
2. **FLORES, P. C.**. Contabilização das Despesas com Pessoal. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **FLORES, P. C.**. Tesouraria. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **FLORES, P. C.**. Gestão Financeira - Como fazer os pagamentos em ordem cronológica. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **FLORES, P. C.**; RIPPER, M. A.; Monticelli, Gilberto.. Participação em banca de Monique Berlitz.Prestação de Contas do Terceiro Setor: Uma análise de trinta entidades sem fins lucrativos de Porto Alegre. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. Depreciações e Custos na Contabilidade Pública.Depreciações e Custos na Contabilidade Pública. 2009. (Seminário).
2. Contabilidade Pública.Patrimônio, Almoxarifado e Custos. 2008. (Outra).
3. Contabilidade Pública.Patrimônio, Almoxarifado e Custos. 2006. (Outra).
4. Gestão Pública Municipal.Administração Municipal Contemporânea. 2005. (Outra).
5. O Cenário Atual e Futuro da Contabilidade Governamental.Contabilidade e Profissional do Setor Público. 2003. (Seminário).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Milena da Silva Soares. Uma análise legal, econômica e financeira do Município de Guaíba. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Contabilidade Aplicada ao Setor Público) - Faculdade de Desenvolvimento do Rio Grande do Sul. Orientador: Paulo César Flores.
2. Cristine Arenhart Fell. EC 25 e a LRF: Cumprimento dos limites pelas Câmaras de Vereadores do Vale do Taquari. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Orientador: Paulo César Flores.
3. Maria Lisabette Wathier. Despesa Pública Após a LRF. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Orientador: Paulo César Flores.
4. Norberto Luiz Fell. Arrecadação de Impostos e taxas no Município de Estrela. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Orientador: Paulo César Flores.
5. Sandra Mara Ludwig. O Plano Plurianual do Município de Coronel Pilar. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Orientador: Paulo César Flores.
6. Márcio Arcari. Execução Fiscal: Esfera Administrativa e Judicial no Município de Encantado. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão Pública Municipal) - Universidade do Vale do Taquari - UNIVATES. Orientador: Paulo César Flores.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Carlos Felipe Tarigo. A IMPORTÂNCIA DA CONTROLADORIA ÀS ENTIDADES PÚBLICAS DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL: benefícios do aprimoramento do modelo de Unidade de Controle à Prefeitura Municipal de Gravataí/RS. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Ciências Contábeis) - Faculdade Dom Bosco de Porto Alegre. Orientador: Paulo César Flores.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 27/07/2023 às 14:34:22



Vivian López Valle

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8147208591310867>

ID Lattes: **8147208591310867**

Última atualização do currículo em 12/06/2023

Professora de Direito Administrativo e Direito Constitucional nos cursos de Graduação e Pós-Graduação da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR). cursou o Doutorado em Direito do Estado, Universidade Federal do Paraná (UFPR) com estágio de pesquisa na Universidade de Coimbra (Portugal), e pesquisa de Pós-Doutorado na Universitat Rovira i Virgili (Espanha); durante o Mestrado em Direito na UFPR foi pesquisadora bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Na Pós-Graduação cursou Especialização em Direito Administrativo no Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos (IBEJ); e, Especialização em Contratação Pública na Universidade de Coimbra - Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito. Na Graduação cursou Bacharelado em Direito, titulando-se pela PUCPR. Profissionalmente atua na advocacia e consultoria jurídica no escritório Vivian Valle - Sociedade de Advogados; e na docência atua no ensino (Direito Administrativo e Direito Constitucional) e na pesquisa jurídica, abordando objetos relacionados ao serviço sociais, políticas públicas, administração pública, tecnologia inovadoras e ambiente digital para promoção da democracia e gestão pública participativa. Já exerceu diversas funções na gestão universitária, destaca-se principalmente o cargo de coordenação no curso de graduação em Direito, cronologicamente: de monografias, depois a coordenação adjunta na graduação e, por último, coordenação geral do curso de Bacharelado em Direito. É a pesquisadora líder do Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital (GESPAD), que integra o NUPED (Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano) do Programa de Pós-Graduação em Direito - PPGD/PUCPR. É integrante da Comissão de Gestão Pública da OABPR; e pesquisadora associada ao Instituto de Direito Administrativo Sancionador (IDASAN); do Instituto Paranaense de Direito Administrativo (IPDA); professora investigadora de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo (REDOEDA) e do Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo (FIDA). ORCID-ID: 0000-0002-5793-2912 | vivian.lima@pucpr.br **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Vivian López Valle 
Nome em citações bibliográficas	VALLE, V. C. L. L.; VALLE, Vivian Cristina Lima López; LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA; LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA; LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA; LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA; LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA; VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ; CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/8147208591310867
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0002-5793-2912

Endereço

Endereço Profissional	Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Coordenação do Curso de Bacharelado em Direito. Rua Imaculada Conceição, nº 1155 Prado Velho 80215901 - Curitiba, PR - Brasil Telefone: (41) 32711515 URL da Homepage: https://www.pucpr.br/docente-pos/vivian-cristina-lima-lopez-valle

Formação acadêmica/titulação

2013 - 2017	Doutorado em Direito (Conceito CAPES 6). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil. com período sanduíche em Universidade de Coimbra (Orientador: Pedro Costa Gonçalves e Licínio Lopes Martins). Título: Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea: da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa, Ano de obtenção: 2017. 1Doc: 151/389

Orientador:  Clèmerson Merlin Clève.
 Palavras-chave: Contratos Administrativos; Prerrogativas Contratuais; Administração Pública; Regime Jurídico.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
 Grande Área: Ciências Humanas / Área: Ciência Política / Subárea: Políticas Públicas.
 Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.
 Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6).
 Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
 Título: Administração Pública Contemporânea: o usuário de serviço público e a dignidade da pessoa humana, Ano de Obtenção: 2004.

2000 - 2004

Orientador:  Angela Cassia Costaldello.
 Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

2014 - 2015

Especialização em Contratação Pública, Centro de Estudos de Direito Público. (Carga Horária: 52h).

1999 - 1999

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Título: Direito Público e Regulação.

Orientador: Pedro Costa Gonçalves.

Especialização em Direito Administrativo. (Carga Horária: 380h).

1994 - 1998

Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, IB EJ, Brasil.

Título: Proteção ao usuário de serviço público no contexto da reforma administrativa.

Orientador: Eduardo de Oliveira Leite.

Graduação em Direito.

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Pós-doutorado

2019 - 2022

Pós-Doutorado.

Universitat Rovira i Virgili, URV, Espanha.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Formação Complementar

2020 - 2020

Extensão universitária em Curso de formação - Mestrado e Doutorado em Direito: antes, durante depois. (Carga horária: 12h).

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRF B, Brasil.

2019 - 2019

Confecção de Planos de Ensino (Course design). (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2019 - 2019

Inteligência artificial i personalització de serveis públics.

Universitat Pompeu Fabra, UPF, Espanha.

2018 - 2018

Extensão universitária em Direito Administrativo Contemporâneo. (Carga horária: 3h).

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

2017 - 2017

Aprendizagem Híbrida (Blended Learning) e Sala de Aula Invertida. (Carga horária: 7h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2017 - 2017

Oficina: PBL X Estudo de Caso. (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2017 - 2017

Oficina de Avaliação de Aprendizagem: do planejamento à execução. (Carga horária: 8h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2017 - 2017

Como dar Feedback de qualidade nas metodologias para aprendizagem ativa. (Carga horária: 8h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

Contexto real da sala de aula - PBL (Aprendizagem baseada em problemas). (Carga horária: 2h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

A identidade da nossa escola. (Carga horária: 1h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

Design da Disciplina. (Carga horária: 12h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2016 - 2016

Workshop Blackboard. (Carga horária: 3h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2015 - 2015

Aprendizado por Pares (Peer Instruction). (Carga horária: 4h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2015 - 2015

Contratação Pública. (Carga horária: 12h).

Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

2015 - 2015

Prezi básico. (Carga horária: 2h).

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

2015 - 2015	Sistema de Votação na Sala de Aula. (Carga horária: 2h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
2015 - 2015	Trabalho Docente Efetivo - TDE. (Carga horária: 25h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
2014 - 2015	n Arbitra to e Mediazione. (Carga horária: 15h). Università degli Studi di Roma La Sapienza, UNIROMA, Itália.
1999 - 2000	Curso Avançado de Língua Italiana. Centro Cultural Ítalo Brasileiro - Comitato Dante Alighieri, CCIBDA, Brasil.
1999 - 1999	Extensão universitária em Jornada de Extensão em Direito Público. (Carga horária: 15h). Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.
1998 - 1998	Extensão universitária em Direito Constitucional. (Carga horária: 25h). Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1997 - 1997	Extensão universitária em Semana de Qualidade de Ensino. (Carga horária: 12h). Centro Acadêmico Sobral Pinto, CASP/PUCPR, Brasil.
1997 - 1997	O Advogado e a nova disciplina processual. (Carga horária: 8h). Associação Brasileira dos Advogados do Mercosul, ABAMS, Brasil.
1996 - 1997	Curso Básico de Língua Italiana. Centro de Cultura Italiana Paraná Santa Catarina, CCIPRSC, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em Sociedade por Quotas de Participação Limitada. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.
1996 - 1996	Extensão universitária em Curso Terceirização, Franquia e Contrato de Gestão. (Carga horária: 8h). SNN Consultoria, SNN, Brasil.

Atuação Profissional

Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo, REDOEDA, Espanha.

Vínculo institucional

2012 - Atual	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Fundadora da REDOEDA

Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual	Vínculo: Membro Efetivo, Enquadramento Funcional: Integrante
Outras informações	Membro da Diretoria

Pontifícia Universidade Católica do Paraná, PUC/PR, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - Atual	Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professora
Atividades	
2021 - Atual	Direção e administração, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Cargo ou função Coordenação Geral do Curso de Graduação Bacharelado em Direito.
2020 - Atual	Pesquisa e desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano. Linhas de pesquisa Estado, Economia e Desenvolvimento
2016 - Atual	Ensino, Bacharel em Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo I Direito Administrativo II Direito Constitucional Positivo I Direito Constitucional Positivo II
2019 - 2022	Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Linhas de pesquisa Serviços Públicos e Administração Pública Digital
2010 - 2022	Pesquisa e desenvolvimento, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Linhas de pesquisa Novos paradigmas da Contratação Pública
2016 - 2020	Direção e administração, Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Cargo ou função Coordenação Adjunta do Curso de Graduação Bacharelado em Direito.

Centro Universitário Autônomo do Brasil, UNIBRASIL, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Vínculo: Professora Licenciada, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 4

Vínculo institucional

2001 - 2007

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Coordenadora

Vínculo institucional

2000 - 2007

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professora

Atividades

7/2020 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Centro Universitário Autônomo do Brasil, Programa de Pós-Graduação em Direito.

Linhas de pesquisa

Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais

2001 - 2007

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo I

Direito Administrativo II

Direito Administrativo III

Direito Constitucional I

Direito Constitucional II

Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - Atual

Outras informações

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Pesquisadora, Carga horária: 2

Pesquisadora vinculada ao Projeto de Pesquisa PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento

Vínculo institucional

2001 - 2003

Vínculo: Professor Substituto, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 20

Vínculo institucional

1999 - 2001

Atividades

2014 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento, Programa de Pós-Graduação em Direito, Núcleo PRÓ POLIS.

Linhas de pesquisa

Planejamento e Desenvolvimento

05/2001 - 05/2003

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

2000 - 2001

Estágios , Programa de Pós-Graduação em Direito.

Estágio realizado

Monitoria Pedagógica na disciplina de Direito Administrativo da graduação do Curso de Direito sob a supervisão da Professora Doutora Ângela Cássia Costaldello.

1999 - 2001

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Licitações e Contratos Administrativos

Direito Administrativo

Vivian Valle - Sociedade de Advogados, VVSA, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - Atual

Atividades

01/1999 - Atual

Vínculo: Proprietária, Enquadramento Funcional: Advogada

Direção e administração, .

Cargo ou função

Advogada na área de Direito administrativo e constitucional..

Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - Atual

Outras informações

Atividades

2/2020 - Atual

Vínculo: Inscrita, Enquadramento Funcional: Advogada

Cadastro Nacional dos Advogados | Conselho Seccional - Paraná | OAB PR 027089

Conselhos, Comissões e Consultoria, Seccional Paraná.

Cargo ou função

Integrante da Comissão de Gestão Pública e Controle da Administração.

2007 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Seccional Paraná.

Cargo ou função

Comissão de Gestão Pública e Assuntos da Administração Pública.

Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, IDRFB, Brasil.

Vínculo institucional

2000 - 2022

Vínculo: Professora contratada, Enquadramento Funcional: Professora

Atividades
2001 - Atual

Ensino, Curso de Especialização em Direito Administrativo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Servidores Públicos
Teoria Geral das Licitações
Teoria Geral do Direito Administrativo
Contratos Administrativos
Regime Jurídico Administrativo

2000 - 2001

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudo para a Revisão da Constituição Estadual (ALEP).
Cargo ou função
Membro da Comissão Temática de Estudo para a Revisão da Constituição Estadual.

Universidad de Buenos Aires, UBA, Argentina.

Vínculo institucional

2021 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: invitada

Academia Brasileira de Direito Constitucional, ABDConst, Brasil.

Vínculo institucional

2019 - 2021

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: docente convidada, Carga horária: 4

Outras informações

aula sobre Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, como docente convidada no Curso de Especialização em Direito Empresarial e Econômico da ABDConst.

Universidade Estadual do Norte do Paraná, UENP, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - 2018

Outras informações

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora Curso de Especialização
Disciplina: Licitações e Contratos Administrativos

Universidade Positivo, POSITIVO, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2018

Vínculo: Docente na Pós-graduação, Enquadramento Funcional: Integrante, Carga horária: 15

Atividades

2017 - 2021

Ensino, Pós-graduação em Direito Administrativo Contemporâneo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Estrutura e responsabilidade civil da administração pública contemporânea

Centro Universitário Internacional, UNINTER, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Atividades

2008 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Assistente II, Carga horária: 20

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo I
Direito Administrativo II

Ferreira e Neiva de Lima Associados, FNLA, Brasil.

Vínculo institucional

1997 - 1998

Atividades

04/1997 - 06/1998

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios .
Estágio realizado
Atuação na área de direito administrativo e constitucional.

Procuradoria Geral do Estado do Paraná, PGE/PR, Brasil.

Vínculo institucional

1995 - 1995

Atividades

02/1995 - 06/1995

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Procuradoria Administrativa.
Estágio realizado
Assessoria na elaboração de pareceres jurídicos, pesquisas jurídicas em direito administrativo e constitucional.

Secretaria de Estado da Administração do Paraná, SEAD-PR, Brasil.

Vínculo institucional

1994 - 1995
Atividades
01/1994 - 02/1995

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Divisão Jurídica da Secretaria de Estado da Administração do Paraná.
Estágio realizado
Elaboração de pareceres administrativos na área de recursos humanos, mandados de segurança, pesquisas jurídicas em direito administrativo e constitucional, assessoria jurídica ao público.

Regnier Advocacia e Consultoria Jurídica, RACJ, Brasil.

Vínculo institucional
1995 - 1997
Atividades
06/1995 - 04/1997

Vínculo: Estágio, Enquadramento Funcional: Estagiária

Estágios , Regnier Advocacia e Consultoria Jurídica.
Estágio realizado
Organização da atividade de acompanhamento processual, elaboração de peças judiciais na áreas cível comercial e administrativa, elaboração de pareceres e pesquisas jurídicas.

Linhas de pesquisa

1. Planejamento e Desenvolvimento
Objetivo: a linha de pesquisa Planejamento e Desenvolvimento do Núcleo de Estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento - PRO POLIS vinculado ao PPGD/UFPR possui como objetivo de realizar investigações científicas tomando como objeto a promoção de políticas públicas urbanas em fase de planejamento e de desenvolvimento a partir de uma análise multidisciplinar dos instrumentais práticos utilizados e aporte teórico no direito administrativo, urbanístico e ambiental, delimitados principalmente no estudo da gestão e do planejamento públicos. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo PRÓ POLIS: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8283922136851523] Endereço para acessar o espelho da linha Planejamento e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/8283922136851523170136].
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.
Palavras-chave: Direitos sociais; Desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas; Análise econômica do direito.
2. Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais
Objetivo: a linha Direito Administrativo e Estado Sustentável: Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais, vinculada ao NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional do PPGD/UniBrasil - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Esta linha de pesquisa pretende abarcar projetos que reflitam a Administração Pública sob a influência dos valores do desenvolvimento nacional sustentável, buscando remodelar as relações administrativas a partir das bases de uma gestão democrática, superando-se o paradigma de unilateralidade das decisões e voltando-se à realização dos direitos fundamentais, inclusive em face das transformações tecnológicas e informacionais e seus impactos no desenvolvimento do setor público. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do projeto de pesquisa NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6859096166759814] Endereço para acessar o espelho da linha: Direito Administrativo e Estado Sustentável - Administração Pública e inovação em prol da realização dos direitos fundamentais: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6859096166759814885541].
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
Setores de atividade: Atividades de organizações associativas; Administração pública, defesa e seguridade social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.
Palavras-chave: Direito Administrativo; Direito Constitucional; Desenvolvimento sustentável; Administração Pública; Gestão Democrática; Direitos Fundamentais.
3. Novos paradigmas da Contratação Pública
4. Serviços Públicos e Administração Pública Digital
5. Estado, Economia e Desenvolvimento

Objetivo: atuar na linha de pesquisa: Estado, Economia e Desenvolvimento; vinculada ao projeto de pesquisa: NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano projeto de pesquisa vinculado ao PPGD/PUCPR, utiliza-se dos fundamentos teóricos do Direito Empresarial, do Direito Administrativo e do Direito Tributário para a análise do seu objeto. Sua finalidade é a investigação do Direito regulador das atividades tanto do mercado quanto do Estado, relacionando as formas de organização e os impactos do exercício da atividade econômica sustentável. Objetivos: 1) investigar regulação das atividades econômicas e as formas de organização do Estado e da Economia; 2) investigar regulação das atividades econômicas e os impactos na administração e na promoção do desenvolvimento sustentável. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo NUPED: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227] Endereço para acessar o espelho da linha Estado, Economia e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028].
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Administração / Subárea: Administração Pública.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social; Outras atividades profissionais, científicas e técnicas.
Palavras-chave: Desenvolvimento sustentável; Políticas Públicas; Análise econômica do direito; Eficiência Administrativa; Intervenção do estado; Tributação.

Projetos de pesquisa

2021 - Atual

GESPAD - Grupo de Estudos em Serviços Públicos e Administração Pública Digital
Descrição: O Grupo de Estudos - Serviços Públicos e Administração Pública Digital ? GESPAD, vinculado ao NUPED- PUCPR, visa a promover leituras direcionadas, debates e investigações científicas não só de um ponto de vista teórico-crítico, mas também concernentes a casos práticos e inovações no Direito Administrativo em face das novas tecnológicas. As reuniões do Grupo ocorrem virtualmente, desde 2020, cada semestre, no formato online. A participação no Grupo é divulgada por intermédio de edital, informando-se a comunidade acadêmica a respeito da abertura de vagas. Estão convidados a participar estudantes de Graduação (de qualquer período), de Mestrado e de Doutorado. O objetivo do grupo é a produção de artigos científicos e a participação em eventos acadêmicos, com a apresentação de comunicados científicos nos temas propostos. Serão realizadas reuniões quinzenais para estudo e aprofundamento dos temas, sob a supervisão da Professora Vivian Lima López Valle. Nestas reuniões, as atividades serão orientadas a partir de leitura de textos, seminários e debates. gespad.pucpr@gmail.com.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / William Ivan Gallo Aponte - Integrante / CABRAL, RODRIGO MACIEL - Integrante / Luiz Felipe de Lima Rodelli - Integrante.

2020 - Atual

NUPED - Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento Humano
Descrição: O grupo se dedica às pesquisas relacionadas à criação, implementação e controle de políticas públicas, à promoção dos direitos sociais e do desenvolvimento humano, à prestação de serviços públicos e à intervenção estatal no domínio econômico. As repercussões do grupo podem ser verificadas nos currículos lattes dos integrantes. Foram publicados vários livros, capítulos de livros e artigos dos pesquisadores, bem como é extensa a lista de sua produção técnica. O grupo é fortemente internacionalizado, tendo seus projetos de pesquisa coordenados pelos professores do PPGD: Dr. Daniel Wunder Hachem, Dr. Emerson Gabardo, Dr. Luiz Alberto Blanchet. Conta com pesquisadores de pós-doutorado, doutorado, mestrado e graduação (iniciação científica). Endereço para acessar este espelho do grupo NUPED: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6516505228124227] Endereço para acessar este espelho da linha Estado, Economia e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6516505228124227189028].
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Emerson Gabardo - Integrante / Daniel Wunder Hachem - Coordenador / Luiz Alberto Blanchet - Integrante / Marcelo Paulo Wacheleski - Integrante.

2019 - Atual

NUPECONST - Núcleo de Pesquisas em Direito Constitucional do UniBrasil
Descrição: Propõe a investigação continuada entre as possíveis relações, conexões, interdependências e intercorrências dos direitos fundamentais com a teoria da democracia. Compreendendo os direitos fundamentais como conquista histórica que deve nortear as organizações políticas, seja no plano do Estado Nacional ou das Organizações Internacionais e Supranacionais, a legitimidade dos sistemas democráticos da atualidade

dependem do grau de comprometimento que os mesmos possuem com os direitos fundamentais consagrados tanto nas Constituições Nacionais como em documentos internacionais e supranacionais. No contexto desse marco investigatório abrem-se inúmeras possibilidades de compreensão dos desafios a serem enfrentados por um Direito Constitucional que sem desprezar as referências da modernidade está atento a outras dimensões que caracterizam a complexidade das sociedades atuais. Assim, o Direito Constitucional se compromete com o pluralismo intrínseco aos direitos fundamentais e passa a incorporar. Endereço para acessar este espelho do projeto: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6859096166759814] Endereço para acessar este espelho da linha: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/6859096166759814885541]. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (2) .

2014 - Atual

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Adriana da Costa Ricardo Schier - Integrante / Marco Antônio Lima Berberi - Integrante / Anderson Vichinkeski Teixeira - Integrante / Caroline Müller Bitencourt - Integrante / Clèmerson Merlin Clève - Integrante / Juarez Freitas - Integrante / Marcos Augusto Maliska - Coordenador / Octávio Campos Fischer - Integrante / Paulo Ricardo Schier - Integrante. PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento

Descrição: O Projeto PRÓ-POLIS - Núcleo de estudos de Direito Administrativo, Urbanístico, Ambiental e Desenvolvimento vinculado ao PPGD/UFPR possui como objetivo de realizar investigações científicas tomando como objeto a promoção de políticas públicas urbanas em fase de planejamento e de desenvolvimento a partir de uma análise multidisciplinar dos instrumentais práticos utilizados e aporte teórico no direito administrativo, urbanístico e ambiental, delimitados principalmente no estudo da gestão e do planejamento públicos. Mais informações no Diretório Nacional dos Grupos de Pesquisa do Brasil do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Endereço para acessar o espelho do grupo PRÓ POLIS: [dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/8283922136851523] Endereço para acessar o espelho da linha Planejamento e Desenvolvimento: [dgp.cnpq.br/dgp/espelholinha/8283922136851523170136]. Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2013 - 2020

Integrantes: Vivian López Valle - Coordenador / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Ângela Cássia Costaldello - Integrante. Novos paradigmas nas contratações administrativas: a arbitragem e a nascente relação contratual administrativa paritária - novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos

Descrição: A presente pesquisa tem como objetivo compreender os novos limites às prerrogativas dos contratos públicos. Nesse sentido, pretende-se estudar a viragem paradigmática na seara administrativa e os limites da aplicação do princípio do consensualismo. Para tanto, almeja-se a obtenção de respostas para os seguintes questionamentos: há limites para a atuação administrativa pautada no consenso? O interesse público, materializado no exercício exorbitante da função pública, pode ser visto como uma possível barreira a essa moderna visão?. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

2013 - 2017

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Wilson Accioli de Barros Filho - Integrante. NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais em Teorias da Justiça, Democracia e Intervenção Projeto certificado pelo(a) coordenador(a) Eneida Desiree Salgado em 20/01/2023. Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa. Alunos envolvidos: Graduação: (2) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (1) .

2012 - 2020

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Integrante / Emerson Gabardo - Integrante / Romeu Felipe Bacellar Filho - Integrante / Eneida Desiree Salgado - Coordenador / Daniel Wunder Hachem - Integrante / Clèmerson Merlin Clève - Integrante.

Número de produções C, T & A: 3

Direitos Fundamentais e Controle dos atos administrativos - uma análise do controle judicial do mérito da ação administrativa em face de políticas públicas

Descrição: Pela presente pesquisa objetiva-se primeiramente analisar o controle judicial das políticas públicas e a ação administrativa sob o aspecto dos atos administrativos discricionários. E, como objetivos secundários, estudar a evolução do direito administrativo, passando de autoritário à democrático; verificar o sistema de repartição de poderes, de acordo com o estipulado por Montesquieu e a sua situação hodierna; analisar os princípios constitucionais e como eles se sustentam como garantidores do controle judicial das políticas públicas; verificar as limitações às intervenções do Poder Judiciário nas políticas públicas, sendo elas: a garantia do mínimo existencial, a reserva do possível,

1999 - 2020

os princípios constitucionais; definir a discricionariedade administrativa bem como sua forma de utilização pelos agentes públicos; pesquisar, por meio de jurisprudência, o controle judicial de políticas públicas por meio dos atos administrativos discricionários; e, por fim, analisar os limites do controle judicial do mérito do ato administrativo e das políticas públicas..

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Ana Cristina Aguilar Viana - Integrante / Vitor Alberto Benin - Integrante.
NUPESUL - Núcleo de Pesquisa em Direito Público do Mercosul
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Vivian López Valle - Integrante / Vivian Cristina Lima López Valle - Coordenador / Romeu Felipe Bacellar Filho - Integrante / Tatyana Scheila Friedrich - Integrante.

Membro de corpo editorial

2020 - Atual	Periódico: International Journal of Public Policies and Digital Law
2018 - Atual	Periódico: Appris Editora

Revisor de periódico

2021 - Atual	Periódico: Novatio legis
2020 - Atual	Periódico: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura
2021 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas
2019 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Infraestrutura
2019 - Atual	Periódico: Revista Internacional de Direito Público
2021 - Atual	Periódico: International Journal of Digital Law
2021 - Atual	Periódico: Revista Instituto Política de.por.para Mulheres

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Idiomas

Espanhol	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Italiano	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Português	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Prêmios e títulos

2019	Miembro Adscrito del Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo, Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo.
2019	Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, IPDA.
2016	Professora Homenageada na Colação de Grau 1º Semestre 2016, Alunos formandos.
2016	Professora Homenageada na Colação de Grau 2º Semestre 2016, Alunos formandos.
2015	Menção Honrosa, Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.
2012	2º lugar no V Concurso de Monografias Jurídicas da FEMPAR, na qualidade de orientadora do aluno de graduação Wilson Trindade Junior, Fundação Escola do Ministério Público do Estado do Paraná.
2008	Honra ao Mérito, NUPESUL/UFPR.
2004	Prêmio de Professora Destaque, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2003	Eleita pelos alunos a melhor professora de 2002, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2003	Eleita pelos alunos a melhor professora de 2003, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2003	Prêmio de Professora Destaque, Centro Acadêmico Sobral Pinto.
2000	Prêmio Professor Lúcia Valle Figueiredo, Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.
1999	Prêmio Professor Temístocles Brandão Cavalcanti, Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.

Produções

Citações

Web of Science



Total de trabalhos:20Total de citações:3

Valle, Vivian Lima López Data: 03/01/2023

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; HEINZEN FELISBERTO, JÉSICA . Administração Pública digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 9, p. 151-180, 2023.
 2. **ARCEGAS, JOÃO GABRIEL** ; GUSSOLI, Felipe Klein ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Caso Gomes Lund (-Guerrilha Do Araguaia-) dez anos depois: desafios para o cumprimento integral pelo Estado brasileiro. Revista de Direito Internacional, v. 18, p. 372-389, 2022.
 3. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA**; CABRAL, RODRIGO MACIEL . ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 17, p. 187-225, 2022.
 4. **FREITAS, Daniel Castanha de** ; **VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ** ; **GAZOTTO, GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI** . Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, p. 427-449, 2022.
 5. **CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN**; **IVAN GALLO APONTE, WILLIAM** . El rol transformador de los tribunales constitucionales como -estrategia clave y efectiva? para la reducción de las desigualdades y la erradicación de la pobreza extrema. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 124, p. 527-570, 2022.
 6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **RODELLI, Luiz Felipe de Lima** . Mitigação de sanções administrativas a licitantes e contratados quando MPE's à luz da função social da empresa. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. 2, p. 83-102, 2021.
 7. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN** ; **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **CASTANHA DE FREITAS, DANIEL** . -INDEPENDENCIA JUDICIAL SEGÚN LOS JUECES CONSTITUCIONALES? UN ANÁLISIS CONCEPTUAL A PARTIR DE LAS DECISIONES DEL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE BRASIL Y DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA), v. 19, p. 228-266, 2021.
 8. **JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O usuário do serviço público e a aplicação da Lei 13.460/2017 sob o enfoque dos Poderes Executivo e Judiciário. SEQUENCIA, v. 42, p. 1-29, 2021.
 9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **RODELLI, LUIZ FELIPE DE LIMA** . Contratos administrativos e políticas públicas: a era do Estado contratualizado. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI, v. 5, p. 21-44, 2021.
 10. **CORCOVADO, JOÃO MIGUEL FRANÇA** ; **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regulação do Uso Comercial de Drones no Espaço Aéreo Urbano e sua Logística Para Transporte de Objetos nas Smart Cities. International Journal of Digital Law, v. 2, p. 185-200, 2021.
 11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito constitucional entre passado e futuro: Análise do papel e da organização da jurisdição constitucional do STF na realidade jurídico constitucional brasileira. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 120, p. 455-489, 2020.
 12. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **FÁCIO, RAFAELLA NATÁLY** . LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ACTIVIDAD REGULATORIA: UNA PROPUESTA EN FAVOR DEL DESARROLLO NACIONAL SOSTENIBLE. VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE) **JCR**, v. 17, p. 123-146, 2020.
- Citações:** **WEB OF SCIENCE** = 1
13. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA** ; CABRAL, RODRIGO MACIEL . A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM O ADVENTO DA LEI Nº 13.655/2018: DA TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE ESTATAL AO ERRO GROSSEIRO. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 15, p. 925-954, 2020.
 14. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO, GUSTAVO** ; **BARBOSA FILHO, Claudio Roberto** . Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 7, p. 143-166, 2020.
 15. **GABARDO, EMERSON** ; **LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA** . Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. Revista Digital De Derecho Administrativo **JCR**, v. 12, p. 285-308, 2020.

Citações: **WEB OF SCIENCE**™ 1

17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 209-245, 2018.
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 18, p. 175-208, 2018.
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **MARTINELLI, Gustavo** (Gustavo Martinelli Tanganelli Gazotto) . Quem decide o gasto público: controle constitucional de leis orçamentárias pelo Supremo Tribunal Federal. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 20, p. 109-130, 2018.
20. **GABARDO, EMERSON** ; **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** ; **REZENDE, MAURÍCIO CORRÊA DE MOURA** . II diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 4, p. 57-66, 2017.
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da Administração Pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 132, p. 67-73, 2012.
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O direito constitucional entre modernidade e globalização. CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL, v. 1, p. 89-102, 2002.
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Teoria da Constituição: limites, possibilidades e perspectivas na pós-modernidade. REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF-IDAF, v. 1, p. 496-510, 2002.
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Relativização da Soberania Nacional dos Estados Latino-Americanos em Face da Expansão do Direito Comunitário. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.
25. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Proteção ao Usuário de Serviço Público no Contexto da Reforma do Estado. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 34, n.34, p. 187-201, 2000.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) . Direito em arte: II obra de pesquisa científica da Nôma. 1. ed. Curitiba: Rede do Consumidor, 2022. v. 2. 174p .
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) (Org.) . Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 54p .
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **CASTILLO, Luis Ferney Moreno** (Luis Ferney Moreno Castillo) (Org.) ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) (Org.) . Tecnología, administración pública y regulación. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. v. 1. 367p .
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) (Org.) ; **GUIMARÃES, Edgar** (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) (Org.) . Passando a limpo a gestão Pública: arte coragem loucura. 1. ed. Curitiba: Livros Legais, 2020. v. 1. 636p .
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Prática de Direito Administrativo. Prática de Direito Administrativo. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012. v. 1. 136p .
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 4.ed. 4. ed. Curitiba: IESDE, 2010. v. 1. 160p .
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 3.ed. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009. v. 1. 153p .
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 2.ed. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2008. v. 1. 160p .
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book). 1. ed. Curitiba: IESDE, 2007. 136p .

Capítulos de livros publicados

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos, situações disruptivas e regulação eficiente da administração pública digital. In: Clayton Gomes de Medeiros; Barbara Dayana Brasil. (Org.). Estado, direito administrativo e concretização de direitos fundamentais. 413ed.Curitiba: Íthala, 2022, v. 1, p. 399-413.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) . Contratualização estatal, inovação e materialização do interesse público através de contratos de fomento: por uma nova racionalidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: Gabriela Verona Pércio; Cristiana Fortini;. (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 107-130.
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Desafíos de la Administración Pública electrónica en tiempos del COVID-19. In: Jaime Rodríguez-Arana Muñoz. (Org.). El Derecho Administrativo ante el COVID-19. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 0-0.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) . Inteligencia Artificial y Arbitraje en la Administración Pública. In: Juan Corvalán. (Org.). Tratado de inteligencia artificial y derecho, tomo II. 1ed.Buenos Aires: La Ley/Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1-1.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **ROSSI, Amelia Sampaio** (Amelia do Carmo Sampaio Rossi) ; **ALESSI, Daiana** (Daiana Alessi Nicoletti Alves) . Género y colonialidad: raíces históricas del preconcepto y de la invisibilidad de la mujer en Brasil. In: Jorge Vargas Morgado. (Org.). México: 500 años de la Conquista, 200 de la Independencia. 1ed.Ciudad de México: Burgos Editores, 2021, v. 1, p. 1-1.
- 6.

VALLE, Vivian Cristina Lima López ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) ; **FACIO, Rafaella** (Rafaella Fácio) .

La incorporación de las prácticas de mejora regulatoria en la administración pública, apoyada en nuevas tecnologías. In: Luis Ferney Moreno; Castillo William Iván Gallo Aponte; Vivian Cristina Lima López Valle. (Org.). Tecnología, administración pública y regulación. 1ed.Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, v. 1, p. 111-127.

7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Acordo administrativo entre o Direito Público e o Direito Privado: Emergência de uma racionalidade jurídico- Normativa Público- Privada?. In: Gustavo Justino de Oliveira. (Org.). Acordos Administrativos no Brasil Teoria e Prática. 1ed.São Paulo: Almedina, 2020, v. 1, p. 63-90.
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Libertad de expresión, hate speech y función ordenadora estatal: la necesaria intolerancia a los intolerantes en la promoción del desarrollo sostenible. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano; María Salomé Moreno Rodríguez;. (Org.). Libertad de Expresión parámetros constitucionales y convencionales. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera instancia, 2020, v. 1, p. 204-237.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, proporcionalidad y administración pública ? por una racionalidad menos beligerante en la relación jurídico- administrativa. In: Alfonso Jaime Martínez Lazcano. (Org.). Proporcionalidad y razonabilidad jurídica. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 166-193.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O exercício do direito à liberdade de opinião e expressão: uma análise do hate speech no direito brasileiro e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: Daniel Wunder Hachem, Luisa Fernanda García López, Felipe Klein Gussoli. (Org.). Corte americana de direitos humanos e seus impactos na América Latina. 1ed.Curitiba: Íthala, 2020, v. 1, p. 369-392.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia artificial y procedimiento administrativo consensual en el contexto brasileiro: el caso del arbitraje como medio de negociación de conflictos. In: Jaime Rodríguez Arana-Muñoz; Carlos Delpiazzo Rodríguez; Henry Alexander Mejía; María Rodríguez Martín-Retortillo;. (Org.). Procedimientos administrativos, libro de ponencias del XIX foro iberoamericano de derecho administrativo. 1ed.San Salvador: Corte Suprema de Justicia, 2020, v. 1, p. 1367-1394.
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: Daniel Wunder Hachem, Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado.. (Org.). Direito administrativo e suas transformações atuais ? Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1ed.Curitiba: Íthala, 2016, v. 1, p. 451-472.
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). Eficiência e Ética na Administração Pública: Anais do Seminário Internacional realizado no Programa de Pós-Graduação em Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 1ed.Curitiba: Íthala, 2015, v. 1, p. 315-336.
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos em mudança: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro. In: BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.. (Org.). Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Curitiba: Íthala, 2014, v. 1, p. 199-216.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da administração pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo. Novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 278-290.
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O novo conceito de serviço público. In: GUIMARÃES, Edgar.. (Org.). Cenários do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem do Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 511-552.
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **BERTRAND, Mathieu** (Mathieu Bertrand Struck) ; **POLI, Júlio César** (Júlio César Poli) . Os Direitos humanos fundamentais no contexto da integração regional. In: Romeu Felipe Bacellar Filho. (Org.). Elementos de Direito Internacional Público. 1ed.Barueri: Manole, 2003, v. 1, p. 125-171.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública Sob controle. Jornal O Estado do Paraná, Curitiba, p. 4, 30 set. 2001.

Apresentações de Trabalho

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados, III Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus e 'Sejamos Todos Feministas'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços Públicos, Smart cities e tecnologia, VI Semana de Integração do PPGD/PUCPR. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Estado Sustentável (DAES), Scientific Meeting of Researchers in Law and Sustainability 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . La investigación en el Derecho Administrativo, Seminario Internacional la Investigación en el Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos Princípios Jurídicos das Licitações, Seminário Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: Inovações do Regime jurídico. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 7ª Conferência da Advocacia Paranaense. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administración Pública digital y contratación pública, III Congreso Mexicano de Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia Artificial y Administración Pública, Posgrado en Inteligencia Artificial y Derecho. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligência artificial e tomada de decisão. Uma análise da contemporaneidade a partir da visão cinematográfica. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) . Seminário Paranaense de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratación Pública Electrónica, Marco del Seminario Internacional ¿Contratación Pública y Buen Gobierno?, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Núcleo Discente de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estado, Inteligencia Artificial e Direito Administrativo: Desafios na regulacao do ambiente 4.0. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ponente. XIII Congreso Mexicano de Derecho Administrativo, Universidad Autónoma de Querétaro / AMDA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Conferencia Magistral, Primer Congreso Internacional: El Derecho de las ciudades. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos, Inclusión y COVID 19, Primer Congreso Internacional de Administración Pública y Derechos Humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimiento Administrativo e Inteligencia Artificial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . XXVIII SEMIC Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Academic Days on Open Government and Digital Issues. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
23. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA** . Serviços Públicos, inclusão e exclusão na realidade brasileira contemporânea. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; SA, Priscilla Plachá (Priscilla Plachá Sá) ; OLIVEIRA, Ligia Ziggotti (Ligia Ziggotti de Oliveira) ; LOPES, Mariana (Mariana Lopes) ; FAGUNDES, Maria Letícia (Maria Letícia Fagundes) ; OLIVEIRA, Megg (Megg Rayara Gomes de Oliveira) . Movimento feminista e as temáticas atuais, 1ª Semana da Mulher da Escola de Direito da PUCPR. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **GUIMARÃES, Edgar (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) ; REIS, Luciano (Luciano Elias Reis) ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, Arbitragem e o Ambiente de contratação pública brasileiro: reposicionamento de prerrogativas na Administração Pública. Mesa: Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas, Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; BERBERI, Marco Antônio (Marco Antônio Lima Berberi) ; ANDRADE, Renato (Renato Cardoso de Almeida Andrade) ; TAVEIRA NETO, Francisco (Francisco Taveira Neto) ; LACERDA, João Paulo (João Paulo Lacerda da Silva) . Segurança jurídica e a jurisprudência do medo. 2018. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
28. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; UNES, Flávio Henrique (Flávio Henrique Unes) ; TOMELIN, Georghio Alessandro (Georghio Alessandro Tomelin) ; MODESTO, Paulo (Paulo Eduardo Garrido Modesto) . 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica, XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: Limites do Controle da administração pública no Estado de Direito - Em homenagem à Professora Maria Sylvia Di Pietro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
29. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A constituição vista por elas o olhar feminino sobre os 30 anos da constituição. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; WINTER, Marilena (Marilena Indira Winter) ; BARROS, Guilherme (Guilherme Freire de Melo Barros) ; PANSIERI, Flávio (Flávio Pansieri) ; SPERANDIO, Alcir (Alcir Sperandio) ; GUIMARAES, Bernardo Strobel (Bernardo Strobel Guimarães) ; ALBERTO, Tiago Gagliano (Tiago Gagliano Pinto Alberto) ; ORESTEN, Roberto André (Roberto André Oresten) . Mesa redonda: Análise da Lei nº 13655/18- nova lei de introdução as normas do direito brasileiro- a nova lei de segurança e eficiência no direito Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem nos contratos administrativos, VI Conferência Estadual da Advocacia OABPR. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Modalidades de Licitação no Direito Administrativo Brasileiro, Encontro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do PPGD/UFPR. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Julgamento da Licitação e o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . (In)Eficiência da Administração Pública em conflito com a profissionalização do Agente Público. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico e Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Postura em Audiência, Capacitação do Advogado Iniciante. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger) ; FERREIRA, Daniel (Daniel Ferreira) . O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direitos Sociais e Administração Pública. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal do Gestor/Fiscal do contrato. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 40.

VALLE, Vivian Cristina Lima López . O Curso de Direito da PUCPR, palestra aos alunos do ensino fundamental II e Médio do Colégio Santa Maria. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

41. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Cuestiones actuales del Derecho Público, III Congresso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
42. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito administrativo e sustentabilidade: novos limites à tomada de decisão administrativa, II Virada Acadêmica. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidor Público e Segurança Jurídica. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
44. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reequilíbrio Econômico Financeiro, XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
45. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Habilitação e Julgamento de Propostas, II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aplicabilidade da Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) nos Estados e Municípios, XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Serviços Advocatícios: Possibilidades e Fundamento Legal, Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento, I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
49. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Alternativas de Regulação Jurídica Eficiente dos Recursos Energéticos, I Seminário Ítalo-brasileiro: Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
50. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direitos fundamentais e o Controle da invalidade dos Atos Administrativos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
51. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processo Administrativo de desapropriação. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
52. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 20 anos da Lei nº 8.112/90 - Reflexões sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos, XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
53. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandado de segurança e contratos administrativos, Curso de extensão - Mandado de Segurança. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
54. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . As políticas públicas e seus aspectos polêmicos, IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
55. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos, VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
56. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos, II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
57. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações e Contratos, VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
58. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos controvertidos das contratações emergenciais, VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
59. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações, V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
60. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier)** . A reforma previdenciária e a segurança jurídica do servidor público. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
61. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A nova dogmática crítica constitucional: os pressupostos de construção de uma nova sociedade. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
62. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico das Agências Reguladoras, XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
63. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reforma Administrativa do Estado, Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
64. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Atuação das Agências Reguladoras no Brasil, IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
65. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier)** ; **OLIVEIRA, Gustavo (Gustavo Henrique Justino de Oliveira)** . Reforma Administrativa e o terceiro setor, Jornada de Direito Público CASP/PUCPR. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
66. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **KOZIKOSKI, Sandro (Sandro Marcelo Kozikoski)** . A imprensa e as liberdades fundamentais, 1 Colóquio do primeiro semestre letivo de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
67. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **RIBEIRO, Márcia Carla (Márcia Carla Pereira Ribeiro)** ; **SCHEER, Eunice (Eunice Fumagalli Martins e Scheer)** . Sociedade por cotas de Participação Limitada, Painel de Direito Comercial do CASP. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea : da unilateralidade ao consenso e do consenso à unilateralidade na relação contratual administrativa. Curitiba: Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito, 2018 (Tese).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ministros e aliados de Lula emplacam esposas em tribunais de contas nos estados, Por Guilherme Grandi. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Rodízio no comércio em caso de nova bandeira vermelha divide especialistas Leia mais em: <https://www.gazetadopovo.com.br/parana/rodizio-no-comercio-em-caso-de-nova-bandeira-vermelha-divide-especialistas/> Copyright © 2021, Gazeta do Povo. Todos os direitos reservados.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Qual o efeito da medida que isenta agentes públicos na pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Abandono Afetivo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Indicação do Ministro do STF Alexandre de Moraes. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Concursos para cadastro de reserva. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Projeto Anticorrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 10 Medidas sobre a corrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Alunos nas ocupações. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; BARBOSA, Claudia Maria (Claudia Maria Barbosa)** . Pagamento de auxílio-moradia pelo órgão seria inconstitucional. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Demais tipos de produção técnica

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Nova Lei de Licitações e suas principais novidades. 2021. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte)** . I Escola de Inverno ? Direito PUCPR- Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte)** . Direito Administrativo e Inteligência Artificial. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidores Públicos e Empregados Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Tópicos especiais do Direito das Concessões no Curso de Licitações e Contratos Administrativos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Constitucional e Direitos Humanos Fundamentais no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações no Curso de Pós-graduação LLM em Direito Empresarial Aplicado da Escola de Gestão da Faculdade da Indústria IEL. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Servidores Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo e Administração Pública. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Equilíbrio Econômico Financeiro no Curso de Especialização de Licitações e Contratos Administrativos. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimento da Licitação e Recursos em Geral, Curso de Especialização em Direito Constitucional e Administrativo. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico Constitucional dos Servidores, Curso de Especialização em Gestão da Segurança Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Jurisdição Constitucional. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandato de Segurança no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Especialização em Processo Administrativo Disciplinar, Escola Judicial do Tribunal Regional do Trabalho do Paraná. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estatuto de Precedentes no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **VALLE, V. C. L. L.** . Processo administrativo disciplinar na Lei nº 8.112/90. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
24. **VALLE, V. C. L. L.** . Sindicância Processo Administrativo Disciplinar (princípios aplicáveis, infrações, sanções disciplinares e questões práticas). 2012. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

25. **VALLE, V. C. L. L.** . Direito Administrativo aplicado à gestão pública no Curso de Especialização em Gestão Pública. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Mandato de Segurança no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
27. **VALLE, V. C. L. L.** . Licitações - dos Recursos em Geral no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
28. **VALLE, V. C. L. L.** . Processo Administrativo de Desapropriação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
29. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
30. **VALLE, V. C. L. L.** . Direito Administrativo aplicado à gestão pública no Curso de Especialização em Gestão Pública. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Remédios Constitucionais no Curso de Especialização em Direito Processual Civil. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem)** . Processo Administrativo de desapropriação. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
33. **VALLE, V. C. L. L.** . Mandato de Segurança e Contratos Administrativos. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
34. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
35. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem)** . Mandato de Segurança: aspectos de direito material e processual à luz da nova lei. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
36. **VALLE, V. C. L. L.** . Procedimentos da Licitação dos Recursos em Geral no no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
37. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
38. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2008. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
39. **VALLE, V. C. L. L.** . Contratos Administrativos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
40. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2006. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
41. **VALLE, V. C. L. L.** . Investigação Preliminar, Sindicância e Processo Disciplinar no Curso de Especialização de Gestão em Segurança Pública. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
42. **VALLE, V. C. L. L.** . Jurídico - Curso Preparatório para Concursos Jurídicos e Exame de Ordem - Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
43. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
44. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2005. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
45. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
46. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Módulo: Servidores Públicos, Curso de pós-graduação Lato Sensu em Direito Administrativo Aplicado. 2004. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
47. **VALLE, V. C. L. L.** . Regime Jurídico Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
48. **VALLE, V. C. L. L.** . Teoria Geral das Licitações no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
49. **VALLE, V. C. L. L.** . Servidores Públicos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2003. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
50. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Teoria Geral do Direito Administrativo no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2002. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
51. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Módulo de Licitações e Contratos no Curso de Especialização em Direito Administrativo. 2001. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **VALLE, V. C. L. L.; FERREIRA, Daniel (Daniel Ferreira)**. Participação em banca de Alan José de Oliveira Teixeira. Possibilidades, limites e impactos de adoção da inteligência artificial na fundamentação das decisões administrativas e judiciais no Brasil. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário Internacional.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Eva Quintana. La participación ciudadana en la producción de normas jurídicas en la administración local. 2020. Dissertação (Mestrado em Máster Interuniversitario en Derecho de la Administración Pública (MIDAP)) - Universitat Rovira i Virgili.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paola Andrade Escamilla. Participación ciudadana y gobierno abierto: un estudio comparado entre España y México. 2020. Dissertação (Mestrado em Máster Interuniversitario en Derecho de la

Teses de doutorado

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López;** BITENCOURT, Carol (Caroline Müller Bitencourt); BITTENCOURT, Denise da Silva (Denise da Silva Bittencourt); RECK, Janriê Rodrigues (Janriê Rodrigues Reck); OLIVEIRA, Ligia Ziggotti (Ligia Ziggotti de Oliveira); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Albano BusatoTeixeira. Atividade de fomento, participação e controle social: Limites e possibilidades no cenário brasileiro. 2023. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul.

Qualificações de Mestrado

1. **VALLE, V. C. L. L.;** DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); CABRAL, Flávio Garcia (Flávio Garcia Cabral). Participação em banca de Tailaine Cristina Costa. Garantia de Direitos Fundamentais na Ação de Improbidade administrativa. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); SADDY, André (André Saddy); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Bossoni Saikali. A regulação da atividade econômica dos serviços de streaming de conteúdo audiovisual. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de William Geraldo Azevedo. A estruturação de consórcios inter-federativos para fins de regulação dos serviços públicos municipais. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Nicolas Addor. Qualis periódicos: O modelo regulatório de avaliação da pesquisa científica brasileira pela Capes. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
5. GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando de Oliveira Torres. A possibilidade de interferência judicial na agenda de políticas públicas como forma de efetivação dos direitos fundamentais dos grupos vulneráveis. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
6. **VALLE, V. C. L. L.;** GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); MÂNICA, Fernando Borges (Fernando Borges Mânica); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Marcos Viana Costódio. A solução ótima de eficiência regulatória no conflito de competência entre o CADE e o BACEN nas operações de fusão bancárias. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Renata de Andrade Pozzi. Contratos administrativos: a persecução do interesse público, em regra, a partir de técnicas de consenso, em detrimento do emprego de um regime geral de prerrogativas. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Matheus Lopes. A utilização de parcerias público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasse da perícia criminal. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thais Yuana Decarli Gomes. O exercício do Poder de polícia por agentes privados. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
5. **VALLE, V. C. L. L.;** GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Leonardo de Souza Prates Menezes. O consensualismo na Administração Pública brasileira e a (im)possibilidade de satisfação do interesse público. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Helena Schlichting. Natureza jurídica de aposentadorias, reformas e pensões e inconstitucionalidade da súmula vinculante n.3 do Supremo Tribunal Federal. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pietra Procópio Castro Pascali. As prerrogativas da Administração Pública: um estudo comparado entre o direito brasileiro e o direito americano. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mário Sérgio Vuitik. Equilíbrio contratual em processo licitatório: o sistema de registro de preços na teoria e na jurisprudência. 2019. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
9. **VALLE, V. C. L. L.;** REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Vanessa Travençoli Bona. Improbidade Administrativa, regime jurídico punitivo e atuação do Ministério Público. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
10. **VALLE, V. C. L. L.;** REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); GUSSOLI, Felipe Klein. Participação em banca de Adriano Medeiros Fontanelli. A inconstitucionalidade da cessão da titularidade passiva do contrato administrativo prevista no inciso VI, do Art. 167/389

11. [GUSSOLI, Felipe Klein](#); [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Lucila Lima Cani. Responsabilidade Civil do Estado por danos de correntes de atos de multidões: análise da jurisprudência do Tribunal de Justiça de São Paulo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
12. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Jean Carlo Jacichem Luz. Arbitragem enquanto instrumento da ação do estado contratualizado no paradigma da administração pública consensual. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
13. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Camíia Cotovicz Ferreira. Conformidade das Leis No. 13.467/2017 às regras que norteiam a terceirização de serviços na administração pública. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
14. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Amanda Colaço. Consensualismo - uma resposta à crise de autoridade no ambiente contratual administrativo. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
15. [PIVETTA, Saulo Lindorfer \(Saulo Lindorfer Pivetta\)](#); [FINGER, Ana Cláudia \(Ana Cláudia Finger\)](#); [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
16. [PIVETTA, Saulo Lindorfer \(Saulo Lindorfer Pivetta\)](#); [FINGER, Ana Cláudia \(Ana Cláudia Finger\)](#); [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Paola Ceolin Viana. A Responsabilidade civil do Estado no descumprimento das decisões judiciais mandamentais transitadas em julgado. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
17. [FINGER, Ana Cláudia \(Ana Cláudia Finger\)](#); [PIVETTA, Saulo Lindorfer \(Saulo Lindorfer Pivetta\)](#); [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Felipe de Sá. Processo administrativo e a extinção da função pública delegada. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
18. [VALLE, V. C. L. L.](#); [FREITAS, Daniel Castanha de](#); [FERRARI, Regina Macedo \(Regina Maria Macedo Nery Ferrari\)](#). Participação em banca de Sabrina Suelen Marcelino. Modelo contemporâneo de contrato administrativo: instrumento de estabilização de políticas públicas, governança e desenvolvimento nacional sustentável. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
19. [VALLE, V. C. L. L.](#); [GUSSOLI, Felipe Klein](#); [FERRARI, Regina Macedo \(Regina Maria Macedo Nery Ferrari\)](#). Participação em banca de Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
20. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
21. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Eduardo Mendes Zwierzikowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
22. [GUIMARÃES, Edgar \(Edgar Antônio Chiuratto Guimarães\)](#); [FERRARI, Regina Macedo \(Regina Maria Macedo Nery Ferrari\)](#); [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Caroline Borges. Das preferências em procedimentos licitatórios. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
23. [GUIMARÃES, Edgar \(Edgar Antônio Chiuratto Guimarães\)](#); [FERRARI, Regina Macedo \(Regina Maria Macedo Nery Ferrari\)](#); [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Rafael Stallmach Costa Kadri. Princípios da administração pública na licitação e a sujeição do instrumento de impugnações. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
24. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Bruno Arcie Eppinger. A retenção de créditos decorrentes de contrato administrativo em razão da aplicação de multa pela ausência de garantia contratual. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
25. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Aline Rosa Novaes. Alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
26. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Rafael de Araújo Mazepa. As exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas: desafios da razoabilidade. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
27. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de licitação por notória especialização na prestação de serviços advocatícios. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
28. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de José Bernardoni Filho. O desenvolvimento de atividades privadas de interesse público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSIP. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
29. [VALLE, V. C. L. L.](#). Participação em banca de Alexander Miranda. Reequilíbrio Econômico Financeiro nos atos de Registro de Preços. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
- 30.

VALLE, V. C. L. L.. Participação em banca de Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

- 31. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marco Aurélio Senko da Hora. A Relativização da Supremacia do Interesse Público em face do Andamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
- 32. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruno Arcie Eppinger. A Retenção de Créditos Decorrentes de Contrato Administrativo em Razão da Aplicação de Multa pela Ausência de Garantia Contratual. 2011. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

- 1. VALLE, V. C. L. L.; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem); FREITAS, Daniel Castanha de.** Participação em banca de Flavia Smolka Samana. Uma análise do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) como política pública de acesso à educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 2. GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem); REIS, Luciano (Luciano Elias Reis); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva. O analfabetismo funcional no Brasil e a carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 3. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Claudia dos Santos. O acordo de acionistas nas Empresas Estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 4. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Guilherme Wilson Cordeiro. A contratação direta perante a lei 13.303/2016 - dispensa e inexigibilidade das licitações- inovações na nova lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 5. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Milliane Presa. A nomeação de administradores nas estatais paranaenses conforme a Lei 13.303 de 2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 6. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Peixoto de Souza Soares. Hipótese de Extinção do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional como Retrocesso Social e Ameaça ao Direito Humano a Alimentação Adequada. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 7. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thaélis Tombini. Vedação do Retrocesso Social no Direito Fundamental à Saúde: Análise do Resp 1657157/RJ e sua aplicação no Tribunal de Justiça do Paraná. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 8. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Alencar Sigoli. O princípio da Proibição do Retrocesso Social: Uma abordagem acerca de desconstitucionalização dos Direitos Sociais com Ênfase na Análise da Reforma da Previdência Social (PEC No. 06/2019). 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 9. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Israel Ramos. A responsabilidade do Município na Educação Infantil. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 10. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jaqueline Martins da Silva. O Analfabetismo Funcional no Brasil e a Carência de Políticas Públicas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 11. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Rafaela Ruvio Penteado. O seguro Garantia como Instrumento Social na Lei No. 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 12. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Luisa Caldas Mitter. A Lei 13.303/2016 Como Mecanismo de Tutela de Gestão das atividades das Estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 13. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marcos Guilherme Rodrigues Mafra. A due diligence como ferramenta de investigação dos impedimentos nas licitações das empresas estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 14. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ghabriel Campigotto Soethe. Geração distribuída e o Desenvolvimento Nacional. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 15. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Giuliano Robinson. Panorama Jurídico das Pequenas Centrais Hidroelétricas. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 16. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Grossi Rezende. O Desenvolvimento do Setor Aéreo Brasileiro decorrente da Flexibilização da Entrada de Capital Estrangeiro a Luz da MP 863/2018. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 17. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ronaldo Chadid Júnior. A importância da Aviação Regional como forma de Promover a Competitividade e a Livre Concorrência no Setor Aéreo Doméstico Brasileiro. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 18. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Caroline Valenga. Análise empírica da tutela do direito social à saúde perante o poder judiciário brasileiro. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 19. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antonio Rafael Lopes da Silva. Cobrança no ensino superior público. Especialização Lato Sensu. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 20. VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Barbosa de Souza. Os custos do direito à saúde: o choque entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível sob a ótica da jurisprudência do tribunal de justiça do Rio Grande

21. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Isabella Gretter Teixeira.A incapacidade financeira do paciente de arcar com o custo do medicamento prescrito como critério de concessão de fármacos via judicial. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
22. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Milena Augustin.O direito fundamental social à saúde e a escassez de ações coletivas frente ao fornecimento de medicamentos: uma análise jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Paraná. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
23. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Paulo Josviak Dresch.Hipossuficiência financeira como para a obtenção de decisão judicial favorável à concessão de medicamentos pelo SUS. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
24. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ramon Matheus Cavalcante Trauczynski.O impacto da judicialização da saúde na promoção de políticas públicas: uma análise do desequilíbrio financeiro que as decisões judiciais ocasionam aos entes federativos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
25. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna Ladewing.A tendência de simplificação das licitações na Lei 13.303/2016 através da adoção dos procedimentos auxiliares - análise dos regulamentos da Caixa Econômica Federal e Petrobras. 2018 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
26. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Camilla Bobieski Barrinuevo.Prevenção de conflito de interesses em sociedades de economia mista na Lei 13.303 de 2016: evolução para o sistema de governança corporativa na Petrobras. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
27. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cesar Augusto Tabora Lima.Sanções administrativas na nova lei das estatais: a supressão de declaração de inidoneidade. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
28. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Larissa Quadros do Rosário.Matriz de riscos em contratos de obras celebrados por empresas estatais: a Lei No. 13.303 de 2016 e o posicionamento do TCU. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
29. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Raphaela Thêmis Leite Jardim.O mecanismo das golden shares nas empresas privadas com participação estatal minoritária. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
30. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Samara Uille Gomes.Inovações nas licitações das estatais: análise comparativa dos mecanismos de controle da lei no. 13303/2016 e do procedimento licitatório simplificado na Petrobras regulamentado pelo decreto no. 2745/98. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
31. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Valéria Celestina Teixeira.Emprego do Sistema de Compliance e governança pública nas concessionárias de distribuição de energia elétrica em consonância com a lei. 13303 de 2016 e mitigação de crises financeiras decorrentes de atos de corrupção e improbidade administrativa. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
32. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Clara Vieira.Função Social das Empresas Estatais sob a ótica da Lei 13.303 de 2016. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
33. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de André Felipe Pereira de Souza.O serviço público eficiente como instrumento de concretização do direito fundamental a boa administração pública. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
34. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pablo de Paula Orofino.A evolução histórica do estado social da sua origem a contemporaneidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
35. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafaella Nogueira Ferraresi.A judicialização da saúde e o papel do Estado no fornecimento de medicamentos de alto custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
36. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gustavo Peixoto da Costa.Os diferentes modelos de gestão do estado brasileiro e a concretização do direito fundamental à boa administração. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
37. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiza Castro Santos Furtado.Políticas públicas de proteção à vulnerabilidade da mulher no contexto do estado democrático social de direito. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
38. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pedro Henrique Fiori Felipe.Os diferentes modelos de gestão do estado brasileiro e a concretização do direito fundamental à boa administração. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
39. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marina Delatte Rissio.O direito fundamental à saúde e a sua judicialização. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
40. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leticia Maria Titon Hotz.O compliance nas estatais e a nova perspectiva de governança corporativa segundo a lei 13.303/16. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
41. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alizio Mayheus Brandão.A formação de um direito híbrido público-privado e sua incorporação nos contratos das estatais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
42. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bianca Rosa Neves Tonietto.As estatais e seu papel na economia contemporânea e o negócio na nova lei das estatais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
43. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caio Augusto Nazario de Souza.A contratação integrada e semi-integrada em obras e serviços de engenharia frente a lei 13.303/2016. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
44. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mayara Segalla Savoia Assef.Procedimento de Manifestação de interesse: eficiência administrativa. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do

45. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Anne Louise Ferreira Bello.Composição da Tarifa de energia elétrica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
46. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Belotto Cellio.Equilíbrio econômico-financeiro nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
47. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo Rodrigo Meyer de Oliveira.Composição da Tarifa de energia elétrica no Brasil. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
48. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cahio Almeida Silva.A importância dos descontos tarifários para o cooperativismo de eletrificação rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
49. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caio Lopes da Silva.Administração Pública e a eficácia da arbitragem em suas relações contratuais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
50. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Antoniacomi Dal'Lin.O paradigma atual das contratações Administrativas: a atuação pública imperativa em fase de consensualismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
51. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Diego Jacomit Corrêa.Mercado livre X Mercado cativo: um estudo sobre a possibilidade de implementação de um amplo ambiente de contratação livre no mercado brasileiro de concretização de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
52. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Carla Mamus.A intervenção do poder judiciário no controle de políticas públicas voltadas a concretização de Direitos Sociais fundamentais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
53. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Dutra Pepes.Análise da aplicação do instituto de arbitragem nos contratos administrativos: entre direitos disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
54. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Matheus Trancoso Bertolin.A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
55. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fabiana Silva Pinto Faraco Cebrian.A biomassa na política energética brasileira e seus aspectos socioambientais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
56. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Eduardo Figueiredo.Assimetria de regimes jurídicos no setor portuário Brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
57. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de André Borges Oliveira Santos.A arbitragem no âmbito da administração pública: uma análise principiológica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
58. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ketelin Stachelski Adriano.Os efeitos da corrupção nos serviços públicos essenciais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
59. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Martins Antunes.Direito à moradia digna e intervenção social: o papel do estado na transformação do espaço social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
60. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jéssica de Moura Rocha.O uso da arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
61. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Bellascosa da Silva.Arbitragem e o poder público: entre interesses disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
62. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Jéssica Buttner da Silva.Licitação Pública: entre o modelo normativo da Lei 8.666/1993 e o regime diferenciado de contratações públicas Lei 12.462/2011. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
63. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lislie Queiroz de Souza.A aplicabilidade da arbitragem nos contratos administrativos como solução alternativa de litígio na relação estado-sociedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
64. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lucas Augusto Coltro.As Parcerias Público-Privadas no sistema prisional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
65. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ricardo Bolliger Schimin.Licitações - regime diferenciado de contratação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
66. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ivan Besel Villalon.Alternativas ao controle judicial do direito fundamental à saúde: em busca de sua efetivação integral e universal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
67. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Felipe Carvalho de Lima.Os contratos Administrativos e a relação entre o público e o privado sob a perspectiva do princípio da supremacia do interesse público. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
68. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabriella Marakami Rocha Faria.Processo Administrativo. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
69. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Luiza da Silva Oliveira Pinto.Aspectos Jurídicos da energia elétrica. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
70. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Tatiana de farias Meurer.Análise sobre as políticas redistributivas para a efetivação do Direito à dignidade humana. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
71. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Angela Cristina Silva de Melo.A aplicabilidade da lei de improbidade administrativa em face dos agentes políticos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia

72. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Luzia Gori Palka Miranda.Publicidade X Privacidade: limites e possibilidades na divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos na internet. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
73. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Julio Cesar Fernandes Ercoli.Segurança Pública: os limites constitucionais de atuação das guardas municipais e a PEC 534 de 2002. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
74. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo Rodrigo dos Santos Dutra.O Regime Jurídico do Serviço Público e o Transporte Coletivo como Modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
75. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Taisa Regina Rodrigues.Recusa ao tratamento hemoterápico e o conflito entre direitos fundamentais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
76. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thales Soares Rossato.Licitação Pública e os Aspectos penais na Lei 8.666/1993. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
77. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Anderson Luiz Correa da Silva.A Lei da Ficha Limpa. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
78. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Heloise Soraya da Silva Chin Lemos.O Princípio da sustentabilidade ambiental nas licitações. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
79. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ary Klayton Kertcher.A Delegação do poder polícia e pessoas jurídicas de direito privado. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
80. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna de Paula.Equação Econômico Financeira dos Contratos Administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
81. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Isabelle Klemtz de Abreu.O tombamento com intervenção estatal na propriedade privada e as possibilidades de indenização. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
82. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Joel dos Santos.Equação Econômico Financeira dos Contratos Administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
83. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Priscilla Tiemi Kumegawa.Processo disciplinar do servidor público. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
84. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabrielle Rauchbach Mariotti.A função econômica das Parcerias Público-privadas no âmbito das SA's. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
85. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de César Pimental Pereira.A intangibilidade do equilíbrio econômico financeiro nos contratos de concessão de serviços públicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
86. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Karoline Strapasson.Avaliação dos portais de transparência municipal: perspectivas para o controle social. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
87. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Vitor Hugo Assunção Salmazo.A efetivação do direito à educação e a cidadania no Estado Democrático de Direito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
88. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cassiano Steffen.Licitação pública com ênfase na modalidade pregão. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
89. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Douglas Murilo dos Reis.Fomento e desenvolvimento. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
90. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Diego Monteiro.Desenvolvimento e sustentabilidade na licitação pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
91. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paola Ferreira Dalcanale.Poder de polícia: poder discricionário, suas limitações e o uso e abuso do poder de polícia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
92. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pedro Roberto Bochilof.Considerações sobre as penalidades previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93 e no art. 7º da Lei nº 10.520/92. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
93. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Aline Maciel Ferreira.Aspectos destacados do Direito Regulatório sob a ótica do operador portuário - a prestação de serviço público e suas consequências jurídico-econômicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
94. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fabio José Assaf Nogueira.A livre iniciativa e a intervenção do Estado. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
95. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Lino Alves do Nascimento.Direito Administrativo, Desenvolvimento e Sustentabilidade - uma análise das concessões como meio de desenvolvimento. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
96. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alessandra Mendes Rech.Parcerias Públicas - Privadas: aspectos gerais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
97. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caio Schuk.O poder normativo concedido às Agências Reguladoras no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
98. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Larissa Cembalista.Improbidade administrativa e seu controle no Ordenamento Jurídico Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
99. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marcus Vinícius Priori Minharo.Agências Reguladoras e seu poder normativo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

100. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Michelle Cardoso Silva.Responsabilidade Civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
101. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mateus Levi Borges.Os Servidores Públicos e os Princípios Básicos Orientação de Sua Atuação Peculiaridade do Regime Jurídico dos Empregados Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
102. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Rocha Figueiredo Taborda.Licitação e Contratação Direta: Princípios, Modalidades, Inexigibilidade, Dispensa e Inaplicabilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
103. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mayara Farias de Souza.O Controle na Legalidade da Administração - Especiais do Controle Externo. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
104. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Emanuele de Carvalho Ghizzi.Responsabilidade Patrimonial Extracontratual do Estado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
105. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arcio Milton Wailler Neto.Teste psicológico em Concurso Público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
106. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Adoniram Ozias Santos.O servidor público e a acessibilidade aos cargos e empregos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
107. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arnaldo Nascimento de Souza.Licitações de obras públicas: a caracterização do objeto. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
108. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Amanda Cristina Lam.Responsabilidade civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
109. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Carolina Maren Bruzamin.Aspectos do serviço público de energia elétrica, regulação e desenvolvimento. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
110. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Daniel Rodrigues Scholze.Controle jurisdicional dos atos administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
111. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Hector Matheus Vebber Cardenas.Fuga da Administração Pública para a Administração Privada. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
112. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Hélio Rodrigo Milani Boamorte.Peculiaridades do contrato administrativo e dos procedimentos prévios de licitação de dispensa e de inexigibilidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
113. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Juliana Aparecida Inácio.Responsabilidade Civil do Estado por Omissão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
114. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luciano Ribeiro do Prado.Aspectos jurídicos de ato administrativo e o controle jurisdicional da legalidade. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
115. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Roger Leão de Oliveira Colpe.Os problemas da representatividade política democrática no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
116. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bernardo Suss.Regulação jurídica, retrospecto histórico e realidade prática do setor elétrico brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
117. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Rossy Brandão Fonseca Loureiro.Controvérsias Acerca da Concessão da Liberdade Provisória nos Crimes de Tráfico de Drogas com o Advento da Lei 11464/07. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
118. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alysson Amorim.O Ato Administrativo e seu Controle Jurisdicional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
119. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Arielli Suckow.Aspectos Gerais Sobre as Formas de Concessão do Serviço Público - A Concessão Tradicional e a Parceria Público - Privada. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
120. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruna Franco Cruz.Discrecionalidade Administrativa e Controle Judicial. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
121. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Lemes Karam.Impactos da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações Públicas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
122. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ivo Augusto Cavazzani Ravedutti Durante.O Serviço Público e as Parcerias Público Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
123. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Maurício Graboski.As Agências Reguladoras e o Poder de Polícia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
124. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rodolfo de Castro Figueiredo Ferreira.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação e o Princípio da Moralidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
125. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Guilherme Carraro Hortmann.Déficit Previdenciário; Análise Jurídica. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
126. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ithandra Proença Lima.Contrato Administrativo Equilíbrio Econômico Financeiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
127. **VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Cynthia Izabella Poli de Andrade.A Administração Pública e sua Relação com o Princípio

128. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Emilly Sucasas Talamante.Parcerias Público - Privadas e o Sistema Penitenciário Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
129. **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Hertel Rehbein Junior.Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
130. **VALLE, V. C. L. L.;** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Higor Goulart.Atos de Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
131. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Jaques Artuso Grisane.As Parcerias Público Privadas no Âmbito do Sistema Prisional.. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
132. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Jocenei Ribeiro de Campos.Concurso Público - Temas Controvertidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
133. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Leonardo Borsa.Agências Reguladoras: Os Desafios ao Exercício do seu Poder Normativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
134. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luiza Justin Luvizotto.Poder de Polícia e Possibilidades de Delegação e Entidades Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
135. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Márcia da Cruz Heofacker.Teoria da Imprevisão e os Contratos Administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
136. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marina Letícia Setim.O Regime Jurídico das Licitações e a Inexibibilidade de Licitação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
137. **VALLE, V. C. L. L.;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Nicolle da Nóbrega Cordeiro.Estudo Sobre a Aplicação Ação Afirmativa no Acesso do Negro a Educação Universitária no Brasil Visando a Igualdade entre Raças. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
138. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Caroline Godói Oliveira.A Proteção às Minorias Pautada nos Direitos Fundamentais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
139. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de João Victor Pulcides.Assédio Moral ao Servidor Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
140. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Oclair Eurich.Mandado da Injução: Um Modelo Concretizador da Cidadania. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
141. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Ana Luiza Batschke.As Parcerias Público - Privadas e o Desenvolvimento. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
142. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Melo Stubert.A Aplicação do Regime Jurídico da Empresa Privada na Empresa Estatal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
143. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Bruno Zeghbi Martins.O Poder de Polícia. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
144. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Diego de Castro Sade.Princípios Norteadores e a Indispensabilidade de Defesa Técnica Concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
145. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fabio Piekarsk.As Modalidades de Dispensa da Licitação no Brasil. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
146. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Lucas Tramunt Pont.Controle Social da Administração Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
147. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Maurílio dos Santos Rodriguez.Responsabilidade Civil do Estado Quanto a Omissão no Dever de Prestar Segurança Pública. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
148. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Natália Vogt Silveira.Licitação e o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
149. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Carlos Eduardo Santos Nito.Constitucionalismo, Neo Constitucionalismo Controle Judicial de Políticas Públicas pelo Ministério Público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
150. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Fernando Henrique Gama de Oliveira.Desapropriação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
151. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Iara Salissa Ledra.Responsabilidade Civil do Estado pela Morosidade na Prestação Jurisdicional. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
152. **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Natashe do Rego Rossato.A Responsabilidade Civil do Estado - Responsabilidade Civil de Convencionário de Serviços Públicos. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 153.

- VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Willian Sucharski Faret. Contratação sem Licitação - Dispensa e Inexigibilidade. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 154. VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Camila Letícia de Maia. Aspectos Pontuais do Regime Jurídico das Licitações Públicas e as Peculiaridades de sua Aplicação nas Empresas Estatais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 155. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Caroline Pereira Almeida. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 156. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Danielle Cristine de Castro Carvalho. Regime Jurídico das Concessões Públicas e Parcerias Público Privadas: Aspectos Pontuais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 157. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Inara Caroline Silta de Almeida Coan. O princípio da proporcionalidade no processo administrativo disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 158. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Joanna Rozário Haiduk. O Dever de Legal de Licitar e as Hipóteses de Contratação Direta. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 159. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de João Guilherme Bueno de Oliveira Gatti. Democracia, Administração Pública e Discricionariedade Administrativa: Análise Pontual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 160. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Leandro Buss. A Participação das Cooperativas em Licitações Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 161. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Magnum de Medeiros. Aspectos Pontuais das Licitações Públicas e o Seu Controle. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 162. VALLE, V. C. L. L.; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Maya Lissa Mateus de Almeida Gonçalves. Processo Administrativo Disciplinar e o Princípio do Juiz Natural na Administração Pública Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 163. VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Renata Petreli Piaé. A Sociedade de Economia Mista. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 164. KASPCHAK, Thiago Thomaz (Thiago Thomaz Kaspchak); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andrea Paula Langowski. Favelização das cidades e políticas públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 165. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes).** Participação em banca de Débora Cavalli. Súmula vinculante. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 166. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci).** Participação em banca de Elisandra Cristina Guevara. Desapossentação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 167. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes).** Participação em banca de Fernando Vaz da Silva. O direito de retrocessão com relação dos bens desapropriados pelo Estado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 168. PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci); VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann).** Participação em banca de Jamille Villela de Barros. O cálculo do salário de benefício para o segurado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 169. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de João Paulo Mozer da Cunha. Discussões atinentes à Lei 11.705/08. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 170. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci).** Participação em banca de Joseana Aparecida Bueno. Trabalhadores rurais e a previdência social. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 171. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci).** Participação em banca de Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 172. VALLE, V. C. L. L.; FOLMANN, Melissa (Melissa Folmann); PUCCI, Carla Machi (Carla Machi Pucci).** Participação em banca de Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 173. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); VALLE, V. C. L. L.; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Maeva Azevedo Aracheski. Direitos fundamentais e o princípio da dignidade da pessoa humana. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 174. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes).** Participação em banca de Maiara Alves Cunha de Santi. Regime Jurídico do saneamento básico. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 175. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mariana Motter Ferrante Silva. Controle dos atos de improbidade administrativa. 2009. Trabalho

176. **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Miara Schuarts. Concessão de serviço público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
177. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Tiago de Brito Buquera. A reparação do dano moral decorrente de ato de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
178. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Vinicius Encinas. Controle dos atos de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
179. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Virgilio Strozzi. Controle judicial de políticas públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
180. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Florinda Pinto Damasio dos Reis. Controle Judicial de Políticas Públicas na Área de Saúde Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
181. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shadea El-Kouba Gomes. O Terceiro Setor e as Parcerias com a Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
182. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Diogo Ferreira Bernet. Agências Reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
183. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antônio João Valério Filho. O Orçamento Público e Seus Reflexos na Economia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
184. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Pauline de Moraes Chemin. O princípio da dignidade da pessoa humana na constituição federal de 1988. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
185. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Miriam Ramos Nogueira. Súmulas vinculantes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
186. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Maria Francisca de Miranda Coutinho. Tutela do Interesse Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
187. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Crystianne Indena Pires Figueira. Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e o Abuso de Poder. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
188. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Kendra Franco Dias. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e as Prerrogativas da Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
189. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Daniel de Lara Pamplona. Jurisdição Constitucional Concentrada no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
190. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Isabella Bittencourt Mader Gonçalves. Reforma Agrária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
191. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Carolina Gomes Azevedo. Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Licitar. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
192. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Alice Danielle Silveira. Parcerias público privadas em sentido estrito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
193. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Álvaro Jose Ehleke Czaenik. O princípio da moralidade administrativa e o nepotismo. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
194. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Amanda Rodrigues de Souza. O princípio da segurança das relações jurídicas e a influência destes nos contratos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
195. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina Lopes dos Santos de Souza. Princípios expressos e implícitos da administração pública e seu controle jurisdicional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
196. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Bruno Engler Lamberti. Regime jurídico das licitações públicas e a modalidade pregão. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
197. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Debora Pereira Reali. Controle de constitucionalidade brasileira: uma análise crítica. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
198. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Evelyn Gimienchi Dias. A terceirização na administração pública. 2008. Trabalho de

199. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Isabella Bittencourt Mader Gonçalves.Responsabilidade civil do estado por ato judicial. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
200. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maira Barleta Javorsky.Responsabilidade civil do estado: análise pontual dos comportamentos omissivos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
201. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Mauro Kratz Nogueira.Agencias reguladoras e seu regime jurídico. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
202. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Nelson Minoru Yamagami Savasaki.Administração pública, arbitragem e teoria organizacional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
203. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paulo Dreher Mesquita.O controle judicial dos atos políticos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
204. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Rodrigo Jankowski Cardoso.As Parcerias Público-Privadas e o gerenciamento profissional de projetos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
205. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Sergio Eidi Yamagami Savasaki.Relações entre o estado e economia: um enfoque sobre o modelo regulador e aspectos da sua aplicação no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
206. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shadea El-Koba Gomes.O terceiro setor e as parcerias com a administração pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
207. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Adriana Cristina Boscardin.O poder normativo das agências reguladoras face ao princípio da legalidade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
208. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Alice Danielle Silveira.Parcerias público privadas em sentido estrito. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
209. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Camila de Fátima Konpik.Pregão: modalidade econômica e eficaz de licitação para bens e serviços comuns. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
210. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Carla Luiza Mannrich.Análise pontual do instituto da desapropriação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
211. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Evandro Antonio Sbalcheiro Marich.O estado, a administração pública e os atos administrativos. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
212. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Felipe de La Cruz Quintana.Análise pontual do pregão eletrônico. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
213. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando Henrique Bassan Peixoto.Controle de mérito da pretensão punitiva do processo administrativo disciplinar pelo poder judiciário. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
214. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gabriela Brunetta Sávio.A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
215. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Givago Adriano Ramos dos Santos.Responsabilidade do estado pela atividade judicial. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
216. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gracielle Malaquias de Paula.Ato administrativo - aspectos pontuais. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
217. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Greigson Tomachevski.Pregão eletrônico: competitividade e agilidade nas contratações públicas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
218. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luiz Henrique Kern Ery.Repensando o princípio da supremacia do interesse público. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
219. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Manoella de Carvalho Contin Hek.Processo administrativo à luz da Constituição de 1988. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
220. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marco Aurélio Senko da Hora.A relativização da supremacia do interesse público em face

à promoção da dignidade da pessoa humana. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

221. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Marina Araujo Camardo.O poder normativo das agências reguladoras. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
222. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Michelle Soares Garcia.Evolução histórica da desapropriação no Brasil. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
223. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paula Alessandra Fernandes Bustamente.Licitação Pública: Contratação direta. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
224. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paula Celso Gerva.Concessões de serviço público. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
225. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Celso Gerva.Evolução do sistema licitatório - ênfase na modalidade pregão com seus aspectos relevantes e polêmicos. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
226. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rebeca Soares Trindade.Supremacia do interesse público e estado ponderação. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
227. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Stefani Reichel.Reforma Previdenciária. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
228. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Tiago Zeglin.O controle jurisdicional dos atos administrativos e a discricionariedade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
229. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andressa Caroline Lopes de Oliveira.A Utilização da Arbitragem nos Contratos de Parcerias Público-privadas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
230. **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Gilian Pacheco.Responsabilidade Civil do Estado por Danos Ambientais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Bacharel em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
231. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Abigail Cristine Carneiro.Administração Pública - Princípio da moralidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
232. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Bruno Garcia Peres.O ato administrativo, seu controle e a sindicância. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
233. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Camille Andressa Correa Silva.Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
234. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Christiane Rodrigues Buffa.O pregão como resposta ao princípio da eficiência na administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
235. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes). Participação em banca de Elaine Maria Marques.Controle da Administração Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
236. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Mourão Ribeiro.Ato administrativo - aspectos pontuais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
237. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernando de Assis Ribas Goulart.Aspectos pontuais das concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
238. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gilian Pacheco.A responsabilidade civil do estado por danos ao meio ambiente. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
239. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Gislaïne Ortega Pineda.Reforma da previdência: a EC nº 41. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
240. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Guaracy Carvalho.Aspectos do processo administrativo disciplinar. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
241. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ingrid Hassen.Licitação - Regime Jurídico e temas polêmicos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
242. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Jane Oriete de Souza Fonseca Lourenço.A efetividade da aplicação do princípio da eficiência e da publicidade nas políticas públicas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
243. GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Kamila Figueiredo Ferreira.Questões controvertidas das agências reguladoras perante o

- 244.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Laura Del Bosco Brunetti Cunha. Concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 245.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luciana Mikilita Mira. O critério objetivo na responsabilidade de extracontratual do estado. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 246.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luciana Vosniak. A participação popular na administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 247.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luis Adolfo Kutax. A função social da propriedade urbana. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 248.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luis Gustavo Stremer. Considerações sobre licitações e a Lei nº 8866/93 com enfoque prático. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 249.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Manoel Gustavo Griesbach. Vinculação ao ato convocatório nas licitações com base nos demais princípios licitatórios. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 250.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcel Francisco Lima e Silva. Dificuldades no pregão eletrônico. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 251.** **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maria Emília Vieira Salvatti. As agências reguladoras e sua atuação no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 252.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maurício Polli. Parcerias público privadas. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 253.** **VALLE, V. C. L. L.**; GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Michelli Crepaldi. Responsabilidade patrimonial extracontratual do estado no exercício da administração. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 254.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Patrícia Pedrosa Moraes. Discricionariedade Administrativa: evolução, aspectos relevantes e controle jurisdicional. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 255.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paulo Andre de Lima. O controle de constitucionalidade das leis. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 256.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Petra Lessa. Meios de controle jurisdicional da administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 257.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Rafael Augusto Guedes. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 258.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Javorski. As garantias dos particulares nos contratos administrativos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 259.** GOMES, Jose Carlos Santos (Jose Carlos Santos Gomes); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Raphael Marins. O terceiro setor e a sua eficácia no direito brasileiro. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 260.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Tatiana Sommer de Oliveira. Discricionariedade Administrativa: poder ou dever?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 261.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Abigail Cristine Carneiro. Administração Pública - Princípio da moralidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 262.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ademar Francisco Simões. A natureza jurídica do T e suas consequências. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 263.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina de Barros. Observações pertinentes à lei do pregão e seus regulamentos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 264.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Alexandro dos Santos Nieto. O regime de propriedade privada e a intervenção estatal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 265.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Bruno Santos de Lima. O princípio da proporcionalidade e da razoabilidade como limitadores da discricionariedade da administração. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 266.**

- BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Charles Matias.Processos licitatórios em sociedade de economia mista "licitações públicas". 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
267. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Cintia Maria Borges Queiroz.Parcerias público privadas e a experiência brasileira. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
268. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Dafnim Frates Rothrach.A nova modalidade de licitação denominada pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
269. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Daiane Aparecida Bales.O terceiro setor e a capacitação de recursos, com ênfase na atividade administrativa de fomento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
270. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Demian Gaio.Impugnação dos requisitos do Edital de Convocação nas licitações com financiamento de organismos internacionais. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
271. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Douglas Carlos Hartenthal Junior.Controle judicial dos atos de improbidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
272. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Edison Eduardo Borgo Reinert.Contratos administrativos - Arbitrariedade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
273. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Eduardo Fulgencio da Cruz.Discriconariedade administrativa e controle judicial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
274. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Emanuel Theodoro Salloum Silva.A intangibilidade do equilíbrio econômico financeiro dos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
275. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Everson Talgatti.Desapropriação direta e indireta. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
276. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Francine Hoelz Balbi Romão de Oliveira.Limites à discricionariedade administrativa - controle jurisdicional dos atos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
277. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Gianni Scislewski Bertoldi.As competências das agências reguladoras. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
278. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Gley da Silva Pimentel.As garantias constitucionais e a sua relativização. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
279. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Heloisa Serrat de Almeida Bindo.A administração pública e o princípio da moralidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
280. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Hermann Emmel Schwatz.Da administração pública burocrática à gerencial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
281. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de José Luiz Melegari.Os contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
282. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Joseana Haifa Kinowski.Regime jurídico administrativo, invalidação e seus limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
283. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Juliana Christina Mello de Brito.As prerrogativas da administração pública nos contratos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
284. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Juliano Gemelli.Discricionariedade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
285. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Julio Harada.Interesse público - supremacia e limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
286. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Karina Zanini.Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
287. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ligia Franco de Brito.O princípio da isonomia aplicado a inexigibilidade de licitação para a contratação de serviços técnicos especializados por notória especialização. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 288.

- BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcio Barros Mello Rosa. Discricionariedade e controle jurisdicional. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
289. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Marcos Bertani Costa. A atuação discricionária da administração pública e os princípios constitucionais. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
290. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Paula Linelli. Administração Pública e improbidade administrativa uma análise a partir do regime jurídico administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
291. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Gonçalves de Camargo Filho. A presunção constitucional de inocência no processo administrativo disciplinar. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
292. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Rafael Dalarmi. As agências reguladoras, o direito comparado e seu poder normativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
293. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de SaraJeime Dreher. Regime Jurídico dos contratos administrativos e as peculiaridades em relação às parcerias público-privadas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
294. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Sibhelle Katherine Nascimento. Princípios informadores do direito administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
295. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Solange Faganello. O princípio da subsidiariedade e a participatividade do terceiro setor frente à crise do estado. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
296. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Tattiane Pires de Camargo. Ato administrativo: anotações sobre a discricionariedade e desvio de poder. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
297. SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Luis Gustavo Ramalho da Cunha. Regime jurídico das concessões de serviço público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
298. FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Leonardo de Castro Coutinho. Administração Pública: evolução histórica e legalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
299. **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo). Participação em banca de Ingrid Simon. Controle Popular na administração Pública tendo em vista o Estatuto da Cidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
300. **VALLE, V. C. L. L.**; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo). Participação em banca de Valério Bonnet. Administração Pública Gerencial: restrições e possibilidades. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
301. **VALLE, V. C. L. L.**; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Maria José Reis Pontini. A formação jurídica das OSCIP's. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
302. **VALLE, V. C. L. L.**; SANTOS, Marcos (Marcos Roberto Araújo dos Santos); LOMBARDI, Marcello Roberto (Marcello Roberto Lombardi). Participação em banca de Luis Carlos Giacomitti. Desapropriação em face da Constituição Federal de 1988: titularidade e limitações patrimoniais da propriedade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
303. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ayrton Lourenço Neto. Competência e efetividade jurídica nas decisões do Tribunal de Contas da União. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
304. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Alexandre Danielle Alberti. A importância da administração pública para o estado democrático de direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
305. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Alexandre Minor Uema. Processo Administrativo Disciplinar. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
306. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Antonia Lucy Lima Maia. Considerações sobre o fenômeno do desvio de poder na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
307. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Arlindo Bortolini Neto. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
308. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Carolina Ferraza Machado. Direitos fundamentais e a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 1533151. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 309.

- VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Caroline Andrer Meier. Agências reguladoras e seu poder normativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 310. VALLE, V. C. L. L.;** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Caroline Marins Leitão. A aplicação do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse particular no fechamento dos bingos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 311. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Cleide de Oliveira. Direito da propriedade versus direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 312. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Daniel Leitner Carboni. A informação no estado democrático de direito. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 313. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa).** Participação em banca de Daniela Stucke Rodrigues. Resolução de conflitos entre direitos fundamentais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 314. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Daniela Fernanda Alves Leme. Responsabilidade extracontratual do estado por comportamento omissivo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 315. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Daniela Ferreira de Freitas. A efetiva busca do bem comum através da participação popular na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 316. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa).** Participação em banca de Danielle Regina Gomes. Jurisdição Constitucional: o papel do STF na formação do direito brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 317. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **VALLE, V. C. L. L.;** **BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa).** Participação em banca de Dayana Kozievitch. Responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 318. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Ellen Priscila Reis. A atuação do cidadão no combate à improbidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 319. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Fabio Meris de Carvalho Silva. A responsabilidade civil do Estado e suas implicações quanto aos danos decorrentes da demora na prestação de jurisdição. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 320. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Gisele Ferreira de Lima. Discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 321. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **VALLE, V. C. L. L.;** **ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Giseli Martins. Ato administrativo e o dogma da estrita legalidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 322. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Gustavo Kliemann Scarpari. Ato administrativo discricionários e vinculados e seu controle pelo poder judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 323. ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi);** **VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet).** Participação em banca de Isabela Bruginski. A intangibilidade da equação econômica financeira dos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 324. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **VALLE, V. C. L. L.;** **ROSSI, Amelia Sampaio (Amelia do Carmo Sampaio Rossi).** Participação em banca de Karin Lucy Bettinghausen. A adequação na concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 325. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Kassia Renata Silva Noviski. Responsabilidade civil do estado na relação extracontratual. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 326. VALLE, V. C. L. L.;** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Larissa Cachinesi Soares. Responsabilidade do estado por atos judiciais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 327. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Larissa Renata Kloss. O princípio da função social da propriedade na desapropriação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 328. BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho);** **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **VALLE, V. C. L. L.** Participação em banca de Liliane Ongaro. Discricionariedade e controle dos atos da administração pública: controle judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 329. BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet);** **VALLE, V. C. L. L.;** **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho).** Participação em banca de Marcos Graboski. Poder de polícia da administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão

- 330.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Maria Teresa Linhares Wallbach. Natureza jurídica da responsabilidade civil dos bancos de sangue. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 331.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Paulo Henrique Barbosa das Neves. Princípio da ampla defesa e do contraditório nos processos disciplinares militares. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 332.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Rafael Cabral. traços sobre a aplicação dos princípios constitucionais no caso concreto. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 333.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ricardo Gracioli Cordeiro. Aspectos relevantes do pregão. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 334.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Rui Cesar de Bitencourt Druszcz. O elo e o abuso de poder na administração pública. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 335.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Shara Nunes Sampaio. O direito à saúde à luz da constituição federal. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 336.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Silmara Aparecida Latoski. Abordagem crítica da supremacia do interesse público nos contratos administrativos e suas implicações nos direitos do particular. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 337.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BESSA, Fabiane (Fabiane Lopes Bueno Netto Bessa). Participação em banca de Sinter Maiki de Constantino e Santana. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional brasileiro. 2004 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 338.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Talita Oliveira Marcon. Ação afirmativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 339.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Thiago Lemos de Almeida. Discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 340.** BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Yuri Emery. Modulação dos efeitos temporais da decisão de inconstitucionalidade. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 341.** FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Maria José Reis Pontoni. responsabilidade patrimonial extracontratual do Estado. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 342.** **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger). Participação em banca de Ingrid Simon. O ato administrativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 343.** SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Valério Bonet. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 344.** **VALLE, V. C. L. L.**; FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger); SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier). Participação em banca de Patrícia Mombelli Novais. Concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 345.** **VALLE, V. C. L. L.**; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier); FINGER, Ana Cláudia (Ana Cláudia Finger). Participação em banca de Luis Carlos Giacomitti. Regime Jurídico da Licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil.
- 346.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Christiane Lorenzo Niece. Responsabilidade civil objetiva do estado por ato omissivo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 347.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Daiana Trybus. Prerrogativas da administração pública nos contratos administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 348.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Diogo da Ros Gasparin. O equilíbrio econômico financeiro na concessão de serviços públicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 349.** **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Patrick Roberto Gasparetto. Direito Administrativo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 350.** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); **VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Renata Ribeiro Baú. Agência reguladora: o seu poder normativo à luz da CFG de 1988. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 351.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Renato Cordeiro Justos. Aquisição de obras, bens e serviços sem licitação. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 352.** **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Berlatto. responsabilidade patrimonial extracontratual do estado por condutas lesivas. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

353. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ricardo Scartezini Marques. Agências Reguladoras: autonomia e poder normativo. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
354. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Walter Tiyoso Linzmayer Otsuka. Princípio constitucional da eficiência aplicado a administração pública. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
355. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Ana Carolina Franke Rodrigues. Responsabilidade civil do estado por danos decorrentes da atuação do poder judiciário. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
356. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Julia Curx. Anatel. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
357. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Ana Maria Paroli. Desapropriação indireta. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
358. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Andrea Giacomet. A teoria do acidente administrativo e a responsabilidade objetiva do estado. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
359. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Antônio Sérgio Bernardinetti David Hernandez. A responsabilidade civil extracontratual do estado. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
360. **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Cristiane Derani. A prorrogação dos prazos nos contratos de concessão de serviço público. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
361. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Cesar Augusto Berksaag. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
362. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Fabio Grein Pereira. Intervenção do estado na propriedade. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
363. **BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Fernanda Schuhli Borges. O estado regulador e a necessidade de estabelecer padrões de qualidade no fornecimento de energia. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
364. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); VALLE, V. C. L. L.**. Participação em banca de Isabella de Oliveira Trevizan. O conceito de proposta mais vantajosa e os princípios da licitação. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
365. **VALLE, V. C. L. L.**; BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Luiz Gustavo Vicari. Da prestação ao patrimônio cultural: o tombamento. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
366. **VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet); BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho). Participação em banca de Monica Oldani Taborda. As prerrogativas da administração nos contratos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
367. **BACELLAR FILHO, Romeu Felipe (Romeu Felipe Bacellar Filho); VALLE, V. C. L. L.**; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet). Participação em banca de Oriana Stella Balestra. Aspectos relevantes do meio ambiente e sua defesa por meio de ação popular. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **VALLE, V. C. L. L.**. Elaboração de Questões para o Concurso da Magistratura do Paraná 2010. 2009. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Avaliação de cursos

1. **VALLE, V. C. L. L.**. Declaração Avaliador Edital 03/2020-Projetos PIBIC. 2020. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

Outras participações

1. **VALLE, V. C. L. L.**. XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - Comissão de Artigos Científicos. 2020. Instituto Brasileiro de Direito Administrativo.
2. **VALLE, V. C. L. L.**. XXVIII Seminário de Iniciação Científica PUCPR. 2020. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
3. **VALLE, V. C. L. L.**. A eficiência da política pública do fies como fomento à educação: uma análise da implosão do sistema e suas causas. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
4. **VALLE, V. C. L. L.**. O dever constitucional dos municípios de fornecer acesso ao ensino fundamental e à educação infantil. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
- 5.

VALLE, V. C. L. L.. Inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica, leis municipais podem proibir?. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.

6. **VALLE, V. C. L. L.**. As políticas implantadas pelo Estado Brasileiro para o combate ao analfabeto funcional. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
7. **VALLE, V. C. L. L.**. O desempenho do Brasil no Programa Internacional de Avaliação de estudantes (PISA). Uma análise comparada sobre as medidas governamentais adotadas. 2018.
8. **VALLE, V. C. L. L.**; BELEM, Bruno (Bruno Moraes Faria Monteiro Belém); STROPPA, Christianne (Christianne de Carvalho Stroppa); ESTEVES, Júlio César dos Santos; RODELLI, Luiz Felipe de Lima. Presidência da Comissão do Concurso de Artigos jurídicos - Prêmio Sergio de Andréa Ferreira no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Banca de seleção de alunos para o programa de monitoria - Primeiro Semestre de 2016. 2016. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
10. **VALLE, V. C. L. L.**; DOTTA, Alexandre Godoy (Alexandre Godoy Dotta); SANTANO, Ana Claudia (Ana Claudia Santano); CARVALHO, Claudia (Claudia Oliveira Cruz Carvalho); PETHECHUST, Eloi (Eloi Rodrigues Barreto Pethechust); PIVETTA, Saulo Lindorfer (Saulo Lindorfer Pivetta). Banca de Comunicados Científicos do Seminário Internacional de Eficiência e Ética na Administração Pública. 2015. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
11. **VALLE, V. C. L. L.**; MARRARA, Thiago (Thiago Marrara de Matos); SALGADO, Desiree (Eneida Desiree Salgado); BITENCOURT NETO, Eurico (Eurico Bitencourt Neto); HARGER, Marcelo (Marcelo Harger). Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2014. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
12. **VALLE, V. C. L. L.**. Comissão Julgadora dos Recursos interpostos no Exame Multidisciplinar aplicado no 1º Semestre de 2013 para o Curso de Direito, Campus Curitiba. 2013. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
13. **VALLE, V. C. L. L.**. V Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e X Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2009. Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.
14. **VALLE, V. C. L. L.**; BITTENCOURT, Marcus (Marcus Vinícius Corrêa Bittencourt); BACCARIN, Antonio (Antonio Baccarin). Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Guillermo Andrés Muñoz. 2009. Instituto Paranaense de Direito Administrativo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo | 2º painel | Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa. Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Congresso).
2. Conferencia Gestão e Human Skills. 2021. (Outra).
3. Congreso Iberoamericano de Función Pública. Presente y futuro de los funcionarios públicos en Iberoamérica. 2021. (Congresso).
4. II Semana da Mulher da Escola de Direito da PUCPR: liderança, vulnerabilidades e (des)igualdade na contemporaneidade,. PAINEL I O FEMININO NO DIREITO. 2021. (Congresso).
5. INNOVACIÓN DOCENTE EN EL PROCESO ENSEÑANZA- APRENDIZAJE EN LA DÉCADA DIGITAL. Participante do Comitê Científico. 2021. (Congresso).
6. NOMA - Norma e Arte.Comitê científico. 2021. (Outra).
7. Oficina Planejamento de ações acompanhamento de curriculum por NDE e coordenadores. 2021. (Outra).
8. SCIENTIFIC MEETING OF RESEARCHERS IN LAW AND SUSTAINABILITY 2021. Mediador na apresentação de Comunicados Científicos. 2021. (Congresso).
9. ?Controle e vigilância por meio de dados pessoais e sensíveis?. 2020. (Outra).
10. Avaliação e Recuperação da Aprendizagem, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
11. Como eu engajei os estudantes nas aulas remotas? O que deu certo e o que eu posso melhorar nas próximas. 2020. (Outra).
12. Confecção de Planos de Ensino (Course Design) Parte I, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
13. Confecção de Planos de Ensino (Course Design) Parte II, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
14. Engajamento dos estudantes nas aulas remotas, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
15. Entendendo o plano de ensino e as novas matrizes, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2020. (Encontro).
16. Estado Social Digital e regulação de Novas tecnologias. Mesa da palestra. 2020. (Congresso).
17. Evento Universidad Panamericana de México. Servicios Públicos y Administración Pública en la modernidad. 2020. (Congresso).
18. II Congreso Internacional de Comercio Exterior, Derechos Humanos y Derecho Administrativo. Participação na mesa redonda sob Direito Administrativo. 2020. (Congresso).
19. Planejamento de experiências engajadoras que promovam a aprendizagem efetiva nas aulas remotas. 2020. (Encontro).
20. PLANEJAMENTO DE EXPERIÊNCIAS ENGAJADORAS QUE PROMOVAM A APRENDIZAGEM EFETIVA NAS AULAS REMOTAS - COM APRIMORAMENTO DO PLANO DE ENSINO. 2020. (Outra).
21. Primer Congreso Internacional: El Derecho de las Ciudades. Conferencia Magistral. 2020. (Congresso).
22. Primer Foro Internacional de Derecho Constitucional, Administrativo y Derechos Humanos. Avances y trascendencias en Derechos Humanos. 2020. (Congresso).
23. Primer Foro Internacional de Derecho Constitucional, Administrativo y Derechos Humanos. La democracia y la administración Pública actual. 2020. (Congresso).

24. Reforma Administrativa ? Na Visão Delas. PAINEL IV - PROPOSTA DE REFORMA ADMINISTRATIVA E FEDERALISMO. 2020. (Congresso).
25. UNAM, Foro Internacional: Constitución, Administración Pública y Derechos Humanos. Ponente. Administración Pública Digital. 2020. (Congresso).
26. XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2020. (Outra).
27. 5o Congresso Interestadual de União e Fortalecimento da Vereança. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro: Em busca da tão sonhada segurança jurídica ao gestor público. 2019. (Congresso).
28. CONFECÇÃO DE PLANOS DE ENSINO (COURSE DESIGN) - Parte II. 2019. (Congresso).
29. Congresso Internacional - Corte Interamericana de Direitos Humanos e seus impactos na América Latina. O Estado brasileiro diante das decisões da Corte IDH: entre Ximenes Lopes e Vladimir Herzog. 2019. (Congresso).
30. Diálogos com o Ministério Público de Contas Desafios na aplicação da LINDB lind. LINDB e as dificuldades reais do gestor: erro grosseiro e análise das consequências práticas da tomada de decisão administrativa. 2019. (Congresso).
31. Electoral integrity and democratic development. Presidente da mesa. 2019. (Outra).
32. Integridad electoral y desarrollo democratico, Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. Integridad electoral y desarrollo democratico, Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Seminário).
33. IX Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. Administração Pública Digital. 2019. (Congresso).
34. Media Training PUCPR - 2019. 2019. (Congresso).
35. Novos Paradigmas da Contratação Pública - Inovações na nova lei das estatais (Governança, c compliance, licitações e contratos. Participação na mesa redonda. 2019. (Outra).
36. Recepção aos Calouros- Painel Institucional. Painel Institucional. 2019. (Outra).
37. Retrocesso de Direitos Fundamentais, Subtema: Agenda 2030- Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5 e vi violações de Direitos Humanos Fundamentais. Palestra. 2019. (Congresso).
38. Universitas e Direito. Sustentabilidade e Controle. 2019. (Congresso).
39. Universitas e Direitos Humanos. Decisão Judicial e Direitos Humanos. 2019. (Congresso).
40. VII VOZES DO DIREITO CONTEMPORÂNEO - AS VOZES DA BALBÚRDIA. Avaliadora do grupo de Trabalhos em Direito do Estado. 2019. (Congresso).
41. XVIII Foro Iberoamericano de Derecho Administrativo. Organización del Control Administrativo. 2019. (Congresso).
42. 1º Semana da Mulher da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Parná. Movimento feminista e as temáticas atuais. 2018. (Encontro).
43. Café Identidade com a Escola de Direito. 2018. (Congresso).
44. Café Identidade com a Escola de Direito. O Curso de Direito da PUCPR. 2018. (Encontro).
45. Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. Consensualismo, Arbitragem e o Ambiente de contratação pública brasileiro: reposicionamento de prerrogativas na Administração Pública. Mesa: Licitação Pública: Novas Leis, Velhos Problemas, Semana Jurídica do TCEPR - 30 Anos da Constituição Federal. 2018. (Congresso).
46. Universitas e Direito 2018. Mesa redonda: Análise da Lei nº 13655/18- nova lei de introdução as normas do direito brasileiro- a nova lei de segurança e eficiência no direito Público. 2018. (Congresso).
47. Universitas e Direito 2018. A constituição vista por elas o olhar feminino sobre os 30 anos da constituição. 2018. (Congresso).
48. VIII Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e VII Congresso Sulamericano de Direito Administrativo. Painel de Debates 3 ? Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Congresso).
49. XIX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Segurança jurídica e a jurisprudência do medo. 2018. (Congresso).
50. XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica. 2018. (Congresso).
51. I Congresso Internacional de Direitos Fundamentais na Nova Ordem Mundial. Direitos das Minorias, Ações Afirmativas e Confrontos Ideológicos: os (re)sentimentos. 2017. (Congresso).
52. Universitas e Direito. Novos paradigmas nos contratos administrativos: consensualismo e arbitragem e reposicionamento de prerrogativas. 2017. (Congresso).
53. VI Conferência Estadual da Advocacia OABPR. Arbitragem nos contratos administrativos. 2017. (Congresso).
54. XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 6º Painel: Concessões e parcerias em cenários de crise - desafios na conciliação de segurança jurídica e promoção do desenvolvimento. 2017. (Congresso).
55. Devising 21st Century Higher Education with PUCPR. 2016. (Encontro).
56. Encontro do NINC - Núcleo de Investigações Constitucionais do PPGD/UFPR. Modalidades de Licitação no Direito Administrativo Brasileiro. 2016. (Encontro).
57. I Fórum de Controle Externo do TCEPR. Julgamento da Licitação e o Princípio da vinculação ao instrumento convocatório. 2016. (Congresso).
58. Oficina: Aprendizado por Pares (Peer Instruction). 2016. (Oficina).
59. Oficina: Sistema de Votação em Sala de Aula. 2016. (Oficina).
60. Palestra: Confissões de um Professor Convertido Eric Mazur. 2016. (Encontro).
61. Palestra: Inversão da Sala de Aula-Bennett Goldberg. 2016. (Encontro).
62. Planeta PUC (Feira de Cursos). A importância do Profissional do Direito. 2016. (Exposição).
63. Prezi Básico, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2016. (Oficina).
64. Workshop Blackboard, Encontro de aprimoramento e formação pedagógica PUCPR. 2016. (Oficina).
65. XVII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. (In)Eficiência da Administração Pública em conflito com a profissionalização do Agente Público. 2016. (Congresso).
66. Capacitação do Advogado Iniciante. Postura em Audiência. 2015. (Encontro).
67. O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. O Processo Administrativo nas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista. 2015. (Encontro).
68. Seminário Internacional Eficiência e Ética na Administração Pública. Presidente da Sessão de Apresentação de Comunicados Científicos. 2015. (Congresso).
69. Seminário sobre o Trabalho Discente Efetivo - TDE. 2015. (Seminário).
70. XVI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Regime Jurídico e Processo Administrativo Disciplinar. 2015. (Congresso).

71. IV Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Responsabilidade Administrativa, Civil e Penal do Gestor/Fiscal do contrato. 2014. (Congresso).
72. Palestra: A nova família e o papel da escola nesta realidade. 2014. (Encontro).
73. Seminário de Integração do PPGD/PUCPR. Transparência, Probidade e Contratação Pública. 2014. (Seminário).
74. XI Seminário Marista de Profissões. O Curso de Direito da PUCPR, palestra aos alunos do ensino fundamental II e Médio do Colégio Santa Maria. 2014. (Seminário).
75. XV Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Direitos Sociais e Administração Pública. 2014. (Congresso).
76. XXVIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2014. (Congresso).
77. III Congresso Internacional de la Red Docente Eurolatinoamericana de Derecho Administrativo. Cuestiones actuales del Derecho Público. 2013. (Congresso).
78. II Virada Acadêmica. Direito administrativo e sustentabilidade: novos limites à tomada de decisão administrativa. 2013. (Seminário).
79. XIV Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Servidor Público e Segurança Jurídica. 2013. (Congresso).
80. II Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Habilitação e Julgamento de Propostas. 2012. (Congresso).
81. VI Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. Presidente da Mesa: Energia Sustentável, Financiamento e Consumo: questão econômica, jurídica ou cultural?. 2012. (Congresso).
82. XIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Reequilíbrio Econômico Financeiro. 2012. (Congresso).
83. Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos. Inexigibilidade de Licitação para Contratação de Serviços Advocatícios: Possibilidades e Fundamento Legal. 2011. (Congresso).
84. I Congresso da Rede Eurolatinoamericana de Direito Administrativo. Serviços públicos e atividade econômica como meios de desenvolvimento. 2011. (Congresso).
85. I Seminário Ítalo-brasileiro: Inovações Regulatórias em Direitos Fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade. Alternativas de Regulação Jurídica Eficiente dos Recursos Energéticos. 2011. (Seminário).
86. Seminário Direito Administrativo, Democracia e Direitos Fundamentais. Direitos Fundamentais e o Controle da invalidade dos Atos Administrativos. 2011. (Seminário).
87. XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Aplicabilidade da lei federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/99) nos Estados e Municípios. 2011. (Congresso).
88. XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 20 anos da Lei nº 8.112/90 - Reflexões sobre o Regime Jurídico Estatutário dos Servidores Públicos. 2010. (Congresso).
89. V Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul, X Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Banca do Concurso de Artigos Jurídicos Guillermo Andrés Muñoz. 2009. (Congresso).
90. IX Congresso Paranaense de Direito Administrativo. As políticas públicas e seus aspectos polêmicos. 2008. (Congresso).
91. II Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. Novos limites às prerrogativas públicas dos contratos administrativos. 2007. (Congresso).
92. VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Contratos Administrativos. 2007. (Congresso).
93. VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Licitações e Contratos. 2006. (Congresso).
94. Seminário de Lançamento do Livro: Curso de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
95. VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Aspectos controvertidos das contratações emergenciais. 2005. (Congresso).
96. O Direito do Estado e o Estado de Direito. A reforma previdenciária e a segurança jurídica do servidor público. 2004. (Simpósio).
97. Primeira Jornada de Direito Constitucional da UniBrasil. Neo-Constitucionalismo, funções do Estado e controle das políticas públicas. 2004. (Congresso).
98. V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações (1º painel: Licitações Públicas). 2004. (Congresso).
99. VI Simpósio Nacional de Direito Constitucional. Integrante da Comissão Examinadora de Artigos Jurídicos. 2004. (Simpósio).
100. Congresso Ibero-americano de Direito Administrativo. O direito urbanístico e o desenvolvimento planejado das cidades. 2003. (Congresso).
101. IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. Atuação das Agências Reguladoras no Brasil. 2003. (Simpósio).
102. Jornada de Direito Público PUCPR. Reforma Administrativa e o terceiro setor. 2003. (Congresso).
103. Jornada de Direito Público PUCPR. Reforma Administrativa e o terceiro setor. 2003. (Congresso).
104. Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. Reforma Administrativa do Estado. 2003. (Encontro).
105. Primeiro Encontro Acadêmico das Faculdades do Brasil: Alteridade e Cidadania. 2003. (Encontro).
106. Segunda Semana Acadêmica do CASP - 2003 - 15 Anos da Constituição. A nova dogmática crítica constitucional: os pressupostos de construção de uma nova sociedade. 2003. (Encontro).
107. XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. Regime Jurídico das Agências Reguladoras. 2003. (Encontro).
108. 1º Colóquio do Primeiro Semestre de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. A imprensa e as liberdades fundamentais. 2002. (Encontro).
109. IV Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul. 2002. (Congresso).
110. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Congresso).
111. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
112. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
113. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
114. III Congresso Sul Americano Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
115. XIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
116. Congresso sobre Direitos Fundamentais. 1998. (Congresso).
117. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornada de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
118. II Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal. 1998. (Outra).
119. XII Congresso Brasileiro e II Congresso Sul Americano de Direito Administrativo. 1998. (Congresso).
120. I Jornada de Estudos Jurídicos da Justiça Federal. 1997. (Outra).

121. Palestra. 1997. (Outra).
122. Semana de Qualidade de Ensino PUCPR. 1997. (Seminário).
123. Painel de Direito Comercial do CASP. Sociedade por cotas de Participação Limitada. 1996. (Encontro).
124. X Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1996. (Congresso).
125. XVII Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1996. (Congresso).
126. IV Fórum Nacional de Direito Constitucional - Controle da Constitucionalidade. 1995. (Outra).
127. III Fórum Nacional de Direito Constitucional. 1994. (Outra).
128. XV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1994. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; CABRAL, RODRIGO MACIEL ; GALLO, William Iván (William Ivan Gallo Aponte) . Seminário Serviços Públicos, Smart Cities e Tecnologia - Seminários de Integração NUPED PPGD/PUCPR. 2021. (Outro).
2. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Internacional: Os contratos públicos no contexto internacional. 2021. (Congresso).
3. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) . II Seminário Brasil-Índia de Direitos Fundamentais, Tecnologia e Educação e Seminário Internacional de Direito Digital. 2021. (Congresso).
4. **VALLE, V. C. L. L.**. Lifelong Learnig II. 2021. (Congresso).
5. **VALLE, V. C. L. L.**. Passado, presente e futuro do sistema de conflito internacional. 2019. (Congresso).
6. **VALLE, V. C. L. L.**. Análise da Lei No. 13655 de 2018 - Nova Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro. 2019. (Congresso).
7. **VALLE, V. C. L. L.**. Palestra conflitos no Direito Internacional: Embates econômicos, humanos e sociais. 2019. (Outro).
8. **VALLE, V. C. L. L.**. Erosão Democrática e Constitucionalismo Abusivo. 2019. (Outro).
9. **VALLE, V. C. L. L.**. Controle de Convencionalidade, Retrocesso de Direitos Fundamentais e Políticas de Gênero. 2019. (Congresso).
10. **VALLE, V. C. L. L.**. Conflitos no Direito Internacional: Embates Econômicos, Humanos e Sociais. 2019. (Congresso).
11. **VALLE, V. C. L. L.**; GABARDO, Emerson (Emerson Gabardo) ; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) ; BLANCHET, Luiz Alberto (Luiz Alberto Blanchet) . Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Congresso).
12. **VALLE, V. C. L. L.**; MOREIRA, Bruna (Bruna Cristina Moreira) ; BARJONA, Heloisa (Heloisa de Lima Barjona) ; CARVALHO, Érika (Érika Carvalho de Aquino) ; OLIVEIRA, Deborah (Deborah Miquelini Rodrigues de Oliveira) ; TURRA, Silvia (Silvia Turra Grechinski) . 1ª Semana da Mulher da Escola de Direito da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. 2018. (Outro).
13. **VALLE, V. C. L. L.**; KOZIKOSKI JUNIOR, Antonio (Antonio Claudio Kozikoski Junior) . O Direito em Verbo ? Vozes da Escola de Direito. 2018. (Outro).
14. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio de conciliação e mediação ? desafios e perspectivas. 2018. (Outro).
15. **VALLE, V. C. L. L.**; HACHEM, Daniel Wunder (Daniel Wunder Hachem) . Proteção Jurídica do Meio Ambiente e seus desafios contemporâneos, Aula Magna da Escola de Direito, com Palestra da professora Jacqueline Morand-Deville, Universidade Paris I ? Pantheon Sorbonne. 2018. (Outro).
16. **VALLE, V. C. L. L.**. Ato Público em Defesa da Constituição. 2018. (Outro).
17. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Análise da Lei n. 13655/18 - Nova Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro. 2018. (Outro).
18. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio A CONSTITUIÇÃO VISTA POR ELAS: o olhar feminino sobre os 30 anos da Constituição. 2018. (Outro).
19. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 4 a 8 de junho. 2018. (Outro).
20. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 5 a 10 de novembro. 2018. (Outro).
21. **VALLE, V. C. L. L.**. VIII Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. 2018. (Congresso).
22. **VALLE, V. C. L. L.**. O Estado Administrativo e o Direito Público e o Direito Privado, aula magna da Escola de Direito, com palestra do professor Pedro Costa Gonçalves, Universidade de Coimbra. 2017. (Outro).
23. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio ARBITRAL WOMEN. 2017. (Outro).
24. **VALLE, V. C. L. L.**. Simpósio Temas de Arbitragem. 2017. (Outro).
25. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 5 a 8 de junho. 2017. (Congresso).
26. **VALLE, V. C. L. L.**. Evento de integração acadêmica entre graduação e pós-graduação e pesquisa científica UNIVERSITAS E DIREITO, 16 a 20 de outubro. 2017. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Jéssica Heinzen Felisberto. Administração Pública Digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.

2. Lucas Matheus Lopes. A utilização de parcerias público privadas na segurança pública: possibilidade de trespasse da perícia criminal. 2021. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
3. Mário Sérgio Vuitik. Equilíbrio contratual em processo licitatório: o sistema de registro de preços na teoria e na jurisprudência. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
4. Pietra Procopio Castro Pascali. As prerrogativas da Administração Pública: um estudo comparado entre o direito brasileiro e o direito americano. 2019. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camiia Cotovicz Ferreira. Conformidade das Leis No. 13.467/2017 às regras que norteiam a terceirização de serviços na administração pública. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
6. Jean Carlo Jacichem Luz. Arbitragem enquanto instrumento da ação do estado contractualizado no paradigma a administração pública consensual. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
7. Amanda Colaço. Consensualismo - uma resposta à crise de autoridade no ambiente contratual administrativo. 2018. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
8. Mário Ferreira Penteado Neto. A arbitragem e algumas reflexões sobre o princípio da indisponibilidade, pela administração pública, do interesse público e os interesses patrimoniais disponíveis. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
9. Sabrina Suelen Marcelino. Modelo contemporâneo de contrato administrativo: instrumento de estabilização de políticas públicas, governança e desenvolvimento nacional sustentável. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
10. Eduardo Mendes Zwierzkowski. Governança corporativa nas empresas estatais brasileiras: uma análise da Lei n. 13.303/2016. 2017. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caroline Borges. Das Preferências em procedimentos licitatórios. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
12. Rafael Stallmach Costa Kadri. Princípios da Administração Pública na licitação e sujeição do instrumento convocatório a impugnações. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
13. Alexander Miranda. Reequilíbrio Econômico Financeiro nos atos de Registro de Preços. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
14. Aline Rosa Novaes. Alterações quantitativas e qualitativas dos contratos administrativos. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
15. Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
16. Bruno Arcie Eppinger. A retenção de créditos decorrentes de contrato administrativo em razão da aplicação de multa pela ausência de garantia contratual. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
17. José Bernardoni Filho. O desenvolvimento de atividades privadas de interesse público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSIP. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
18. Rafael de Araújo Mazepa. As exigências de qualificação técnica nas licitações de obras públicas: desafios da razoabilidade. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
19. Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de licitação por notória especialização na prestação de serviços advocatícios. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
20. Inácio do Nascimento Dias. Lei de Responsabilidade Fiscal: Aspectos Constitucionais. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
21. Ivan Schneider. Contratos de Gestão e seus Aspectos Polêmicos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
22. Rondinelli Roberto da Costa Urias. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos das Agências Reguladoras. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito) - Fundação Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso. Orientador: Vivian López Valle.
23. Alexander Miranda. Reequilíbrio econômico-financeiro nos atos de Registro de Preços. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
24. Aline Rosa Novaes. Alterações Quatitativas e qualitativas dos Contratos Administrativos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
25. Ana Eliza Marques Soares. Sistema de Registro de Preços. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
26. Bruno Arcie Eppinger. A Retenção de Créditos Decorrentes de Contrato Administrativo em Razão da Aplicação de Multa pela Ausência de Garantia Contratual. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito

Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.

27. José Bernardoni Filho. O Desenvolvimento de Atividades Privadas de Interesse Público pelas Organizações Sociais de Interesse Público - OSCIP, em parceria com a Administração Pública. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
28. Rafael de Araujo Mazepa. As Exigências de Qualificação Técnica nas Licitações de Obras Públicas: Desafios da Razoabilidade. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
29. Thiago Bertapelli. Inexigibilidade de Licitação por Notória Especialização na Prestação de Serviços Advocatícios. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
30. Marco Aurélio Senko da Hora. A Relativização da Supremacia do Interesse Público em face do Andamento Constitucional da Dignidade da Pessoa Humana. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
31. Renata Costa de Aguiar. Formas de Concessão de Serviço Público e os Entraves a Contratação de Parcerias Público-Privadas. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
32. Cláudio Tavares Tesseroli. Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
33. Diego Ari Cheniski. Dos Ilícitos da Lei nº 8.666/93. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
34. Myrthes Castro de Melo e Silva. O Princípio da Segurança Jurídica em face do Julgamento do Ato de Concessão de Aposentadoria pelo Tribunal de Contas da União. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
35. Gabriela Murara Vieira. As Cláusulas Exorbitantes e o Dever de Manutenção do Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos de Concessão. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
36. Liliane de Jesus Vollrath Oliva. A Parceria Público-Privada e suas Peculiaridades em Relação à Concessão Comum. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
37. Tiago Cadore. Os Contratos de Parceria Público-Privadas e a exceção de contrato não cumprido. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
38. Rodrigo Caxambu de Almeida. Da Vinculação da Portaria Inaugural ao Relatório e Decisão Lei nº 9.784 de 29 de Janeiro de 1999. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
39. Evandro Beck Souza. A Justificativa do Preço da Contratação na Lei 8.666/93. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
40. Ana Paula Lauriano Cardoso. Encampação: Principais Aspectos e Dificuldades. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
41. Beatriz Mattar Araújo. Terceirização de Serviços na Administração Pública. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
42. Elaine Cristina Bertoldo. Equilíbrio Econômico-Financeiro nos Contratos Administrativos. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
43. Paulo Eduardo Vizzotto. O Impacto da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
44. Lia Nara Dalmutt. Controle Jurisdicional dos Atos Administrativos Discricionários. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
45. Thiago Antônio de Lemos Almeida. Parcerias Público-Privadas. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
46. Lucia Sombrio. A Constitucionalidade da Lei 8.429/92. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
47. Melissa de Miranda Coutinho. A Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado e a Intervenção de Terceiros. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
48. Caroline da Costa Kamaroski. Ações Afirmativas: O Princípio da Isonomia Efetivamente Aplicado. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
49. Fuad Salim Naji. A Revisão Geral e Anual da Remuneração dos Servidores Públicos e o Teto Constitucional de Remuneração. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
50. Andressa Fracaro Cavalheiro. Contribuição de Melhoria - Aspectos Destacados. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de Especialização em Direito Administrativo) - Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar. Orientador: Vivian López Valle.
- 51.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Letícia Casagrande. A ADVOCACIA 4.0: O IMPACTO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL PARA O PROFISSIONAL DE DIREITO. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Camila Duarte. Uma análise sobre a inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica a partir da Perspetiva do Direito Fundamental à Educação. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Joselito Francisco Gugiemi. A inserção do princípio constitucional da função social e a responsabilidade socioambiental à legislação das empresas estatais e prestadores de serviços públicos, com foco na sustentabilidade, à luz da Lei 13.303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Voleni Fernandes de Lima Junior. A exigência das regras de compliance na contratação pública a luz da lei 13303/2016. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Rafaela Carla dos Santos. A eficácia da arbitragem nos contratos administrativos. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. André Felipe Pereira de Souza. O serviço público eficiente como instrumento de concretização do direito fundamental a boa administração pública. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
7. Pablo de Paula Orofino. A evolução histórica do estado social da sua origem a contemporaneidade. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Rafaella Nogueira Ferraresi. A judicialização da saúde e o papel do Estado no fornecimento de medicamentos de alto custo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Marina Delatte Rissio. O direito fundamental à saúde e a sua judicialização. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Cahio Almeida Silva. A importância dos descontos tarifários para o cooperativismo de eletrificação rural. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caio Lopes da Silva. Administração Pública e a eficácia da arbitragem em suas relações contratuais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
12. Lucas Antoniacomi Dal'Lin. O paradigma atual das contratações Administrativas: a atuação pública imperativa em fase de consensualismo. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
13. Diego Jacomit Corrêa. Mercado livre X Mercado cativo: um estudo sobre a possibilidade de implementação de um amplo ambiente de contratação livre no mercado brasileiro de concretização de energia elétrica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
14. Luis Fernando Ponarski. O surgimento do Uber como meio de transporte de passageiros - Análise pontual do enquadramento como atividade econômica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
15. Mario Kendy Miyasiky. Ações civis públicas contra a prudência social. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
16. Aline Dutra Pepes. Análise da aplicação do instituto de arbitragem nos contratos administrativos: entre direitos disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
17. Matheus Trancoso Bertolin. A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
18. Lucas Martins Antunes. Direito à moradia digna e intervenção social: o papel do estado na transformação do espaço social. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
19. Jéssica de Moura Rocha. O uso da arbitragem nos contratos administrativos. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
20. Fernanda Bellascosa da Silva. Arbitragem e o poder público: entre interesses disponíveis e indisponíveis. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
21. Lislie Queiroz de Souza. A aplicabilidade da arbitragem nos contratos administrativos como solução alternativa de litígio na relação estado-sociedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
22. Ana Jéssica Buttner da Silva. Licitação pública: entre o modelo normativo da Lei 8.666/1993 e o regime diferenciado de contratações públicas Lei 12.462/2011. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
23. Lucas Augusto Coltro. As Parcerias Público-Privadas no sistema prisional. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
24. Ricardo Bolliger Schimin. Licitações - regime diferenciado de contratação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
25. Ivan Besel Villalon. Alternativas ao controle judicial do direito fundamental à saúde: em busca de sua efetivação integral e universal. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

26. Wilson Accioli de Barros Filho. A contemporânea relação consensual entre o parceiro público e o parceiro privado e os reflexos decorrentes da recepção da arbitragem pela Lei de PPPs. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
27. Ana Luzia Gori Palka Miranda. Publicidade X Privacidade: limites e possibilidades na divulgação nominal da remuneração dos servidores públicos na internet. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
28. Julio Cesar Fernandes Ercoli. Segurança Pública: os limites constitucionais de atuação das guardas municipais e a PEC 534 de 2002. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
29. Leonardo Rodrigo dos Santos Dutra. O Regime Jurídico do Serviço Público e o Transporte Coletivo como Modalidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
30. Taisa Regina Rodrigues. Recusa ao tratamento hemoterápico e o conflito entre direitos fundamentais. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
31. Thales Soares Rossato. Licitação Pública e os Aspectos penais na Lei 8666/93. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
32. Ana Cristina Aguiar Viana. Estado Neoconstitucionalista e o controle judicial de políticas públicas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
33. Fabiane Jesus de Lima. Os princípios da legalidade e da juridicidade aplicados no Direito Administrativo: sob influência no Estado e na gestão administrativa diante dos novos paradigmas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
34. Daphne Glaser Pohl. Discricionariedade e controle dos pressupostos legitimadores do mérito. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
35. Gabriel Bacila Langer. O princípio da eficiência na Administração Pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
36. Luiz Gustavo Moraes Kojarski. Terceiro setor - parcerias entre o Estado e o Privado para satisfação do interesse público. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
37. Eduarda Lacerda Kanieski. Poder de polícia. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
38. Kamila Ornelas Valle. Remédios Constitucionais, o Mandado de Segurança e as Inovações da Lei 12.016/2009. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
39. Jeferson Castro Teixeira. Atos de improbidade administrativa à luz da constituição federal e o entendimento jurisprudencial sobre a aplicação da Lei 8429/92 aos agentes públicos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
40. Liliana Cechinel. A Constituição da Lei nº 11105/2005 em Face da Discussão acerca do Destino dos Embriões Excedentes de Fertilização In Vitro e a Pesquisa com Células Tronco Embrionária. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
41. Talita Agatma Pogrzeba. Agências Reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
42. Luciano Correia Curi. O Regime Jurídico das Licitações e o Pregão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
43. Michel Kazuichi Iwata. Desapropriação no Direito Brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
44. Fernando Boff. A Garantia Legal do Exercício do Direito de Greve dos Servidores Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
45. Kaliandra Hermes. Agências Reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
46. Carolina de Moraes Sarmento Dionisio. O Princípio da Justa Indenização à Luz do Instituto de Desapropriação. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
47. Amanda Regina Iatski. Reforma Administrativa e Regulação Econômica: a extensão e limites do poder normativo das agências reguladoras. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
48. Boas Henrique Macorim Vieira Oliveira. Aspectos jurídicos dos contratos administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
49. Daniel Morelli Soares. Discricionariedade e os Limites do Poder de Polícia. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
50. Ivy Sabina Ribeiro de Moraes. Regime Jurídico Estatutário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
51. Jefferson Lopes Galvão. Aspectos gerais das Agências Reguladoras no Brasil. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
52. Larissa dos Santos Sutil de Oliveira. Princípio da reserva do possível. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
53. Luana Cristina Medeiros de Lara. Discricionariedade Administrativa: limites constitucionais de atuação dos agentes administrativos e o controle exercido pelo poder judiciário. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
54. Maria Joana Fagundes Guimarães. Processo e processo administrativo disciplinar no âmbito da administração pública federal. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 55.

Mauricio Antonio Scheleider. A defesa do usuário de serviços públicos e a realização dos direitos fundamentais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

56. Thais Françoise Gusso. A proporcionalidade e a razoabilidade das sanções administrativas aplicadas pela comissão permanente para apuração de irregularidades e aplicação de sanções administrativas, as empresas contratadas com o poder judiciário do Paraná. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
57. Wilson Trindade Junior. Discricionariedade Administrativa na dinâmica da Constituição de 1988. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
58. Suzanne Jacowski. A delegação dos serviços sociais através do contrato de gestão. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
59. Cynthia Izabella Poli de Andrade. A Administração Pública e sua Relação com o Princípio da Moralidade e a Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
60. Emily Sucasas Talamante. Parcerias Público - Privadas e o Sistema Penitenciário Brasileiro. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
61. Hertel Rehbein Junior. Atos de Improbidade Administrativa que Causam Prejuízo ao Erário. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
62. Higor Goulart. Atos de Improbidade Administrativa. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
63. Jaques Artuso Grisane. As Parcerias Público Privadas no Âmbito do Sistema Prisional. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
64. Joice Ribeiro de Campos. Concurso Público - Temas Controvertidos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
65. Leonardo Borsa. Agências Reguladoras: Os Desafios ao Exercício do seu Poder Normativo. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
66. Luiza Justin Luvizotto. Poder de Polícia e Possibilidades de Delegação e Entidades Privadas. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
67. Márcia da Cruz Heofacker. Teoria da Imprevisão e os Contratos Administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
68. Marina Letícia Setim. O Regime Jurídico das Licitações e a Inexigibilidade de Licitação. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
69. Nicolle da Nóbrega Cordeiro. Estudo Sobre a Aplicação Ação Afirmativa no Acesso do Negro a Educação Universitária no Brasil Visando a Igualdade entre Raças. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
70. Camila Letícia de Maia. Aspectos Pontuais do Regime Jurídico das Licitações Públicas e as Peculiaridades de sua Aplicação nas Empresas Estatais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
71. Caroline Pereira Almeida. O Controle dos Atos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
72. Danielle Cristine de Castro Carvalho. Regime Jurídico das Concessões Públicas e Parcerias Público Privadas: Aspectos Pontuais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
73. Inara Caroline Silita de Almeida Coan. O Princípio da Proporcionalidade no Processo Administrativo Disciplinar. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
74. Joanna Rozário Haiduk. O Dever de Legal de Licitar e as Hipóteses de Contratação Direta. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
75. João Guilherme Bueno de Oliveira Gatti. Democracia, Administração Pública e Discricionariedade Administrativa: Análise Pontual. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
76. Leandro Buss. A Participação das Cooperativas em Licitações Públicas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
77. Magnum de Medeiros. Aspectos Pontuais das Licitações Públicas e o Seu Controle. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
78. Maya Lissa Mateus de Almeida Gonçalves. Processo Administrativo Disciplinar e o Princípio do Juiz Natural na Administração Pública Federal. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
79. Renata Petreli Piaé. A Sociedade de Economia Mista. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
80. Elisandra Vaz da Silva. Desapossentação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
81. Joseana Aparecida Bueno. Trabalhadores rurais e a previdência social. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
82. Jamille Villela de Barros. O cálculo do salário de benefício para o segurado. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
83. Juliana Haas. Repercussão do estatuto da microempresa e da empresa de pequeno porte nas licitações. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
84. Ricardo Miara Schuarts. Concessão de serviço público. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
85. Tiago de Brito Buquera. A reparação do dano moral decorrente de ato de improbidade administrativa. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

86. Daniel de Lara Pamplona. Jurisdição Constitucional Concentrada no Brasil. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
87. Kendra Franco Dias. O Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e as Prerrogativas da Administração Pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
88. Isabella Bittencourt Mader Gonçalves. Reforma Agrária. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
89. Carolina Gomes Azevedo. Licitação. Dispensa e Inexigibilidade de Licitat. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
90. Crystianne Indena Pires Figueira. Regime Jurídico dos Contratos Administrativos e o Abuso de Poder. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
91. Maria Francisca de Miranda Coutinho. Tutela do Interesse Público. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
92. Miriam Ramos Nogueira. Súmulas Vinculantes. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
93. Pauline de Moraes Chemin. O Princípio da Dignidade da Pessoa Humana na Constituição Federal de 1988. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
94. Alice Danielle Silveira. Parcerias público privadas em sentido estrito. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
95. Antonio João Valério Filho. O orçamento Público e seus reflexos na economia. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
96. Bruno Engler Lamberti. Regime jurídico das licitações públicas e a modalidade pregão. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
97. Debora Pereira Reali. Controle de constitucionalidade brasileira: uma análise crítica. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
98. Diogo Ferreira Bernet. Agências Reguladoras. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
99. Evelyze Gimienchi Dias. A terceirização na administração pública. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
100. Nelson Minoru Yamagami Savasaki. Administração pública, arbitragem e teoria organizacional. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
101. Rodrigo Jankowski Cardoso. As Parcerias Público-Privadas e o gerenciamento profissional de projetos. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
102. Camila de Fátima Konpik. Pregão: modalidade econômica e eficaz de licitação para bens e serviços comuns. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
103. Tiago Zeglin. O controle jurisdicional dos atos administrativos e a discricionariedade. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
104. Elaine Maria Marques. Controle da Administração Pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
105. Fernanda Mourão Ribeiro. Ato administrativo - aspectos pontuais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
106. Fernando de Assis Ribas Goulart. Aspectos pontuais das concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
107. Guaracy Carvalho. Aspectos do processo administrativo disciplinar. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
108. Kamila Figueiredo Ferreira. Questões controvertidas acerca das agências reguladoras perante o século XXI. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
109. Laura Del Bosco Brunetti Cunha. Concessões de serviço público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
110. Maria Emília Vieira Salvatti. As agências reguladoras e sua atuação no Brasil. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
111. Petra Lessa. Meios de controle jurisdicional da administração pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
112. Tatiana Sommer de Oliveira. Discricionariedade Administrativa: poder ou dever?. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
113. Luis Gustavo Ramalho da Cunha. Regime Jurídico das Concessões de Serviço Público. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
114. Leonardo de Castro Coutinho. Administração Pública: Evolução Histórica e Legalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
115. Ana Carolina de Barros. Observações pertinentes à lei do pregão e seus regulamentos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
116. Alessandro dos Santos Nieto. O regime de propriedade privada e a intervenção estatal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
117. Bruno Santos de Lima. Princípio da proporcionalidade e da razoabilidade como limitadores da discricionariedade da administração. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
118. Cintia Maria Borges Queiroz. Parcerias público privadas e a experiência brasileira. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
119. Dafnim Frates Rothrach. A nova modalidade de licitação denominada pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
120. Daiane Aparecida Bales. O terceiro setor e a capacitação de recursos, com ênfase na atividade administrativa de fomento. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

- 121.** Douglas Carlos Hartenthal Junior. Controle judicial dos atos de improbidade administrativa. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 122.** Eduardo Fulgencio da Cruz. Discricionariedade administrativa e controle judicial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 123.** Emanuel Theodoro Salloom Silva. Desapropriação direta e indireta. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 124.** Francine Hoelz Balbi Romão de Oliveira. Limites à discricionariedade administrativa - controle judicial dos atos administrativos. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 125.** Hermann Emmel Schwatz. Da administração pública burocrática à gerencial. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 126.** Joseana Haifa Kinowski. Regime jurídico administrativo, invalidação e seus limites. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 127.** Karina Zanini. Processo administrativo disciplinar e o devido processo legal. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 128.** Sibhelle Katherine Nascimento. Princípios informadores do direito administrativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 129.** Tattiane Pires de Camargo. Ato administrativo: anotações sobre a discricionariedade e o desvio de poder. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 130.** Arlindo Bortolini Neto. Princípio constitucional da eficiência administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 131.** Carolina Ferraza Machado. Direitos fundamentais e a inconstitucionalidade do art. 18 da Lei n. 1533151. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 132.** Caroline Andrer Meier. Agências reguladoras e seu poder normativo. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 133.** Daniela Stuque Rodrigues. Resolução de conflitos entre direitos fundamentais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 134.** Danielle Regina Gomes. Jurisdição Constitucional: o papel do STF na formação do direito brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 135.** Ellen Priscila Reis. A atuação do cidadão no combate a improbidade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 136.** Fabio Meris de Carvalho Silva. A Responsabilidade civil do Estado e suas implicações quanto aos danos decorrentes da demora na prestação de jurisdicional. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 137.** Gisele Ferreira de Lima. Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 138.** Gustavo Kliemann Scarpari. Atos administrativos discricionários e vinculados e seu controle pelo poder judiciário. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 139.** Isabela Bruginski. A intangibilidade da equação econômica financeira dos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 140.** Larissa Cachinesi Soares. Responsabilidade do estado por atos judiciais. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 141.** Rafael Cabral. Traços sobre a aplicação dos princípios constitucionais no caso concreto. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 142.** Sinter Maiki de Constantino e Santana. A dignidade da pessoa humana no direito constitucional brasileiro. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 143.** Thiago Lemos de Almeida. Discricionariedade Administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 144.** Patrícia Mombelli Novais. Concessão de serviço público. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Autônomo do Brasil. Orientador: Vivian López Valle.
- 145.** Cesar Augusto Berkhaag. Princípio da eficiência controle dos atos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Iniciação científica

- 1.** Fabricio Antunes Zangiski. A SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO UNILATERAL POR TERMOS DE AJUSTE DE CONDUTA. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 2.** Luana Ruppel Ramos. DISCRICIONARIEDADE LEGISLATIVA: A PROIBIÇÃO DO EXCESSO E A VEDAÇÃO DA PROTEÇÃO INSUFICIENTE COMO PARÂMETRO DE CONTENÇÃO DO ABUSO DO PODER LEGISLATIVO. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 3.** Luciana Hecke Rizzo Castilho. Direitos fundamentais sociais sob a ótica do retrocesso social: uma análise sobre a educação e a proibição de disciplinas relacionadas à identidade de gênero. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 4.** Bianca Assumpção Wosch. O consensualismo como novo Regime Jurídico Administrativo. 2020. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 5.** Camila Polichuk. Flagrante preparado e a responsabilidade civil do Estado. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
- 6.** Isadora Gnoatto Dal Molin. Execução provisória da pena após condenação do Tribunal do Juri: soberania dos veredictos versus princípio da presunção de inocência. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

7. Lauro Antonio Fiorenzani Fernandes Rodrigues. Excesso de prisão preventiva no Brasil. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Camila Duarte. Inclusão de conteúdos relacionados à identidade de gênero na educação básica, leis municipais podem proibir?. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Amanda Caroline Valenga. Análise empírica da tutela do direito social à saúde perante o poder judiciário brasileiro. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Antonio Rafael Lopes da Silva. Cobrança no ensino superior público. Especialização lato sensu. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Caroline Barbosa de Souza. Os custos do direito à saúde: o choque entre os princípios do mínimo existencial e da reserva do possível sob a ótica da jurisprudência do tribunal de justiça do Rio Grande do Sul. 2018. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
12. Matheus Trancoso Bertolin. A teoria tradicional do autoritarismo nos contratos administrativos e sua insuficiência frente aos desafios da administração pública contemporânea. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
13. Marjorie Louise Ferreira. A atuação do poder judiciário no controle do mérito dos atos administrativos discricionários frente as políticas públicas. 2016. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
14. Wilson Accioli de Barros Filho. A era do consensualismo nos contratos administrativos: as limitações e os reflexos resultantes da supremacia do interesse público sobre o privado. 2015. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
15. Tatiana de Farias Meurer. Interferência Judicial nas Políticas Públicas. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
16. Montserrat Sanchez Del Castillo. A arbitragem nos contratos Público/Privados em face do princípio da indisponibilidade do interesse público. 2014. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
17. Ana Cristina Aguiar Viana. Controle Judicial da Discricionariedade administrativa na formulação de políticas públicas. 2013. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Orientações de outra natureza

1. Guilherme Eduardo Quadros da Silva. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2021. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
2. Nicolli Souza Lenzen. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2020. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
3. Roberto Tessis Rodrigues. Monitoria e estágio de iniciação a docência. 2020. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
4. Monique Gauer Frazon. Minexigibilidade de licitação para os negócios estratégicos. 2019. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
5. Camila Polichuk. Flagrante preparado e a responsabilidade civil do Estado. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
6. Isadora Gnoatto Dal Molin. Execução provisória da pena após condenação do Tribunal do Juri: soberania dos veredictos versus princípio da presunção de inocência. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
7. Lauro Antonio Fiorenzani Fernandes Rodrigues. Excesso de prisão preventiva no Brasil. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
8. Amaurí Roberto da Silva Júnior. Lei das estatais: como a lei 13.303 de 2016 impactou diretamente as ações da Petrobras. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
9. Luiz Felipe de Lima Rodelli. O regime de contratação e licitações na lei No. 13.303 de 2016- a regulamentação do art. 173, III da Constituição Federal. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
10. Luiz Felipe Rdrigues Ayres. Sobrepreço e superfaturamento na nova lei das estatais (Lei 13.303/2016). 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.
11. Orientandos de Monitoria. Projeto de monitoria das disciplinas de Direito Administrativo I e II. 2018. Orientação de outra natureza. (Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná. Orientador: Vivian López Valle.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Relativização da Soberania Nacional dos Estados Latino-Americanos em Face da Expansão do Direito Comunitário. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 33, n.34, p. 187-196, 2000.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Proteção ao Usuário de Serviço Público no Contexto da Reforma do Estado. REVISTA DA FACULDADE DE DIREITO DA UFPR, Curitiba - PR, v. 34, n.34, p. 187-201, 2000.

3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Arbitragem administrativa e consensualidade: análise pontual do novo paradigma da ação administrativa. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO, v. 277, p. 209-245, 2018.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Um novo regime jurídico para os contratos administrativos: aplicação subsidiária da condição de autoridade, inexistência de um regime geral de prerrogativas e enquadramento do contrato administrativo como instrumento de desenvolvimento. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 18, p. 175-208, 2018.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da Administração Pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 132, p. 67-73, 2012.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O direito constitucional entre modernidade e globalização. CADERNOS DA ESCOLA DE DIREITO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UNIBRASIL, v. 1, p. 89-102, 2002.
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; MARTINELLI, Gustavo (Gustavo Martinelli Tanganeli Gazotto)** . Quem decide o gasto público: controle constitucional de leis orçamentárias pelo Supremo Tribunal Federal. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 20, p. 109-130, 2018.
8. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN ; LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; FÁCIO, RAFAELLA NATÁLY** . LA UTILIZACIÓN DE INTELIGENCIA ARTIFICIAL EN LA ACTIVIDAD REGULATORIA: UNA PROPUESTA EN FAVOR DEL DESARROLLO NACIONAL SOSTENIBLE. VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE) **JCR**, v. 17, p. 123-146, 2020.
Citações: WEB OF SCIENCE™ 1
9. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA ; CABRAL, RODRIGO MACIEL** . A RESPONSABILIZAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS COM O ADVENTO DA LEI Nº 13.655/2018: DA TEORIA DA IRRESPONSABILIDADE ESTATAL AO ERRO GROSSEIRO. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 15, p. 925-954, 2020.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RODELLI, Luiz Felipe de Lima** . Mitigação de sanções administrativas a licitantes e contratados quando MPE's à luz da função social da empresa. Revista Brasileira de Pesquisas Jurídicas, v. 2, p. 83-102, 2021.
11. **LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; MARTINELLI TANGANELLI GAZOTTO, GUSTAVO ; BARBOSA FILHO, Claudio Roberto** . Participação no processo legislativo como direito fundamental: um olhar sobre as ferramentas de e-democracy no Congresso Nacional Brasileiro. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 7, p. 143-166, 2020.
12. **GALLO APONTE, WILLIAM IVAN ; LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; CASTANHA DE FREITAS, DANIEL** . - INDEPENDENCIA JUDICIAL SEGÚN LOS JUECES CONSTITUCIONALES? UN ANÁLISIS CONCEPTUAL A PARTIR DE LAS DECISIONES DEL SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL DE BRASIL Y DE LA CORTE CONSTITUCIONAL DE COLOMBIA. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA), v. 19, p. 228-266, 2021.
13. **JURUENA, CYNTHIA GRUENDLING ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O usuário do serviço público e a aplicação da Lei 13.460/2017 sob o enfoque dos Poderes Executivo e Judiciário. SEQUENCIA, v. 42, p. 1-29, 2021.
14. **ARCEGAS, JOÃO GABRIEL ; GUSSOLI, Felipe Klein ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Caso Gomes Lund (-Guerrilha Do Araguaia-) dez anos depois: desafios para o cumprimento integral pelo Estado brasileiro. Revista de Direito Internacional, v. 18, p. 372-389, 2022.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RODELLI, LUIZ FELIPE DE LIMA** . Contratos administrativos e políticas públicas: a era do Estado contratualizado. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI, v. 5, p. 21-44, 2021.
16. **LÓPEZ VALLE, VIVIAN LIMA; CABRAL, RODRIGO MACIEL** . ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIGITAL E A IMPLEMENTAÇÃO DOS OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. REVISTA ELETRÔNICA DIREITO E POLÍTICA, v. 17, p. 187-225, 2022.
17. **FREITAS, Daniel Castanha de ; VALLE, VIVIAN CRISTINA LIMA LOPEZ ; GAZOTTO, GUSTAVO MARTINELLI TANGANELLI** . Aportes da análise econômica no estudo da judicialização da saúde e o risco da promoção desigual de direitos. Revista Brasileira de Políticas Públicas, v. 12, p. 427-449, 2022.
18. **CRISTINA LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN; IVAN GALLO APONTE, WILLIAM** . El rol transformador de los tribunales constitucionales como -estrategia clave y efectiva? para la reducción de las desigualdades y la erradicación de la pobreza extrema. REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS POLÍTICOS **JCR**, v. 124, p. 527-570, 2022.
19. **GABARDO, EMERSON ; LIMA LÓPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; REZENDE, MAURÍCIO CORRÊA DE MOURA** . II diritto amministrativo brasiliano: aspetti attuali del controllo della pubblica amministrazione. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 4, p. 57-66, 2017.
20. **GABARDO, EMERSON ; LÓPEZ-VALLE, VIVIAN LIMA** . Característica relacional y mutabilidad de los contratos estatales: la concesión como herramienta de planeación. Revista Digital De Derecho Administrativo **JCR**, v. 12, p. 285-308, 2020.
21. **CORCOVADO, JOÃO MIGUEL FRANÇA ; VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regulação do Uso Comercial de Drones no Espaço Aéreo Urbano e sua Logística Para Transporte de Objetos nas Smart Cities. International Journal of Digital Law, v. 2, p. 185-200, 2021.
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . A Teoria da Constituição: limites, possibilidades e perspectivas na pós-modernidade. REVISTA ZÊNITE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E LRF-IDAF, v. 1, p. 496-510, 2002.
23. **LIMA LOPEZ VALLE, VIVIAN CRISTINA ; HEINZEN FELISBERTO, JÉSSICA** . Administração Pública digital: limites e possibilidades em atenção à desigualdade social e ao custo dos direitos. REVISTA EUROLATINOAMERICANA DE DERECHO ADMINISTRATIVO, v. 9, p. 151-180, 2023.

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book). 1. ed. Curitiba: IESDE, 2007. 136p .

2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 4.ed. 4. ed. Curitiba: IESDE, 2010. v. 1. 160p .
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Prática de Direito Administrativo. Prática de Direito Administrativo. 1. ed. Curitiba: IESDE, 2012. v. 1. 136p .
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 2.ed. 2. ed. Curitiba: IESDE, 2008. v. 1. 160p .
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo (e-book) 3.ed. 3. ed. Curitiba: IESDE, 2009. v. 1. 153p .
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) (Org.) ; **GUIMARÃES, Edgar** (Edgar Antônio Chiuratto Guimarães) (Org.) . Passando a limpo a gestão Pública: arte coragem loucura. 1. ed. Curitiba: Livros Legais, 2020. v. 1. 636p .
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos administrativos e um novo regime jurídico de prerrogativas contratuais na administração pública contemporânea. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2018. v. 1. 288p .
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) (Org.) . Direito, Smart Cities & Tecnologia: Energia, Serviços Públicos, Empreendedorismo e Sustentabilidade. 1. ed. Curitiba: GRD, 2021. v. 1. 54p .
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) . Direito em arte: II obra de pesquisa científica da Nôma. 1. ed. Curitiba: Rede do Consumidor, 2022. v. 2. 174p .
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** (Org.) ; **CASTILLO, Luis Ferney Moreno** (Luis Ferney Moreno Castillo) (Org.) ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) (Org.) . Tecnología, administración pública y regulación. 1. ed. Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021. v. 1. 367p .
1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O novo conceito de serviço público. In: **GUIMARÃES, Edgar.** (Org.). Cenários do Direito Administrativo - Estudos em Homenagem do Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2004, v. 1, p. 511-552.
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratos Administrativos em mudança: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro. In: **BLANCHET, Luiz Alberto; HACHEM, Daniel Wunder; SANTANO, Ana Claudia.** (Org.). Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Curitiba: Íthala, 2014, v. 1, p. 199-216.
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Autoridade e consenso nos contratos administrativos: um reposicionamento do regime jurídico contratual brasileiro à luz da doutrina europeia dos contratos administrativos. In: **Daniel Wunder Hachem, Emerson Gabardo, Eneida Desiree Salgado.** (Org.). Direito administrativo e suas transformações atuais ? Homenagem ao professor Romeu Felipe Bacellar Filho: Anais do Seminário da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná. 1ed.Curitiba: Íthala, 2016, v. 1, p. 451-472.
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **BERTRAND, Mathieu** (Mathieu Bertrand Struck) ; **POLI, Júlio César** (Júlio César Poli) . Os Direitos humanos fundamentais no contexto da integração regional. In: **Romeu Felipe Bacellar Filho.** (Org.). Elementos de Direito Internacional Público. 1ed.Barueri: Manole, 2003, v. 1, p. 125-171.
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O Acordo administrativo entre o Direito Público e o Direito Privado: Emergência de uma racionalidade jurídico- Normativa Público- Privada?. In: **Gustavo Justino de Oliveira.** (Org.). Acordos Administrativos no Brasil Teoria e Prática. 1ed.São Paulo: Almedina, 2020, v. 1, p. 63-90.
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Libertad de expresión, hate speech y función ordenadora estatal: la necesaria intolerancia a los intolerantes en la promoción del desarrollo sostenible. In: **Alfonso Jaime Martínez Lazcano; María Salomé Moreno Rodríguez.** (Org.). Libertad de Expresión parámetros constitucionales y convencionales. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera instancia, 2020, v. 1, p. 204-237.
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **SCHIER, Adriana** (Adriana da Costa Ricardo Schier) . Contratação estatal, inovação e materialização do interesse público através de contratos de fomento: por uma nova racionalidade para o desenvolvimento tecnológico brasileiro. In: **Gabriela Verona Pércio; Cristiana Fortini.** (Org.). Inteligência e inovação em contratação pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2021, v. 1, p. 107-130.
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Consensualismo, proporcionalidad y administración pública ? por una racionalidad menos beligerante en la relación jurídico- administrativa. In: **Alfonso Jaime Martínez Lazcano.** (Org.). Proporcionalidad y razonabilidad jurídica. 1ed.Ciudad de México: Editorial Primera Instancia, 2020, v. 1, p. 166-193.
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Desafíos de la Administración Pública electrónica en tiempos del COVID-19. In: **Jaime Rodríguez-Arana Muñoz.** (Org.). El Derecho Administrativo ante el COVID-19. 1ed.Buenos Aires: IJ Editores, 2021, v. 1, p. 0-0.
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) . Inteligencia Artificial y Arbitraje en la Administración Pública. In: **Juan Corvalán.** (Org.). Tratado de inteligencia artificial y derecho, tomo II. 1ed.Buenos Aires: La Ley/Thomson Reuters, 2021, v. 1, p. 1-1.
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . O exercício do direito à liberdade de opinião e expressão: uma análise do hate speech no direito brasileiro e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. In: **Daniel Wunder Hachem, Luísa Fernanda García López, Felipe Klein Gussoli.** (Org.). Corte americana de direitos humanos e seus impactos na América Latina. 1ed.Curitiba: Íthala, 2020, v. 1, p. 369-392.
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **ROSSI, Amelia Sampaio** (Amelia do Carmo Sampaio Rossi) ; **ALESSI, Daiana** (Daiana Alessi Nicoletti Alves) . Género y colonialidad: raíces históricas del preconceito y de la invisibilidad de la mujer en Brasil. In: **Jorge Vargas Morgado.** (Org.). México: 500 años de la Conquista, 200 de la Independencia. 1ed.Ciudad de México: Burgos Editores, 2021, v. 1, p. 1-1.
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia artificial y procedimiento administrativo consensual en el contexto brasilero: el caso del arbitraje como medio de negociación de conflictos. In: **Jaime Rodríguez Arana-Muñoz; Carlos Delpiazzo Rodríguez; Henry Alexander Mejía; María Rodríguez Martín-Retortillo.** (Org.). Procedimientos administrativos, libro de ponencias del XIX foro iberoamericano de derecho administrativo. 1ed.San Salvador: Corte Suprema de Justicia, 2020, v. 1, p. 1367-1394.
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** ; **GALLO, William Iván** (William Ivan Gallo Aponte) ; **FACIO, Rafaella** (Rafaella Fácio) . La incorporación de las prácticas de mejora regulatoria en la administración pública, apoyada en nuevas tecnologías. In: **Luis Ferney Moreno; Castillo William Iván Gallo Aponte; Vivian Cristina Lima López Valle.** (Org.). Tecnología, administración pública y regulación. 1ed.Bogotá: Universidad Externado de Colombia, 2021, v. 1, p. 111-127.
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços públicos, situações disruptivas e regulação eficiente da administração pública digital. In: **Clayton Gomes de Medeiros; Barbara Dayana Brasil.** (Org.). Estado, direito administrativo e concretização de direitos fundamentais. 413ed.Curitiba: Íthala, 2022, v. 1, p. 399-413.
- 16.

VALLE, Vivian Cristina Lima López . Serviço público, desenvolvimento econômico e a nova contratualização da administração pública: o desafio na satisfação dos direitos fundamentais. In: BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder. (Org.). Globalização, Direitos Fundamentais e Direito Administrativo. Novas perspectivas para o desenvolvimento econômico e socioambiental. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 278-290.

Apresentações de Trabalho

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; RIBEIRO, Márcia Carla (Márcia Carla Pereira Ribeiro) ; SCHEER, Eunice (Eunice Fumagalli Martins e Scheer)** . Sociedade por cotas de Participação Limitada, Paineis de Direito Comercial do CASP. 1996. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; KOZIKOSKI, Sandro (Sandro Marcelo Kozikoski)** . A imprensa e as liberdades fundamentais, 1 Colóquio do primeiro semestre letivo de 2002 do Curso de Direito da UniBrasil. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Regime Jurídico das Agências Reguladoras, XXIV Encontro Nacional dos Estudantes de Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Reforma Administrativa do Estado, Primeira Semana Acadêmica do CASP - 2003 - Reformas Sociais. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Atuação das Agências Reguladoras no Brasil, IV Simpósio Paranaense de Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; SCHIER, Adriana (Adriana da Costa Ricardo Schier) ; OLIVEIRA, Gustavo (Gustavo Henrique Justino de Oliveira)** . Reforma Administrativa e o terceiro setor, Jornada de Direito Público CASP/PUCPR. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
7. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Responsabilidade funcional por atos praticados nas licitações, V Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
8. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos controvertidos das contratações emergenciais, VI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Licitações e Contratos, VII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aplicabilidade da Lei Federal de Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999) nos Estados e Municípios, XII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Processos Coletivos e Interesse Público. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **VALLE, Vivian Cristina Lima López ; UNES, Flávio Henrique (Flávio Henrique Unes) ; TOMELIN, Georghio Alessandro (Georghio Alessandro Tomelin) ; MODESTO, Paulo (Paulo Eduardo Garrido Modesto)** . 3º Painel: Controle da Administração e Segurança jurídica, XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo: Limites do Controle da administração pública no Estado de Direito - Em homenagem à Professora Maria Sylvania Di Pietro. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
13. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Contratación Pública Electrónica, Marco del Seminario Internacional ¿Contratación Pública y Buen Gobierno?, Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
14. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira, Núcleo Discente de Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
15. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Estado, Inteligência Artificial e Direito Administrativo: Desafios na regulação do ambiente 4.0. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
16. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ponente. XIII Congreso Mexicano de Derecho Administrativo, Universidad Autónoma de Querétaro / AMDA. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
17. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Conferencia Magistral, Primer Congreso Internacional: El Derecho de las ciudades. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos, Inclusión y COVID 19, Primer Congreso Internacional de Administración Pública y Derechos Humanos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
19. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Procedimiento Administrativo e Inteligencia Artificial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
20. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . XXVIII SEMIC Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
21. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Academic Days on Open Government and Digital Issues. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
22. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Administração Pública e Lei Geral de Proteção de Dados, III Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
23. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Quarto de Despejo, de Carolina Maria de Jesus e 'Sejamos Todos Feministas'. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
24. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Serviços Públicos, Smart cities e tecnologia, VI Semana de Integração do PPGD/PUCPR. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
25. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Direito Administrativo e Estado Sustentável (DAES), Scientific Meeting of Researchers in Law and Sustainability 2021. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
26. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . La investigación en el Derecho Administrativo, Seminario Internacional la Investigación en el Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
27. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Novos Princípios Jurídicos das Licitações, Seminário Nova Lei de Licitação e Contratação Pública: Inovações do Regime jurídico. 2021. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
28. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . 7ª Conferência da Advocacia Paranaense. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
29. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Derechos Humanos y Contratación Pública, Congreso Internacional Contratación Pública y Derechos Humanos. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
- 30.

VALLE, Vivian Cristina Lima López . Administración Pública digital y contratación pública, III Congreso Mexicano de Derecho Administrativo. 2021. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

31. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligencia Artificial y Administración Pública, Posgrado en Inteligencia Artificial y Derecho. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Inteligência artificial e tomada de decisão. Uma análise da contemporaneidade a partir da visão cinematográfica. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Aspectos polêmicos da nova Lei de Improbidade Administrativa | 2º painel | XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. 2022. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial Aplicado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Ministros e aliados de Lula emplacam esposas em tribunais de contas nos estados, Por Guilherme Grandi. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎙️
2. **VALLE, Vivian Cristina Lima López** . Qual o efeito da medida que isenta agentes públicos na pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎙️

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **VALLE, V. C. L. L.**; **HACHEM, Daniel Wunder** (Daniel Wunder Hachem) ; **GABARDO, Emerson** (Emerson Gabardo) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) . II Seminário Brasil-Índia de Direitos Fundamentais, Tecnologia e Educação e Seminário Internacional de Direito Digital. 2021. (Congresso).
2. **VALLE, V. C. L. L.**; **GABARDO, Emerson** (Emerson Gabardo) ; **HACHEM, Daniel Wunder** (Daniel Wunder Hachem) ; **BLANCHET, Luiz Alberto** (Luiz Alberto Blanchet) . Desenvolvimento Democrático e Cidadania no Estado Social. 2019. (Congresso).



À Prefeitura Municipal de Chopinzinho, PR

**DECLARAÇÃO DE NÃO PARENTESCO CONFORME O PREJULGADO 9 DO TRIBUNAL DE
CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ, E DE QUE A LICITANTE NÃO ESTÁ INCURSA NAS
VEDAÇÕES DO INCISO III DO ART. 9º DA LEI FEDERAL 8.666/93.**

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – (IGAM PR)

CNPJ 32.651.451/0001-85

**Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida
Francisco Beltrão-PR**

Representante Legal: Eduardo Anziliero - CPF 062.856.909-28.

DECLARA sob as penas da Lei, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsável técnico ou legal da referida empresa NÃO possuem grau de parentesco consanguíneo (cônjuges, companheiros ou parentes) ou afim, em linha reta, colateral ou por adoção até o 3º grau com as seguintes autoridades e servidores públicos:

Prefeito, Vice Prefeito, Secretários Municipais, Chefe de Gabinete e Procurador Geral do Município.

Membros da Comissão de Licitações e Pregoeiros.

Ocupantes de cargo comissionado ou servidores efetivos com função gratificada ou comissionada, inclusive o órgão de controle interno, desde que tenham atuado ou atuem em processos licitatórios da respectiva pasta a que se encontrem vinculados ou qualquer outra autoridade ligada à contratação, responsabilizando-se civil, administrativa e criminalmente pela veracidade das informações contidas nesta Declaração. (Que possa caracterizar nepotismo, contrariando a orientação do Prejulgado 09 do TC/PR, Súmula Vinculante nº 13 do STF, Acórdão nº 2745/2010 do TCE-Tribunal de Contas do Paraná; ressaltamos o entendimento firmado no TJPR Apelação Cível e Reexame Necessário nº 1273953-4/Paranavaí-PR-4ª Câmara Cível).

DECLARA, sob as penas da lei, que na qualidade de proponente de procedimento licitatório sob a modalidade _____ nº____, instaurada pelo Município de Chopinzinho, que os proprietários, dirigentes, e/ou responsáveis técnicos ou legal da referida empresa não são servidores ou dirigentes de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação, conforme disposto no inciso III, do art. 9º da Lei 8.666/93.

A presente declaração tem validade pelo prazo de 06 (seis) meses, sendo obrigatório que a declarante comunique ao município de Chopinzinho, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas de sua ocorrência, as alterações no quadro societário e/ou de

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Intagram: @igamparana

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85



funcionamento da empresa que impliquem em alguma(s) da(s) vedação(es) prevista(s) nesta declaração, tais como alterações de propriedade, do quadro societário, dirigentes, responsável técnico ou legal, conforme vedações previstas no Prejulgado 9 do TCE/PR e Art. 9º, inciso III, da Lei nº 8.666/93.

Por ser expressão da verdade, firmamos o presente.

Francisco Beltrão, 27 de julho de 2023.

EDUARDO ANZILIERO:06285690928
Assinado de forma digital por EDUARDO ANZILIERO:06285690928
Dados: 2023.07.27 21:39:16 -03'00'
Eduardo Anziliero
CNPJ 32.651.451/0001-85
CPF 062.856.909-28

Rua Minas Gerais nº1391, Ed. Ellon, 5º Andar/Sala 502 Bairro N.Sra Aparecida -Francisco Beltrão-PR

Fone/WhatsApp: (46) 99970-8582 / (46) 99908-6422

Site: www.igampr.com.br - E-mail: igamparana@igam.com.br - Facebook/Intagram: @igamparana

INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA – CNPJ 32.651.451/0001-85

EVALDO ARAÚJO RAMOS

Auditor Federal de Controle Externo - TCU

PERFIL PESSOAL

Atuação há mais de 15 anos na área de licitações e contratos, exercendo funções como pregoeiro, leiloeiro, presidente e membro de comissões especiais de licitação no TCU.

CONTATO

Celular: (61) 98227-5063
evaldoram@gmail.com
QSC 8 - casa 4 - Taguatinga Sul - Distrito Federal - CEP: 72.016-080

HABILIDADES E COMPETÊNCIAS

- Advocacia administrativa, previdenciária e tributária - OAB/DF 31.009
- Magistério na área de licitações e contratos
- Consultoria e Assessoria na área de licitações
- Pregoeiro com mais de 15 anos de experiência
- Professor do curso de pós-graduação em licitações e contratos do Complexo de Ensino Renato Saraiva - CERS
- Professor do curso de pós-graduação em licitações e contratos do Instituto Goiano de Direito - IGD
- Autor de diversos artigos jurídicos sobre licitações e contratos

OUTRAS COMPETÊNCIAS

Facilidade em trabalhar com equipes multidisciplinares e boa comunicação. Conhecimento do idioma inglês, nível intermediário, e espanhol, nível básico.

HISTÓRICO PROFISSIONAL

Auditor Federal de Controle Externo

Tribunal de Contas da União | 2006 – Presente

Ex-diretor de licitações do órgão. Pregoeiro, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação.

Analista de Finanças e Controle

Controladoria-Geral da União | 2004 - 2006

Instrução de processos administrativos disciplinares, revisando procedimentos instaurados no âmbito federal.

PERFIL ACADÊMICO

Universidade de Brasília - UnB

Bacharel em Administração de Empresas, Turma de 2003

Universidade Católica de Brasília - UCB

Bacharel em Direito. Turma de 2009

Faculdade Educacional da Lapa - Fael

Curso de pós-graduação em licitações e contratos. Turma de 2018

PRÊMIOS RECEBIDOS

2º lugar no 1º concurso de palestrantes do Instituto Negócios Públicos

Vencedor do Prêmio "professor destaque" do ano 2019 do Instituto Serzedello Corrêa - ISC

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85
Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 10/07/2023 a 08/08/2023

Certificação Número: 2023071006505329620414

Informação obtida em 21/07/2023 08:21:11

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PROPOSTA COMERCIAL

À Prefeitura Municipal de Chopinzinho, PR

3º SIMPÓSIO DO IGAM-PR

SOBRE A LEI FEDERAL Nº 14.133

OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA
LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS



**VIVIAN
LÓPEZ VALLE**

PROFESSORA E
ADVOGADA

TEMÁTICA

PLANEJAMENTO
DAS CONTRATAÇÕES



**PAULO
CÉSAR FLORES**

PROFESSOR E
CONTADOR

TEMÁTICA

ASPECTOS
ORÇAMENTÁRIOS,
CONTÁBEIS E DE
CONTROLE
INTERNO NA LEI
DE LICITAÇÕES



**EVALDO
RAMOS**

PROFESSOR E
AUDITOR DO TCU

TEMÁTICA

OFICINA PRÁTICA
DE PREGÃO
ELETRÔNICO



**JACOBY
FERNANDES**

PROFESSOR E
ADVOGADO

TEMÁTICA

PROCURADOR,
ADVOGADO E
ASSESSOR JURÍDICO –
NOVAS FUNÇÕES E
NOVOS DESAFIOS
CONTEXTUALIZAÇÃO DA
LEI Nº 14.133/2021



**EDGAR
GUIMARÃES**

PROFESSOR E
ADVOGADO

TEMÁTICA

CONTRATAÇÃO
DIRETA



**CHRISTIANNE
STROPPA**

PROFESSORA E
ADVOGADA

TEMÁTICA

GESTÃO, FISCALIZAÇÃO
DOS CONTRATOS
E APLICAÇÃO DAS
SANÇÕES
ADMINISTRATIVAS

3, 4 E 5 DE OUTUBRO DE 2023
RÁDISSON HOTEL, CURITIBA PR

GARANTA SUA VAGA
(46) 99970-8582



III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021

*Os desafios para a aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos
Administrativos*

CRONOGRAMA

03/10/2023 - Terça-feira

08h30 - Abertura do Simpósio e Aula com Professora e Advogada Vivian Cristina Lima López Valle

PLANEJAMENTO DAS CONTRATAÇÕES

1. Planejamento em Licitações Públicas.
2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias.
3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato.
4. Falhas de planejamento.
5. Plano anual de contratação.
6. Estudo técnico preliminar e termo de referência.
7. Edital.
8. Medidas de eficiência.
9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21.
10. Relatório de Riscos e matriz de riscos.
11. Nulidades da fase de planejamento da contratação.
12. Consequencialismo decisional e planejamento.

03/10/2023 - Terça-feira

13h30 - Aula com Professor e contador Paulo César Flores

ASPECTOS ORÇAMENTÁRIOS, CONTÁBEIS E DE CONTROLE INTERNO NA LEI DE LICITAÇÕES

- 1- A elaboração do PCA - Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias
- 2 - O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoques e orçamentos
- 3 - A necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade
- 4 - O Siafic no processo de compras e licitações
- 5 - Gestão do Almoxarifado e controle de materiais no processo de compras
- 6 - O papel do controle interno na lei de licitações
- 7 - A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis
- 8 - A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações
- 9 - Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações.

04/10/2023 - Quarta-feira

08h30 - Aula com Professor e Auditor do TCU Evaldo Ramos

OFICINA PRÁTICA DE PREGÃO ELETRÔNICO

1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica
2. Configuração da sessão pública
3. Divulgação de esclarecimento/impugnação
4. Envio da proposta inicial
5. Sessão pública
6. Etapa de julgamento
7. Habilitação
8. Fase recursal
9. Adjudicação e homologação
10. Ata da licitação

Obs: com prática no ComprasGOV.

04/10/2023 - Quarta-feira

13h30 - Aula com Professor e Advogado Jacoby Fernandes

PROCURADOR, ADVOGADO E ASSESSOR JURÍDICO – NOVAS FUNÇÕES E NOVOS DESAFIOS

Art. 10, caput, § 1º, inc. I, II, § 2º

1. Princípio da segregação das funções: o que o jurídico deve fazer?
2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar.
3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio.
4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos.
5. Linha de Defesa.

CONTEXTUALIZAÇÃO DA LEI Nº 14.133/2021

05/10/2023 - Quinta-feira

08h30 - Aula com Professor e Advogado Edgar Guimarães

CONTRATAÇÃO DIRETA

1. Interpretação das normas sobre contratação direta
 - 1.1. Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta.
2. Responsabilização por contratação direta ilegal
 - 2.1. Elementos a serem considerados para fins de responsabilização em razão de uma contratação direta ilegal.
3. Formalização do processo de contratação direta
 - 3.1. Instrução de um processo de contratação direta.
4. Competência para autorizar a contratação direta

- 4.1. Competência para autorizar uma contratação direta.
5. Publicidade da contratação direta
6. Licitação inexigível
7. Licitação dispensável.

05/10/2023 - Quinta-feira

13h30 – Professora e Advogada Christianne Stroppa

GESTÃO, FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS E APLICAÇÃO DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

1. Princípios e objetivos da contratação.
2. Espécies de contratação.
3. Atores da contratação.
4. Regime jurídico.
5. Cláusulas necessárias X cláusulas exorbitantes.
6. Duração.
7. Execução.
8. Gestão e Fiscalização.
9. Responsabilidade.
10. Extinção.
11. Pagamento.
12. Nulidade.
13. Meios alternativos de resolução de controvérsias.
14. Infrações e Sanções administrativas.

PROFESSORES



CHRISTIANNE STROPPIA

Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: “Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas”; “A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais”; “A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-

19”; “A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico”; e “Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?”



EDGAR GUIMARÃES

Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação.



EVALDO RAMOS

Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor do Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores

públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros.



JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.



PAULO CÉSAR FLORES

Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA em Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS. Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autor de artigos e livros.



VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE

Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora Titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos.

|| LOCAL

Radisson Hotel Curitiba -Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. CURITIBA | PR

|| CRONOGRAMA

03/10/2023 - 08h30 as 17h00

04/10/2023 - 08h30 as 17h00

05/10/2023 - 08h30 as 17h00

|| INVESTIMENTO

1 participante R\$ 2.590,00

2 participantes R\$ 2.540,00 cada

3 e 4 participantes R\$ 2.490,00 cada

Acima de 5 participantes R\$ 2.390,00 cada

|| OBSERVAÇÕES

O empenho deverá ser feito em nome de IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PÚBLICA LTDA (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85.

Dados Bancários:

Banco 756 | Agência 4342 C/C nº. 29657-0

IAGP – Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA | PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.

Dúvidas à disposição!

Atenciosamente,

Francisco Beltrão, 27 de julho de 2023.



EDUARDO
ANZILIERO: 0628569092
8

Assinado de forma
digital por EDUARDO
ANZILIERO:06285690
928
Dados: 2023.07.27
21:35:29 -03'00'

Eduardo Anziliero

Diretor Comercial

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br



(46) 99970 8582



(46) 2601 1977



Nos siga! @igamparana

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA
E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO DO PARANÁ

RG: 9.392.204-2

POLEGAR DIREITO

Assinatura: Eduardo Anziliero

ASSINATURA DO TITULAR
CARTEIRA DE IDENTIDADE

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL: 9.392.204-2 DATA DE EXPEDIÇÃO: 14/09/2015

NOME: EDUARDO ANZILIERO

FILIAÇÃO: ADELAR LAURIDES ANZILIERO
DEONIDA TEREZINHA ANZILIERO

NATURALIDADE: FRANC.BELTRÃO/PR DATA DE NASCIMENTO: 03/11/1986

DOC. ORIGEM: COMARCA=FCO BELTRÃO/PR, DA SEDE
C.NASC=20069, LIVRO=41A, FOLHA=169

CPF: 062.856.909-28

CURITIBA/PR

ASSINATURA DO DIRETOR
LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

É PROIBIDO PLASTIFICAR

Lei 13.228 de 18/07/2001

SELO
FUNARPEN

Tabelionato de Notas
Exclusivo para
Autenticação de Cópia

FRU61376

2º TABELIONATO DE NOTAS Jader Luiz Ribeiro - Tabelião

Rua Tenente Camargo, 1999 - Centro - Francisco Beltrão - PR - CEP: 85.601-610 - Telefex: (46) 3055-6200

AUTENTICAÇÃO

A presente fotocópia confere com o documento a mim
apresentado.

Crefendo é verdade e Dou Fé.

Francisco Beltrão - PR 27/01/2020

KARINE SARTORI PAVAN WALTER - ESCRIVENTE

R\$5,11

QUALQUER EMENDA OU RASURA SERÁ CONSIDERADO COMO INDÍCIO DE ADULTERAÇÃO

EM BRANCO

EM BRANCO

Ofício 746/2023

De: Maria S. - PGM

Para: IAGP INSTITUTO APLICADOD EM GESTAO PUBLICA LTDA

Data: 27/07/2023 às 14:16:36

Setores envolvidos:

PGM

III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Prezado (a) Senhor (a):

A Administração Municipal tomou conhecimento que será realizado o curso "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS", de 03 a 05 de outubro de 2023, em Curitiba - PR, despertando interesse do Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, e do Agente Administrativo lotado na Divisão de Licitações e Contratos, Silvio Alves da Rocha de participar do curso.

<https://www.igam.com.br/iii-simposio-do-igam-pr-sobre-a-lei-n-141332021-os-principais-desafios-para-aplicacao-da-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-administrativos-3528>

Solicita-se o envio de documentação para abertura de processo administrativo para contratação/inscrição do curso "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS", sendo necessário o envio dos seguintes documentos:

- notas fiscais/contratos para comprovação do valor;
- currículo lates dos professores/palestrantes;
- contrato social;
- CNPJ;
- certidões: FGTS, Federal, Estadual, Municipal, Trabalhista, CNJ;
- consulta CEIS, TCE e TCU; e
- declaração de não parentesco (modelo em anexo).

Contamos com sua colaboração.

Solicita-se que envie orçamento referente a inscrição de 02 servidores.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa Senhoria os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Atenciosamente,

—

Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D2B8-85B7-DBC0-6643

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 27/07/2023 14:17:17 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/D2B8-85B7-DBC0-6643>

Ofício 1- 746/2023

De: IAGP INSTITUTO APLICADOD EM GESTAO PUBLICA LTDA

Para: -

Data: 27/07/2023 às 21:45:14

Olá, seguem documentos em anexo.

A nota fiscal ainda não foi emitida deste Simpósio, assim que os clientes forem autorizando as emissões, encaminhamos.

Qualquer dúvida fico à disposição.

Atenciosamente,

Michella M. Moreira

Administrativo

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

(46) 99970 8582

(46) 2601 1977

Nos acompanhe na rede social!

<https://www.instagram.com/igamparana/>

Ofício 2- 746/2023

De: Maria S. - PGM

Para: IAGP INSTITUTO APLICADOD EM GESTAO PUBLICA LTDA

Data: 28/07/2023 às 08:37:04

Setores envolvidos:

PGM

III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA A APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.

Prezada;

Os anexos não foram encaminhados.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: FE6A-C76F-2202-2128

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 28/07/2023 08:37:25 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/FE6A-C76F-2202-2128>

De: IAGP INSTITUTO APLICADOD EM GESTAO PUBLICA LTDA

Para: -

Data: 28/07/2023 às 08:41:09

Olá, vou ter que enviar em dois e-mail, voltou devido ao número excessivo de arquivos.

Atenciosamente,

Michella M. Moreira

Administrativo

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

(46) 99970 8582

(46) 2601 1977

Nos acompanhe na rede social!

<https://www.instagram.com/igamparana/>

Anexos:

Curriculo_do_Sistema__.zip

Ofício 4- 746/2023

De: IAGP INSTITUTO APLICADOD EM GESTAO PUBLICA LTDA

Para: -

Data: 28/07/2023 às 08:44:07

Seguem certidões.

Atenciosamente,

Michella M. Moreira

Administrativo

IGAM Paraná - Assessoria a Órgãos Públicos

Rua Minas Gerais, 1391, Edifício Ellon, 5º andar

Francisco Beltrão PR

www.igampr.com.br

(46) 99970 8582

(46) 2601 1977

Nos acompanhe na rede social!

<https://www.instagram.com/igamparana/>

Anexos:

certidao_negativa_TC__.zip

Memorando 6- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: SMF - Secretaria de Finanças

Data: 31/07/2023 às 14:19:07

Setores (CC):

SMF, SMF-C

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

CERTIFICO e dou fé que, diante da autorização do Exmo. Sr. Prefeito em Exercício **Daniel Zanesco - GAB**, constante no despacho 4 solicita-se a Secretaria de Finanças a dotação orçamentária.

Após emissão de dotação orçamentária, por gentileza, encaminhar os autos à Divisão de Licitações e Contratos.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: A17C-657A-1619-E713

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 31/07/2023 14:19:28 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/A17C-657A-1619-E713>

Memorando 7- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: SMF-C - Contabilidade

Data: 04/08/2023 às 15:59:25

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Encaminhado Termo de Referência e Anexo I reformulado.

Atenciosamente,

—

Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA.doc

TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

TERMO_DE_REFERENCIA_ANEXO_I_DESCRICAO.doc

TERMO_DE_REFERENCIA_ANEXO_I_DESCRICAO.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente processo tem por objeto a Contratação de Serviços de Capacitação para Servidor Municipal, conforme Anexo I – Descrição.

2. JUSTIFICATIVA

Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

Pois toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que pagam. Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência...!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência. Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão. Essa previsão está nos parágrafos 2º e 7º, do art. 39, que determinam o seguinte:

"Art. 39 ...

... § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade."

Da leitura do §2º, pode-se verificar que, a respeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais entes. Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Considerando a Lei n.º 14.133/2023, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz novas normas e alterações significativas, considerando que a Lei que regulamentava as Licitações e Contratos Administrativos era do ano de 1993.

Se faz necessária a atualização e capacitação dos servidores que diariamente lidam com os processos de licitações e contratos administrativos, para que assim, o serviço seja eficiente, e contínuo, sem maiores adversidades no momento que essa lei tornar-se obrigatória, considerando que sua aplicação foi prorrogada pelo Governo Federal visando a capacitação dos servidores para a melhor aplicação dessa legislação.

O "III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" contemplará o **Planejamento das Contratações** – 1. Planejamento em Licitações Públicas, 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias, 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato, 4. Falhas de planejamento, 5. Plano anual de contratação, 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência, 7. Edital, 8. Medidas de eficiência, 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21, 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos, 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação, 12. Consequencialismo decisional e planejamento; **Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações** – 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias, 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos, 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade, 4. O Siafic no processo de compras e licitações, 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras, 6. O papel do controle interno na lei de licitações, 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis, 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações; 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações; **Oficina Prática do Pregão**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Eletrônico – 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, 2. Configuração da sessão pública, 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação, 4. Envio da proposta inicial, 5. Sessão pública, 6. Etapa de julgamento, 7. Habilitação, 8. Fase recursal; 9. Adjudicação e homologação, 10. Ata de licitação; **Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios** – 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer?, 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar, 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio, 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos, 5. Linha de defesa; **Contratação Direta** – 1. Interpretação das normas sobre contratação direta, 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta, 2. Responsabilização por contratação direta ilegal, 3. Formalização do processo de contratação direta, 3.1. Instrução de um processo de contratação direta, 4. Competência para autorizar uma contratação direta, 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta, 5. Publicidade da contratação direta, 6. Licitação inexigível, 7. Licitação dispensável; e **Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas** – 1. Princípios e objetivos da contratação, 2. Espécies de contratação, 3. Atores da contratação, 4. Regime jurídico, 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes, 6. Duração, 7. Execução, 8. Gestão e fiscalização, 9. Responsabilidade, 10. Extinção, 11. Pagamento, 12. Nulidade, 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias, 14. Infrações e Sanções administrativas.

Diante do exposto, a referida contratação justifica-se pela relevância do tema e porque vem de encontro com as necessidades do Município.

Os servidores que participarão do Curso serão o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvio Alves da Rosa, CPF: 032.805.189-62.

Considerando ainda, que a IAGP INSTITUTO APLICADDO EM GESTAO PUBLICA LTDA é uma instituição séria e comprometida, que oferece soluções que agregam conhecimento para enfrentar os desafios existentes.

Considerando que os Professores são profissionais renomados, de inegável conhecimento técnico na área de licitações, como pode verificar nos currículos lattes, em anexo, nesse sentido, a contratação justifica-se em razão dos argumentos apresentados.

3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

3.1. A execução do objeto do presente feito se dará nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, conforme cronograma, anexo.

3.2 O curso será de forma PRESENCIAL, a ser realizado no Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel.

3.3. A vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Contrato.

3.4. Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto, sem ônus à CONTRATANTE, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

3.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

4. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 Constituem direitos da CONTRATANTE receber a prestação do serviço objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

4.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço objeto do Contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso tem a seguinte reclassificação:

Secretaria de Administração

03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1412) F: 000

6. DO VALOR

6.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao item do presente termo foi realizada pela Assessora Jurídica Maria Antonia Schizzi.

6.2. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na cláusula Primeira, a importância total de R\$ 4.980,00 (quatro mil, novecentos e oitenta reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

6.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01(uma) só vez, nos termos do art. 1º, f da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

7.2. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supreções quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

8.2. Destarte, terá como Gestora, a servidora, Assessora Jurídica Maria Antonia Schizzi, da Procuradoria Geral do Município.

8.3. A fiscal titular do contrato será a Assessora Jurídica Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Municipal Márcio Stringari, da Procuradoria Geral do Município.

8.4. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

8.5. Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 6.8 e 8.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

8.6. Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

9. DA RESCISÃO

9.1 – O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):

9.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

9.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.2 – O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

9.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

9.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

9.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

9.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

9.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

9.7.1 - A não entrega dos produtos contratados;

9.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

9.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Finanças, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo do Contrato;

9.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

9.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

9.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 deste Termo.

10. DAS ALTERAÇÕES

10.1.1. O presente Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

10.1.2 Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1 – Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

11.2 – O CONTRATANTE decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.3 – Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

11.4 – Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

11.5 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.6 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

11.7 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.7.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.2 – Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretária Municipal de Finanças, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;

11.7.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.7.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

11.7.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

11.7.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 9.7 deste termo/contrato.

Chopinzinho, 04 de agosto de 2023.

Maria Antonia Schizzi
Gestora do Contrato
Assessora Jurídica
Decreto 102/23



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ITEM	QTD.	UNID	ANEXO I - DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	2		III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação	2.590,00	5.180,00

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F9B7-43A7-1561-E5C1>



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F9B7-43A7-1561-E5C1>



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.idoc.com.br/verificacao/F9B7-43A7-T561-E5C1>



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade 10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA m		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais". "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?". DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. Os servidores que participarão do Curso serão, o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF:		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F9B7-43A7-1561-E5C1> e informe o código F9B7-43A7-1561-E5C1



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e Silvio Alves da Rosa, CPF 032.805.189-62. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL DE PESQUISA			R\$ 5.180,00	



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: F9B7-43A7-1561-E5C1

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 04/08/2023 16:00:04 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/F9B7-43A7-1561-E5C1>

Memorando 8- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: SMF-C - Contabilidade

Data: 16/08/2023 às 15:13:28

Encaminhado com o valor correto.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

TERMO_DE_REFERENCIA.doc

TERMO_DE_REFERENCIA.pdf

TERMO_DE_REFERENCIA_ANEXO_I_DESCRICAO.doc

TERMO_DE_REFERENCIA_ANEXO_I_DESCRICAO.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura
Maria Antonia Schizzi	16/08/2023 15:14:28	1Doc MARIA ANTONIA SCHIZZI CPF 103.XXX.XXX-31

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **79A8-741C-E541-3F53**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

1.1. O presente processo tem por objeto a Contratação de Serviços de Capacitação para Servidor Municipal, conforme Anexo I – Descrição.

2. JUSTIFICATIVA

Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

Pois toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que pagam. Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência...!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência. Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão. Essa previsão está nos parágrafos 2º e 7º, do art. 39, que determinam o seguinte:

"Art. 39 ...

... § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade."

Da leitura do §2º, pode-se verificar que, a respeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais entes. Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Considerando a Lei n.º 14.133/2023, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz novas normas e alterações significativas, considerando que a Lei que regulamentava as Licitações e Contratos Administrativos era do ano de 1993.

Se faz necessária a atualização e capacitação dos servidores que diariamente lidam com os processos de licitações e contratos administrativos, para que assim, o serviço seja eficiente, e contínuo, sem maiores adversidades no momento que essa lei tornar-se obrigatória, considerando que sua aplicação foi prorrogada pelo Governo Federal visando a capacitação dos servidores para a melhor aplicação dessa legislação.

O "III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" contemplará o **Planejamento das Contratações** – 1. Planejamento em Licitações Públicas, 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias, 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato, 4. Falhas de planejamento, 5. Plano anual de contratação, 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência, 7. Edital, 8. Medidas de eficiência, 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21, 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos, 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação, 12. Consequencialismo decisional e planejamento; **Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações** – 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias, 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos, 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade, 4. O Siafic no processo de compras e licitações, 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras, 6. O papel do controle interno na lei de licitações, 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis, 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações; 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações; **Oficina Prática do Pregão**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Eletrônico – 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, 2. Configuração da sessão pública, 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação, 4. Envio da proposta inicial, 5. Sessão pública, 6. Etapa de julgamento, 7. Habilitação, 8. Fase recursal; 9. Adjudicação e homologação, 10. Ata de licitação; **Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios** – 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer?, 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar, 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio, 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos, 5. Linha de defesa; **Contratação Direta** – 1. Interpretação das normas sobre contratação direta, 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta, 2. Responsabilização por contratação direta ilegal, 3. Formalização do processo de contratação direta, 3.1. Instrução de um processo de contratação direta, 4. Competência para autorizar uma contratação direta, 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta, 5. Publicidade da contratação direta, 6. Licitação inexigível, 7. Licitação dispensável; e **Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas** – 1. Princípios e objetivos da contratação, 2. Espécies de contratação, 3. Atores da contratação, 4. Regime jurídico, 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes, 6. Duração, 7. Execução, 8. Gestão e fiscalização, 9. Responsabilidade, 10. Extinção, 11. Pagamento, 12. Nulidade, 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias, 14. Infrações e Sanções administrativas.

Diante do exposto, a referida contratação justifica-se pela relevância do tema e porque vem de encontro com as necessidades do Município.

Os servidores que participarão do Curso serão o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvio Alves da Rosa, CPF: 032.805.189-62.

Considerando ainda, que a IAGP INSTITUTO APLICADDO EM GESTAO PUBLICA LTDA é uma instituição séria e comprometida, que oferece soluções que agregam conhecimento para enfrentar os desafios existentes.

Considerando que os Professores são profissionais renomados, de inegável conhecimento técnico na área de licitações, como pode verificar nos currículos lattes, em anexo, nesse sentido, a contratação justifica-se em razão dos argumentos apresentados.

3. DO PRAZO DE EXECUÇÃO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

3.1. A execução do objeto do presente feito se dará nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, conforme cronograma, anexo.

3.2 O curso será de forma PRESENCIAL, a ser realizado no Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel.

3.3. A vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Contrato.

3.4. Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto, sem ônus à CONTRATANTE, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

3.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

4. DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

4.1 Constituem direitos da CONTRATANTE receber a prestação do serviço objeto deste Contrato e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e prazo convencionados.

4.2. Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado;
- b) dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato;

4.3. Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) Executar o serviço objeto do Contrato no prazo e forma ajustados;
- b) Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato;
- c) Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital;
- d) Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta do Orçamento Fiscal vigente, cuja(s) fonte(s) de recurso tem a seguinte reclassificação:

Secretaria de Administração

03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1412) F: 000

6. DO VALOR

6.1. Informa-se que a consulta de preços referente ao item do presente termo foi realizada pela Assessora Jurídica Maria Antonia Schizzi.

6.2. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na cláusula Primeira, a importância total de R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

6.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCA-E, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01(uma) só vez, nos termos do art. 1º, f da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O Pagamento será efetuado em até 30 (Trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

7.2. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supreções quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Conforme dispõe o artigo 67 da Lei nº 8.666/93:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.1.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por um representante da Administração especialmente designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

8.2. Destarte, terá como Gestora, a servidora, Assessora Jurídica Maria Antonia Schizzi, da Procuradoria Geral do Município.

8.3. A fiscal titular do contrato será a Assessora Jurídica Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Municipal Márcio Stringari, da Procuradoria Geral do Município.

8.4. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao Gestor da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

8.5. Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do Contrato proceder conforme os itens 6.8 e 8.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

8.6. Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

9. DA RESCISÃO

9.1 – O(s) Contrato(s) gerados desta Licitação poderá(ão) ser rescindido(s):

9.1.1 - Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.1.2 - Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

9.1.3 - A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.2 – O(s) Contrato(s) poderá(ão) ser rescindido(s), ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

9.3 - Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

9.4 - Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

9.5 - Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

9.6 - Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

9.7 - A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

9.7.1 - A não entrega dos produtos contratados;

9.7.2 - Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

9.7.3 - Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

9.8 - Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

9.8.1 - Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.2 - Manifestação do gestor do Contrato e/ou do(a) Secretário(a) Municipal de Finanças, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

9.8.3 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo do Contrato;

9.8.4 - Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

9.8.5 - Decisão do Prefeito Municipal;

9.8.6 - Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.8.7 - As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 deste Termo.

10. DAS ALTERAÇÕES

10.1.1. O presente Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

10.1.2 Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

11. DAS PENALIDADES

11.1 – Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

11.2 – O CONTRATANTE decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

11.3 – Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

11.4 – Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

11.5 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

11.6 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

11.7 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

11.7.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.2 – Manifestação do Gestor do Contrato e/ou do Secretária Municipal de Finanças, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

11.7.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;

11.7.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

11.7.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

11.7.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

11.7.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 9.7 deste termo/contrato.

Chopinzinho, 04 de agosto de 2023.

Maria Antonia Schizzi
Gestora do Contrato
Assessora Jurídica
Decreto 102/23





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

ITEM	QTD.	UNID	ANEXO I - DESCRIÇÃO	VALOR UNIT. R\$	VALOR TOTAL R\$
1	2		III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação	2.590,00	5.180,00

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-74TC-E54T-3F53> e informe o código 79A8-74TC-E54T-3F53



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-741C-E541-3F53> e informe o código 79A8-741C-E541-3F53



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.idoc.com.br/verificacao/79A8-741C-E541-3F53> e informe o código 79A8-741C-E541-3F53



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade 10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA m		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-74TC-E54T-3F53> e informe o código 79A8-74TC-E54T-3F53



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-741C-E541-3F53> e informe o código 79A8-741C-E541-3F53



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais". "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19"; "A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico"; e "Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?". DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. Os servidores que participarão do Curso serão, o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF:		

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-741C-E541-3F53> e informe o código 79A8-741C-E541-3F53



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e Silvio Alves da Rosa, CPF 032.805.189-62. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL DE PESQUISA			R\$ 5.180,00	

Assinado por 1 pessoa: MARIA ANTONIA SCHIZZI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-741C-E541-3F53> e informe o código 79A8-741C-E541-3F53



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 79A8-741C-E541-3F53

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 16/08/2023 15:14:26 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/79A8-741C-E541-3F53>

Memorando 9- 3.582/2023

De: Rodrigo J. - SMF-C

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 16/08/2023 às 15:27:07

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Segue termo de disponibilidade orçamentária e financeira.

—
Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Anexos:

TERMO_DE_DISPONIBILIDADE_CURSO.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA

DATA: 16/08/2023

ORIGEM: SECRETARIA DE FINANÇAS

DESTINO: SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

REFERÊNCIA: DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA PARA SERVIÇOS DE CAPACITAÇÃO PARA SERVIDOR MUNICIPAL.

VALOR: R\$5.180,00

Em atenção à solicitação formulada por Vossa Excelência, informamos existir disponibilidade orçamentária e financeira, conforme Lei nº 3.982/2022 (LOA), Lei nº 3.932/2021 (PPA) e Lei nº 3.958/2022 (LDO) e alterações, na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria de Administração

03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1783) F: 510

Atenciosamente,

Rodrigo Jazynski
Divisão de Contabilidade

Luciani Monteiro Cenci
Secretaria de Finanças

Assinado por 2 pessoas: RODRIGO JAZYNSKI e LUCIANI MONTEIRO CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/D8B9-51B0-F87B-CE7E> e informe o código D8B9-51B0-F87B-CE7E





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D8B9-51B0-F87B-CE7E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



RODRIGO JAZYNSKI (CPF 053.XXX.XXX-41) em 16/08/2023 15:27:29 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)



LUCIANI MONTEIRO CENCI (CPF 820.XXX.XXX-04) em 18/08/2023 17:07:44 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/D8B9-51B0-F87B-CE7E>

Memorando 10- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 16/08/2023 às 16:05:00

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Encaminho para a Divisão de Licitações e Contratos para que dê os prosseguimentos cabíveis.

Atenciosamente,

—

Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 3EE7-B616-DEF3-07DE

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 16/08/2023 16:05:11 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/3EE7-B616-DEF3-07DE>

Memorando 11- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 05/09/2023 às 13:48:33

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Prezados;

Segue em anexo Notas Fiscais do Curso III SIMPÓSIO do IGAM PR sobre a LEI Nº 2.590,00 0,00 2.590,00 2,00 51,80 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Atenciosamente,

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023

Anexos:

NF_CM_Tijucas_do_Sul_Simposio_NLL.pdf

NF_PM_Itambe_III_Simposio_NLL.pdf



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B760-52E2-AF2D-8EF8

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 05/09/2023 13:48:41 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B760-52E2-AF2D-8EF8>

	MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO		Número da Nota: 1824			
	Secretaria Municipal da Fazenda		Data e Hora da Emissão: 29/08/2023 09:56:17			
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Operador Emissor: IAGP I. A. E.			
www.esnfs.com.br						
PRESTADOR DE SERVIÇOS						
	CPF/CNPJ:	32651451000185	I.E.:			
	Nome/Razão:	IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA				
	Endereço:	RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA - 85601060				
	Município:	Francisco Beltrão	UF:	PR		
e-Mail: igam.parana@gmail.com						
TOMADOR DE SERVIÇOS						
CPF/CNPJ:		01594672000135	I.E.:			
Nome/Razão:		CAMARA MUNICIPAL DE TIJUCAS DO SUL				
Endereço:		Rua JORGE LEPREVOST, 417 - CENTRO - 83190000				
Município:		Tijucas do Sul	UF:	PR		
e-Mail: camara@tijucasdosul.pr.leg.br						
Cód.	Discriminação	Val.Serviço	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS
8.02	Referente inscrição no III SIMPÓSIO do IGAM PR sobre a LEI N° 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelos professores Christianne Stroppa, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Evaldo Ramos, Edgar Guimarães, Paulo César Flores e Vivian Cristina Lima López Valle, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2023 em Curitiba, ao servidor Eduardo H. R. Schafer. CONTA: Banco 756 Agência 4342 C/C n°. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.	2.590,00	0,00	2.590,00	2,00	51,80
Total Serviços (R\$)		2.590,00				
Total ISS (R\$)		51,80				
Retenções (R\$)	COFINS	ISS (0,00)	PIS	IRRF	CSLL	INSS
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total Líquido (R\$)		2.590,00				
OUTRAS INFORMAÇÕES						
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717 / 2010 e Decreto 209/2011 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado no município. Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.						
DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS						
PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Rua Niterói, 468 - Alvorada - Francisco Beltrão - PR Fone (46) 3524-5063						

Autenticidade: 73D475AC.36F2C374.AD2A5514.59E801D8 (verificada em 29/08/2023 às 09:56:25) Equiplano - NFS-e 500.2005u



	MUNICÍPIO DE FRANCISCO BELTRÃO		Número da Nota: 1830					
	Secretaria Municipal da Fazenda		Data e Hora da Emissão: 30/08/2023 10:45:01					
	NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA - NFS-e		Operador Emissor: IAGP I. A. E.					
www.esnfs.com.br								
PRESTADOR DE SERVIÇOS								
	CPF/CNPJ:	32651451000185	I.E.:		I.M.:	309103	Telefone:	46999708582
	Nome/Razão:	IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA						
	Endereço:	RUA Minas Gerais, 1391 - SL 502 Q217 L04 - NOSSA SENHORA APARECIDA - 85601060						
	Município:	Francisco Beltrão		UF:	PR	e-Mail:	igam.parana@gmail.com	
TOMADOR DE SERVIÇOS								
CPF/CNPJ:		76282698000147		I.E.:		I.M.:		
Nome/Razão:		MUNICIPIO DE ITAMBÉ						
Endereço:		Praça Rui Barbosa, 34 - CENTRO - 87175000						
Município:		Itambé		UF:		PR		e-Mail:
Cód.	Discriminação	Val.Serviço	Dedução	Base Cál.	Aliq.	ISS		
8.02	Referente inscrição no III SIMPÓSIO do IGAM PR sobre a LEI N° 14.133/2021 - Os principais desafios para aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, ministrado pelos professores Christianne Stroppa, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Evaldo Ramos, Edgar Guimarães, Paulo César Flores e Vivian Cristina Lima López Valle, nos dias 3 a 5 de Outubro de 2023 em Curitiba, a servidora Liliane Inário de Paula.	2.590,00	0,00	2.590,00	2,00	51,80		
CONTA: Banco 756 Agência 4342 C/C n°. 29657-0 IAGP - Instituto Aplicado em Gestão Pública LTDA PIX: CNPJ 32.651.451/0001-85.								
Total Serviços (R\$)		2.590,00						
Total ISS (R\$)		51,80						
Retenções (R\$)	COFINS	ISS (0,00)	PIS	IRRF	CSLL	INSS		
	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00		
Total Líquido (R\$)		2.590,00						
OUTRAS INFORMAÇÕES								
Esta NFS-e foi emitida com respaldo na Lei 3717 / 2010 e Decreto 209/2011 A tributação desta NFS-e está definida como: Tributado no município. Prestador de serviços optante pelo Simples Nacional.								
DISCRIMINAÇÃO DE IMPOSTOS								
PROCON FRANCISCO BELTRÃO - Rua Niterói, 468 - Alvorada - Francisco Beltrão - PR Fone (46) 3524-5063								

Autenticidade: E3F06C63.A47171F7.A5B423AE.C3096F26 (verificada em 30/08/2023 às 10:45:02) Equiplano - NFS-e 500.2005u



Memorando 12- 3.582/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 11:35:52

Segue anexo consultas e certidões.

—

Paulo Egidio Dalsasso

Agente Administrativo

Anexos:

CEIS.pdf

CNJ.pdf

CNPJ.pdf

Consulta_Regularidade_do_Empregador.pdf

TCE.pdf

TCU.pdf

FILTROS APLICADOS:

CPF / CNPJ sancionado: 32651451000185

LIMPAR

Data da consulta: 06/09/2023 11:29:33
Data da última atualização: 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - Acordos de Leniência) , 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CEIS) , 09/2023 (Diário Oficial da União - CEAF) , 08/2023 (Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (SIAFI) - CEPIM), 09/2023 (Sistema Integrado de Registro do CEIS/CNEP - CNEP)

DETALHAR	CADASTRO	CNPJ/CPF SANCIONADO	NOME SANCIONADO	UF SANCIONADO	ÓRGÃO/ENTIDADE SANCIONADORA	CATEGORIA SANÇÃO	DATA DE PUBLICAÇÃO DA SANÇÃO	VALOR DA MULTA	QUANTIDADE
Nenhum registro encontrado									



Improbidade Administrativa e Inelegibilidade

Certidão Negativa

Certifico que nesta data (06/09/2023 às 11:30) NÃO CONSTA no Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade registros de condenação com trânsito em julgado ou sanção ativa quanto ao CNPJ nº 32.651.451/0001-85.

A condenação por atos de improbidade administrativa não implica automático e necessário reconhecimento da inelegibilidade do condenado.

Para consultas sobre inelegibilidade acesse portal do TSE em <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/>

Esta certidão é expedida gratuitamente. Sua autenticidade pode ser por meio do número de controle 64F8.8CFA.C02C.7618 no seguinte endereço: https://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/autenticar_certidao.php

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral

Cidadão,

Confira os dados de Identificação da Pessoa Jurídica e, se houver qualquer divergência, providencie junto à RFB a sua atualização cadastral.

A informação sobre o porte que consta neste comprovante é a declarada pelo contribuinte.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 32.651.451/0001-85 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 04/02/2019

NOME EMPRESARIAL
IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA

TITULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
IGAM PARANA

PORTE
ME

CODIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial

CODIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDARIAS
70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica

CODIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURIDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R MINAS GERAIS

NUMERO
1391

COMPLEMENTO
SALA 502 ANDAR 5. EDIF ELLON

CEP
85.601-060

BAIRRO/DISTRITO
NOSSA SENHORA APARECIDA

MUNICIPIO
FRANCISCO BELTRAO

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
IGAMPARANA@IGAM.COM.BR

TELEFONE
(46) 9970-8582/ (46) 2601-1978

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
04/02/2019

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 06/09/2023 às 11:31:15 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

 CONSULTAR QSA

 VOLTAR

 IMPRIMIR

A RFB agradece a sua visita. Para informações sobre política de privacidade e uso, [clique aqui](#).

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 32.651.451/0001-85
Razão Social: IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA
Endereço: R MINAS GERAIS 1391 SL 502 ANDAR 5 EDIF / ALVORADA / FRANCISCO BELTRAO / PR / 85601-060

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/09/2023 a 04/10/2023

Certificação Número: 2023090508241811171134

Informação obtida em 06/09/2023 11:31:49

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br



Consultar restrições ao direito de contratar com a Administração Pública

[Voltar](#)[Incluir Impedimento](#)

Pesquisa de restrições

Fornecedor

Tipo documento

- Selecir ▼

Número documento

32651451000185

Nome

Tipo de Sanção

Todos ▼

Período publicação : de

até

Data de Início Impedimento: de

até

Data de Fim Impedimento: de

até

Situação:

Todas ▼

Links úteis: [Consulta TCU](#) / [Consulta CADIN PR](#)[Pesquisar](#)[Imprimir](#)

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/09/2023 11:30:51

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **IAGP INSTITUTO APLICADO EM GESTAO PUBLICA LTDA**
CNPJ: **32.651.451/0001-85**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Memorando 13- 3.582/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 11:37:27

Em anexo:

- Decreto CPL.

—

Paulo Egidio Dalsasso

Agente Administrativo

Anexos:

Decreto_041_2023_altera_art_1__decreto_422_2023_Nomeia_a_Comissao_Permanente_de_Licitacoes.pdf

Decreto_422_2022_Comissao_Permanente_de_Licitacao_exercicio_2023.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 041/2023, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023

Altera art. 1º do Decreto n.º 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

CONSIDERANDO a solicitação constante no Memorando Eletrônico n.º 6.977/2022, que informa o afastamento da servidora pública Sra. Neide Marinêz Caldato, por motivos de saúde, e solicita a alteração do Decreto n.º 422/2022, que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações.

D E C R E T A:

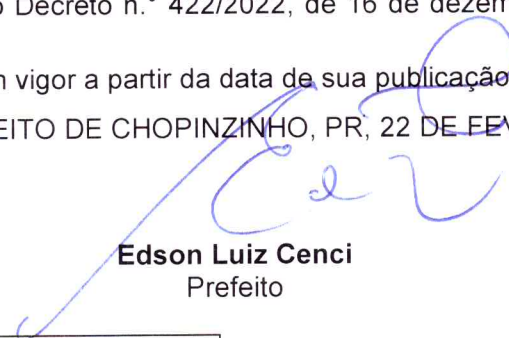
Art. 1º - Fica alterado o art. 1º do Decreto n.º 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações, passando a ter a seguinte redação:

“Art.1º. Ficam nomeados o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF n° 079.263.659-71, RG n° 9.415.072-8 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Paulo Egídio Dalssasso, CPF n° 037.281.239-27 e RG n° 6.815.803-6/PR, e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF n° 093.562.539-94 e RG n° 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.”

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto n.º 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE FEVEREIRO DE 2023.


Edson Luiz Cenci
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos Municípios
do Estado do Paraná – AMP
SIGPUB – Sistema Gerenciador de Publicações Legais
EDIÇÃO Nº 2716 de 23/02/2023

**ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO****GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ALTERA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES****DECRETO Nº 041/2023, DE 22 DE FEVEREIRO DE 2023**

Altera art. 1º do Decreto n.º 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O Prefeito DO MUNICÍPIO de Chopinzinho, Estado do Paraná, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

CONSIDERANDO a solicitação constante no Memorando Eletrônico n.º 6.977/2022, que informa o afastamento da servidora pública Sra. Neide Marinêz Caldato, por motivos de saúde, e solicita a alteração do Decreto n.º 422/2022, que dispõe sobre a nomeação da Comissão Permanente de Licitações.

D E C R E T A:

Art. 1º - Fica alterado o art. 1º do Decreto n.º 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, que nomeia a Comissão Permanente de Licitações, passando a ter a seguinte redação:

“Art.1º. Ficam nomeados o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF nº 079.263.659-71, RG nº 9.415.072-8 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Paulo Egidio Dalssasso, CPF nº 037.281.239-27 e RG nº 6.815.803-6/PR, e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.”

Art. 2º - Os demais artigos do Decreto n.º 422/2022, de 16 de dezembro de 2022, permanecem inalterados.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 22 DE FEVEREIRO DE 2023.

EDSON LUIZ CENCI
Prefeito

Publicado por:
Cristiani Scariot Rosa da Cruz
Código Identificador:838A69A3

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 23/02/2023. Edição 2716
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

DECRETO Nº 422/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados o Sr. Neide Marinêz Caldato, CPF nº 023.594.429-70, RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF nº 079.263.659-71 e RG nº 9.415.072-8 SSP/PR e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, ficando revogado o Decreto nº 506/2021, de 30 de dezembro de 2021 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Publicado no Diário Oficial dos
Municípios do Sudoeste do Paraná
DIOEMS
EDIÇÃO Nº 2759 de 19 /12/2022

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOPINZINHO

DECRETO Nº 422/2022, DE 16 DE DEZEMBRO DE 2022

Nomeia a Comissão Permanente de Licitações.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, ESTADO DO PARANÁ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 63, inciso X da Lei Orgânica:

D E C R E T A:

Art. 1º - Ficam nomeados o Sr. Neide Marinéz Caldato, CPF nº 023.594.429-70, RG nº 7.722.329-0 SSP/PR, como Presidente, o Sr. Helder Felipe Klassen, CPF nº 079.263.659-71 e RG nº 9.415.072-8 SSP/PR e o Sr. Marcos Renato Bueno de Souza, CPF nº 093.562.539-94 e RG nº 10.614.396-0 SSP/PR, como membros, para comporem a Comissão Permanente de Licitações, com o objetivo de receber, examinar, montar processo licitatório, fazer vistoria, análise e julgamento de propostas apresentadas por empresas participantes de Licitações instauradas pelo Município de Chopinzinho e julgar todos os documentos e procedimentos relativos ao cadastramento de licitantes, para o exercício de 2023.

Art. 2º - A investidura dos membros da Comissão Permanente de Licitações não excederá a 01 (um) ano, vedada a recondução da totalidade de seus membros para a mesma comissão no período subsequente, de acordo como §4º do art. 51, da Lei nº 8.666/1993.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor em 01 de janeiro de 2023, ficando revogado o Decreto nº 506/2021, de 30 de dezembro de 2021 e as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE CHOPINZINHO, PR, 16 DE DEZEMBRO DE 2022.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Cod404209

Memorando 14- 3.582/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: CPL - Comissão Permanente de Licitações

Data: 06/09/2023 às 11:40:02

Encaminha-se para parecer da CPL.

—

Paulo Egidio Dalsasso
Agente Administrativo

Memorando 15- 3.582/2023

De: Helder K. - CPL

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 16:27:35

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Segue parecer CPL.

—
Helder Felipe Klassen

Anexos:

PARECER_CPL_2023_09_06T162608_572.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CORRESPONDÊNCIA INTERNA - PARECER

DATA: 06/09/2023

ORIGEM: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

DESTINO: PROCUDORIA DO MUNICÍPIO / SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO / DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

REFERÊNCIA: PARECER REFERENTE SOLICITAÇÃO DA PROCURADORIA DO MUNICÍPIO E SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS PARA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES – III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021

Em atenção ao despacho do Senhor Prefeito referente à autorização para início de Procedimento Licitatório para Contratação de Serviços para Capacitação de Servidores – III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, constante no Termo de Referência, temos a informar:

De posse da documentação apresentada pela Procuradoria do Município e Secretaria de Administração, entendemos ser perfeitamente viável a referida contratação e somos de parecer favorável que mesma seja realizada via Modalidade INEXIGIBILIDADE.

Atenciosamente,

Helder Felipe Klassen
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

Assinado por 1 pessoa: HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/EE55-DD24-BDC8-25A5> e informe o código EE55-DD24-BDC8-25A5



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: EE55-DD24-BDC8-25A5

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



HELDER FELIPE KLASSEN (CPF 079.XXX.XXX-71) em 06/09/2023 16:28:04 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/EE55-DD24-BDC8-25A5>

Memorando 16- 3.582/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: GAB-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 16:31:48

Encaminha-se para autorização do Senhor Prefeito.

—

Paulo Egidio Dalsasso
Agente Administrativo

Memorando 17- 3.582/2023

De: Edson C. - GAB

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 06/09/2023 às 16:47:22

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, GAB-LC, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Segue em anexo a autorização.

Atenciosamente,

—

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Anexos:

AUTORIZAC_A_O_7_.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

AUTORIZAÇÃO

Face ao constante dos autos, protocolado nesta Prefeitura sob o Memorando nº **3.582/2023** e considerando a média de preços de mercado, objeto da presente, **autorizo firmar Contrato de Serviços, através de Processo de Inexigibilidade de Licitação**, nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

As despesas decorrentes deverão onerar os recursos orçamentários das categorias econômicas, conforme dotações, abaixo:

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1783) F: 510

Por outro lado, o impacto orçamentário-financeiro foi considerado no presente exercício e nos dois subsequentes, bem como tem adequação orçamentária e financeira com a lei orçamentária anual e compatibilidade com o plano plurianual e com a lei de diretrizes orçamentárias, nos termos dos arts. 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000.

Solicito a Divisão de Licitações e Contratos, preparação da minuta do instrumento de Licitação e Contrato, nos termos da Lei nº 8.666/93.

Chopinzinho - PR, 06 de setembro de 2023.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/69D4-1447-2A65-5463> e informe o código 69D4-1447-2A65-5463



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 69D4-1447-2A65-5463

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 06/09/2023 16:47:50 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/69D4-1447-2A65-5463>

Memorando 18- 3.582/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 13/09/2023 às 16:20:00

Prezados, boa tarde

Segue em anexo minuta de Edital e Contrato para Inexigibilidade de Licitação.

Faço remessa à Procuradoria Geral do Município, para emissão de parecer jurídico.

—

Paulo Egidio Dalsasso

Agente Administrativo

Anexos:

Contrato_XX_2023_IAGP_INSTITUTO_APLICADO_EM_GESTAO_PUBLICA.pdf

Extrato_do_Contrato_XX_2023_IAGP_INSTITUTO_APLICADO_EM_GES_2_.pdf

INEXIGIBILIDADE_XX_2023.pdf

RATIFICACAO_INEX_XX_2023_2_.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) CONTRATO Nº ____/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, portador do CPF nº 518.894.719-68 e do RG nº 3.533.593-5 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Sala 502, 5º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP 85.601-060, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, telefone (46) 9 9970-8582 / (46) 9 9908-6422, e-mail: igamparana@igam.com.br, neste ato representado legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP/PR, ora denominado CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº ____/2023, Processo Licitatório 161/2023, as partes acima mencionadas têm contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Unid.	02	III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação	2.590,00	5.180,00



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade 10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA m Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria,		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como contetudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		da licitação. CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: “Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas”; “A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais”. “A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19”; “A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico”; e “Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?”. DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. Os servidores que participarão do Curso serão: O Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e Silvio Alves da Rosa, CPF 032.805.189-62. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL				R\$ 5.180,00

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

2.2. As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: Secretaria de Administração – 03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1783) F: 510.

2.3. O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

2.3.1. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

2.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

2.5. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

2.6. O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

2.7. A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

2.8. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

2.9. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

2.10. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUALIDADE

3.1. A contratada fica obrigada a entregar os produtos/serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. A execução do objeto do se dará nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, conforme cronograma, anexo.

4.2. O curso será de forma PRESENCIAL, a ser realizado no Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel, Curitiba - PR.

4.3. A vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Contrato.

4.4. Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto, sem ônus à CONTRATANTE, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

4.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

5.1. Da Contratada:

5.1.1. Os Produtos e Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante Comprador com relação a isso.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.1.2. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 161/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº ____/2023. Os documentos do processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

5.1.3. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

5.1.4. A CONTRATADA exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

5.1.5. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.5.1. Executar o serviço objeto do Contrato no prazo e forma ajustados.

5.1.5.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

5.1.5.3. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital.

5.1.5.4. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.1.5.5. A capacitação deverá ser realizada pessoalmente pelos seguintes profissionais: Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Paulo Cesar Flores, Evaldo Ramos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães e Christianne Stroppa.

5.2. Do Contratante:

5.2.1. Efetuar o pagamento ajustado.

5.2.2. Dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato.

5.2.3. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

6.1.1. Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

6.1.2. Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.1.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

6.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

6.3. Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

6.4. Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

6.5. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.

6.6. Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

6.7. A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

6.7.1. A não entrega dos produtos/serviços contratados;

6.7.2. Inexecução da prestação do serviço ou execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

6.7.3. Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

6.8. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Sexta, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:

6.8.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

6.8.2. Manifestação da Gestora do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

6.8.3. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pela Gestora do Contrato;

6.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

6.8.5. Decisão do Prefeito Municipal;

6.8.6. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

6.8.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

7.1. O presente Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução e vigência (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

7.2. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

8.2. O **CONTRATANTE** decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligencia administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

8.3. Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

8.4. Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

8.5. Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

8.6. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

8.7. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:

8.7.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.7.2. Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.7.3. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;

8.7.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

8.7.5. Decisão do Prefeito Municipal;

8.7.6. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

8.7.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 e/ou Cláusula Oitava deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Procuradoria do Município.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.2. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Assessora Jurídica, Senhora Maria Antonia Schizzi, da Procuradoria Geral do Município, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.

9.3. A fiscalização do Contrato será de responsabilidade da Assessora Jurídica, Senhora Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Municipal, Senhor Márcio Stringari, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

9.4. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos deste instrumento, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

9.5. Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do contrato proceder conforme os itens 6.8 e 8.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

9.6. Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o **CONTRATANTE** emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à **CONTRATADA** através dos canais adotados pelo **CONTRATANTE** (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

10.1. Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.2. Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

10.3. Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

10.4. Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade – seja ela direta, solidária ou subsidiária –, na hipótese de inexecução dos serviços pela **CONTRATADA**.

11.2. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade – seja ela direta, solidária ou subsidiária –, com eventuais obrigações fiscais, administrativas, cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratual, bem como pelo adimplemento de obrigações com impostos, tarifas, taxas, licenças, pagamento de fornecedores e salários, entre outros encargos, sendo de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA** o adimplemento de tais obrigações.

11.3. Eventual condenação do **CONTRATANTE** com relação ao previsto nos itens anteriores, ensejará na automática retenção dos valores do presente Contrato, independentemente de comunicação prévia, renunciando a **CONTRATADA** qualquer alegação de direito e defesa.

11.4. As questões omissas serão resolvidas de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

11.5. Fica vedada a CONTRATADA, sem anuência prévia e expressa do CONTRATANTE, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação resumida do instrumento deste Contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo CONTRATANTE até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

13.2. E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmam o presente instrumento, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho - PR, ____/____/2023.

Município de Chopinzinho
Edson Luiz Cenci – Prefeito
Contratante

IAPG – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda (IGAM Paraná)
Eduardo Anzillero – Representante Legal
Contratada



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Maria Antonia Schizzi
Gestora do Contrato

Elaine Cristina Gambeta
Fiscal do Contrato

Márcio Stringari
Fiscal Substituto

Testemunhas:

NOME:
CPF:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº ____/2023. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IAPG – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85. Objeto: Contratação de Serviços para Capacitação de Servidores – III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Valor: R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº ____/2023. Fundamento Legal: Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93. Elemento de despesa: (1783) FONTE: 510. Data da assinatura: ____/____/2023. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Município e Eduardo Anziliero, pela Empresa.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

(MINUTA) INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ____/2023

Processo nº 161/2023

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 422/2022 e alterado pelo Decreto 041/2023, resolve realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação.

A presente Inexigibilidade de licitação será baseada no Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I – DO OBJETO

1.1 – A Procuradoria do Município / Secretaria de Administração em sua Solicitação protocolada sob o Memorando nº 3.582/2023 requer a Contratação de Serviços para Capacitação de Servidores – III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, conforme modelo descrito no Anexo I – Descrição dos Serviços e Preços Praticados, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Inexigibilidade de Licitação.

1.2 – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

1.3 – Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

II – DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)		
Endereço: Rua Minas Gerais, nº 1391, Sala 502, 5º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida		
Cidade: Francisco Beltrão	CEP: 85.601-060	U.F.: PR
CNPJ: 32.651.451/0001-85		
Representante Legal: Eduardo Anziliero		
CPF: 062.856.909-28	RG: 9.392.204-2 SSP/PR	

III – DA HABILITAÇÃO

3.1.1 – Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.2 – Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

3.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).

3.1.2.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.1.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.1.2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.1.2.5 – Prova de regularidade relativa às Contribuições Sociais e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.1.2.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.1.2.7 – Declaração de inexistência de parentes na Administração Municipal, de acordo com o (Prejulgado 9 do Tribunal de Contas – e do art. 9º, III, da lei 8666/93).

3.1.2.8 – Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

3.1.2.9 – Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.

3.1.2.10 – Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3.1.2.11 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA

4.1 – Optou-se pela contratação por Inexigibilidade de Licitação com arrimo no artigo 25, inc. II c/c art. 13, inc. VI, da Lei Federal 8.666/1993, “II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; - VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

4.2 – A Procuradoria do Município / Secretaria de Administração apresentaram a seguinte justificativa:

“Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...". E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

Pois toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que pagam. Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência...!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência. Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão. Essa previsão está nos parágrafos 2º e 7º, do art. 39, que determinam o seguinte:

"Art. 39 ...

... § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade."

Da leitura do §2º, pode-se verificar que, a respeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais entes. Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Considerando a Lei n.º 14.133/2023, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz novas normas e alterações significativas, considerando que a Lei que regulamentava as Licitações e Contratos Administrativos era do ano de 1993.

Se faz necessária a atualização e capacitação dos servidores que diariamente lidam com os processos de licitações e contratos administrativos, para que assim, o serviço seja eficiente, e contínuo, sem maiores adversidades no momento que essa lei tornar-se obrigatória, considerando que sua aplicação foi prorrogada pelo Governo Federal visando a capacitação dos servidores para a melhor aplicação dessa legislação.

O "III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" contemplará o Planejamento das Contratações – 1. Planejamento em Licitações Públicas, 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias, 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato, 4. Falhas de planejamento, 5. Plano anual de contratação, 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência, 7. Edital, 8. Medidas de eficiência, 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21, 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos, 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação, 12. Consequencialismo decisional e planejamento; Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações –



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias, 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos, 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade, 4. O Siafic no processo de compras e licitações, 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras, 6. O papel do controle interno na lei de licitações, 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis, 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações; 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações; Oficina Prática do Pregão Eletrônico – 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, 2. Configuração da sessão pública, 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação, 4. Envio da proposta inicial, 5. Sessão pública, 6. Etapa de julgamento, 7. Habilitação, 8. Fase recursal; 9. Adjudicação e homologação, 10. Ata de licitação; Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios – 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer?, 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar, 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio, 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos, 5. Linha de defesa; Contratação Direta – 1. Interpretação das normas sobre contratação direta, 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta, 2. Responsabilização por contratação direta ilegal, 3. Formalização do processo de contratação direta, 3.1. Instrução de um processo de contratação direta, 4. Competência para autorizar uma contratação direta, 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta, 5. Publicidade da contratação direta, 6. Licitação inexigível, 7. Licitação dispensável; e Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas – 1. Princípios e objetivos da contratação, 2. Espécies de contratação, 3. Atores da contratação, 4. Regime jurídico, 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes, 6. Duração, 7. Execução, 8. Gestão e fiscalização, 9. Responsabilidade, 10. Extinção, 11. Pagamento, 12. Nulidade, 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias, 14. Infrações e Sanções administrativas.

Diante do exposto, a referida contratação justifica-se pela relevância do tema e porque vem de encontro com as necessidades do Município.

Os servidores que participarão do Curso serão o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvio Alves da Rosa, CPF: 032.805.189-62.

Considerando ainda, que a IAGP INSTITUTO APLICADDO EM GESTAO PUBLICA LTDA é uma instituição séria e comprometida, que oferece soluções que agregam conhecimento para enfrentar os desafios existentes.

Considerando que os Professores são profissionais renomados, de inegável conhecimento técnico na área de licitações, como pode verificar nos currículos lattes, em anexo, nesse sentido, a contratação justifica-se em razão dos argumentos apresentados.”

4.3 – Os palestrantes serão os seguintes Professores: Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Paulo Cesar Flores, Evaldo Ramos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães e Christianne Stroppa.

4.4 – Participarão do curso os seguintes Servidores: Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvio Alves da Rosa, CPF 032.805.189-62.

V – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.1 – A CONTRATADA se compromete a entregar todos os produtos/serviços conforme Anexo I – Descrição Preços Praticados, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.

5.2 – A execução do objeto do se dará nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, conforme cronograma, anexo.

5.3 – O curso será de forma PRESENCIAL, a ser realizado no Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel, Curitiba - PR.

5.4 – A vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Contrato.

5.5 – Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto, sem ônus ao CONTRATANTE, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

5.6 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

VI – DO VALOR E DO PAGAMENTO

6.1 – O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 5.180,00 (cinco mil, cento e oitenta reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

6.2 – As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: Secretaria de Administração – 03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1783) F: 510.

6.3 – O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

6.3.1 – Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6.4 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

6.5 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.6 – O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

6.7 – A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

6.8 – O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

6.9 – Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

VII – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Procuradoria do Município.

7.2 – A Gestão do Contrato ficará a cargo da Assessora Jurídica, Senhora Maria Antonia Schizzi, da Procuradoria Geral do Município, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.

7.3 – A fiscalização do Contrato será de responsabilidade do Assessora Jurídica, Senhora Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Municipal, Senhor Márcio Stringari, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

7.4 – Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar à Gestora da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

7.5 – Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete à gestora do Contrato proceder conforme os itens 10.8 e 12.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

7.6 – Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

VIII – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – Da Contratada:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.1.1 – Os Produtos e Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante Comprador com relação a isso.

8.1.2 – A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 161/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº ____/2023. Os documentos do processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

8.1.3 – A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

8.1.4 – A CONTRATADA, exime desde já, o CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

8.1.5 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.5.1 – Executar o serviço objeto do Contrato no prazo e forma ajustados.

8.1.5.2 – Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

8.1.5.3 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital.

8.1.5.4 – Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.1.5.5 – A capacitação deverá ser realizada pessoalmente pela seguinte profissional: Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Paulo Cesar Flores, Evaldo Ramos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães e Christianne Stroppa.

IX – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Do Contratante:

9.1.1 – Efetuar o pagamento ajustado.

9.1.2 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.1.3 – A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X – DA RESCISÃO

10.1 – O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

10.1.1 – Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.1.2 – Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

10.1.3 – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

10.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.3 – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

10.4 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.5 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

10.6 – Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

10.7 – A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

10.7.1 – A não entrega dos produtos/serviços contratados;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

10.7.2 – Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.7.3 – Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

10.8 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

10.8.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

10.8.2 – Manifestação da Gestora do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

10.8.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pela gestora do Contrato;

10.8.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

10.8.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

10.8.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

10.8.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 10.7 deste Termo.

XI – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

11.1 – O Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução e vigência (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

11.2 – Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

XII – DAS PENALIDADES

12.1 – Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

12.2 – O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

12.3 – Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

12.4 – Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

12.5 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

12.6 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

12.7 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

12.7.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

12.7.2 – Manifestação da Gestora do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

12.7.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pela Gestora do Contrato;

12.7.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

12.7.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

12.7.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

12.7.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

XIII – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 – Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2 – Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

13.3 – Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

13.4 – Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

XIV – DO PROSSEGUIMENTO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

14.1 – A Comissão de Licitação encaminha à Procuradoria Municipal e requer que seja conhecida a necessidade de contratação, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, ____/____/2023.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Helder Felipe Klassen
Presidente da CPL



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Anexo I – Descrição do Objeto

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Unid.	02	III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma	2.590,00	5.180,00



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
 Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
 85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA m Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais". "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		perante a pandemia da Covid-19”; “A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico”; e “Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?”. DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. Os servidores que participarão do Curso serão: O Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e Silvio Alves da Rosa, CPF 032.805.189-62. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL				R\$ 5.180,00



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº ____/2023

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do **Processo de Inexigibilidade de Licitação nº ____/2023**, eu, **EDSON LUIZ CENCI**, Prefeito, torno pública a **RATIFICAÇÃO** do procedimento em epígrafe e a **ADJUDICAÇÃO** do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)	32.651.451/0001-85	R\$ 5.180,00

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, ____/____/2023.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Memorando 19- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: PGM-LIC - LICITAÇÕES - A/C Thiago S.

Data: 14/09/2023 às 13:29:27

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Faço esses autos conclusos ao Procurador Municipal Thiago Voracoski Santos - PGM-LIC, do que lavro o presente termo.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: AC08-D3FD-AEF4-9F5C

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 14/09/2023 13:29:36 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/AC08-D3FD-AEF4-9F5C>

Memorando 20- 3.582/2023

De: Thiago S. - PGM-LIC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 18/09/2023 às 15:46:32

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa(s) Senhoria(s) os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Chopinzinho(PR), datado e assinado eletronicamente (Certificado Digital – AC OAB G3)

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586

Anexos:

Parecer_Inexigibilidade_capacitacao_PGM.pdf



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 3582/2023.

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 161/2023.

PARECER

1. DO RELATÓRIO

Trata-se de análise de legalidade do MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 3582/2023, no qual a Procuradoria Geral do Município pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, empresa especializada em capacitação para servidores públicos**.

Os autos foram regularmente formalizados em processo eletrônico (1Doc)¹, e encontram-se instruídos com os seguintes documentos a saber: solicitação e justificativa da Secretaria Municipal interessada; pesquisa de preços; certidões negativas da contratada; cartão CNPJ; declaração de não parentesco; dotação orçamentária; autorização do Prefeito Municipal; minutas do edital e contrato.

É o relatório.

2. DA FUNDAMENTAÇÃO

2.1. DO CAMPO DE ANÁLISE DO PARECER JURÍDICO

Nos termos do art. 38, inc. VI da Lei nº 8.666/1993, o processo administrativo de contratação pública deve ser instruído, entres outros documentos, com "(...) *pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade*". O parágrafo único desse mesmo dispositivo estabelece, ainda, que "(...) *as minutas de editais de licitação, bem como as dos contratos, acordos, convênios ou ajustes devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração*".

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto Municipal nº 484/2021, "*A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos*".

Sem embargo, não se incluem no âmbito desta análise a regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto, bem como os elementos técnicos ou discricionários pertinentes ao caso, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

2.2. DA OBRIGATORIEDADE DA CONTRATAÇÃO VIA LICITAÇÃO E SUAS EXCEÇÕES

¹ Processo eletrônico autorizado mediante o Decreto Municipal nº 291/2019 e Decreto Municipal nº 489/2020.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Toda a vez que a Administração Pública pretende contratar terceiros para executar obras, prestar serviços e comprar, a regra é a licitação (art. 37, inc. XXI,² da CRFB/88) e a exceção a contratação direta, via dispensa ou inexigibilidade.

O procedimento licitatório visa garantir não apenas a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração, mas sim, visa assegurar o princípio constitucional da isonomia entre os potenciais prestadores do serviço ou fornecedores do objeto pretendido pelo Poder Público.

Entretanto, a própria Carta Magna, em seu art. 37, XXI, ao fazer a exigência da licitação, ressalva “os casos especificados na legislação”, abre a possibilidade da lei ordinária fixar hipóteses para estabelecer exceções à regra de licitar.

Essas exceções estão previstas nos artigos 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, que tratam, respectivamente, sobre os casos de dispensa e inexigibilidade de licitação.

De todo modo, partindo-se da premissa que a regra é a licitação e a exceção a contratação direta, necessário diferenciar as formas de contratação direta, as quais foram resumidas pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 em hipóteses de *inexigibilidade* e de *dispensa*.

De forma muito didática, Fernanda Marinela assim as distingue:

“Quando a disputa for inviável, o certame será inexigível. De outro lado, a dispensa pressupõe uma licitação ‘exigível’ que só não ocorrerá por vontade do legislador. Em termos práticos, o administrador deverá verificar primeiramente se a licitação é exigível ou inexigível, conforme a possibilidade ou não de competição. Sendo assim, afastada a inexigibilidade, passará a verificar a presença dos pressupostos de dispensa da licitação.”³

Passa-se, doravante, à análise do caso concreto.

2.3. DA ANÁLISE DO CASO CONCRETO

A Procuradoria Geral do Município pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, empresa especializada em capacitação para servidores públicos.**

2.3.1. DA AUTORIDADE COMPETENTE

² “Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...) XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações;”

³ MARINELA, Fernanda. **Direito administrativo**. 7 ed. Niterói: Impetus, 2013, p. 465.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

O Prefeito Municipal autorizou a abertura do procedimento licitatório e, depois, a contratação através do processo de inexigibilidade.

2.3.2. DA JUSTIFICATIVA

Sob o ponto de vista técnico-jurídico, a justificativa apresentada pela Secretaria Municipal interessada contempla motivos legítimos e benefícios resultantes da contratação direta.

2.3.3. DA DEFINIÇÃO DO OBJETO

As especificações mínimas do objeto, contidas no Termo de Referência, são claras, objetivas e vinculadas às necessidades apontadas e, ao mesmo tempo, não indicam direcionamento.

2.3.4. DA MODALIDADE

Agiu com acerto o Presidente da Comissão Permanente de Licitações ao emitir parecer favorável à contratação, na modalidade Inexigibilidade.

Com o devido respeito, mas a inviabilidade de competição é suficiente para justificar a contratação direta, via inexigibilidade, com base no art. 25, inc. II, da Lei nº 8.666/1993, *in verbis*:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: (...)

II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; (...)

§ 1º Considera-se de notória especialização o profissional ou empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica, ou de outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato." (g.n.)

Vê-se, portanto, que não há supedâneo fático para a realização do procedimento licitatório. O serviço técnico de natureza singular está explicitado no próprio objeto da contratação sob análise.

O grau de subjetividade em relação à avaliação do serviço que será prestado, dadas as suas particularidades, impede a adoção de critérios objetivos para a mensuração e avaliação da melhor proposta. Não há como se definir, objetivamente, qual



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

seria a melhor empresa que melhor atenderia aos interesses da Administração, preservando a seleção isonômica do executor do serviço. *“Enquanto a licitação é norteadada pelo princípio da impessoalidade, a inexigibilidade é marcadamente informada pela pessoalidade”*, diz o professor Renato Geraldo Mendes, em artigo intitulado *“A inexigibilidade de licitação na visão do TCU”*, publicado na Revista Zênite de Licitações e Contratos – ILC.⁴

E, continua, a forma para assegurar a redução do risco de insucesso é por meio da contratação de profissional ou empresa de notória especialização, critério eleito pelo legislador. A escolha do contratado deve ser realizada por critério subjetivo, baseado no grau de confiança que a notória especialização propicia. A *“notória especialização do profissional ou da empresa é a condição que confere objetividade para o que se denomina confiança”*. *“[A] confiança decorrente do conceito profissional do executor, e não do desejo pessoal de quem decide”*. Não se trata de mera escolha ou preferência subjetiva do agente, mas da qualificação do prestador.

“Contratar serviço intelectual de natureza singular por inexigibilidade com fundamento no inc. II do art. 25 da Lei nº 8.666/93 não é uma opção, mas obrigação, por força do princípio da eficiência previsto no caput do art. 37 da Constituição, que exige que o gestor viabilize a melhor relação benefício-custo na contratação. (...) Aliás, pelas suas próprias características especiais, os serviços singulares exigem que se potencialize o benefício a ser obtido, em prejuízo do menor preço”.

Ademais, o *“(...) fato de haver cinco ou seis profissionais ou empresas notoriamente especializadas não significa que será possível a competição, sob o ponto de vista jurídico. O que seria possível, sob tal ponto de vista é apenas a disputa. Por isso, o legislador diz que ‘é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição’, e não que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de disputa”*.

No caso do inc. II do art. 25, não existe viabilidade de competição, mas pode ser possível a disputa. Entretanto, *“(...) ainda que existam várias pessoas notoriamente especializadas (isto é, possibilidade real de disputa), não se pode fixar critério objetivo de escolha para se definir entre A ou B. Logo, só há um tipo de escolha – a subjetiva. (...) Portanto, a existência de mais de um profissional ou empresa de notória especialização não desnatura a inviabilidade de competição, pois esta resulta da impossibilidade de assegurar um dos pressupostos da licitação (o critério objetivo de julgamento) que está relacionado ao objetivo, e não à quantidade de pessoas que atuam no mercado”*, complementa Renato Geraldo Mendes.

Todavia, como o administrador público não está livre para contratar, ainda mais nas hipóteses de contratação direta, é necessário que certos requisitos sejam comprovados nos autos do processo de contratação direta.

⁴ Disponível em: [https://static.zenite.com.br/portal/blog/Doutrina_1_Dr.Renato_ilc209.pdf]. Acesso em: 11/07/2018.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Pela redação do art. 25, II c/c o art. 26, ambos da Lei nº 8.666/93, para que a contratação seja legal é necessário: **a)** que o contrato deve ser firmado com a própria empresa que prestará o serviço; **b)** justificativa da escolha; **c)** justificativa do preço; e, **d)** publicidade da contratação.

Passa-se ao exame desses requisitos.

2.3.4.1. DAS EXIGÊNCIAS DO ART. 26, DA LEI Nº 8.666/93

2.3.4.1.1. DO CONTRATO A SER FIRMADO COM A PRÓPRIA EMPRESA QUE PRESTARÁ O SERVIÇO

De acordo com os documentos que constam dos autos, a Secretaria Municipal interessada pretende contratar o(a) **IAGP-INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)**.

Muito mais do que o teor da justificativa, os documentos anexados aos autos dão a segurança necessária de que a Administração está contratando uma empresa ou entidade que goza de credibilidade (confiança) de que os serviços atenderão às expectativas.

2.3.4.1.2. DA JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA

A grande preocupação na interpretação das hipóteses de dispensa e inexigibilidade é a abrangência das expressões contidas no permissivo legal. Em verdade, trata-se de termos jurídicos indeterminados, que concedem, em tese, certa margem de discricionariedade ao administrador.

A proporcionalidade é princípio de envergadura constitucional que decorre do devido processo legal em sua acepção substantiva. Tem por finalidade limitar a atuação do Poder Público a parâmetros constitucionalmente aceitáveis.

A proporcionalidade deve ser analisada levando-se em conta o trinômio necessidade, adequação e proporcionalidade em sentido estrito, que são conceitos parcelares que permitem a verificação da lisura e aceitabilidade de uma conduta estatal.

Pergunta-se, então:

a) há **necessidade** da contratação para que cumpra com o seu objeto? A contratação é necessária para que o Município realize **capacitação aos servidores, com a consequente melhoria na prestação dos serviços à população**;

b) há **adequação** entre a medida tomada e fim almejado? Há um perfeito acoplamento entre a ação e o resultado? A contratação mostra-se a escolha correta, haja vista que, de acordo com a Justificativa da Secretaria Municipal interessada:

“Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência..."

E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional n° 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

Pois toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que pagam. Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência....!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência. Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão. Essa previsão está nos parágrafos 2° e 7°, do art. 39, que determinam o seguinte:

"Art. 39 ...

... § 2° A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7° Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade."

Da leitura do §2°, pode-se verificar que, a respeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

entes. Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Considerando a Lei n.º 14.133/2023, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz novas normas e alterações significativas, considerando que a Lei que regulamentava as Licitações e Contratos Administrativos era do ano de 1993.

Se faz necessária a atualização e capacitação dos servidores que diariamente lidam com os processos de licitações e contratos administrativos, para que assim, o serviço seja eficiente, e contínuo, sem maiores adversidades no momento que essa lei tornar-se obrigatória, considerando que sua aplicação foi prorrogada pelo Governo Federal visando a capacitação dos servidores para a melhor aplicação dessa legislação.

O “III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos” contemplará o Planejamento das Contratações – 1. Planejamento em Licitações Públicas, 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias, 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato, 4. Falhas de planejamento, 5. Plano anual de contratação, 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência, 7. Edital, 8. Medidas de eficiência, 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21, 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos, 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação, 12. Consequencialismo decisional e planejamento; Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações – 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias, 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos, 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade, 4. O Siafic no processo de compras e licitações, 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras, 6. O papel do controle interno na lei de licitações, 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis, 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações; 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações; Oficina Prática do Pregão Eletrônico – 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, 2. Configuração da sessão pública, 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação, 4. Envio da proposta inicial, 5. Sessão



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

pública, 6. Etapa de julgamento, 7. Habilitação, 8. Fase recursal; 9. Adjudicação e homologação, 10. Ata de licitação; Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios – 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer?, 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar, 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio, 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos, 5. Linha de defesa; Contratação Direta – 1. Interpretação das normas sobre contratação direta, 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta, 2. Responsabilização por contratação direta ilegal, 3. Formalização do processo de contratação direta, 3.1. Instrução de um processo de contratação direta, 4. Competência para autorizar uma contratação direta, 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta, 5. Publicidade da contratação direta, 6. Licitação inexigível, 7. Licitação dispensável; e Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas – 1. Princípios e objetivos da contratação, 2. Espécies de contratação, 3. Atores da contratação, 4. Regime jurídico, 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes, 6. Duração, 7. Execução, 8. Gestão e fiscalização, 9. Responsabilidade, 10. Extinção, 11. Pagamento, 12. Nulidade, 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias, 14. Infrações e Sanções administrativas.

Diante do exposto, a referida contratação justifica-se pela relevância do tema e porque vem de encontro com as necessidades do Município. Os servidores que participarão do Curso serão o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvo Alves da Rosa, CPF: 032.805.189-62.

Considerando ainda, que a IAGP INSTITUTO APLICADDO EM GESTAO PUBLICA LTDA é uma instituição séria e comprometida, que oferece soluções que agregam conhecimento para enfrentar os desafios existentes.

Considerando que os Professores são profissionais renomados, de inegável conhecimento técnico na área de licitações, como pode verificar nos currículos lattes, em anexo, nesse sentido, a contratação justifica-se em razão dos argumentos apresentados.”

c) há proporcionalidade em sentido estrito no que tange ao equilibrado custo benefício? As melhorias trazidas pela medida são superiores aos seus malefícios? Requisito atendido na medida em que a contratada pode atender a necessidade específica do órgão municipal interessado.



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

2.3.4.1.3. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

De acordo com o art. 4º, parágrafo único, do Decreto nº 484/2021, “A responsabilidade pela correta instrução dos protocolados com toda a documentação necessária, bem como pela regularidade das planilhas de quantitativos, valores, cálculos e especificação técnica do objeto será dos agentes públicos responsáveis pela elaboração dos referidos documentos.”.

Não obstante, verifica-se que os orçamentos/notas fiscais encontram-se dados e com a completa identificação da empresa que os forneceu e do servidor responsável pela pesquisa de preços.

2.3.5. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A Secretaria de Finanças emitiu parecer que há disponibilidade orçamentária para a contratação pretendida.

2.3.6. DA DESIGNAÇÃO DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES E EQUIPE DE APOIO

De acordo com os decretos municipais anexados ao processo, a Comissão Permanente de Licitações está formalmente constituída.

2.3.7. DA POSSIBILIDADE DE CONTRATAR A EMPRESA SELECIONADA

Dos autos constam os seguintes documentos da Contratada:

a) habilitação jurídica: Atos Constitutivos e Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral;

b) regularidade fiscal e trabalhista: Certificado de Regularidade do FGTS, Certidão Negativa de Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, Certidão Negativa do Estado do Paraná e Certidão Negativa de Débitos do Município;

c) ausência de impedimentos para contratar com o Poder Público: Consulta ao Cadastro de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, Consulta ao Cadastro de Impedidos de Licitar – TCE/PR, Certidão Negativa de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade do CNJ e Declaração de não parentesco.

2.3.8. DAS MINUTAS DO EDITAL, ANEXOS E EXTRATO PARA PUBLICAÇÃO

As minutas do edital, anexos e do extrato para publicação atendem às exigências previstas no art. 24, IV c/c os artigos 26, 40 e 55 da Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

Trazem seus elementos essenciais: qualificação das partes, objeto, condições de pagamento, dotação orçamentária, condições de revisão ou alteração do contrato, pe-



Município de Chopinzinho

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

nalidades, rescisão, prazo de vigência e responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato.

2.3.9. DAS PUBLICAÇÕES

A Divisão de Licitações e Contratos deverá garantir a devida publicidade do certame, através das publicações de praxe, anexando-as aos autos.

3. DA CONCLUSÃO

ANTE O EXPOSTO, a Procuradoria Geral do Município **aprova** as minutas de edital e contrato anexadas no **MEMORANDO ELETRÔNICO Nº 3582/2023**, no qual a **Procuradoria Geral do Município** pretende contratar, através de **inexigibilidade de licitação, empresa especializada em capacitação para servidores públicos, desde que atendidas as seguintes recomendações:**

Divisão de Licitações e Contratos:

Recomendação 1: providenciar as publicações de praxe, anexando os comprovantes nestes autos.

Em atenção aos princípios da eficiência, celeridade e economicidade que norteiam os procedimentos administrativos, competem à Divisão de Licitações e Contratos e Secretaria Municipal interessada na contratação em comento, a observância, adequações cabíveis e o cumprimento das recomendações contidas no parecer jurídico, sendo desnecessário o retorno do processo à Procuradoria Geral do Município, salvo requerimento fundamentado contendo nova questão jurídica a ser resolvida.

Registro, por fim, que a análise consignada neste parecer se ateve às questões jurídicas observadas na instrução processual, nos termos do parágrafo único do art. 38 da Lei nº 8.666/93. Não se incluem no âmbito de análise da Procuradoria Geral do Município os elementos técnicos pertinentes à execução dos serviços e do objeto da contratação, como aqueles de ordem financeira ou orçamentária, cuja exatidão deverá ser verificada pelos setores responsáveis e autoridade competente.

Chopinzinho, PR, datado e assinado eletronicamente.

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 97BF-D1B6-A811-2B00

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.XXX.XXX-99) em 18/09/2023 15:48:06 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/97BF-D1B6-A811-2B00>

Memorando 21- 3.582/2023

De: Roberto P. - SMA

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 19/09/2023 às 16:13:18

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Prezado **Paulo Egidio Dalsasso - SMA-LC**

Considerando a alta demanda de Processos Licitatórios represados.

Considerando a RECOMENDAÇÃO 2023 - DE AÇÕES DE GESTÃO PARA AS PREFEITURAS MUNICIPAIS DO SUDOESTE DO PARANÁ EM PROL DO REEQUILÍBRIO FISCAL - (AMSOP).

Considerando o Ofício Circular 06/2023 (AMSOP), no mesmo sentido.

Considerando o Ofício 01/2023 - Controle Interno, recomendando controle de gastos à Administração.

Solicitamos que seja efetuada a Contratação de somente uma inscrição junto ao referido treinamento, sendo esta direcionada ao Servidor da Procuradoria Geral do Município.

Sem mais, aproveitamos o ensejo para renovar nossos protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente.

Roberto Alencar Przendziuk
Secretário de Administração



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D42C-62B3-7E4E-A23E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



ROBERTO ALENCAR PRZENDZIUK (CPF 546.XXX.XXX-49) em 19/09/2023 16:15:28 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/D42C-62B3-7E4E-A23E>

Memorando 22- 3.582/2023

De: Paulo D. - SMA-LC

Para: PGM - PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

Data: 20/09/2023 às 13:25:48

Prezado, Thiago Voracoski Santos - PGM

Segue para conhecimento do despacho 21.

Sendo assim, o processo será homologado com a participação do Dr. Márcio.

—

Paulo Egidio Dalsasso

Agente Administrativo

Memorando 23- 3.582/2023

De: Maria S. - PGM

Para: PGM-LIC - LICITAÇÕES - A/C Thiago S.

Data: 21/09/2023 às 10:22:00

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Encaminhado para ciência.

—
Maria Antonia Schizzi

Assessora Jurídica

Decreto 102/2023



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 9147-436C-BE19-565E

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



MARIA ANTONIA SCHIZZI (CPF 103.XXX.XXX-31) em 21/09/2023 10:22:13 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/9147-436C-BE19-565E>

Memorando 24- 3.582/2023

De: Thiago S. - PGM-LIC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 21/09/2023 às 10:33:53

Setores envolvidos:

SMA, GAB, SMF, PGM, SMA-LC, SMF-C, PGM-LIC, GAB-LC, CPL

Contratação de Serviços de Capacitação. "III SIMPÓSIO DO IGAM PR SOBRE A LEI Nº 14.133/2021 - OS PRINCIPAIS DESAFIOS PARA APLICAÇÃO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. DATA: 03, 04 E 05/10/2023.

Ciente.

Sem mais para o momento, renovo a Vossa(s) Senhoria(s) os protestos de elevada estima e distinta consideração.

Chopinzinho(PR), datado e assinado eletronicamente (Certificado Digital – AC OAB G3)

Thiago Voracoski Santos
Procurador Municipal
OAB/PR 73.586



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 4BA7-1E4E-0E6E-C74F

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



THIAGO VORACOSKI SANTOS (CPF 047.XXX.XXX-99) em 21/09/2023 10:34:07 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/4BA7-1E4E-0E6E-C74F>

Memorando 25- 3.582/2023

De: Andreia S. - SMA-LC
Para: GAB-LC - Licitações e Contratos
Data: 21/09/2023 às 11:16:41

Inexigibilidade nº 34/2023.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

INEXIGIBILIDADE_34_2023.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Edson Luiz Cenci	21/09/2023 13:19:57	ICP-Brasil	EDSON LUIZ CENCI CPF 518.XXX.XXX-68
Helder Felipe Klassen	21/09/2023 15:34:24	ICP-Brasil	HELDER FELIPE KLASSEN CPF 079.XXX.XXX-71

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **84EC-C80D-1E7F-65F2**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2023

Processo nº 161/2023

O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO – PR, através da Comissão Permanente de Licitações, constituída pelo Decreto nº 422/2022 e alterado pelo Decreto 041/2023, resolve realizar licitação na modalidade Inexigibilidade de Licitação.

A presente Inexigibilidade de licitação será baseada no Artigo 25, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores.

I – DO OBJETO

1.1 – A Procuradoria do Município / Secretaria de Administração em sua Solicitação protocolada sob o Memorando nº 3.582/2023 requer a Contratação de Serviços para Capacitação de Servidores – III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, conforme modelo descrito no Anexo I – Descrição dos Serviços e Preços Praticados, parte inseparável deste Edital, sendo este, portanto, o Objeto desta Inexigibilidade de Licitação.

1.2 – A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores.

1.3 – Quaisquer alterações no termo de contrato a ser firmado entre as partes serão firmadas através de termo de aditamento.

II – DETENTOR DA MELHOR OFERTA

Fornecedor: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)		
Endereço: Rua Minas Gerais, nº 1391, Sala 502, 5º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida		
Cidade: Francisco Beltrão	CEP: 85.601-060	U.F.: PR
CNPJ: 32.651.451/0001-85		
Representante Legal: Eduardo Anziliero		
CPF: 062.856.909-28	RG: 9.392.204-2 SSP/PR	

III – DA HABILITAÇÃO

3.1.1 – Afim da comprovação da Regularidade Jurídica a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar o ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor (e a última alteração contratual), devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

3.1.2 – Afim da comprovação da Regularidade Fiscal a Licitante detentora da melhor oferta deverá apresentar:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

3.1.2.1 – Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC).

3.1.2.2 – Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

3.1.2.3 – Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei.

3.1.2.4 – Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.1.2.5 – Prova de regularidade relativa às Contribuições Sociais e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

3.1.2.6 – Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

3.1.2.7 – Declaração de inexistência de parentes na Administração Municipal, de acordo com o (Prejulgado 9 do Tribunal de Contas – e do art. 9º, III, da lei 8666/93).

3.1.2.8 – Comprovante de regularidade junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas.

3.1.2.9 – Comprovante de regularidade junto ao Cadastro de Impedidos de Licitar, junto ao TCE/PR.

3.1.2.10 – Certidão junto ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade - Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

3.1.2.11 – Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do Tribunal de Contas da União.

IV – DA RAZÃO DA ESCOLHA

4.1 – Optou-se pela contratação por Inexigibilidade de Licitação com arrimo no artigo 25, inc. II c/c art. 13, inc. VI, da Lei Federal 8.666/1993, “II - para a contratação de serviços técnicos enumerados no art. 13 desta Lei, de natureza singular, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação; - VI - treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.”

4.2 – A Procuradoria do Município / Secretaria de Administração apresentaram a seguinte justificativa:

“Os órgãos públicos devem cumprir os princípios básicos aplicáveis à Administração Pública, em especial, aqueles constantes do art. 37, caput, da Carta Magna:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

"Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência...". E como se pode ver, dentre eles está o princípio da eficiência, inserido pela Emenda Constitucional nº 19 (reforma administrativa), como exigência a todos os órgãos públicos, para que prestem bons serviços à população, com competência, para gerar a eficácia na atuação do Estado.

Pois toda a estrutura montada para a oferta dos serviços públicos é bancada pelo povo, através dos impostos que pagam. Por essa razão, o povo merece ser tratado com respeito e eficiência...!

No entanto, para que um agente público ofereça um serviço de qualidade, este agente precisa ser capacitado para sua incumbência. Pensando assim, a Reforma Administrativa de 1998, inseriu novas regras ao art. 39 da Constituição Federal, para obrigar que no âmbito da Administração Pública, nos três poderes, os servidores (e por extensão, os agentes públicos) devam ser capacitados, com recursos disponibilizados pelo respectivo órgão. Essa previsão está nos parágrafos 2º e 7º, do art. 39, que determinam o seguinte:

"Art. 39 ...

... § 2º A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

§ 7º Lei da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios disciplinará a aplicação de recursos orçamentários provenientes da economia com despesas correntes em cada órgão, autarquia e fundação, para aplicação no desenvolvimento de programas de qualidade e produtividade, treinamento e desenvolvimento, modernização, reaparelhamento e racionalização do serviço público, inclusive sob a forma de adicional ou prêmio de produtividade."

Da leitura do §2º, pode-se verificar que, a respeito da obrigatoriedade de criação das Escolas de Governo não incidir sobre os municípios (até porque a maioria é de pequeno porte), facultou-se a extensão aos demais entes. Todavia, o §7º inclui o Município entre os entes da federação obrigados a investir na capacitação e treinamento de seus agentes.

Considerando a Lei n.º 14.133/2023, de 1º de abril de 2021, Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que traz novas normas e alterações significativas, considerando que a Lei que regulamentava as Licitações e Contratos Administrativos era do ano de 1993.

Se faz necessária a atualização e capacitação dos servidores que diariamente lidam com os processos de licitações e contratos administrativos, para que assim, o serviço seja eficiente, e contínuo, sem maiores adversidades no momento que essa lei tornar-se obrigatória, considerando que sua aplicação foi prorrogada pelo Governo Federal visando a capacitação dos servidores para a melhor aplicação dessa legislação.

O "III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos" contemplará o Planejamento das Contratações – 1. Planejamento em Licitações Públicas, 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias, 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato, 4. Falhas de planejamento, 5. Plano anual de contratação, 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência, 7. Edital, 8. Medidas de eficiência, 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21, 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos, 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação, 12. Consequencialismo decisional e planejamento; Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações –



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias, 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos, 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade, 4. O Siafic no processo de compras e licitações, 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras, 6. O papel do controle interno na lei de licitações, 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis, 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações; 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações; Oficina Prática do Pregão Eletrônico – 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica, 2. Configuração da sessão pública, 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação, 4. Envio da proposta inicial, 5. Sessão pública, 6. Etapa de julgamento, 7. Habilitação, 8. Fase recursal; 9. Adjudicação e homologação, 10. Ata de licitação; Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios – 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer?, 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar, 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio, 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos, 5. Linha de defesa; Contratação Direta – 1. Interpretação das normas sobre contratação direta, 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta, 2. Responsabilização por contratação direta ilegal, 3. Formalização do processo de contratação direta, 3.1. Instrução de um processo de contratação direta, 4. Competência para autorizar uma contratação direta, 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta, 5. Publicidade da contratação direta, 6. Licitação inexigível, 7. Licitação dispensável; e Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas – 1. Princípios e objetivos da contratação, 2. Espécies de contratação, 3. Atores da contratação, 4. Regime jurídico, 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes, 6. Duração, 7. Execução, 8. Gestão e fiscalização, 9. Responsabilidade, 10. Extinção, 11. Pagamento, 12. Nulidade, 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias, 14. Infrações e Sanções administrativas.

Diante do exposto, a referida contratação justifica-se pela relevância do tema e porque vem de encontro com as necessidades do Município.

Os servidores que participarão do Curso serão o Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108, e o servidor Silvio Alves da Rosa, CPF: 032.805.189-62.

Considerando ainda, que a IAGP INSTITUTO APLICADDO EM GESTAO PUBLICA LTDA é uma instituição séria e comprometida, que oferece soluções que agregam conhecimento para enfrentar os desafios existentes.

Considerando que os Professores são profissionais renomados, de inegável conhecimento técnico na área de licitações, como pode verificar nos currículos lattes, em anexo, nesse sentido, a contratação justifica-se em razão dos argumentos apresentados.”

4.3 – Os palestrantes serão os seguintes Professores: Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Paulo Cesar Flores, Evaldo Ramos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães e Christianne Stroppa.

4.4 – Participará do curso o seguinte servidor: Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108.

V – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.1 – A CONTRATADA se compromete a entregar todos os produtos/serviços conforme Anexo I – Descrição Preços Praticados, de acordo com orçamento fornecido pela mesma.

5.2 – A execução do objeto do se dará nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, conforme cronograma, anexo.

5.3 – O curso será de forma PRESENCIAL, a ser realizado no Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel, Curitiba - PR.

5.4 – A vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Contrato.

5.5 – Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto, sem ônus ao CONTRATANTE, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

5.6 – É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

VI – DO VALOR E DO PAGAMENTO

6.1 – O CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

6.2 – As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: Secretaria de Administração – 03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1783) F: 510.

6.3 – O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.

6.3.1 – Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

6.4 – Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

6.5 – Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.6 – O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de “factoring”.

6.7 – A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

6.8 – O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

6.9 – Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

VII – DA FISCALIZAÇÃO

7.1 – O CONTRATANTE se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Procuradoria do Município.

7.2 – A Gestão do Contrato ficará a cargo da Assessora Jurídica, Senhora Maria Antonia Schizzi, da Procuradoria Geral do Município, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.

7.3 – A fiscalização do Contrato será de responsabilidade do Assessora Jurídica, Senhora Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Municipal, Senhor Márcio Stringari, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

7.4 – Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar à Gestora da Contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos da Contrato, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

7.5 – Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete à gestora do Contrato proceder conforme os itens 10.8 e 12.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

7.6 – Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o CONTRATANTE emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal da Contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à CONTRATADA através dos canais adotados pelo CONTRATANTE (e-mail, fax, etc).

VIII – DAS RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

8.1 – Da Contratada:



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

8.1.1 – Os Produtos e Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante Comprador com relação a isso.

8.1.2 – A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 161/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023. Os documentos do processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

8.1.3 – A CONTRATADA, obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

8.1.4 – A CONTRATADA, exime desde já, o CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

8.1.5 – Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.5.1 – Executar o serviço objeto do Contrato no prazo e forma ajustados.

8.1.5.2 – Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

8.1.5.3 – Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital.

8.1.5.4 – Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

8.1.5.5 – A capacitação deverá ser realizada pessoalmente pela seguinte profissional: Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Paulo Cesar Flores, Evaldo Ramos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães e Christianne Stroppa.

IX – DAS RESPONSABILIDADES DO CONTRATANTE

9.1 – Do Contratante:

9.1.1 – Efetuar o pagamento ajustado.

9.1.2 – Dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.1.3 – A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

X – DA RESCISÃO

10.1 – O Contrato gerado desta Licitação poderá ser rescindido:

10.1.1 – Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da CONTRATADA, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a inexecução sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.1.2 – Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do CONTRATANTE;

10.1.3 – A CONTRATADA reconhece os direitos do CONTRATANTE à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

10.2 – O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a CONTRATADA declara expressamente conhecer.

10.3 – Na hipótese de rescisão por culpa da CONTRATADA, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

10.4 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

10.5 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo CONTRATANTE será cobrado judicialmente.

10.6 – Reserva-se ao CONTRATANTE o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

10.7 – A inexecução do contrato pela CONTRATADA poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

10.7.1 – A não entrega dos produtos/serviços contratados;



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

10.7.2 – Inexecução do objeto do Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao CONTRATANTE;

10.7.3 – Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

10.8 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

10.8.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

10.8.2 – Manifestação da Gestora do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

10.8.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pela gestora do Contrato;

10.8.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

10.8.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

10.8.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

10.8.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 10.7 deste Termo.

XI – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

11.1 – O Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução e vigência (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

11.2 – Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

XII – DAS PENALIDADES

12.1 – Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

12.2 – O CONTRATANTE decide aplicar ao Contrato, na hipótese de inexecução das obrigações pela CONTRATADA, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal ou total do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da CONTRATADA, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal ou total do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O CONTRATANTE resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

12.3 – Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

12.4 – Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o CONTRATANTE autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

12.5 – Inexistindo créditos em favor da CONTRATADA ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o CONTRATANTE oficiará à CONTRATADA para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

12.6 – Caso a CONTRATADA não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

12.7 – Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do CONTRATANTE, nesta ordem:

12.7.1 – Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

12.7.2 – Manifestação da Gestora do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

12.7.3 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pela Gestora do Contrato;

12.7.4 – Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

12.7.5 – Decisão do Prefeito Municipal;

12.7.6 – Notificação da CONTRATADA, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

12.7.7 – As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da CONTRATADA, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no Contrato.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

XIII – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

13.1 – Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

13.2 – Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;
- e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

13.3 – Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

13.4 – Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

XIV – DO PROSSEGUIMENTO



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

14.1 – A Comissão de Licitação encaminha à Procuradoria Municipal e requer que seja conhecida a necessidade de contratação, os autos sejam analisados e que a Procuradoria posicione-se em relação ao mérito emitindo Parecer Jurídico.

Chopinzinho - PR, 20 de setembro de 2023.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Helder Felipe Klassen
Presidente da CPL

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/84EC-C80D-1E7F-65F2> e informe o código 84EC-C80D-1E7F-65F2



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Anexo I – Descrição do Objeto

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Unid.	01	III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma	2.590,00	2.590,00

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/84EC-C80D-1E7F-65F2> e informe o código 84EC-C80D-1E7F-65F2



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta 4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade		



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA m Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria, Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de		

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/84EC-C80D-1E7F-65F2> e informe o código 84EC-C80D-1E7F-65F2



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como conteudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento da licitação. CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: "Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas"; "A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais". "A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação		

Assinado por 2 pessoas: EDSON LUIZ CENCI e HELDER FELIPE KLASSEN
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/84EC-C80D-1E7F-65F2> e informe o código 84EC-C80D-1E7F-65F2



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		perante a pandemia da Covid-19”; “A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico”; e “Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?”. DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. O servidor que participará do Curso será: O Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL				R\$ 2.590,00



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 84EC-C80D-1E7F-65F2

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 21/09/2023 13:19:49 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)



HELDER FELIPE KLASSEN (CPF 079.XXX.XXX-71) em 21/09/2023 15:34:17 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/84EC-C80D-1E7F-65F2>

Memorando 26- 3.582/2023

De: Andreia S. - SMA-LC
Para: GAB-LC - Licitações e Contratos
Data: 21/09/2023 às 11:17:44

Ratificação da Inexigibilidade nº 34/2023.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

RATIFICACAO_INEX_34_2023.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Edson Luiz Cenci	21/09/2023 13:20:38	ICP-Brasil	EDSON LUIZ CENCI CPF 518.XXX.XXX-68

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **B7F7-C6DD-4B80-5C84**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2023

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do **Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023**, eu, **EDSON LUIZ CENCI**, Prefeito, torno pública a **RATIFICAÇÃO** do procedimento em epígrafe e a **ADJUDICAÇÃO** do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	VALOR TOTAL
IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)	32.651.451/0001-85	R\$ 2.590,00

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 20 de setembro de 2023.

Edson Luiz Cenci
Prefeito

Assinado por 1 pessoa: EDSON LUIZ CENCI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B7F7-C6DD-4B80-5C84> e informe o código B7F7-C6DD-4B80-5C84



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: B7F7-C6DD-4B80-5C84

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



EDSON LUIZ CENCI (CPF 518.XXX.XXX-68) em 21/09/2023 13:20:29 (GMT-03:00)

Papel: Assinante

Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5
(Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/B7F7-C6DD-4B80-5C84>

Memorando 27- 3.582/2023

De: Andreia S. - SMA-LC
Para: GAB-LC - Licitações e Contratos
Data: 21/09/2023 às 13:45:47

Contrato 279/2023, para assinatura.

—
Andreia da Silva
Agente Administrativo

Anexos:

Contrato_279_2023_IAGP_Assinado.pdf

Assinado digitalmente (anexos) por:

Assinante	Data	Assinatura	
Edson Luiz Cenci	21/09/2023 13:52:13	ICP-Brasil	EDSON LUIZ CENCI CPF 518.XXX.XXX-68
Elaine Cristina Gambeta	21/09/2023 13:53:08	1Doc	ELAINE CRISTINA GAMBETA CPF 019.XXX.XXX-61
Maria Antonia Schizzi	21/09/2023 15:11:05	1Doc	MARIA ANTONIA SCHIZZI CPF 103.XXX.XXX-31
Marcio Stringari	22/09/2023 14:55:46	ICP-Brasil	MARCIO STRINGARI CPF 248.XXX.XXX-23

Para verificar as assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/> e informe o código: **DD30-BFE7-08B3-3953**



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

CONTRATO Nº 279/2023

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM O MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO E A EMPRESA IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, pessoa jurídica de direito público, inscrito no CNPJ sob nº 76.995.414/0001-60, estabelecido na Rua Miguel Procópio Kurpel, nº 3.811, nesta cidade, representada por seu Prefeito, Senhor Edson Luiz Cenci, portador do CPF nº 518.894.719-68 e do RG nº 3.533.593-5 SSP/PR, residente e domiciliado na cidade de Chopinzinho – PR, ora denominado CONTRATANTE.

CONTRATADA: IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua Minas Gerais, nº 1391, Sala 502, 5º Andar, Edifício Ellon, Bairro Nossa Senhora Aparecida, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná, CEP 85.601-060, inscrita no CNPJ nº 32.651.451/0001-85, telefone (46) 9 9970-8582 / (46) 9 9908-6422, e-mail: igamparana@igam.com.br, neste ato representado legalmente pelo Senhor Eduardo Anziliero, portador do CPF 062.856.909-28 e do RG 9.392.204-2 SSP/PR, ora denominado CONTRATADA.

Por este instrumento de Contrato e de acordo com a Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023, Processo Licitatório 161/2023, as partes acima mencionadas têm contratado o seguinte:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

ITEM	UNID.	QTD.	DESCRIÇÃO	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
01	Unid.	01	III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos Planejamento das Contratações 1. Planejamento em Licitações Públicas 2. Planejamento estratégico e leis orçamentárias 3. Reflexos do planejamento na contratação: planejamento do contrato, seleção do fornecedor, gestão do contrato 4. Falhas de planejamento 5. Plano anual de contratação 6. Estudo técnico preliminar e termo de referência 7. Edital 8. Medidas de eficiência 9. Fase preparatória da licitação e suas particularidades na Lei 14.133/21 10. Relatório de Riscos e matriz de riscos 11. Nulidades da fase de planejamento da contratação 12. Consequencialismo decisional e planejamento Aspectos Orçamentários, Contábeis e de Controle Interno na Lei das Licitações 1. A elaboração do PCA – Plano de Contratações Anual e a sua integração com as leis orçamentárias 2. O processo de compras e serviços e a relação	2.590,00	2.590,00

Assinado por 5 pessoas: EDUARDO ANZILIERO, EDSON LUIZ CENCI, ELAINE CRISTINA GAMBETA, MARIA ANTONIA SCHIZZI e MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953>





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		com o controle de estoque e orçamentos 3. Necessidade de impacto orçamentário e financeiro em processos de compras e serviços como requisito de legitimidade 4. O Siafic no processo de compras e licitações 5. Gestão do almoxarifado e controle de materiais no processo de compras 6. O papel do controle interno na lei de licitações 7. A exigibilidade de demonstrações contábeis na habilitação econômico-financeira e a escolha de índices contábeis 8. A ordem cronológica dos pagamentos na lei de licitações 9. Pagamentos de despesas pelo regime de adiantamento na lei de licitações Oficina Prática do Pregão Eletrônico 1. Cadastramento da licitação na plataforma eletrônica 2. Configuração da sessão pública 3. Divulgação de esclarecimento/impugnação 4. Envio da proposta inicial 5. Sessão pública 6. Etapa de julgamento 7. Habilitação 8. Fase recursal 9. Adjudicação e homologação 10. Ata de licitação Procurador, Advogado e Assessor Jurídico – Novas Funções e Novos Desafios 1. Princípio da segregação das funções, o que o jurídico deve fazer? 2. Princípio da reserva legal: jurídico atua onde e quando a lei determina. Dever de regulamentar 3. Princípios da coordenação: atividade de controle da legalidade e atividade de apoio 4. Responsabilidade e responsabilização – limites jurídicos 5. Linha de defesa Contratação Direta 1. Interpretação das normas sobre contratação direta 1.1 Técnica adequada para interpretar regras sobre contratação direta 2. Responsabilização por contratação direta ilegal 3. Formalização do processo de contratação direta 3.1. Instrução de um processo de contratação direta 4. Competência para autorizar uma contratação direta		

Assinado por 5 pessoas: EDUARDO ANZILIERO, EDSON LUIZ CENCI, ELAINE CRISTINA GAMBETA, MARIA ANTONIA SCHIZZI e MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953>



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		4.1 Competência para autorizar uma contratação direta 5. Publicidade da contratação direta 6. Licitação inexigível 7. Licitação dispensável Gestão, Fiscalização dos Contratos e Aplicação das Sanções Administrativas 1. Princípios e objetivos da contratação 2. Espécies de contratação 3. Atores da contratação 4. Regime jurídico 5. Cláusulas necessárias x Cláusulas exorbitantes 6. Duração 7. Execução 8. Gestão e fiscalização 9. Responsabilidade 10. Extinção 11. Pagamento 12. Nulidade 13. Meios alternativos de resolução de controvérsias 14. Infrações e Sanções administrativas. PROFESSORES: VIVIAN CRISTINA LIMA LÓPEZ VALLE Pós Doutora em Direito pela Universidade Rovira i Virgili, em Tarragona, Espanha. Doutora e Mestre em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná, especialista em Direito Administrativo pelo Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos, Especialista em Contratação Pública pela Universidade de Coimbra, Diretora Acadêmica do Instituto Paranaense de Direito Administrativo, membro da Comissão de Gestão Pública da OAB/PR, Professora titular de Direito Administrativo da PUCPR, Coordenadora da Especialização em Licitações e Contratos da PUCPR desde 2016 até a presente data, e professora pesquisadora do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas e Desenvolvimento da PUCPR. Possui mais de 20 anos de experiência no magistério e na advocacia contenciosa no Direito Público, com ênfase em Licitações e Contratos. PAULO CÉSAR FLORES Contador, Sócio e Administrador do IGAM, MBA em Controladoria, Especialista em Contabilidade, Auditoria e Finanças Governamentais. Foi auditor do TCERS, Instrutor de cursos nas áreas de Planejamento, Contabilidade, Controles Internos, Auditoria,		

Assinado por 5 pessoas: EDUARDO ANZILIERO, EDSON LUIZ CENCI, ELAINE CRISTINA GAMBETA, MARIA ANTONIA SCHIZZI e MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953> e informe o código DD30-BFE7-08B3-3953



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		Controladoria, Sistemas de Custos e Gestão, autos de artigos e livros. EVALDO RAMOS Auditor federal de controle externo no Tribunal de Contas da União desde 2006, atuando sempre no setor de licitações, onde exerce a função de Diretor de Licitações do TCU. Atualmente, desempenha, dentre outras atividades, as funções de pregoeiro oficial, leiloeiro e presidente de comissões especiais de licitação. É formado em direito e administração. Professor de cursos preparatórios para concursos em Brasília, na área de direito administrativo. É professor da Escola Nacional de Administração Pública – Enap, no curso de Formação de Pregoeiro. Professor no Instituto Serzedello Corrêa (unidade do TCU responsável pela capacitação de servidores públicos), onde ministra cursos para turmas de técnicos de controle externo. Atua também como contetudista para cursos de formação e aperfeiçoamento de pregoeiros. JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES Mestre em Direito, advogado, professor de direito administrativo, escritos, consultor, conferencista, o professor Jorge Ulisses Jacoby Fernandes está entre os mais renomados especialistas do país sobre licitações e contratos administrativos e é um dos mais requisitados palestrantes nesta área do direito administrativo. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizados e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. EDGAR GUIMARÃES Advogado. Pós-Doutor em Direito pela Università del Salento (Itália). Doutor e Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP; Professor nos cursos de Pós-graduação do Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar, da Universidade Positivo e da UNIBRASIL; Consultor Jurídico (aposentado) do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Autor de diversos livros, entre eles o Controle das Licitações Públicas; Contratação Direta: comentários às hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação; Responsabilidade da Administração Pública pelo desfazimento		

Assinado por 5 pessoas: EDUARDO ANZILIERO, EDSON LUIZ CENCI, ELAINE CRISTINA GAMBETA, MARIA ANTONIA SCHIZZI e MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953> e informe o código DD30-BFE7-08B3-3953





Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

		da licitação.		
		CHRISTIANNE STROPPA Doutora e Mestre em Direito pela PUCSP, Advogada especialista em contratações públicas, Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Especialista em contratações públicas. Autora de diversos artigos na área da contratação pública, dentre os quais: “Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas”; “A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais”. “A teoria da imprevisão na Lei nº 8.666/93 e sua aplicação perante a pandemia da Covid-19”; “A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico”; e “Quem tem competência para julgar recursos no pregão eletrônico?”. DIAS E HORÁRIOS: 03/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 04/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00; 05/10/2023 - 08:30 - 12:00 - 13:30 - 17:00. FORMATO: PRESENCIAL. LOCAL: Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel. O servidor que participará do Curso será: O Procurador Municipal, Dr. Márcio Stringari, CPF: 248.211.768-23, OAB/PR 82.108. Obs.: O currículo dos Professores se encontra em anexo.		
VALOR TOTAL			R\$ 2.590,00	

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR, PAGAMENTO E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

2.1. A CONTRATANTE pagará a CONTRATADA, pela aquisição dos produtos/serviços descritos na Cláusula Primeira, a importância total de R\$ 2.590,00 (dois mil quinhentos e noventa reais), para a fiel e perfeita execução do objeto desta licitação.

2.2. As despesas financeiras com o objeto do presente Contrato serão empenhadas de acordo com dotação orçamentária: Secretaria de Administração – 03.01.041220002.2.006.3.3.90.39 (1783) F: 510.

2.3. O Pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após cada etapa da Prestação dos serviços, sempre após a emissão da NLD (Nota de liquidação de Despesa), mediante a apresentação de Nota Fiscal. O Pagamento será realizado na Tesouraria da Prefeitura Municipal de Chopinzinho, mediante cheque nominal ou depósito bancário em nome da proponente.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

2.3.1. Em caso de não cumprimento pela contratada de disposição contratual, os pagamentos poderão ficar retidos até posterior solução, sem prejuízos de quaisquer outras disposições contratuais.

2.4. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha incorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que o índice dos encargos moratórios mensais devidos pelo CONTRATANTE será o IPCAE, além dos juros de mora, os quais serão computados de forma equivalente aos aplicáveis à caderneta de poupança, segundo os índices oficiais, de 01 (uma) só vez, nos termos do art. 1º, F, da Lei 9.494/97, com redação dada pela Lei 11.960/091.

2.5. Constatando-se qualquer incorreção na Nota Fiscal, bem como qualquer outra circunstância que desaconselhe o seu pagamento, o prazo para pagamento constante do item acima fluirá a partir da respectiva regularização.

2.6. O MUNICÍPIO não efetuará pagamento de título descontado ou por meio de cobrança em banco, bem como os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring".

2.7. A Nota Fiscal deverá estar em nome do MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO, com o CNPJ nº 76.995.414/0001-60.

2.8. O pagamento efetuado à adjudicatária não a isentará de suas responsabilidades vinculadas a execução, especialmente àquelas relacionadas com a qualidade e garantia.

2.9. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

2.10. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições aqui contratadas, acréscimos ou supressões do objeto da presente licitação, em até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação, conforme Art. 65 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA QUALIDADE

3.1. A contratada fica obrigada a entregar os produtos/serviços de primeira qualidade sendo de responsabilidade da contratada o uso de equipamentos e profissionais qualificados.

CLÁUSULA QUARTA – DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.1. A execução do objeto do se dará nos dias 03, 04 e 05 de outubro de 2023, conforme cronograma, anexo.

4.2. O curso será de forma PRESENCIAL, a ser realizado no Radisson Hotel Curitiba – Av. Sete de Setembro, 5190 – Batel, Curitiba - PR.

4.3. A vigência do Contrato será de 06 (seis) meses a partir da assinatura do Contrato.

4.4. Em caso de ocorrência de algum fato que justifique o adiamento dos serviços, fica comprometida a CONTRATADA a executar o mesmo objeto, sem ônus à CONTRATANTE, em nova data, dentro da vigência do Contrato.

4.5. É vedada a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

5.1. Da Contratada:

5.1.1. Os Produtos e Serviços deverão ser todos de 1ª qualidade, e em seu preço deverá estar incluído todo e qualquer tipo de imposto, taxa ou outro encargo que possa incidir, desonerando-se o Contratante Comprador com relação a isso.

Assinado por 5 pessoas: EDUARDO ANZILIERO, EDSON LUIZ CENCI, ELAINE CRISTINA GAMBETA, MARIA ANTONIA SCHIZZI e MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953> e informe o código DD30-BFE7-08B3-3953



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telephone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

5.1.2. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto do presente Contrato de acordo com a proposta apresentada no Processo de Licitação nº 161/2023 – Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023. Os documentos do processo de Licitação e especificações do Contratante passam a fazer parte integrante do presente Termo de Contrato, independentemente de transcrição.

5.1.3. A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na Licitação, devendo comunicar à Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, imediatamente, qualquer alteração que possa comprometer a manutenção do presente Contrato.

5.1.4. A CONTRATADA exime desde já, a CONTRATANTE, por quaisquer débitos de natureza trabalhista fiscal ou previdenciária, ou responsabilidade junto a Órgãos Públicos Federais, Estaduais ou Municipais, bem como a quaisquer órgãos do setor privado, em decorrência do cumprimento do presente Contrato.

5.1.5. Cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

5.1.5.1. Executar o serviço objeto do Contrato no prazo e forma ajustados.

5.1.5.2. Atender aos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais decorrentes da execução do presente Contrato.

5.1.5.3. Manter durante toda a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação solicitadas no edital.

5.1.5.4. Apresentar, sempre que solicitado, durante a execução do Contrato, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais.

5.1.5.5. A capacitação deverá ser realizada pessoalmente pelos seguintes profissionais: Vivian Cristina Lima Lopez Valle, Paulo Cesar Flores, Evaldo Ramos, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Edgar Guimarães e Christianne Stroppa.

5.2. Do Contratante:

5.2.1. Efetuar o pagamento ajustado.

5.2.2. Dar à CONTRATADA as condições necessárias para a execução do Contrato.

5.2.3. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA SEXTA – DA RESCISÃO

6.1. O presente Contrato poderá ser rescindido:

6.1.1. Quando houver descumprimento de suas Cláusulas e condições por parte da **CONTRATADA**, ou seu cumprimento irregular ou, ainda, a paralisação dos serviços sem justa causa, ou sem a prévia comunicação ao **CONTRATANTE**.

6.1.2. Por acordo entre as partes, desde que não implique em prejuízo ao Município e haja conveniência e oportunidade do **CONTRATANTE**.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

6.1.3. A **CONTRATADA** reconhece os direitos do **CONTRATANTE** à rescisão no caso de inexecução total ou parcial do Contrato, sem prejuízo do art. 80, da Lei nº 8.666/93 e demais dispositivos normativos aplicáveis.

6.2. O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas hipóteses estabelecidas nos artigos 77 a 79 da Lei nº 8.666/93, o que a **CONTRATADA** declara expressamente conhecer.

6.3. Na hipótese de rescisão por culpa da **CONTRATADA**, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite dos prejuízos experimentados, os créditos a que teria direito.

6.4. Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante dos prejuízos, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante dos prejuízos decorrentes da rescisão contratual, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

6.5. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente ao prejuízo experimentado pelo **CONTRATANTE** será cobrado judicialmente.

6.6. Reserva-se ao **CONTRATANTE** o direito de rescindir unilateralmente o Contrato ocorrendo qualquer hipótese de cisão, fusão ou incorporação que possa prejudicar a execução do objeto contratado.

6.7. A inexecução do contrato pela **CONTRATADA** poderá ensejar na rescisão e/ou aplicação de alguma das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria, quando verificadas as seguintes situações, dentre outras:

6.7.1. A não entrega dos produtos/serviços contratados;

6.7.2. Inexecução da prestação do serviço ou execução do objeto deste Contrato, sem justa causa e/ou prévia comunicação ao **CONTRATANTE**;

6.7.3. Não atendimento das determinações da autoridade ou servidor designado para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato.

6.8. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Sexta, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:

6.8.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

6.8.2. Manifestação da Gestora do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

6.8.3. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pela Gestora do Contrato;

6.8.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

6.8.5. Decisão do Prefeito Municipal;

6.8.6. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecorrível;

6.8.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES (ARTIGOS: 57 E 65 DA LEI FEDERAL Nº 8.666/93)

7.1. O presente Contrato poderá ser alterado, inclusive quanto as prorrogações de prazos de execução e vigência (Lei 8.666/93), mediante a celebração de termo aditivo e/ou apostilamento, nos casos previstos em lei, que ao contrato se aderirá passando a dele fazer parte.

7.2. Aplica-se ao Contrato, sem prejuízo das disposições anteriores, as hipóteses de acréscimos ou supressões quantitativas e qualitativas ao objeto, previstas na Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES

8.1. Denúncias relacionadas ao não cumprimento do Contrato e seus anexos, estarão sujeitas as penalidades previstas na legislação, tais como: advertência escrita, advertência escrita com prazo para correção, penalidades pecuniárias com os respectivos valores, ordem de ressarcimento, suspensão temporária, rescisão do contrato, bem como a adoção das medidas do art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem a matéria.

8.2. O **CONTRATANTE** decide aplicar ao presente Contrato, na hipótese de inexecução das ações, obrigações e serviços pela **CONTRATADA**, o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei nº 8.666/93, e as seguintes penalidades:

I - advertência escrita: quando houver distorções ou faltas leves, que não decorram de dolo ou naqueles que não impliquem em prejuízo grave ao usuário, população, servidores e empregados públicos, nem em ato lesivo à Administração, caracterizando negligência administrativa.

II - advertência escrita com prazo para correção: impostas em razão de excessos, omissões ou dolo que configurem distorções médias ou graves, que possam ser corrigidas e adequadas no prazo de até 60 (sessenta) dias.

III - penalidades pecuniárias:

a) multa-dia moratória devido ao não cumprimento no prazo assinalado, da advertência disciplinada no item II desta Cláusula, correspondente a 0,5% (zero virgula cinco por cento) do valor mensal do Contrato;

b) multa-dia moratória devido a suspensão, inexecução, execução parcial ou paralização injustificada na prestação do serviço ou atraso injustificado na entrega ou correção de vícios do objeto, produto ou serviço, correspondente a 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, podendo ser imposta até o limite máximo de 30 (trinta) dias multa;

c) multa punitiva de 1% (um por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções médias;

d) multa punitiva de 5% (cinco por cento) do valor mensal do Contrato, quando verificada distorções graves;

e) multa punitiva de 15% (quinze por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada pela inexecução total ou parcial injustificada do Contrato, por parte da **CONTRATADA**, nos termos da Lei nº 8.666/93;

f) multa punitiva de 30% (trinta por cento) do valor mensal do Contrato, na hipótese de rescisão contratual motivada por atos de improbidade administrativa, praticada em conjunto com agente público.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

IV - suspensão temporária da prestação de serviços: será aplicada nas ações que resultem danos financeiros e patrimoniais à Administração, ou que infrinjam as normas regulamentares e legais.

V - rescisão do Contrato: será determinada em situações graves, de alta relevância ou em razão do interesse público, sem prejuízo das demais disposições deste Contrato.

VI - A rescisão do Contrato, quando motivada por qualquer razão do item anterior, implicará na apuração de perdas e danos e aplicação das demais penalidades legais cabíveis.

VII - O **CONTRATANTE** resolve aplicar ao Contrato, no que tange à rescisão, os artigos 78, 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

8.3. Na aplicação das penalidades contratuais, será observado as disposições da Lei nº 8.666/93, quando aos procedimentos, contraditório e ampla defesa.

8.4. Na hipótese de aplicação das penalidades pecuniárias referidas nos itens anteriores, fica o **CONTRATANTE** autorizado a reter, até o limite das multas aplicadas, os créditos a que teria direito.

8.5. Inexistindo créditos em favor da **CONTRATADA** ou sendo estes insuficientes para fazer face ao montante das penalidades pecuniárias aplicadas, o **CONTRATANTE** oficiará à **CONTRATADA** para que esta recolha aos cofres municipais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data do recebimento do comunicado, o valor resultante das penalidades aplicadas, ou a diferença entre estes e os créditos retidos.

8.6. Caso a **CONTRATADA** não efetue o recolhimento no prazo estipulado no item anterior, o valor correspondente será cobrado judicialmente.

8.7. Compete ao Prefeito Municipal a aplicação das medidas previstas nesta Cláusula Oitava, observado o seguinte procedimento, via sistema 1Doc do **CONTRATANTE**, nesta ordem:

8.7.1. Manifestação do Fiscal, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.7.2. Manifestação do Gestor do Contrato e/ou da Procuradoria do Município / Secretaria de Administração, com os documentos pertinentes à comprovação das situações e dos fatos a serem apurados;

8.7.3. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para apresentação de defesa escrita, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, sendo a notificação assinada e encaminhada pelo Gestor do Contrato;

8.7.4. Parecer da Procuradoria-Geral do Município;

8.7.5. Decisão do Prefeito Municipal;

8.7.6. Notificação da **CONTRATADA**, via sistema 1Doc, para ciência quanto ao resultado do processo, em decisão irrecurável;

8.7.7. As medidas previstas no art. 80, da Lei nº 8.666/93, e demais dispositivos normativos que regem o objeto da contratação, poderão ser aplicadas imediatamente, independentemente da apresentação de defesa prévia da **CONTRATADA**, sem prejuízo do contraditório e ampla defesa posterior (diferido), em situações consideradas urgentes e previstas no item 6.7 e/ou Cláusula Oitava deste Contrato.

CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

9.1. O **CONTRATANTE** se reserva o direito de fiscalização do contrato, podendo suspender sua execução desde que não atendam as expectativas da Procuradoria do Município.



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

9.2. A Gestão do Contrato ficará a cargo da Assessora Jurídica, Senhora Maria Antonia Schizzi, da Procuradoria Geral do Município, a quem compete as ações necessárias ao fiel cumprimento das condições estipuladas no Contrato.

9.3. A fiscalização do Contrato será de responsabilidade da Assessora Jurídica, Senhora Elaine Cristina Gambeta e fiscal suplente o Procurador Municipal, Senhor Márcio Stringari, estando sujeito à conferência quantitativa e posterior qualitativa na conformidade do item do objeto licitado.

9.4. Compete aos responsáveis pela fiscalização comunicar ao gestor do contrato as situações e fatos que caracterizam o descumprimento das cláusulas e anexos deste instrumento, com os documentos pertinentes, para a adoção das medidas cabíveis.

9.5. Recebido o ato de comunicação de irregularidade, compete ao gestor do contrato proceder conforme os itens 6.8 e 8.7 deste instrumento, de acordo com a gravidade da situação e dos fatos a serem apurados.

9.6. Com base no art. 65, §8, da Lei nº 8.666/93 e Acórdão 7487/2015/TCU, havendo necessidade de alterar o fiscal ou gestor inicialmente designado, o **CONTRATANTE** emitirá termo de apostilamento específico para esse fim, assinado pela autoridade competente em conjunto com novo gestor e/ou fiscal do contrato, sendo publicado o extrato no diário oficial do município, realizando em seguida o apostilamento do ato junto ao processo originário de contratação e termos aditivos, mediante a juntada dos respectivos documentos, dando ciência à **CONTRATADA** através dos canais adotados pelo **CONTRATANTE** (e-mail, fax, etc).

CLÁUSULA DÉCIMA – DA FRAUDE E CORRUPÇÃO

10.1. Ambos os contratantes deverão observar o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.2. Para os propósitos desta Cláusula, definem-se as seguintes práticas:

a) “prática corrupta”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;

b) “prática fraudulenta”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;

c) “prática colusiva”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;

d) “prática coercitiva”: causar danos ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato;

e) “prática obstrutiva”: (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do poder público, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; ou (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o poder público promover inspeção ou auditoria.

10.3. Sendo o Contrato financiado, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento, convênio ou reembolso, este organismo e/ou município poderão impor sanção sobre a CONTRATADA ou pessoa física, inclusive declarando-a inidônea, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo e/ou município se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CONTRATADA, diretamente ou por meio de um



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução do Contrato.

10.4. Considerando os propósitos das cláusulas anteriores, a CONTRATADA concorda e autoriza que o organismo financeiro multilateral, bem como o município de Chopinzinho/PR, através de seu representante ou pessoas indicadas, possam inspecionar a execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade – seja ela direta, solidária ou subsidiária –, na hipótese de inexecução dos serviços pela **CONTRATADA**.

11.2. O **CONTRATANTE** fica expressamente eximido de qualquer responsabilidade – seja ela direta, solidária ou subsidiária –, com eventuais obrigações fiscais, administrativas, cível, penal, trabalhista, previdenciária, contratual, bem como pelo adimplemento de obrigações com impostos, tarifas, taxas, licenças, pagamento de fornecedores e salários, entre outros encargos, sendo de responsabilidade única e exclusiva da **CONTRATADA** o adimplemento de tais obrigações.

11.3. Eventual condenação do **CONTRATANTE** com relação ao previsto nos itens anteriores, ensejará na automática retenção dos valores do presente Contrato, independentemente de comunicação prévia, renunciando a **CONTRATADA** qualquer alegação de direito e defesa.

11.4. As questões omissas serão resolvidas de comum acordo entre as partes, de acordo com a Lei nº 8.666/93.

11.5. Fica vedada a **CONTRATADA**, sem anuência prévia e expressa do **CONTRATANTE**, a cessão ou transferência do presente Contrato, no todo ou em parte a terceiros.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12.1. A publicação resumida do instrumento deste Contrato ou de seus aditamentos na imprensa oficial, que é condição indispensável para sua eficácia, será providenciada pelo **CONTRATANTE** até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, qualquer que seja o seu valor, ainda que sem ônus, ressalvado o disposto em lei.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO

13.1. Elege-se o foro da Comarca de Chopinzinho/PR para dirimir quaisquer dúvidas fundadas neste Contrato.

13.2. E por estarem cientes de todas as cláusulas e anexos, justos e acordados, os contratantes firmam o presente instrumento, para os devidos efeitos legais.

Chopinzinho - PR, 20 de setembro de 2023.

Município de Chopinzinho
Edson Luiz Cenci – Prefeito
Contratante

IAPG – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda (IGAM Paraná)
Eduardo Anzillero – Representante Legal
Contratada



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Maria Antonia Schizzi
Gestora do Contrato

Elaine Cristina Gambeta
Fiscal do Contrato

Márcio Stringari
Fiscal Substituto

Testemunhas:

NOME:
CPF:

Assinado por 5 pessoas: EDUARDO ANZILIERO, EDSON LUIZ CENCI, ELAINE CRISTINA GAMBETA, MARIA ANTONIA SCHIZZI e MARCIO STRINGARI
Para verificar a validade das assinaturas, acesse <https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953>





VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: DD30-BFE7-08B3-3953

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ **EDUARDO ANZILIERO** (CPF 062.XXX.XXX-28) em 21/09/2023 11:28:25 (GMT-03:00)
Emitido por: AC INFOCO DIGITAL v5 << AC SOLUTI v5 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ **EDSON LUIZ CENCI** (CPF 518.XXX.XXX-68) em 21/09/2023 13:50:55 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC CNDL RFB v3 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

- ✓ **ELAINE CRISTINA GAMBETA** (CPF 019.XXX.XXX-61) em 21/09/2023 13:53:06 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ **MARIA ANTONIA SCHIZZI** (CPF 103.XXX.XXX-31) em 21/09/2023 15:11:02 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

- ✓ **MARCIO STRINGARI** (CPF 248.XXX.XXX-23) em 22/09/2023 14:55:35 (GMT-03:00)
Papel: Assinante
Emitido por: AC OAB G3 << AC Certisign G7 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://chopinzinho.1doc.com.br/verificacao/DD30-BFE7-08B3-3953>

Memorando 28- 3.582/2023

De: Andreia S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 21/09/2023 às 13:46:57

Extrato do Contrato 279/2023.

—

Andreia da Silva

Agente Administrativo

Anexos:

Extrato_do_Contrato_279_2023_IAGP_INSTITUTO_APLICADO.pdf



Município de Chopinzinho

ESTADO DO PARANÁ

CNPJ 76.995.414/0001-60 e-mail: prefeitura@chopinzinho.pr.gov.br
Telefone: (46) 3242-8600 Rua Miguel Procópio Kurpel, 3811, Bairro São Miguel
85.560-000 CHOPINZINHO PARANÁ

Espécie: Extrato do Contrato nº 279/2023. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IAPG – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85. Objeto: Contratação de Serviços para Capacitação de Servidores – III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Valor: R\$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023. Fundamento Legal: Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93. Elemento de despesa: (1783) FONTE: 510. Data da assinatura: 20/09/2023. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Município e Eduardo Anziliero, pela Empresa.

Memorando 29- 3.582/2023

De: Andreia S. - SMA-LC

Para: SMA-LC - Licitações e Contratos

Data: 22/09/2023 às 08:12:48

Em anexo as publicações.

—

Andreia da Silva

Agente Administrativo

Anexos:

Extrato_do_Contrato_AMP.pdf

Ratificacao_AMP.pdf

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO 279-2023 - IAGP INSTITUTO APLICADO EM
GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)

Espécie: Extrato do Contrato nº 279/2023. Contratante: Município de Chopinzinho. Contratada: IAPG – Instituto Aplicado em Gestão Pública Ltda (IGAM Paraná). CNPJ: 32.651.451/0001-85. Objeto: Contratação de Serviços para Capacitação de Servidores – III Simpósio do IGAM PR sobre a Lei Nº 14.133/2021 – Os principais desafios para aplicação da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Valor: R\$ 2.590,00 (dois mil, quinhentos e noventa reais). Origem: Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023. Fundamento Legal: Artigo 25 da Lei Federal 8.666/93. Elemento de despesa: (1783) FONTE: 510. Data da assinatura: 20/09/2023. Assinam: Edson Luiz Cenci, pelo Município e Eduardo Anziliero, pela Empresa.

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:57FE69FC

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 22/09/2023. Edição 2863
A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:
<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>

ESTADO DO PARANÁ
MUNICÍPIO DE CHOPINZINHO

DIVISÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
RATIFICAÇÃO - INEX 34-2023

RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

REF. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 34/2023

Tendo em vista o Parecer da Comissão de Julgamento e da Procuradoria Municipal, que apuraram o resultado do **Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 34/2023**, eu, **EDSON LUIZ CENCI**, Prefeito, torno pública a **RATIFICAÇÃO** do procedimento em epígrafe e a **ADJUDICAÇÃO** do objeto da seguinte forma:

EMPRESA	CNPJ	Valor total
IAGP – INSTITUTO APLICADO EM GESTÃO PÚBLICA LTDA (IGAM PARANÁ)	32.651.451/0001-85	RS 2.590,00

Conforme proposta.

É a decisão.

Gabinete do Prefeito de Chopinzinho - PR, 20 de setembro de 2023.

EDSON LUIZ CENCI

Prefeito

Publicado por:
Andreia da Silva
Código Identificador:2A19F1CA

Matéria publicada no Diário Oficial dos Municípios do Paraná no dia 22/09/2023. Edição 2863

A verificação de autenticidade da matéria pode ser feita informando o código identificador no site:

<https://www.diariomunicipal.com.br/amp/>